

ensaios de
HISTÓRIA

Franca, v. 9, n. 1/2, 2004

ISSN 1414-8854



unesp 
FRANCA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor
JOSÉ CARLOS SOUZA TRINDADE

Vice-Reitor
PAULO CEZAR RAZUK

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor
HÉLIO BORGHI

Vice-Diretor
IVAN APARECIDO MANOEL
Curso de Graduação em História

Coordenadora
CÉLIA MARIA DAVID

Vice-Coordenador
ALBERTO AGGIO

ENSAIOS DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Franca

Comissão Editorial
Presidentes
Margarida Maria de Carvalho
Maia Aparecida de S. Lopes
Diretores

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História

Maia Aparecida de S. Lopes
Margarida Maria de Carvalho
Presidentes da Comissão Editorial

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Comissão Editorial

Presidentes

Margarida Maria de Carvalho,
Maria Aparecida de S. Lopes.

Discentes

Amanda da Silva Marin, Camila da Silva Condilo,
Juliano Alves Dias, Leonardo Teixeira Gomes,
Macon Vinicius da Silva Carrijo, Marina Novaes Senne,
Moisés Antiquiera, Paulo Roberto de Oliveira,
Rafael José dos Anjos Silva, Rodrigo Mateus Silva

Conselho Consultivo

Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)
Claudia Bovo (UNESP-Franca)
Denise Aparecida Soares Moura (UNESP-Franca)
José Ronzón (Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco – México)
Karina Anhezimi (UNESP-Franca)
Maria da Conceição Silva (UNESP-Franca)
Raymundo Agnelo (UNESP-Franca)
Ricardo Alexandre Teixeira (UNESP-Franca)
Ruy de Oliveira Andrade Filho (UNESP-Assis)
Sara Ortelli (Universidad de Tandil – Argentina)
Susani Silveira Lemos França (UNESP-Franca)

Publicação Semestral/Semestral Publication

Solicita-se permuta/Exchange Desired

Endereço/Address

Rua Major Claudiano, 1488 – Franca, SP – 14400-690 – Brasil

E-mail: ensaiosdehistoria@yahoo.com.br

Ensaio de História (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP) Franca,
SP, Brasil, 1996 – 1996-2004, 1 – 9
ISSN 1414 – 8854

Capa: Soldado Romano com a Cabeça de um inimigo Daco. Desenho e Arte Final: <http://planeta.terra.com.br/arte/mundoantigo/roma/>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

É com insofismável satisfação que anunciamos aos nossos leitores que a *ensaio de história* – cuja confecção vêm sendo realizada desde o ano de 1996 – apresenta-se, a partir desse momento, das calendadas do ano de 2004 do século XXI, com uma nova formatação e com a publicação de artigos de jovens escritores es provenientes do além das fronteiras francanas e, também, do Estado de São Paulo. A tradução da precedente frase resume-se no fato de que, afora a divulgação de produtos de pesquisas selecionados dos alunos de graduação dos cursos da Unesp – Franca, passamos, igualmente, a salientar artigos de autores de cursos em ciências humanas de diversas universidades brasileiras.

Outras inovações aqui ilustradas são: dossiê de textos com tema comum abrindo a revista – no caso presente, o conjunto de artigos intitulado *História Antiga* e a criação de um conselho consultivo provido por professores do Departamento de História local, mestrandos e doutorandos de nossa Programa de Pós-Graduação em História e Professores Drs. de outros centros acadêmicos universitários nacionais e estrangeiros de expressão relevante. Todos os citados são especialistas em diversas áreas do conhecimento histórico; tais empreendimentos inéditos possuem como meta primordial o aprimoramento da revista e uma maior circulação da primeira e única revista impressa de Graduação em História, até os dias atuais, em nosso país.

Esperamos que o leitor, ao folhear os ensaios contidos nas próximas páginas, aprecie a iniciativa de seus autores e que se anime em colaborar com a perpetuação desse periódico.

Sem mais, subscrevemo-nos expressando nossos votos de uma leitura profícua.

Maria Aparecida de S.Lopes
Margarida Maria de Carvalho
Presidentes da Comissão Editorial

Comissão Editorial
 Presidente
 Maria Aparecida de S. Lopes
 Diretores

É com insatisfacção que anunciamos aos nossos leitores que a revista *Ensaio de História* não será publicada em 2004. A partir desse momento, as colunas do ano de 2004 do século XXI, com uma nova formatação e com a publicação de artigos e ensaios de autores de renome, serão publicadas em fascículos, também, do Estado de São Paulo. A intenção da Comissão Editorial é, portanto, a de proporcionar a divulgação de pesquisas e trabalhos de autores de renome, a partir da publicação de artigos de autores de renome em fascículos de diversas universidades brasileiras.

Outras inovações são: a inclusão de textos de autores de renome em uma revista - no caso presente, o conteúdo de artigos intitulados História Antiga e a criação de um conselho consultivo formado por professores do Departamento de História de instituições de ensino superior de nossa cidade de São Paulo e de outros centros acadêmicos de universidades nacionais e estrangeiras de expressão relevante. Todos os artigos são avaliados por especialistas em diversas áreas de conhecimento histórico, tais como: arqueologia, etnohistória, história da cultura, história da ciência e história da literatura. Além disso, a revista é uma revista de história e não apenas de história. Esperamos que o leitor, ao ler os artigos, tenha a impressão de estar lendo uma revista de história e não apenas de história. Sem mais, subscrevemos nos expressando nossos votos de uma leitura agradável e proveitosa.

Maria Aparecida de S. Lopes
 Presidente da Comissão Editorial

SUMÁRIO

Dossiê: História Antiga

Aspectos da tirania na época arcaica grega (século VIII – VI a.C.): uma perspectiva acerca de Atenas
Camila da Silva Condilo..... 11

Magia e ciência: uma análise da medicina sob a ótica de Hipócrates
Daniely Garcia Cardoso..... 25

As práticas homossexuais masculinas em Atenas nos séculos V e IV a.C.: uma análise da obra de Platão
Luana Neres de Souza..... 35

Bárbaros rebeldes: o caso da Revolta de Boudica
Rafael de Abreu e Souza..... 45

Morte, retórica e memória em Luciano de Samósata
Edson Arantes Júnior..... 65

Universo mágico em Roma: representações e práticas de feitiçaria
Semiramis Corsi Silva..... 75

Artigos

Entre Baependi e São Paulo: Oswald, "Seu" Andrade e os impactos culturais da modernidade em São Paulo
Giordano Barbin Bertelli..... 99

O Judeu: incompatível com a criação do novo homem nazista
Maria Carolina Scudeler Silva..... 119

Pio XII. Mensageiro da paz e da justiça
Elza Silva Cardoso..... 137

A Reforma Universitária de 1968: os estudantes e o Estado
Halfred Carlos Ribeiro Júnior..... 147

O afã cooperativo brasileiro – argentino na denominada "década perdida"
Ana Cláudia Jaquette Pereira
Érica Cristina Alexandre Winand..... 161

As primeiras eleições midiáticas no Brasil: as relações entre a TV e a
campanha do candidato Fernando Collor de Mello
Ana Paula Andrade..... 177

Irracionalistas sem "aspas": Paul Veyne e a crise da história
Deise Zandoná..... 193

Resenha

PIRES, ANDRÉA FACCIOLI. *Intelectuais e a política no pensamento de
Antonio Gramsci, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio e o debate
contemporâneo em torno da crise dos intelectuais.*
Márcia Carolina de Oliveira Cury..... 213

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ORIGINAL..... 219

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

ASPECTOS DA TIRANIA NA ÉPOCA ARCAICA GREGA (SÉCULOS VIII-VI A.C.): UMA PERSPECTIVA ACERCA DE ATENAS

Camilo de Sá CONDILO

RESUMO: O presente artigo visa fazer considerações sobre alguns aspectos da tirania na
Grécia arcaica no intuito de mostrar o quão importante foi a aparição desse fenômeno
político no desenvolvimento da democracia ateniense.

UNTERMOS: tirania; governo; poder; ateniense; Atenas.

DOSSIÊ: HISTÓRIA ANTIGA

(...) Após reinstituída a democracia em Atenas, a cidade tornou-se um modelo de organização política para o mundo antigo. A tirania, por sua vez, representava o oposto disso, sendo caracterizada pelo domínio absoluto de um indivíduo sobre a cidade. Na Grécia arcaica, a tirania surgiu em contextos de crise econômica e social, sendo frequentemente justificada pelos tiranos como necessária para restaurar a ordem e a justiça. Este artigo analisa os aspectos políticos e sociais da tirania na Grécia arcaica, com foco especial em Atenas, explorando as condições que favoreceram sua aparição e o papel que ela desempenhou no desenvolvimento da democracia ateniense.

¹ Graduanda do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação da Profa. Maria
Cristina Facchini Dolente PETESCU.

O offi corporativo brasileiro – argentino na denominada “década perdida” Ana Cláudia Jaquetto Fortes Érica Cristina Alexandra Winand.....	161
As primeiras eleições instituídas no Brasil, as relações entre a TV e a campanha do candidato Fernando Collor de Mello Ana Paula Andrade.....	177
Irracionais sem “aspas”: Paul Voyné e a crise da história Draize Zandoná.....	193
Resumo	
PIRES, ATRÉIA FACCIOLI. <i>Intelectuais e a política no pensamento de Antonio Gramsci, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio e o debate contemporâneo em torno da crise dos intelectuais</i> Márcia Carolina de Oliveira Cury.....	213
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ORIGINAL	219

DOSSIÊ: HISTÓRIA ANTIGA

ASPECTOS DA TIRANIA NA ÉPOCA ARCAICA GREGA (SÉCULOS VIII-VI A.C.): UMA PERSPECTIVA ACERCA DE ATENAS

Camila da Silva CONDILO*

- RESUMO: O presente artigo visa fazer considerações sobre alguns aspectos da tirania na Grécia arcaica no intuito de mostrar o quanto importante foi a aparição deste fenômeno político no desenvolvimento da democracia ateniense.
- UNITERMOS: tirania; governo; poder arbitrário; Atenas.

(...) Após reinar durante trinta anos e levar uma existência entremeada até o fim de dias felizes, Cípselos foi sucedido por seu filho Periandros. Inicialmente, Periandros foi mais brando que seu pai, mas após travar relações através de mensageiros com Trasíbulos, tirano de Miletos, passou a ser ainda mais cruel que Cípselos. Ele tinha mandado um arauto a Trasíbulos, com a missão de saber do mesmo a maneira mais segura de por ordem em todos os assuntos da cidade e de melhor governá-la. Trasíbulos levou o arauto de Periandros para fora da cidade e entrou em sua companhia num campo cultivado; percorrendo um trigal, ele interrogava repetidamente o arauto a respeito de sua vinda de Corinto, e ao mesmo tempo cortava todas as espigas que aos seus olhos pareciam ultrapassar as outras em altura; uma vez cortadas essas espigas, Trasíbulos jogava-as ao chão, até que, agindo dessa maneira, havia destruído as espigas mais belas e mais carregadas de grãos entre todas as existentes na seara. Percorrido o campo, e sem dar uma palavra sequer de conselho, Trasíbulos mandou o arauto embora. Quando este regressou a Corinto Periandros procurou ansiosamente

* Graduanda do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação da Profa. Maria Celeste Fachin. Bolsista: PET/SESu.

saber qual tinha sido o conselho tão esperado. O arauto respondeu que Trasíbulos não lhe havia dado conselho algum; ele manifestou estranheza pelo fato de Periandros tê-lo mandado procurar um homem como aquele, desequilibrado e destruidor de suas próprias coisas, e em seguida relatou o que vira Trasíbulos fazer. Periandros compreendeu o sentido desse procedimento, e percebeu que o conselho de Trasíbulos era mandar matar os cidadãos que sobressaissem entre os outros; e desde então ele mostrou toda a espécie de malignidade em relação aos coríntios. (...)¹ (HERÓDOTOS, v. 92, p.286-287)

A tirania foi o grande fantasma que atemorizou todo o esplendor que implicava o século V grego.² Enquanto as democracias em grande medida representavam a plenitude de tudo o que caracterizava o ideal político do homem antigo, o governo dos tiranos era um modelo político diametralmente oposto e vinha de encontro a este ideal.

A passagem de Heródoto que abre o presente texto expressa a arbitrariedade inerente à condição de tirano dado que suas decisões eram tomadas de acordo com seus interesses pessoais, e também a violência, que era o meio que possibilitava a manutenção e a realização de suas vontades e, por extensão, de seu governo (cortar a concorrência em potencial era uma forma de garantir a estabilidade de sua posição).

Bignotto nos diz que

Os especialistas divergem quanto ao local da primeira aparição de um tirano, situando-a na por vezes na Jônia, por vezes em Corinto. O certo, no entanto, é que no século VII a.C. a tirania já era uma forma de governo conhecida pelos gregos e inscrita nas possibilidades de solução das diversas crises pelas quais passavam as cidades. (BIGNOTTO, 1998, p.15-16)

O termo *tyrannos* foi empregado pela primeira vez pelo poeta Arquíloco para se referir a Gyges, usurpador do trono lídio, sendo assim, é possível que a palavra tenha sua origem na Lídia³, no entanto, Bignotto (1998, p.16) considera que não há provas suficientes para se saber se o uso que o poeta fazia desta palavra se referia realmente a usurpador. Já para McGlew (1996, p.52-53) *tyrannos*, no uso que o poeta fazia da palavra, implicava a noção de uma nova experiência política de poder individual. Os poetas trágicos do início do século V utilizavam o vocábulo como sinônimo de *basileus*.

¹ Aristóteles nos diz que é Trasíbulos quem envia o arauto a Periandros. (HERÓDOTOS, nota 548, p.512)

² Todas as datas mencionadas aqui referem-se ao período anterior ao da era cristã.

³ Smith (1989, p.12) cogita também a possibilidade da palavra ter origem fenícia.

Note-se que a questão do governante mau não se coloca nessas acepções. Nesse sentido,

é preciso lembrar que no começo 'tyrannos' não era empregado como um título e a tirania não era uma constituição ou uma posição oficial. Assim sendo, a consolidação do caráter negativo do termo é ela mesma dependente da evolução do pensamento político, e cometeríamos um engano ao supor que a priori conhecemos nosso objeto de estudo pelo simples fato de que a tradição ocidental consagrou definitivamente uma imagem, que levou séculos para se consolidar no imaginário grego. Dizer de alguém que ele era tirano podia significar simplesmente que ele detinha o poder, mas não necessariamente que era um mau governante, pelo menos nos primeiros tempos de uso da palavra. (BIGNOTTO, 1998, p.16-17)

A documentação disponível possibilita-nos maior referência à tirania ateniense, no entanto, temos algumas referências que dizem respeito a outras localidades do mundo grego, sendo situações que em grande medida correspondem a certas características do caso ateniense que é o mais bem documentado. Aqui, tomaremos Atenas como nosso modelo para estudo. Tal escolha busca, através de um estudo de caso específico, identificar mais a fundo a natureza desse fenômeno no período em questão. Para tanto, selecionamos a obra *História* de Heródoto como o principal *corpus* documental do qual nos servimos para esta análise, além de ser cotejada com outras obras referentes ao período, e buscamos o auxílio na historiografia para a construção de nosso objeto.

Feitas essas considerações e já devidamente precavidos contra as armadilhas do anacronismo, podemos nos voltar agora para os fatores que propiciaram o surgimento do tirano no período arcaico grego.

Há uma tendência historiográfica que faz uma associação do surgimento da tirania com o desenvolvimento comercial e marítimo, o que não implica entender tal relação, necessariamente, como de causa e efeito. Contudo, acerca desse desenvolvimento marítimo e mercante, Mossé (1989a, p.165-166) cita Tucídides⁴ como respaldo de tal hipótese e nos aponta uma possibilidade de leitura equivocada dele, advertindo-nos que é muito recorrente a associação do aparecimento das tiranias e o desenvolvimento do comércio marítimo e, a partir disso, pensar no surgimento de uma classe de mercadores do qual o tirano seria o principal representante, mas para a autora, Tucídides está a falar de poderio

⁴ "Como a Grécia começasse a ganhar poder, preocupando-se ainda mais do que antes em adquirir riqueza, assistiu-se em geral ao estabelecimento de tiranias nas cidades-estados". (I, 13, 1)" (Apud MOSSÉ, 1989a, p.165).

naval, não comércio marítimo. No entanto, esta discussão é demasiado complexa e não é nosso propósito ir a fundo nela neste momento. Porém, é um fato que a partir do século VII há uma maior preocupação com as trocas comerciais e que os tiranos surgem em *poleis* economicamente prósperas.

A reforma hoplítica também é um fator que se insere nessa problemática. Nela, vemos a transformação nos métodos de combate, onde a adoção da falange aponta-nos a passagem da guerra aristocrática para o combate coletivo, a guerra cívica por excelência.⁵ Tal inovação foi facultada por inovações técnicas que começaram a ocorrer no mundo grego, tais como a substituição do bronze pelo ferro a partir do século XI, a adoção de lanças mais leves do que as de bronze micênicas, passando a ser agora armas de arremesso, não de ponta. O escudo em forma circular que surge no final do século VIII, com uma segunda empunhadura além da central, confere maior força e firmeza ao combatente. Enfim, os objetos testemunham o novo caráter que passa a tomar os combates nesse período.

Nessa forma de luta o guerreiro, com seu escudo, protege seu vizinho da esquerda e é protegido pelo vizinho da direita, o mesmo ocorrendo sucessivamente com os outros guerreiros. O que importa aqui é que todos os membros da falange se mantenham como um só corpo, como se todas as manobras fossem de um só homem e, para tanto, manter seu lugar na fileira e acompanhar o ritmo da falange na deslocação do exército era imprescindível.

Mossé lembra que a emergência da cidade-estado implica na conquista de um território, assim sendo, a defesa deste mesmo território passa a ser indispensável. Isso permitiria a inclusão de todos aqueles que poderiam servir à causa, contudo, a inclusão acabaria, conseqüentemente, ocorrendo em outros aspectos, "a falange, composta por elementos intermutáveis, veiculava necessariamente um ideal igualitário" (MOSSÉ, 1989a, p.144-145). Destarte, a participação dos médios proprietários na defesa do território não implicava tão simplesmente as privações e dificuldades desta participação, mas participação nos espólios de guerra e, por fim, na participação das decisões.

A questão agrária foi um dos fatores mais agravantes nesse processo. A situação dos *hectemoros* em Atenas, por exemplo, é bem elucidativa. Consistia na adoção de dívidas pelos pequenos proprietários e na sua redução a uma condição de servidão pelos grandes proprietários no caso de não pagamento,

⁵ "(...)Tal como a cidade-estado, a falange é composta por 'unidades intermutáveis' e, à medida que a cidade-estado se constitui enquanto modelo político, as confrarias aristocráticas, a elite dos guerreiros, renunciam ao feito individual em prol do combate 'em batalhões compactos'. (...)" (MOSSÉ, 1989a, p.144).

algo que passou a ser muito recorrente. Além disso, temos a reivindicação da redistribuição de terras pelas camadas desfavorecidas.

Hesíodo também fornece algumas evidências dessas mudanças. Em seus versos identificamos os excessos da ordem aristocrática e a insatisfação da camada popular, sendo ele o porta-voz da reivindicação de justiça contra os "reis comedores de presentes". O fundamento da sociedade aristocrática é a hegemonia dos nobres, na qual subentende-se uma mínima aprovação dos outros membros dessa sociedade que se submetem a esta hegemonia. (TRABULSI, 1984) Sendo a terra a base material dessa dominação é seu controle, em grande parte, que vai determinar o acesso e controle das atribuições políticas e da justiça, algo muito importante no momento o qual estamos tratando.

Note-se que essas perspectivas não se excluem, na verdade se completam e se conformam com toda uma conjuntura de transformações e, é claro, não foi um processo linear, mas cheio de conflitos e contradições.

Surge a figura do legislador numa tentativa de resolver os conflitos que afligiam a sociedade grega no período, no entanto, suas medidas servirão apenas para suspender temporariamente os problemas.

Em meio a toda essa conflituosa conjuntura vai caber ao tirano, livre de todas as convenções, que no afã de tomar o poder, toma como seu projeto os anseios da cidade. Através do exercício de seu poder vai objetivar e consolidar um corpo político único, em que todos se sujeitam a ele. Isso resulta em certa estabilidade contra os particularismos aristocráticos.

Num momento de grandes dificuldades e incertezas, o tirano é alvo de grandes expectativas. McGlew (1996, p.121-122) diz que Pisístrato⁶ entendeu muito melhor a reforma de Sólon do que este a tirania, pois ele tomou suas leis como um roteiro, excluindo sua fragilidade política⁷.

⁶ Antes de Pisístrato já tinha havido uma tentativa fracassada de estabelecimento da tirania em Atenas por Cílon; ver Heródoto V, 71 e Tucídides I, 126.

⁷ "Solon's problem was not merely to make laws but to make the Athenians obey them"; "O problema de Sólon não era meramente fazer leis mas fazer os atenienses obedecerem-na". (MCGLEW, 1996, p.121) O autor ainda vai mais longe ao cogitar, através da leitura da biografia de Sólon em Plutarco que com a tirania de Pisístrato instaurada, Sólon passaria a aceitar e ver com bons olhos seu governo: "But if he is right that Solon eventually accepted tyranny, it may be that Solon did so not because his vanity proved stronger than his hatred of tyranny. Perhaps Solon learned from his experience as a lawgiver and as a subject of a tyrant that a city could profit more from the tyrant's political self-indulgence - if it could eventually overthrow him - than from the lawgiver's selfless alienation of power in the form of laws"; "Mas se é direito que Sólon eventualmente aceitou a tirania, pode ser que Sólon não o fez porque sua vaidade experimentou mais força que seu ódio da tirania. Talvez Sólon aprendeu de sua experiência como um legislador e como um súdito de um tirano que a cidade poderia lucrar mais da política de auto-indulgência do

Promover justiça social era uma tentativa de justificar sua presença no poder. Justiça, na efetivação de princípios normativos (tal como reivindicava Hesíodo) dessa sociedade contra os excessos e arbitrariedades da aristocracia, decorrendo daí o caráter fortemente antiaristocrático da tirania.⁸

Ao promover o desenvolvimento ele promove concomitantemente sua figura. É surpreendente a prosperidade que envolve as cidades durante seu governo. Smith (1989) dedica um capítulo chamado "A Idade de Ouro" ("The Golden Age") de seu livro no qual faz apontamentos do crescimento e progresso da cidade sob o governo dos tiranos atenienses. Ele menciona que o programa social desenvolvido por Péricles teve seu início um século antes. O êxito da política pericleana no século V, segundo ele, só foi possível graças à chegada de Pisístrato em Atenas, que conseguiu os dois pré-requisitos que possibilitaram as construções públicas numa escala monumental, quais sejam, uma acumulação de riqueza e uma forte autoridade central e que foi a combinação destes fatores que possibilitaram o primeiro grande período de construções na história ateniense.

Entre os feitos dos tiranos nos deparamos com a construção de fontes e aquedutos, o que facilitou bastante o suprimento de água fresca na cidade; na Ática nós temos o Altar dos Doze Deuses (vide passagem infra) que servia como referência para se mensurar as distâncias a partir de um ponto de Atenas; passa a haver um número maior de moedas com motivos cívicos e é no governo de Pisístrato que a coruja, símbolo associado à Atenas, patrona da cidade, surge e se estabelece como efígie permanente das moedas; desenvolvimento da cerâmica, maior produção de estatuetas, desenvolvimento da literatura (é nesse período, por exemplo, que são transcritos os poemas homéricos), do teatro (originados nas procissões dos festivais de Dioniso), enfim, o tirano investe em todos os aspectos da cidade e é este incentivo, no caso de Atenas, que vai possibilitar que ela se tome o centro intelectual e artístico por excelência a partir do século V a.C.

(...) Na verdade, de um modo geral os descendentes de Pisístratos não oprimiam o povo no exercício do poder; mantinham-no sem cometer injustiças, e realmente

tirano – se isso pudesse eventualmente destruí-lo – do que da altruísta alienação do poder em forma de leis" (MCGLEW, 1996, p.122-123).

⁸ Esse caráter antiaristocrático se reflete principalmente em três aspectos da política dos tiranos: intervenção na questão agrária; na religião e, por extensão, na questão da justiça, os três mecanismos de perpetuação do poder e da impunidade de seus (aristocracia) abusos. O tirano não governa preso a princípios religiosos (apesar de ter sua crença como qualquer outro grego) nem tem a garantia de seu poder vinculado a uma herança hereditária. Os princípios e garantia de seu poder é, simplesmente, seu prestígio pessoal.

praticavam de longa data a virtude e cultivavam a inteligência de maneira excepcional para tiranos. Embora coletassem dos atenienses apenas um vigésimo de suas rendas, não somente embelezaram a cidade mas também sustentaram o ônus de guerras e realizaram sacrifícios e seus ritos nos templos. Em termos gerais a cidade conservava as leis preexistentes, com a única exceção de que os tiranos tomavam as medidas cabíveis no sentido de que somente alguém de sua família exercesse o poder. Muitos deles ocuparam por isso a magistratura anual em Atenas, particularmente Pisístratos, filho do tirano Hípias, que tinha o nome de seu avô e, quando foi arconte, inaugurou o altar dos doze deuses na ágora e o de Apolo no Pítion; mais tarde o povo de Atenas, aumentando a extensão do altar na ágora, apagou a inscrição dedicatória, mas a do altar no Pítion ainda pode ser vista em letras já desgastadas, nos seguintes termos:

Pisístratos filho de Hípias ergueu este testemunho de seu governo junto ao altar de Apolo Pítio. (TUCÍDIDES, VI, 54, p.313-314)

É através de uma acumulação de riqueza, da boa utilização dos recursos econômicos já existentes – lembremos que os as tiranias surgem em comunidades prósperas economicamente –, e uma forte autoridade central que é possível investir em construções muito relevantes na vida da comunidade.

A questão religiosa é algo muito relevante também. Trabulsi (1984, p.78) refere-se ao fato de que a religião aristocrática tem três componentes básicos, quais sejam, uma religião poliáde (deuses da cidade), a religião heróica (de culto aos antepassados) e a religião dos grandes santuários pan-helênicos. O fato é que no decorrer do processo de falência da organização aristocrática, o segundo elemento cede espaço ao primeiro componente que se torna cada vez mais importante. Isto é reflexo da quebra do monopólio aristocrático que o tirano tenta estabelecer em todos os segmentos da sociedade e a religião cívica, promovida pelos grandes incentivos dados pelos tiranos na organização de festivais⁹, vai ser um fator importantíssimo no culto e manutenção do sentimento cívico entre os cidadãos, na medida em que ao cultuar seus antepassados, sua posição genealógica, as famílias aristocráticas justificavam seu poder e privilégios, ou seja, se legitimavam enquanto grupo dominante.

Em Atenas, a estampa da patrona da cidade (deusa Atena) nas moedas é indício, por exemplo, da ideologia unificadora do estado. Trabulsi (1984, p.98) menciona que "a moeda é, desde as origens, um instrumento de troca social e de justiça", além de ser forte propaganda no exterior.

⁹ Smith (1989, p.61) nos fala que durante o quarto e terceiro séculos, Atenas tinha aproximadamente 120 dias do ano dedicados a festivais, sem contar com os festivais de outras poleis.

(...) Mas depois de não muito tempo as facções de Megacles e Licurgos se uniram e o depuseram. Assim Peisístratos, senhor de Atenas por um primeiro período, foi despojado do poder soberano, cujas raízes ainda não estavam firmes. Dentro de pouco tempo seus inimigos, que o haviam deposto, começaram novamente a desentender-se. Então Mégacles, abalado pelas desavenças em sua própria facção, mandou um mensageiro para propor a Peisístratos que, se ele quisesse casar com a filha de Mégacles, este o reconduziria a posição de tirano. A proposta foi aceita por Peisístratos, que concordou com as condições de Mégacles, e ambos conceberam um plano para trazê-lo de volta; tal plano, em minha opinião, era tão ridículo que é estranho (diante do fato de desde os tempos mais remotos os helenos se terem distinguido sempre dos bárbaros por seu maior talento e por sua menor credulidade) que aqueles homens o tenham imaginado para enganar os atenienses, considerados os mais perspicazes de todos os helenos. Havia no distrito de Paianieus uma mulher chamada Fia com uma estatura apenas três dedos mais baixa que quatro côvados, e quanto ao resto muito formosa. Eles a vestiram com uma couraça completa e a puseram em uma carruagem, dando-lhe todos os paramentos capazes de torná-la ainda mais agradável à vista, e assim a introduziram na cidade; precediam-na alguns arautos, que ao chegar à cidade fizeram uma proclamação, de acordo com instruções recebidas, dizendo o seguinte: 'Atenienses! Proporcionai uma colhida favorável a Peisístratos, o mais honrado entre os homens pela própria Atena, que o traz de volta à acrópole.' Foi essa a proclamação dos arautos a toda a cidade. Imediatamente passou-se a dizer em todos os distritos que Atena estava trazendo Peisístratos de volta, e os habitantes da cidade, convictos de que a mulher era realmente a deusa, prosternaram-se diante daquela criatura humana e acolheram favoravelmente Peisístratos. (HERÓDOTOS, I, 60, p.36-37)

Acerca desta passagem temos um comentário interessante de Trabulsi:

Não obstante, outro episódio nos mostra que pelo menos uma parte da aristocracia podia se acomodar a tirania e a esta religião poliade. Penso evidentemente na volta de Pisístrato a Atenas, no momento de sua aliança com Megacles, conduzido pela deusa Atena 'em pessoa'. Como diz P. Lévêque, ele mostra "mais do que ingenuidade" dos atenienses, o recurso à divina patrona da *polis*, ideologia unificadora contra o particularismo dos grupos dirigentes mais oligárquicos e contra o seu controle de Estado". Quer seja o episódio uma invenção de Megacles ou não, de qualquer maneira ele mostra bem que mesmo os Alcmeônidas, facção aristocrática, concebiam uma política de fortalecimento da coisa pública ou, pelo menos, reconheciam a eficácia de uma política 'pródemos', ou ainda, em outros termos, de alargamento da base política da cidade. A política de outro membro da família, Clístenes, parece confirmar esta idéia. (TRABULSI, 1984, p.85-86)

A difusão do dionisismo nesse período é algo interessante a se pensar. Dioniso era um deus do espaço aberto nos remetendo ao campo, manifestando uma espécie de oposição aos cidadãos (os aristocratas eram pessoas da cidade). Ele representava um perigo para a cidade, pois provocava sentimentos de alegria e exaltação nas pessoas e contava com uma participação muito intensa de mulheres e escravos, além da participação de velhos ao promover apagamento geral das diferenças e, por conseguinte, das hierarquias.

Assim sendo, o dionisismo representava uma ameaça à ordem aristocrática:

popular, revolucionário e perigoso para a *polis*, utilizado pelos tiranos como solvente da religião tradicional e sistema alternativo, mas ao mesmo tempo desprovido da violência que poderia colocar em perigo a existência da *polis*, onde apesar do alargamento da sua base política os nobres conservavam um papel importantíssimo e onde a ideologia aristocrática, reelaborada, continuava a garantir a reprodução das estruturas sociais ¹⁰ (TRABULSI, 1984, p.97).

É certamente em decorrência disto que não se tornou religião oficial do Estado (o que não diminui sua importância política) na medida em que não é uma ruptura brusca e total com a ordem anterior, mas uma mudança diacrônica, muitas vezes contraditória ao mesclar elementos novos e antigos dessa mesma organização social.

Como vimos, os hoplitas eram médios proprietários que começam a ganhar espaço na arena política a partir do século VIII a.C. Pisístrato, apesar de não ter tomado o poder com a ajuda de hoplitas, foi um general vitorioso em Mégara (provavelmente na função de polemárcio¹¹) e gozava de prestígio entre os guerreiros, prestígio este aumentado por suas medidas que beneficiavam a área rural, contudo, era principalmente da camada desfavorecida que vinha o apoio ao seu governo. Neste sentido, o dionisismo também era uma expressão muito coerente da política que o tirano empreendia em seu governo.

Ao adotar medidas que favoreciam a cidade como um todo, o favorecimento dos cultos poliades e a tentativa de busca de uma imagem de moderação e respeito às leis, o tirano "corresponde ao equilíbrio da *polis*, que ele instaura e representa" (TRABULSI, 1984, p.104).

¹⁰ Lembremos que a despeito da forma como conduz seu governo o tirano era um aristocrata, daí a reprodução das estruturas sociais mesmo que reelaboradas.

¹¹ Dentre os nove arcontes, um dos três principais, sendo eles: o basileu, responsável pelas questões de ordem religiosa; o epônimo, considerado o mais importante por nomear o ano em seu mandato; por fim, o polemárcio, responsável pelas questões militares.

(...)Pisístrato, como foi dito, administrava os negócios da cidade com moderação, e antes como cidadão do que como tirano. Em geral, com efeito, era humano, brando e clemente para com os infratores e, em particular, adiantava empréstimos em dinheiro aos que estavam em dificuldades, viabilizando seus trabalhos de modo a se sustentarem com o cultivo das terras. Assim agia com duplo benefício: para que não permanecessem na cidade, mas sim dispersos pelos campos, de tal modo que, providos de recursos moderados e voltados para seus afazeres particulares, nem ambicionassem nem tivessem folga para se ocupar dos públicos. Ao mesmo tempo, aumentava seus rendimentos em decorrência do cultivo dos campos, pois ele cobrava o dízimo sobre a produção.¹² Por isso mesmo, instituiu os juizes para os demos, e ele próprio saía freqüentemente para os campos inspecionando e resolvendo os litígios, para que assim não negligenciassem os trabalhos com suas descidas à cidade. Com efeito, contam que foi por ocasião de uma dessas saídas de Pisístrato que lhe aconteceu o caso do homem que no Himeto cultivava o lugar mais conhecido como isento. Pisístrato, admirado ao avistar alguém escavar e preparar um terreno totalmente pedregoso, ordenou a seu escravo que lhe perguntasse o que ele extraía daquele chão. O homem respondeu: 'infortúnios e sofrimentos em quantidade, e desses infortúnios e sofrimentos Pisístrato devia receber o dízimo'. O homem, portanto, retrucou não o reconhecendo, porém Pisístrato, encantado com sua franqueza e dedicação, isentou-o de tudo. Em geral, durante seu governo não atormentou a multidão em nada, antes sempre manteve a paz e velou pela tranqüilidade; por isso mesmo, difundira-se a fama de que a tirania de Pisístrato era como a vida no tempo de Cronos – com efeito, o poder se tornou bem mais severo só mais tarde quando seus filhos o sucederam. O mais importante de tudo o que foi dito era seu caráter popular e humanitário. Em geral, com efeito, dispunha-se a administrar tudo em conformidade com as leis, sem se conceder nenhuma vantagem. Certa vez, intimado em um processo de homicídio perante o Areópago, apresentou-se pessoalmente para sua defesa, mas o denunciante, amedrontado, não compareceu. Por isso mesmo, conservou-se no poder por muito tempo, e uma vez derrubado novamente o retomava com facilidade.¹³ Com efeito, a maioria dos notáveis e dos populares o apoiava, pois ele conciliava uns por meio do convívio, e outros pela assistência prestada a seus interesses privados, estando ainda naturalmente bem disposto para com ambos (...) (ARISTÓTELES, XVI, p.41 e 43).

Segundo Bignotto (1998, p.83-84), a construção da imagem negativa da tirania também tem relação com a construção de uma identidade no imaginário da cidade e vai transparecer nas representações que ela faz de si. É

¹² Tucídides diz que era apenas o vigésimo da produção.

¹³ Para a retomada definitiva do poder por Pisístrato ver Heródoto I, 61-64.

particularmente interessante quando trata dessas representações no imaginário cidadão de Atenas, onde propõe que no século IV, temos através de Platão e Aristóteles na filosofia, a tirania como um regulador negativo da vida em comunidade. Isto se justificaria na medida em que já vemos a deterioração do modelo democrático e um novo período de instabilidade na Grécia.

Com os tiranos arcaicos deparamo-nos com a dessacralização efetiva (já que era um processo que já estava em andamento) da política e alargamento das bases sociais promovida pela justiça social afirmada por ele. Esta primeira experiência de inclusão de fato da camada popular no que diz respeito a tomar parte nos assuntos da cidade, isto é, ter participação na determinação das decisões que regem a organização social no sentido de que é através da realização de seus anseios que o tirano garante seu poder, é que vai se gestar uma idéia de autodeterminação do conjunto do todo social que vai se cristalizar no modelo democrático em Atenas ou nas oligarquias de caráter menos rígido, tal como em Corinto, por exemplo. A partir do momento que se inclui o "povo" no poder, é praticamente impossível subtrai-lo.¹⁴

Conclusão:

Em aspectos gerais, as tiranias parecem seguir caminhos semelhantes, tanto no que diz respeito aos fatores de seu aparecimento como no que tange os caminhos que percorreram e nos resultados que implicaram, no entanto, isso não quer dizer que ocorreu da mesma forma e simultaneamente em todos os

¹⁴ McGlew (1996, p.215-216) "*Yet the resistance to tyranny was a program for political reaction; removing the tyrant was a beginning (and not always a necessary one). After escaping tyranny, poleis did not return to political innocence. They adopted the tyrant's persona as the agent of justice, took over his political innovations, and assumed his treasury and foreign acquisitions. Most important, they preserved his eleutheria, the sense of self-mastery that made tyranny both attractive and dangerous. We have tried to follow closely how this history unfolded at Athens, which rendered the tyrant's power as the individual possession of its citizens. That is a remarkable and perhaps unique story, but the problem to which it responded was certainly not: effective resistance to tyranny required the polis to make itself over in the tyrant's image.*"; "Ainda a resistência à tirania era um programa para reação política; remover o tirano era apenas o começo (e não sempre um único necessário). Depois de escapar da tirania, as poleis não retornam para a inocência política. Elas adotaram a pessoa do tirano como um agente de justiça, tomaram suas inovações políticas, e assumiram seu tesouro e aquisições estrangeiras. Mais importante, elas preservaram sua *eleutheria*, o senso de auto-domínio que fez a tirania ambas atrativa e perigosa. Nós tentamos acompanhar de perto como essa história desdobrou-se em Atenas, que conferiu o poder do tirano como uma possessão individual dos cidadãos. O que é uma notável e talvez única história, mas o problema para o qual isso respondeu certamente não era: a efetiva resistência à tirania requisiou da polis fazer-se ela própria sobre a imagem do tirano."

lugares – se é que em alguma época da história os acontecimentos e mudanças assim ocorreram. Não podemos perder de vista as peculiaridades inerentes a cada comunidade e também o fato de que muitas cidades nem passaram por essa forma de governo e se passaram foram em períodos posteriores, com caráter um pouco diferente do que vimos aqui. Não é por acaso que as *poleis* que passaram por tiranias são sucedidas por regimes democráticos ou por oligarquias de caráter menos rígido. A tirania permite que o *demos*, depois dela, se configure enquanto realidade política tal como mostra Mossé em *La tyrannie dans Grèce antique* (MOSSÉ, 1989b). Destarte, percebemos o quanto o aparecimento dessa figura foi importante num momento de grandes turbulências pelo qual passava a Grécia, servindo como um agente catalisador na formação da democracia ateniense.

- **ABSTRACT:** This article aims to make considerations about some tyranny 's aspects with intention to show how important was the tyrant's appearance in the making of Athenian democracy.
- **KEYWORDS:** tyranny; government; arbitrary power; Athens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, R. G. de. Platão: Da democracia, da tirania, dos prazeres. In: *Revista de Cultura Vozes*, n. 03, p.31-36, 1993.

ANDREWES, A. *The greek tyrants*. New York: Harper e Row, 1963.

ARENDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. Francisco Murari Pires (tradução e comentário; edição bilingüe grego-português). São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *A Política*. Roberto Leal Ferreira (tradução). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AUSTIN, M.; VIDAL-NAQUET, P. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, 1972.

BIGNOTTO, N. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

CARDOSO, C. F. *A cidade-estado antiga*. São Paulo: Ática, 1993.

FINLEY, M. I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HERÓDOTOS. *História*. Mário da Gama Kury (tradução e comentários). Brasília: UnB, 1988.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Mary de Camargo Neves Lafer (tradução e comentários; edição bilingüe grego-português). São Paulo: Iluminuras, 1996.

MCGLEW, J. F. *Tyranny and political culture in Ancient Greece*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

MOSSÉ, C. *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo*. Séculos VIII-VI. Lisboa: Edições 70, 1989a.

_____. *La tyrannie dans la Grèce Antique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989b.

SMITH, J. A. *Athens under the tyrants*. Bristol: Bristol Classical Press, 1989.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Mário da Gama Kury (tradução e comentários). Brasília: UnB, 1999.

TRABULSI, J. A. D. Crise social, tirania e difusão do dionisismo na Grécia arcaica. In: *Revista de História*, n.116, p.75-104, 1984.

_____. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

São vários os indivíduos que possuíam funções importantes e serviram para marcar a história da humanidade. O grego Hipócrates (460-370 a.C.) foi o exemplo de personagem que causou grande transformação no curso da história da medicina, ocasionando mudanças na causa e no tratamento das doenças. A partir de suas ideias a medicina será vista não como uma prática mágica, mas como uma ciência. Seu legado está fortemente presente na medicina, sendo um exemplo o "Juramento de Hipócrates", pronunciado em diversos locais e também presente na maioria dos livros de medicina. Analisar a importância de Hipócrates na história e o objetivo deste trabalho, que serão as escolas pré-hipocráticas que influenciaram e contribuíram para o desenvolvimento da medicina científica.

Trabalho de curso de História do UFG. Sob orientação da Profa. Dra. Ana Tereza Marques Campos.

MAGIA E CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA MEDICINA SOB A ÓTICA DE HIPÓCRATES

Daniely Garcia CARDOSO*

- RESUMO: Na Antiguidade, a saúde estava ligada à magia e sofria constante intervenção dos deuses. Havia importantes personagens que tiveram significativo papel na transformação de práticas tidas como imutáveis. Hipócrates constituiu exemplo relevante de personagem que serviu para causar rupturas na medicina e inaugurar novas formas de entender e tratar as doenças. Como reconhecimento às contribuições feitas pelo grego Hipócrates (460 – 370 a.C.), foi-lhe outorgado o título de Pai da Medicina.
- UNITERMOS: saúde; equilíbrio; ciência; magia; doença.

São vários os indivíduos que possuíram funções importantes e serviram para fazer rupturas na história da humanidade. O grego Hipócrates (460-370 a.C.) foi o exemplo de personagem que causou grande transformação no curso da história da medicina, ocasionando mudanças na causa e no tratamento das doenças. A partir de suas idéias a medicina será vista não como uma prática mágica, mas como uma ciência. Seu legado está fortemente presente na atualidade, sendo um exemplo o *"Juramento de Hipócrates"*, pronunciado em solenidades e também presente na maioria dos livros de medicina. Analisar a significativa importância de Hipócrates na história é o objetivo deste trabalho, que partirá das escolas pré-hipocráticas que influenciaram e contribuíram para o desenvolvimento da medicina científica.

* Graduanda do curso de História da UFG. Sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

Há indícios da medicina presentes em todas as sociedades da antigüidade, mas a grega possui alguns aspectos relevantes por se aproximar de uma medicina científica. Nos poemas homéricos há algumas passagens que relatam o tratamento de feridas, mas ainda está solidamente ligada à medicina mágica, legado dos Egípcios. A *Iliada* apresenta uma medicina mais natural, praticada por laicos, enquanto na *Odisséia* há um caráter mágico e sacerdotal, assim como a medicina praticada nos templos de Asclépio - a partir do século VI a.C. O doente, após uma purificação, buscaria nos sonhos a presença de Asclépio, recobrando assim a saúde. Mas durante a estadia no Abaton, havia todo um ritual de higienização, exercícios, regimes dietéticos, hidroterapia, etc; e a confiança na divindade era aspecto relevante para a cura.

Na obra "*O Banquete ou do Amor*" de Platão, o médico Exímaco aponta Eros, o deus duplo que rege tanto o amor quanto a medicina. A medicina era uma arte por excelência e o amor era considerado uma duplicidade, envolvendo o intelectual e o físico. Assim a saúde comportava também esse aspecto, em que no corpo "*o sadio e o mórbido são dessemelhantes e o dessemelhante ama o dessemelhante*" (PLATÃO, p.118). Para Exímaco, o melhor médico era caracterizado pela capacidade em transformar os elementos considerados mais hostis do corpo, tornando-os amigos que se amem mutuamente. A hostilidade dos elementos se encontra na oposição entre o frio e quente, o amargo e doce, o seco e úmido, e todas as coisas desse tipo. Deste modo, quando associados em proporções harmoniosas, os dois amores trariam a saúde e a bonança aos homens e aos animais. Mas no decorrer do ano, o duplo amor sofria alterações dependendo das estações, causando assim intemperanças, que acarretavam problemas como pestes, doenças, geadas, granizos, etc.

O advento das cidades propiciou o desenvolvimento das ciências, sendo a filosofia a responsável pelo progresso das demais áreas. A medicina foi uma das beneficiadas por tal conhecimento, sendo a filosofia responsável pela substituição de uma medicina mágico-religiosa, para uma medicina científica.

São várias as Escolas Médicas que utilizando do conhecimento filosófico, propuseram teorias que influíram na Escola de Hipócrates. Como exemplo, temos a Escola Jônica (século VII a.C.), que através de Tales de Mileto aponta a água como substância primordial para prover todas as coisas, enquanto Anaximeto - discípulo de Tales de Mileto - admite o ar como a substância primordial. A Escola Pitagórica, criada pelo lendário Pitágoras, expõe a doutrina da enanziaose, na qual a vida e a saúde dependiam da harmonia dos componentes do corpo. A doença seria a quebra ou a perturbação desta conformidade e os meios mais indicados para recobrar a saúde seriam

exercícios físicos, passeios ao ar livre, audição de música, alimentação leve e vida equilibrada. A Escola de Crotona foi famosa, principalmente porque foi desta que provieram os médicos mais famosos da Antigüidade. Através de estudos fisiológicos em animais, reconheceram duas qualidades de veias: as que se encontravam vazias e as cheias de sangue. Durante o descanso havia um movimento. No sono, o sangue recolhia-se nos vasos vizinhos do coração e na vigília retornava para a periferia; a morte seria a acumulação irreversível nos vasos internos. Considerava-se o cérebro a sede das sensações, o centro da vida intelectual e produtor de esperma. O estado de saúde dependia do equilíbrio das qualidades dos componentes do corpo - quente e frio, seco e úmido, amargo e doce -, e a predominância de uma destas qualidades ocasionaria a doença. A cura seria o restabelecimento da isonomia - o equilíbrio das qualidades opostas. A Escola Siciliana tinha em Empédocles de Agrigento o principal representante. Pensava-se que os corpos eram constituídos por quatro princípios elementares: o fogo, o ar, a água e a terra, que eram as raízes de todas as coisas, inclusive da vida. Estes elementos possuíam quatro modalidades fundamentais opostas: o fogo é quente e úmido, a água é úmida e fria, a terra é seca e fria, o ar é quente e úmido. Cada elemento era designado pelos nomes de divindades: Zeus (porque brilha) é o fogo, Hera (que dá a vida) é a terra, Aidoneus (possui aspecto invisível) é o ar e Nertis (deusa das lágrimas) é a água. Para Empédocles, a superfície da pele era atravessada por uma grande quantidade de poros que não permitia que o sangue atravessasse, mas havia passagem do ar, a inspiração e a expiração que eram explicadas pelo movimento do fluxo e refluxo do sangue entre os vasos profundos e a superfície do corpo. Quando o sangue se retirava para o interior o ar penetrava impetuosamente pelos poros e quando o sangue retornava à periferia o ar era expulso. A Escola de Cós e Cnide, apesar de sua proximidade geográfica, tinham conceitos norteadores profundamente distintos e havia uma rivalidade entre ambas. Em Cnide, procurava-se reconhecer as doenças diferenciando-as através dos sintomas para posteriormente o doente ser tratado, assim como formar especialistas. Já em Cós, procurava-se tratar o doente com a experiência, assim como pela observação minuciosa, e deveria se formar generalistas mais preocupados com os doentes do que com a doença.

Hipócrates foi o fundador da Escola de Cós - a Escola Hipocrática. "É universalmente venerado como Pai da Medicina, devido a originalidade, independência e elevação das vias por ele aberta à medicina" (SOUZA, 1996). Hipócrates, considerado o Pai da Medicina, nasceu na ilha de Cós, em 460 a.C., e pertencia ao ramo de Cós da família Esculápio (os Asclepiades) por

descendência masculina. O termo *Esculápio* é igualmente empregado para designar os médicos em geral, na medida em que praticavam a arte de *Esculápio* ou *Asclépios*, o Deus da medicina na época clássica. A nomenclatura *Asclépio*, em Roma, sofreu mudança e foi chamado *Esculápio*, mas designando o mesmo deus da medicina grega. Na sua origem, o termo restringia-se aos filhos de *Esculápio*, *Podalira* e *Machaon*, personagens famosos, ambos médicos, e seus descendentes. *Esculápio*, fundador da família, ainda não era um Deus no tempo de *Homero* e sim o príncipe de *Tricca*, na *Tessália*, conhecido por seu grande saber médico, que, segundo a lenda, adquirira do centauro *Chiron*.

Jacques Jouanna Fayard aponta uma explicação lendária para a origem de *Hipócrates*. Segundo esta tradição, a família de *Hipócrates* era descendente de *Podalira*, único dos dois irmãos que sobreviveu à guerra de *Tróia* (1194 - 1184 a.C.). Contava-se que, ao voltar de *Tróia*, *Podalira* perdeu-se mas foi salvo por um pastor de cabras que o conduziu a *Damaithos*, rei da *Cária*, cuja filha *Syrma*, havia caído do telhado e foi tratada pelo médico. Como *Damaithos* estava desesperado, *Podalira* começou fazendo sangrias nos dois braços da filha do rei. Este, cheio de admiração, mostrou o seu reconhecimento dando ao médico a mão de sua filha em casamento. *Podalira* fundou duas cidades, uma com o nome de sua mulher, *Syrma*, e outra com o nome do pastor que o salvou. Os filhos de *Podalira* nasceram em *Syrma*, que se tornou assim o berço da família dos *Esculápios* na *Ásia*. A família dividiu-se em dois ramos, sendo que um deles fixou-se na pequena ilha de *Cós*. Este era o ramo da família de *Hipócrates*. O outro ramo não deixou o continente asiático e instalou-se em *Cnida*, uma península em frente a ilha de *Cós*. Como a ciência médica transmitia-se de pai para filho, os dois ramos desenvolveram-se igualmente, transformando-se em centros médicos de grande reputação, porém, graças a *Hipócrates*, *Cós* terminou por eclipsar *Cnida*, e tornou-se o maior centro médico do mundo na época. Segundo algumas biografias, o grande *Hipócrates* era o décimo nono descendente de *Esculápio* e o vigésimo a partir de *Zeus*. O avô de *Hipócrates*, também médico, chamava-se *Hipócrates*, mas nunca alcançou a fama daquele que se tornou conhecido como o *Pai da Medicina*. *Hipócrates* faleceu aos 85 anos, em *Larissa*, na *Tessália*. Viveu no glorioso século de *Péricles*, quando *Atenas* era o centro cultural, artístico e científico grego, assim como, ausente de sua pátria, assistiu a devastação de *Cós*, aliada *ateniense*, pelos *espartanos* na *Guerra do Peloponeso* (431 - 404 a.C.).

O conjunto de escritos atribuídos a *Hipócrates* e aos seus discípulos é conhecido como *Corpus Hippocraticum*. Trata-se de manuscritos de diversas

autorias, alguns completos, outros não, formados por textos com idéias distintas. Nenhuma data, título, nome do autor, nem sinal de início ou término, são evidenciados nos documentos, assim como se houve a participação de outras escolas. Mas deixando tais pormenores, foi através do *Corpus Hippocraticum* que a medicina hipocrática deixou suas influências para a posteridade. São compostos por cerca de 70 livros, divididos em tópicos: a metodologia médica, o juramento, a antropologia e a natureza, fisiologia, medicina psicossomática, observação clínica, cirurgia, hemorragias, prognóstico, cirurgias cranianas, articulação, epidemias, ginecologia, embriologia, obstetrícia, oftalmologia, etc. Para *Claude Mossé* foram grandes as contribuições da medicina praticada nos templos de *Asclépio*, pois através das observações, foi possível a realização de muitos estudos, permitindo uma acumulação de saberes científicos para a escola hipocrática. Para este estudo, vamos utilizar o *Corpus Hippocraticum* organizado por *Jean Salem* (2002) e iremos apontar alguns aspectos relevantes para compreender o desenvolvimento da medicina hipocrática.

Uma das preocupações de *Hipócrates*, além do tratamento das doenças, era com a ética. Além do juramento, no *Corpus Hippocraticum* é dedicado um espaço, metodologia médica, em que trata a respeito da forma como se deveria portar um médico – sua roupa, moral, perfume, a cobrança pelo tratamento, etc. *Richard Gordon* (2002) e *Peter Jones* ressaltam a cobrança no tratamento trabalhada no *Corpus Hippocraticum*, no qual a honorabilidade do médico deveria ser negociada segundo o conhecimento do profissional, no momento em que o paciente começasse a melhorar. Na *Grécia*, foram várias as regiões nas quais havia médicos públicos que cuidavam do tratamento gratuitamente. Em *Delfos*, a população contribuía com uma taxa para pagamento dos honorários médicos. Num de seus tratados, *Hipócrates* aponta como deveria se organizar um consultório. Este deveria garantir ao médico boa visibilidade do paciente, além do conforto ao doente. Era essencial que o local fosse limpo, assim como a água e os materiais. O modo de se portar do médico também foi uma das preocupações evidenciadas pelos hipocráticos. Cabia ao médico autoridade, apresentando boa aparência e saúde, pois a multidão acreditava que aqueles que não estivessem bem não saberiam cuidar convenientemente dos outros. Além disso, a higiene pessoal deveria ser observada. Quanto ao aspecto moral, o médico deveria ser moderado no que diz, perfeitamente ordenado na sua vida e com boa reputação. Seus hábitos deveriam ser honrados e irrepreensíveis, sendo justo e humano, evitando provocações e desprezo. O objetivo de *Hipócrates* em dedicar tal importância à ética do médico era com o intuito de se criar uma profissão, pois havia grande quantidade de médicos desclassificados

e despreparados. O juramento seria uma demonstração de responsabilidade e compromisso com a medicina:

Eu juro por Apolo, médico, por Esculápio, por Higea e Panacea, e tomo por testemunhas todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão, a promessa que se segue: estimar, tanto quanto a meus pais, aquele que me ensinou essa arte; fazer vida comum e, se necessário for, com ele partilhar meus bens; ter seus filhos por meus próprios irmãos; ensinar-lhes essa arte se eles tiverem necessidade de aprendê-la, sem remuneração nem compromisso escrito; fazer meus filhos, os de meu mestre e os discípulos inscritos participarem dos preceitos, das lições e de todo o resto do ensino segundo os regulamentos da profissão, e apenas esses.

Aplicarei os regimes para o bem do doente, segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. A ninguém darei com prazer, nem remédio mortal nem um conselho que induza a perda. Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva.

Conservarei imaculada a minha vida e minha arte.

Não praticarei a talha¹ mesmo em alguém que realmente tenha cálculos; deixarei essa operação aos práticos que disso cuidam.

Em toda casa que eu vá, aí entrarei para o bem dos doentes, mantendo-me longe de todo o dano voluntário e de toda sedução, sobretudo longe dos prazeres do amor, com as mulheres ou com os homens livres ou escravizados.

Se eu cumprir esse juramento com fidelidade, que me seja dado gozar felizmente da vida e da minha profissão, honrado para sempre entre os homens; se eu dele me afastar ou infringi-lo, que o contrário aconteça! (HIPÓCRATES, p. 18)

O Juramento pronunciado atualmente sofreu algumas modificações. Em 1948, pela Declaração de Genebra, foram substituídos alguns termos, como por exemplo a adoração aos deuses e questões como o aborto e a talha, mas na sua essência, o atual mantém o Juramento original escrito por Hipócrates:

Eu solenemente, juro consagrar minha vida a serviço da Humanidade.

Darei como reconhecimento a meus mestres, meu respeito e minha gratidão.

Praticarei a minha profissão com consciência e dignidade.

A saúde dos meus pacientes será a minha primeira preocupação.

Respeitarei os segredos a mim confiados.

Manterei, a todo custo, no máximo possível, a honra e a tradição da profissão médica.

Meus colegas serão meus irmãos.

¹ Operação que se trata de cortar a bexiga a fim de extrair uma pedra, ou mesmo por se tratar de uma interdição ou castração.

Não permitirei que concepção. Mesmo sob ameaça, não usarei meu conhecimento médico em princípios contrários às leis da natureza.

Faço estas promessas, solene e livremente, pela minha própria honra.

É válido ressaltar que pela Declaração de Genebra em 1994, o Juramento foi novamente modificado. Foram substituídos alguns termos para uma melhor compreensão, adequando-os a realidade lingüística atual.

Além do Juramento, a doutrina dos quatro humores foi outro legado de Hipócrates para as sociedades subseqüentes. O sangue, a fleuma (pituita), bilis amarela e bilis negra (atrabilis) pensavam como os constituintes do corpo humano. Suas características estão ligadas às qualidades fundamentais dos elementos correspondentes: sangue, quente e úmido, como o ar; a fleuma, fria e úmida, como a água; a bilis amarela, quente e seca, como o fogo; a bilis negra, fria e seca, como a terra. Esses humores possuíam regiões distintas de localização e eram responsáveis por sensações específicas. O sangue estava ligado ao coração e o paciente que possuía um aumento desse humor apresentaria características sanguínea. A fleuma estava relacionada ao cérebro, causando ao fleumático características de apatia, desinteresse. A bilis amarela era produzida no fígado, e estava ligada às características de cólera, raiva. Já a bilis negra possuía relação com o baço, e produzia o humor melancólico. A eucrasia, ou a saúde, era determinada pela perfeita mistura nas proporções de cada componente. Se um desses elementos estava em falta ou excesso seria a discrasia. A alteração desses elementos estava de acordo com a influência de fatores do ambiente (estações do ano, clima, modo de alimentação, regime de vida) e também pela transmissão hereditária.

A doença possuía três fases: Apepsia (cruza), Pepsis (cocção), Crises (terminação) e Apóstase (morte). A fase da crise era uma etapa determinante para o tratamento; obteria a cura quando houvesse a evocação, ou a morte quando esta não ocorria. Hipócrates apontou três motivos para a morte. Em primeiro lugar, a má conduta do paciente que mentia ter tomado o remédio; o segundo era de responsabilidade dos vendedores de drogas, charlatões, usuários de magias e herbóristas que não orientavam ou não faziam a prescrição correta; o terceiro era devido à ação de algumas doenças tidas como graves. Observa-se que, para os hipocráticos, o médico nunca era responsável pela apóstase. Já para Antífote, a morte era dada como consequência da incompetência do médico. A eucrasia era conseguida apenas através da força curativa da natureza, responsável pelo equilíbrio dos humores. Desta forma, o médico não seria o agente responsável pela cura, nem os remédios. A função

do médico era auxiliar esta força natural colocando o paciente nas condições favoráveis para que a ação da natureza obtivesse a eucrasia. Não havia uma preocupação no diagnóstico, pois o que importava realmente era compreender o curso da doença e em estabelecer o prognóstico. O tratamento era feito da seguinte forma, como aponta o autor Souza (1996):

A observação do doente era minuciosa, metódica, penetrante. Critério de valor importante, aconselhado para ajuizar do significado de um sintoma, ainda hoje válido, era a sua comparação com o habitual no mesmo paciente: quanto mais mudado, pior o prognóstico. O aspecto do doente, a sua posição no leito, a agitação ou o torpor, a quentura ou frialdade do corpo, a sudação, os vômitos, a expectoração, as hemorragias, os caracteres da urina e das fezes, o ritmo da respiração, a insônia ou o delírio, tudo quanto pudesse ser apreendido pelos sentidos, era finamente observado (SOUZA, 1996).

Um dos tratamentos utilizados eram os meios dietéticos e terapêuticos: "caldos e papas de cevada, hidromel (mistura de água e mel), oximel (mistura de vinagre e mel), vinho, algumas plantas medicinais, purgativos, sangrias, banhos e unguentos, exercício físico ou repouso." (SOUZA, 1996)

A reprodução foi um tema de grande importância no *Corpus Hippocraticum*. Para Hipócrates a matriz, o aparelho reprodutor feminino, se encontrava solta no corpo, partindo daí a explicação da não concepção, isto é, quando a matriz não estava no local ideal para a fertilização não ocorria a reprodução. Para a mulher, a gravidez significava a purificação e a saúde frente à impureza – visões demoníacas – e às doenças – além das físicas também havia as psicológicas –, pois a mulher se sentia frágil nos dias de menstruação. As sementes para a reprodução no homem percorriam todo o corpo, tendo o esperma as características do corpo do homem, enquanto na mulher existia somente uma semente, não sendo especificada no *Corpus* sua formação. Uma característica importante, é que

se ela tiver orgasmo, ejaculará antes do homem e não terá o mesmo prazer; se ela não tiver nenhum orgasmo, seu prazer terminará junto com o do homem (...) acontecerá o mesmo com o esperma que, entrando nas matrizes, apagará o calor e o prazer da mulher (HIPÓCRATES).

Da união entre o esperma masculino e a semente feminina ter-se-ia o embrião. A determinação do sexo da criança dependia da força que a semente possuía, sendo a mais forte, a determinante. No caso de gêmeos, haveria apenas um coito. O lado em que se encontrava o feto feminino, a mãe possuiria

uma aparência mais fraca, enquanto o masculino apresentaria um aspecto mais vistoso. O nascimento ocorria pela escolha da criança, pois haveria alguma situação que a obrigava a se retirar da matriz. Poderia ser devido à ocorrência da ausência de alimentos ou algum choque violento que determinaria a hora do parto, partindo da criança os movimentos para romper as membranas inferiores, como o faz o pintinho. Resulta-se importante apontar que nesse livro, Hipócrates faz comparações entre o desenvolvimento do animal com o do homem.

Após a morte de Hipócrates, suas doutrinas e conceitos continuaram a ser aceitos e até acatados como sentenças definitivas, dogmaticamente. Perdendo pouco a pouco o gosto e o interesse pela indagação independente e original, as discussões estereis sobre as palavras e os conceitos de Hipócrates. Iam afastando cada vez mais os médicos do espírito que as ditara, de tal modo que os dogmáticos, também chamados logicistas ou racionalistas, puderam ser apelidados de os 'fariseus da medicina' (Clifford Allbutt). Por outro lado a especulação filosófica, abstrata e em comprovações experimentais, voltaram a entrar na Medicina, tomando o lugar da observação minuciosa da reflexão ponderada dos fenômenos observados, arruinando, assim o essencial da 'lição de Hipócrates' (SOUZA, 1996).

Após a morte de Hipócrates, possivelmente em 370 a.C., a importância dos médicos de Cós e de Cnidos declinaram. Do século III em diante os grandes centros médicos foram Alexandria, no Egito, e Pérgamo, na Ásia Menor. Apuraram-se os conhecimentos básicos de anatomia, fisiologia e embriologia, em grande parte, graças ao filósofo Aristóteles (384 – 322 a.C.) e seu discípulo Teofrasto (371 – 287 a.C.), que estudaram grande número de animais e plantas e criaram múltiplas doutrinas médicas que se difundiram, propondo diferentes explicações para as doenças e distintos tratamentos baseados em suas idéias. Havia o dogmatismo, o empirismo, a metodização, e, como era de se esperar, logo surgiu o ecletismo. A existência dessas doutrinas prolongou-se além da Era Antiga. Alguns médicos famosos do período helenístico foram: Praxágoras de Cós (século IV), Diocles de Caristos (século III), Herófilo da Calcedônia (século II), Erasistrato (século III), Filino de Cós (século III), Asclepiades da Bitínia (130 / 40 a.C.). Herófilo e Erasistrato, especialmente, fizeram grandes descobertas em anatomia e fisiologia graças à dissecação de corpos humanos, permitida pelos Ptolomeus em Alexandria.

- ABSTRACT: In the Antiquity, the health was connected with the magic and suffered constant interference of the gods. There was important personages that had significative role in the transformation of practices considered as imutables. Hipocrates constituted important

exemplar of personage that made breaks in the medicine and inaugurated new ways to understand and treat the illness. As recognition of the Hipocrates's contributions (460 – 370 b.C.), was gave him the title of the Medicine's Father.

- **KEYWORDS:** health; balance; cience; magic; illness.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar*. Org.: Jean Salem. Trad.: Dunia Marino Silva. São Paulo: Landy, 2002.

PLATÃO. *O Banquete ou do Amor*. Trad., Introd. e notas: Professor J. Cavalcante de Souza. 7.ed., Bertrand Brasil, 1995.

GORDON, Richard. *A Assustadora História da Medicina*. Trad.: Aulyde Soares Rodrigues. 2.ed. São Paulo: Ediouro, 2002.

MOSSÉ, Claude. *As Lições de Hipócrates*.

OLIVEIRA, A. Bernardes de. *A Evolução da Medicina: até o início do século XX*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1981.

REZENDE, Joffre Marcondes. Juramento de Hipócrates. In.: *Revista Paraense de Medicina*. v.17. 2003.

SOUZA, A. Tavares de. *Curso de História da Medicina, das origens aos fins do século XVI*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

AS PRÁTICAS HOMOSSEXUAIS MASCULINAS EM ATENAS NOS SÉCULOS V E IV a.C: UMA ANÁLISE DA OBRA DE PLATÃO

Luana Neres de SOUSA*

- **RESUMO:** A sociedade ateniense do período clássico concedia às práticas homossexuais papel importante na formação de seus cidadãos, possuindo a pederastia, função respeitável na Paidéia ateniense. Platão, filósofo socrático, aborda em parte de sua obra o Amor, e dentre suas inúmeras formas, o amor pederástico, sendo seu discurso, uma das mais importantes fontes da singularidade das práticas homossexuais na Atenas dos séculos V e IV a. C.
- **UNITERMOS:** pederastia; erasta; erômeno; cidadão; homossexualidade.

Em decorrência do aumento de movimentos em amparo aos direitos de homossexuais ocorrentes em todo o mundo, tais como a legalização do casamento, a liberação de suas práticas em locais públicos e a aceitação das mesmas por grupos religiosos dos mais diversos segmentos, torna-se atraente o conhecimento da concepção de sociedades diferentes da ocidental contemporânea, na qual estamos inseridos, acerca das práticas homossexuais. O objetivo deste artigo é apresentar como tais práticas eram realizadas na Cidade-Estado grega de Atenas por meio da análise da obra de Platão, para que seja possível, mesmo que de maneira aproximativa, a compreensão do ateniense sobre o contato homossexual.

* Graduanda do curso de História da UFG. Sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

Para que se tome plausível a explanação sobre o tema proposto, é necessário que seja esclarecido que a documentação escrita disponível acerca do relacionamento de pessoas de mesmo sexo na Grécia Antiga e, em especial, em Atenas, é escassa, e que a parte acessível trata-se de um material fragmentado, o que dificulta em grande parte a compreensão do pensamento da sociedade ateniense a respeito de tal assunto. Além do mais, o termo "homossexual" e seus derivados, "homossexualismo" e "homossexualidade", datam do final do século XIX, sendo, portanto, anacronismo empregá-los em estudos da Antigüidade ou de qualquer outro período que não seja o Contemporâneo. Assim sendo, serão utilizados os termos "erasta" em designação àquele que desempenha o papel ativo e "erômeno", ao passivo da relação, segundo sugestão de Donald Schüller, em *Eros: dialética e retórica* (SCHÜLLER, 2001, p.17).

Como citado acima, o presente trabalho abordará as relações pederásticas, ou seja, aquelas realizadas entre um erasta, aristocrata experiente da vida social em Atenas e um erômeno, jovem com idade variante entre 12 e 18 anos (VRISSIMTZIS, 2002, p.104) através de uma análise de parte da obra de Platão que retrata tal assunto. Há na historiografia uma controvérsia no que diz respeito à idade exata em que o jovem deveria cessar a relação com seu erasta, mas todos entram em consenso ao afirmar que essa era interrompida assim que o jovem entrava na idade adulta. No presente trabalho foi adotada a faixa etária apresentada por Vrissimtzis para a designação da idade do mancebo envolvido na pederastia.

Antes que seja iniciada a análise, faz-se necessária a apresentação do filósofo em questão, suas principais obras e a seguir, a discussão historiográfica acerca das práticas homossexuais e sua aplicação na Paidéia grega.

Platão, filósofo discípulo de Sócrates, nasceu em Atenas por volta de 427 a. C e seu verdadeiro nome era Aristoclés. Platão deriva de "Plato", que significa "largura", provavelmente uma referência a seu porte físico forte e vigoroso. Filho de Ariston e de Perictione, descendente de Sólon e sobrinho de dois dos "Trinta Tiranos", Critias e Cármides, que governaram Atenas em 403 a.C., Platão recebeu em sua juventude uma educação apurada, combinada de matemáticas, literatura e música. Tornou-se discípulo de Sócrates aos vinte anos, passando a ser seu maior porta-voz, exercendo, posteriormente, fortes influências na filosofia, literatura, língua e religião grega.

Iniciou-se cedo na vida política, mas abandonou suas idéias iniciais ao desiludir-se com o comportamento dos ditadores atenienses, no governo dos "Trinta Tiranos", após a derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso. Entretanto,

no decorrer de sua vida, nutriu aspirações políticas, mas sentiu-se totalmente desmotivado com as mesmas após a execução de seu mestre e companheiro Sócrates, em 399 a. C.

Abandonou Atenas e partiu em uma viagem que durou doze anos. Visitou vários lugares, entre eles Mégara, a Magna Grécia e Taras, onde, em 400 a. C., conheceu o político e matemático Arquitas. Em Siracusa, tornou-se amigo de Dion, parente de Dionísio I, tirano que governou a cidade de 405 a. C. a 367a. C. Em decorrência de contestações por parte do tirano em relação a suas idéias, foi expulso da cidade e vendido como escravo em Egina, então inimiga dos atenienses. Reconhecido e libertado por um amigo, Anicero, Platão retorna à Atenas e por volta de 387 a. C., funda a *Academia*. Ali permaneceu por trinta anos, quando em 365 a. C. e em 361 a. C. esteve novamente em Siracusa a pedido de Dionísio II. Frustrado com a tentativa sem retorno de por em prática a filosofia nessa cidade, Platão retorna à Atenas, ali permanecendo até sua morte, em 347 a. C.

Segundo Paul Tannery, Platão trata-se de uma exceção dentre os demais escritores da Antigüidade, pois sua obra chegou completa em nossos dias (TANNERY, 2002, p.14). A divisão mais antiga dos escritos platônicos é a de Trasiló, e, apesar de alguns aspectos desta disposição serem deficientes, pouco se acrescentou a ela, prevalecendo, na atualidade, a ordem cronológica como maior critério de classificação.

A alguns títulos são atribuídas dúvidas de autenticidade, mas dos seus 43 diálogos e 13 cartas, 27 diálogos e as Cartas VI, VII e VIII são considerados autênticos e desses, apenas 8 diálogos nunca sofreram nenhuma contestação, sendo estes, o *Fédon*, o *Teeto*, o *Banquete*, o *Fedro*, o *Protágoras*, o *Górgias*, a *República* e o *Timeu*.

As obras de Platão que serão analisadas neste estudo sobre o Amor são o *Banquete*, *Lísis* e *Fedro*. Contudo, neste artigo, em decorrência da fase inicial em que se encontra a pesquisa, será abordado principalmente o *Banquete*.

Dos títulos citados acima, o *Lísis* é o mais antigo, compondo a primeira seqüência de diálogos escritos por Platão, entre 399 a. C. e 369 a. C. De acordo com Francisco de Oliveira, na introdução de sua tradução do texto, apesar de *Lísis* estar dentre as obras cuja autenticidade é questionada, outros escritos, como o livro III de *A Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, corroboram a seu favor (OLIVEIRA, 1995, p.9-10).

O diálogo principal de *Lísis* encontra-se no significado da amizade. Sócrates, Hipótales, Ctesipo, Menexeno e Lísis, os personagens. No decorrer deste colóquio, é discutido a quem se pode ter amizade, analisada a relação de

amizade entre dois tipos de amigo, o ativo e o passivo, e examinada a utilidade desta relação na Paidéia.

Em *Fedro*, novamente as relações entre ativo e passivo são postas em discussão, mas desta vez, tendo como eixo principal o amor filosófico entre amante e amado, tanto no discurso de Lísias, lido por Fedro a Sócrates, quanto na crítica e elaboração de uma oratória por parte de Sócrates em contrapartida ao discurso de Lísias.

Já o *Banquete*, trata-se de um diálogo redigido por Platão, narrado por Apolodoro, relatando um banquete realizado na casa de Agatão, onde novamente o Amor é posto em debate. Sócrates e os demais convidados de Agatão, componentes da aristocracia ateniense, discursam sobre o Amor, não enquanto idéia, mas como o próprio deus Eros. Na verdade, tecem cada um, de acordo com sua formação, uma espécie de hino em exaltação ao deus, consagrando suas principais características e levantando suas conseqüências na vida dos seres humanos. Em relação às negatividades oriundas da influência de Eros sobre um amante, não é posta em discussão as relações entre "iguais" ou entre um homem e uma mulher, mas sim, a superficialidade de alguém que procura no outro a obtenção de prazer, ou seja, o amor banal que visa simplesmente a satisfação carnal daquele que a busca.

Ao analisar as obras apresentadas, percebe-se que o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo era algo natural à sociedade ateniense, mas Dover alerta que é necessário distinguir o que era uma particularidade do discurso platônico e o que os atenienses sentiam em relação à pederastia (DOVER, 1994, p.29). No entanto, o envolvimento afetivo entre pessoas do sexo masculino era encarado com certa naturalidade em Atenas, uma vez que há uma boa quantidade de artes visuais gregas que relatam situações onde aparece um homem adulto acariciando um jovem ou tentando conquistá-lo através de presentes. Sem dúvida, Platão era fruto de seu meio, e mesmo podendo ser tendencioso em seu discurso, é prova de que as práticas homossexuais existiam e compunham a vida do cidadão de Atenas do período clássico.

A pederastia era perfeitamente aceita pela sociedade ateniense, desde que se tratasse do envolvimento, como dito anteriormente, de um adulto com um jovem. A naturalidade pela qual Atenas encarava a relação entre erasta e erômeno pode ser explicada por esta espécie de envolvimento estar inserida no seio da sociedade há muito tempo. Jean Melville, em uma nota de rodapé em sua tradução de *Fedro*, afirma que a origem das relações entre pessoas do sexo masculino é oriunda dos dóricos, e foi através da educação espartana e da

educação caserna que tais práticas enraizaram-se na Grécia (PLATÃO, 2002, p.62). Em Atenas seu objetivo era a formação do rapaz, sua inclusão social e a preparação deste para ingressar à vida adulta. O erômero era educado pelo erasta até que os primeiros pêlos do rosto aparecessem, cessando a relação pederástica. Conforme apresentado acima, não há nos trabalhos historiográficos a existência de uma idade fixa pré-determinada para o fim do contato entre erasta e erômeno, mas é importante salientar que tal contato não poderia continuar após o jovem ter atingindo sua maturidade.

A relação entre dois homens na mesma faixa etária era discriminada, e se o cidadão se prostituisse, era julgado, podendo até perder seus privilégios de cidadão. Tal julgamento se agravava se a prostituição fosse feita por um cidadão a um escravo ou a um meteco. Keneth Dover dedica um capítulo de seu livro *"A Homossexualidade na Grécia Antiga"* intitulado *"A Acusação de Timarco"*, onde Timarco, possuidor de um papel ativo na vida pública de Atenas, foi acusado de ter se prostituído em sua juventude, sendo levado a julgamento e tendo seus direitos de cidadão cassados. Neste capítulo, Dover apresenta o que era considerada prostituição pelos atenienses desse período, as leis aplicadas e as defesas contra a acusação de prostituição. Dentre as penas apresentadas neste capítulo, está a que concedia a qualquer cidadão o direito de

ridicularizar e censurar qualquer outro ateniense, por qualquer forma de conduta, real ou alegada, que pudesse ser apresentada como desvantajosa para a comunidade como um todo, (...). Evidências para um grau incomum de entusiasmo por relações homossexuais ou heterossexuais eram motivos múltiplos para censuras morais: o entusiasta tinha uma tendência maior do que as outras pessoas para cometer crimes tais como o estupro e o adultério, e mais tendências a adquirir dinheiro de maneira desonesta, usando-o como instrumento para prazer sexuais comprado (DOVER, 1994, p.41).

Através desse trecho, pode-se observar que, diferentemente do que pensam a maioria das pessoas em relação à inexistência de discriminação por parte dos atenienses no que diz respeito às "relações homossexuais" no período clássico, os que possuíam impulsos sexuais unicamente por "iguais" e desejavam continuar tendo relações sexuais com homens após o período destinado à pederastia, eram ridicularizados e tratados com desprezo pela sociedade. Essas discriminações podem ser observadas em peças teatrais, nas obras filosóficas e nos registros escritos em geral. Bremmer afirma que o relacionamento de Pausânias e Agatão, relatado em o *Banquete*, foi alvo de zombaria na comédia grega.

A comédia grega geralmente zomba do trágico Ágaton que, tendo se tornado adulto, ainda continuava a desempenhar o papel de rapaz em seu relacionamento com Pausânias (que é mencionado em o Banquete, de Platão), raspando a barba. Esse é o único relacionamento conhecido na antiga Grécia que se parece bastante como o homossexualismo moderno, embora mesmo esses amantes, aparentemente, não pudessem aparecer em público como 'um casal de adultos' (BREMNER, 1995, p.21).

A pederastia tratava-se, acima de tudo, de uma relação de desigualdade e com objetivos instrutivos, onde "o mais velho sentia nascer em si uma vocação pedagógica, fazia-se mestre de seu amado, apoiando-se sobre essa nobre necessidade de emulação" (MARROU, 1990, p.57). Longe de ser análoga a "pedofilia", a pederastia "denotava afeição espiritual de um homem adulto por um garoto e por conseguinte, não possuía significado e conteúdo obscenos" (VRISSIMTZIS, 2002, p.100). Tinha o intuito pedagógico de preparação e inserção do rapaz na sociedade ateniense, para que o mesmo pudesse gozar de seus direitos e deveres de cidadão.

Enquanto durava o relacionamento, o "erastês" ensinava ao "erômenos" as maneiras de comportamento, regras de cortesia, os valores morais, a disciplina, mas também as noções básicas sobre a vida social, legislação e negócios exteriores da cidade (VRISSIMTZIS, 2002, p.106).

Vrissimtzis afirma que, na maioria das vezes, a cópula anal era inexistente, uma vez que a penetração na vagina, no ânus ou na boca rebaixava quem a recebia, sendo isso inconcebível a um futuro cidadão (VRISSIMTZIS, 2002, p.107-108). E o contato sexual fora dos padrões "naturais" da pederastia apresentava-se como a dominação do ativo sobre o passivo, implicando no rebaixamento deste último a categoria de mulher ou escravo, que na sociedade ateniense não eram tidos como cidadãos. Contudo, há um trecho de "o Banquete", onde, num discurso sobre a existência de almas que procuram sua outra metade, seja ela homem ou mulher, dependendo da natureza da alma, Aristófanes sugere uma possível relação amorosa entre Agatão e Pausânias:

O motivo disso é que nossa antiga natureza era assim e nós éramos um todo; é portanto ao desejo e procura de todo que se dá o nome de amor. (...) E que não me suspeite Eriximaco, fazendo comédia de meu discurso, que é a Pausânias e Agatão que me estou referindo – talvez também estes encontrem-se no número desses e são ambos de natureza máscula – mas eu no entanto estou dizendo a

respeito de todos, homens e mulheres, que é assim que nossa raça se tornaria feliz, se plenamente realizássemos o amor e seu próprio amado cada um encontrasse, tomado à sua primitiva natureza (PLATÃO, 1995, p.193).

Provavelmente, neste caso deveria ocorrer contato sexual uma vez que de acordo com Jan Bremer, Agatão raspava sua barba para continuar relacionando-se com Pausânias (BREMNER, 1995, p. 21).

No fragmento "talvez também estes encontrem-se no número desses e são ambos de natureza máscula" Aristófanes indica que Pausânias e Agatão pertencem ao grupo que procura sua outra metade entre pessoas do sexo masculino, sem que com isso sejam efeminados. Outro trecho do discurso de Aristófanes apresenta a tendência de homens que relacionam-se exclusivamente com outros homens, sem que com isso percam sua masculinidade:

E todos os que são corte de um macho, e enquanto são crianças, como corticulos do macho, gostam dos homens e se comprazem em deita-se com os homens e a eles se enlaçar, e são estes os melhores meninos e adolescentes, os de natural mais corajoso. Dizem alguns, é verdade, que eles são despidos, mas estão mentindo; pois não é por despidos que fazem isso, mas por audácia, coragem e masculinidade, por acolher o que lhe é semelhante (PLATÃO, 1995, 192).

Na frase "gostam dos homens e se comprazem em deita-se com os homens e a eles se enlaçar", Platão informa-nos que em alguns casos havia a relação sexual entre erasta e erômeno. Apesar do coito ocorrer em tais relações ele não era essencial, segundo outro trecho do discurso de Aristófanes em o Banquete:

Quando então se encontra com aquele mesmo que é a sua própria metade, tanto o amante do jovem como qualquer outro, então extraordinárias são as emoções que sentem, de amizade, intimidade e amor, a ponto de não quererem por assim dizer separar-se um do outro nem por um pequeno momento. E os que continuam um com o outro pela vida afora são estes, os quais nem saberiam dizer o que querem que lhes venha da parte um do outro. A ninguém com efeito pareceria que se trata de união sexual, e que é porventura em vista disso que um gosta da companhia do outro (...) (PLATÃO, 1995, 192).

Uma outra passagem de o Banquete que corrobora com a contestação da idéia de Vrissimtzis sobre a inexistência as relações sexuais na pederastia,

expõe um desabafo de Alcebiades quando este relata que estando um dia a sós com Sócrates

pensava logo que ele iria tratar comigo o que um amante em segredo trataria com o bem amado, e me rejubilava. Mas não, nada disso absolutamente aconteceu; ao contrário, como costumava se por acaso comigo conversasse e passasse o dia, ele retirou-se e foi-se embora (PLATÃO, 1995, 217).

A concepção de amor para os gregos era distinta da contemporânea ocidental da qual conhecemos. Entre eles não havia a idéia de opção sexual, portanto não se consideravam nem hetero, nem homossexuais. Na verdade, os atenienses relacionavam-se com mulheres com o objetivo de procriação, e com os rapazes no intuito de buscar "o belo no que é belo", ou seja, o amor filosófico que está muito além do corpo, mas na alma. Diferentemente do que reivindicam os casais homossexuais da atualidade, os erastas e erômenos não protestavam em pró de uma união estável legalizada onde pudessem constituir famílias, mas viviam a pederastia enquanto instituição pedagógica, que visava inserir no jovem o "amor pelo belo" e as virtudes de um cidadão, ensinando-o a ser um bom amante.

Segundo a obra de Platão, há dois tipos de amantes, o bom e o mau, sendo o bom amante aquele que busca no amado aquilo que era belo, não se referindo apenas a beleza externa, mas principalmente a beleza da alma, e o mau amante o que é fútil por buscar somente a beleza dos corpos para sua satisfação sexual. Nos trechos a seguir, o primeiro de o *Banquete* e o segundo do *Fedro*, podemos perceber esta distinção:

E é mau aquele amante popular, que ama o corpo mais que a alma; pois não é ele constante, por amar um objeto que também não é constante. (...) Ao contrário, o amante do caráter, que é bom, é constante por toda a vida, porque se fundiu com o que constante (PLATÃO, 1995, 183).

Eis, caro rapaz, o que é necessário ter em mente; deves saber que o amor de um homem apaixonado não provém de um sentimento benévolo, mas, como o apetite ao comer, da necessidade de satisfazê-lo (PLATÃO, 2002, p.74).

Para os atenienses as mulheres eram desprovidas de intelecto, portanto esse amor transcendental não poderia ser encontrado nelas, sendo exclusivo ao amor entre dois homens, dentro dos limites impostos pela instituição pederástica. Na sociedade ateniense (e na grega de uma forma geral) as mulheres possuíam pouca representatividade, exercendo apenas funções domésticas e de ínfimo prestígio. É admirável a importância dedicada à

sacerdotisa Diótima, em o *Banquete*. Sócrates louva o discurso de Diótima dirigido a ele em tempos anteriores ao narrado no diálogo platônico e o reproduz aos demais convidados do banquete, coisa rara naquele tempo por tratar-se das reflexões de uma mulher.

Através do estudo até agora realizado, fica evidente a distinção entre as relações pederásticas na Atenas nos séculos V e IV a. C. e a homossexualidade ocidental moderna. Longe de ser um "paraíso gay" ou um local onde casais homossexuais pudessem constituir famílias e orgulhar-se de sua opção sexual declarada, a cidade de Atenas concedia ao Amor importante papel na vida de seus cidadãos, elevando Eros, algumas vezes, como observado em trechos de o *Banquete*, a posição de um dos mais importantes deuses entre o demais da mitologia grega. "Assim, pois, eu afirmo que o Amor é dos deuses o mais antigo, o mais honrado e o mais poderoso para a aquisição da virtude e da felicidade entre os homens, tanto em sua vida como após sua morte" (PLATÃO, 1995, 180).

Finalizando, não cabe ao homem contemporâneo julgar se as práticas homossexuais em Atenas eram corretas ou erradas. O papel dos trabalhos historiográficos é aproximar-se da concepção de como estas relações eram encaradas e qual a importância das mesmas na vida do ateniense do período clássico, além de, conforme afirma Magali Engel, auxiliar na compreensão dos "significados mais profundos e complexos das relações hetero e homossexuais no mundo contemporâneo" (ENGEL, 1997, p.301). Ainda há muito campo a ser explorado, já que a pesquisa até agora realizada encontra-se em sua fase inicial, mas desde já fica apresentada a relação entre as práticas homossexuais em Atenas, no período clássico e a obra filosófica de Platão.

• **ABSTRACT:** *The Athenian society of the classic period granted to the homosexual practices important role in their citizens' formation, possessing the pederasts' relations, respectable function in the Athenian Paideia. The philosopher Plato approaches partly of his work the Love and among their countless forms the pederast love, being his speech, one of the most important sources of the singularity of the homosexuals practices in Athena in the V and IV centuries b. C.*

• **KEYWORDS:** *pederastia; erasta; erômeno; citizen; homosexuality.*

FONTES:

PLATÃO. *Fedro*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002. 127 p.

_____. *Lísis*. Trad: Francisco de Oliveira. Brasília: UnB, 1995. 90p.

_____. *O Banquete*. Trad: J. Cavalcante de Souza. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 204 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BREMMER, Jan. Pederastia Grega e Homossexualismo Moderno. In: *De Safo a Sade: Momentos na História da Sexualidade*. Org: Jan Bremmer. Trad: Cid Knipel Moreira. Campinas: Papyrus, 1995. p.11-28.

DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. Trad: Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 1994. 333 p.

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: *Domínios da História*. Orgs: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.297-311.

MARROU, Henri Irénée. Da Pederastia Como Educação. In: *História da Educação na Antiguidade*. Trad: Mário Leônidas Casanova. 5ª reimp. São Paulo: EPU, 1990. p.51-65.

OLIVEIRA, Francisco de. Introdução. In: PLATÃO. *Lísis*. Trad: Francisco de Oliveira. Brasília: UnB, 1995. p.9-32.

SCHÜLLER, Donaldo. A escrita de Platão. In: *Eros: Dialética e Retórica*. São Paulo: USP, 2001. p 13-25.

SNODGRASS, Mary Ellen. Platão. In: *Clássicos Gregos*. Trad: Saul Barata. Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1988. p.327-373.

TANNARY, Paul. A vida, a obra e doutrina de Platão. In: PLATÃO. *Fedro*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002. p.11-49.

VRISIMTZIS, Nikos A. Pederastia. In: *Amor, Sexo & Casamento na Grécia Antiga*. Trad: Luiz Alberto Machado Cabral. São Paulo: Odysseus, 2002. p.100-114.

BÁRBAROS REBELDES: O CASO DA REVOLTA DE BOUDICA

Rafael de Abreu e SOUZA*

- RESUMO: O exército localizado nas Províncias Romanas implicava cobranças de impostos às sociedades civis e tribos próximas aos acampamentos. Nem sempre estas populações concordavam pacificamente com a presença deste exército e as influências que causava: este foi o caso da Revolta celta de Boudica.
- UNITERMOS: Império Romano; Províncias; *Britannia*; Revolta de Boudica.

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre as taxações implicadas pelo exército romano às províncias onde se encontravam, no caso a *Britannia*, e as conseqüências que poderiam causar frente às populações locais, tal o caso da Revolta de Boudica (60 d.C.). Este tema acaba nos remetendo a assuntos mais amplos como o sistema de abastecimento do exército durante o principado, mais particularmente no reinado de Nero, e a política romana frente às populações bárbaras, mesmo as já em processo de romanização ou romanizadas – outro assunto que pode ser tocado a partir do presente tema. Para tal serão utilizadas fontes escritas e fontes materiais, para uma compreensão mais ampla.

Fontes

Neste estudo serão utilizadas basicamente três fontes literárias: Suetônio, Tácito e Dio Cássio. Embora o primeiro não fale diretamente sobre a Revolta de

* Graduando do curso de História da UNICAMP. Sob orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. Bolsista: CNPq.

Boudica, será utilizado como referência ao período do governo de Nero e alguns acontecimentos deste, que nos remetem indiretamente à revolta. Já os dois últimos abordam diretamente a revolta, suas causas e conseqüências. Mas cada um dá sua interpretação dos acontecidos e temos, por isto, que falar um pouco de cada um deles.

Gaius Suetonius Tranquillus (c. 70-140 d.C.) nasceu em uma abastada família do Norte da África; seu tio serviu como governador da *Britannia*. Suetônio fez carreira em meio civil nos arquivos imperiais e como, chefe da biblioteca, escreveu biografias de muitos homens ilustres agrupados por profissão. Sua obra mais importante foi *As Vidas dos Doze Césares*, a qual começa com Júlio César (morto em 44 a.C.) e termina com Domiciano (81-96 d.C.). Ele fez amplo uso dos arquivos oficiais em suas biografias, até ser demitido de sua posição em 122 pelo Imperador Adriano por desrespeitar a Imperatriz Sabina.

Segundo Mellor (1998), os historiadores romanos viam-se como artistas literários que promoviam modelos morais e uma perspectiva política em seus trabalhos; Suetônio está fora desta tradição, já que inclui várias histórias vulgares, as quais não seriam adequadas a uma história literária. Quanto à estruturação de sua obra, depois uma breve narrativa cronológica, organiza o material nas biografias por tópicos: façanhas, atos infelizes, características pessoais, jogos, guerras, etc. Suetônio é especialmente importante, pois faz muitas referências a aspectos culturais, literários e até científicos que não podem ser encontrados em outro lugar.

Cornelius Tacitus (c. 55-117 d.C.) vem também de uma abastada família do sudeste da Gália, recebendo seu primeiro cargo público sob o reinado de Vespasiano (69-77), e sob Tito (79-81) foi eleito *quaestor* e entrou para o Senado. O imperador Domiciano fez de Tácito *praetor* e ele serviu como maior oficial provincial de 89 a 93 (MELLOR, 1999, p.77). Sua boa habilidade de oratória e seu favorável casamento com a filha do senador gaulês Julius Agricola, colaboraram para que Tácito avançasse rapidamente a cargos oficiais mais altos durante a Dinastia dos Flávios. Seus primeiros livros foram *Agricola* e *Germania*, e posteriormente vieram *Historias* e *Anais*, com as quais, segundo Mellor (1998, p.391), Tácito tornou-se o maior historiador que o mundo romano produziu. Ele escreveu história para passar julgamentos morais e políticos no passado e por meio disto ter influência sobre o futuro. Não está preocupado com explicações sociais ou econômicas; ele se foca na vida política, na perda de liberdade, e no que Mellor descreveu como "*pathology of power*" (patologia do poder) (MELLOR, 1999, p.394).

Dio Cássio Cocceianus (c. 150-235 d.C.) é proveniente da Bitínia, na Ásia Menor, tendo ido para Roma após a morte de seu pai (governador da Cilícia) em

180, após o que entra para o Senado; teve relações íntimas de amizade com alguns imperadores, ocupando altos cargos, tais quais o de governador de Pérgamo e Smyrna, cônsul em 220, pro-cônsul da África, etc. Escreveu sua *História Romana* em grego, a maior parte no primeiro quarto do século III d.C., obra que aborda desde a legendária trajetória de Enéias à Península Itálica ao reinado de Alexandre Severo (222-235) (CARY, 1990, p.XII). Despreza as campanhas de Sétimo Severo à *Britannia*, embora fossem contemporâneos, pois Dio Cássio não acompanhou a expedição britânica em pessoa e, mais importante, "*he was unable to make any distinction between what was trivial or uncorroborated and what was historically significant and verifiable*"¹ (BLACK, 2001, p.415).

No que concerne às fontes materiais, serão especialmente utilizadas as ânforas, tendo em vista que através dela podemos fazer um estudo considerável sobre o sistema de abastecimento do exército durante o principado e o que acontecia com este para que houvesse taxações nas províncias, algumas vezes causando revolta das populações taxadas, tal qual ocorrera na Revolta de Boudica. As ânforas romanas eram vasos recipientes cerâmicos destinados ao transporte a longa distância de vinho, azeites, salações e outros condimentos alimentares, ou seja, mercadorias para troca, no seu sentido amplo, incluindo-se aí práticas ligadas à reciprocidade, à redistribuição ou ao comércio (FUNARI, 2000) – variavam de 40 a 110 cm de altura com capacidade de 10 a 90 litros (FUNARI, 1988, p.33). Cada forma destinava-se a um produto específico de certa região, o que significava, segundo Funari, do ponto de vista arqueológico,

que a presença de uma certa forma de ânfora *indica* o consumo ou a produção de um determinado produto (...) existindo dezenas de formas diversas, destinadas (...) a dezenas de produtos diversos, tornava-se imperativo o reconhecimento, pela própria configuração do vaso, do conteúdo no seu interior, permitindo um encaminhamento de cada tipo para seu devido lugar (FUNARI, 1988, p.34-35).

Daí que não serão utilizadas todas e qualquer ânforas neste estudo, mas sim as chamadas Dressel 20, as ânforas mais comumente encontradas na região que hoje equivale à Inglaterra. Tais ânforas se identificam como globulares, de grande tamanho e asas ovaladas, paredes grossas e pescoço curto (FUNARI; CARRERAS, 1998, p.5).

¹ Ele não era capaz de empreender qualquer distinção entre aquilo que era trivial ou não confirmado daquilo que era historicamente significante e verificável.



Figura 1: Dressel 20²

A Revolta de Boudica (60 d.C.)

Pode parecer irônico que o menos belicoso dos imperadores do século I tenha se envolvido em sucessivos problemas militares, tais quais as guerras na Armênia (58 d.C.), Bretanha, na fronteira Reno-Danubiana e contra os judeus (66 d.C.). Contudo, preocupada em corrigir afirmações contidas nas fontes antigas, a historiografia tem desvendado novos aspectos da vida do Principado durante o reinado de Nero (54-68 d.C.). Fala-se hoje de política interna e política econômica ao lado de uma diligente e oportuna diplomacia deste Imperador. Particular atenção vem sendo dada à ativa política oriental e esforço do jovem soberano para conciliar as duas faces do mundo romano, o oriente e o ocidente (RIBEIRO, 1989, p.36). Para Ribeiro (1989), a historiografia antiga não compreendeu a amplitude desta política de renovação: Tácito, Suetônio e Dio Cássio, nas suas hostilidades a Nero, não viram senão a decadência e “a destruição de uma civilização arrastada à infâmia pela tirania e a crueldade de um monstro” (RIBEIRO, 1989, p.36). A partir de Augusto, importa assinalar, a

² Disponível em: www.potsherd.uklinux.net/atlas/Ware/DR20. Acessado em: 11/06/2003.

política externa de Roma foi caracteristicamente defensiva. O império não se preocupou em anexar ou colonizar novos territórios para eliminar zonas de pressão como as que havia nas fronteiras do Reno e da Armênia. A situação praticamente não se alterou nos primeiros anos do governo de Nero, dado que na Armênia o objetivo era conter os partos dentro de suas fronteiras e na Germânia, manter no Reno uma linha fortificada para guarnecer o *limes*. Nero tinha em mente, há que se reconhecer, um plano de assimilação das culturas romana e oriental: “*não era propriamente um programa de expansão, mas um projeto de estabilização através da renovação*” (RIBEIRO, 1989, p.36).

É no contexto deste governo que estoura a chamada Revolta de Boudica (ou Boadicea, em latim) em 60 d.C., ou seja, dezessete anos após a conquista da *Britannia* por Cláudio, em 43 d.C. Já havia contatos entre a Bretanha e o continente antes da conquista romana, o que é demonstrado através da presença de ânforas de vinho e azeite e outras mercadorias na ilha, contato este que se tornou direto com as incursões de César em 55 e 54 a.C. Para Webster, o interesse de César na Bretanha foi sem dúvida inspirado nas esperanças de obter chumbo, tal como na Gália, mas também, talvez, para superar seu rival Pompeu, se aventurando além do mundo conhecido (WEBSTER, 1996, p.625). Porém, pode ser considerada causa o fato de que Júlio César soube das próximas relações entre as tribos do sudeste britânico e as do nordeste gaulês através do canal, às quais aumentaram na época da invasão romana, usando isto como pretexto para apresentar ao Senado a evidência de que as tribos da Bretanha estavam enviando homens e abastecimento aos gauleses, portanto, aliados dos inimigos.

Mas é somente com Cláudio que a Bretanha é conquistada política e militarmente. Para Webster, a invasão desta por este imperador se deu pois a Bretanha “*would have been seen as a heaven-sent opportunity to divert public attention from precarious position and also to gain the support of his frontier armies, thus reducing his dependence on the guard*”³ (WEBSTER, 1996, p.629). No início do reinado de Cláudio, Cunobelinos, o mais poderoso rei britânico que havia subido ao poder, morre, e seus dois filhos, Togobubnus e Caratacus tomam seu lugar, sendo ambos bem opostos a Roma, o que acarretou perda de um lucrativo reino-cliente. Ao mesmo tempo, o Senado havia ignorado Cláudio, anulando seus atos imperiais e declarando uma República, entrando em conflito com a guarda pretoriana que o nomeia: este é o contexto da invasão da Bretanha – já que nesta havia considerável suporte a Roma (e mesmo que

³ teria sido encarada como uma oportunidade vinda dos céus, no sentido de desviar a atenção pública da posição precária, bem como ganhar o apoio de seus exércitos fronteiriços, reduzindo assim sua dependência da guarda.

antigas alianças estabelecidas por César tenham entrado em colapso e embora os Icenos mantivessem seu apoio, outros romanos ofereceram apoio às tribos como escape da dominação de Cunobelinos. Muitas tribos viram nos romanos uma salvação contra a opressão britânica; logo as tribos subjugadas buscaram alianças com Roma, recebendo alguns favores posteriormente). Para Wachter (1996), as causas da incursão de Cláudio são várias, tais quais sua ambição militar, agora imperador depois do assassinato de Calígula; a esperança de obter minerais e outras riquezas; a supressão final do druidismo e a questão estratégica: "if Britain were not invaded, the coast of Gaul would rewire protection from hostile force controlling the other side of Channel"⁴ (WACHER, 1996, p.507). Se o mesmo exército fosse estabelecido na Bretanha, estaria a salvo e isolado, com frescas fontes de comida e outros bens para abastecimento. Mas, quaisquer que fossem as razões, o fato é que o Imperador Cláudio invadiu a Bretanha.

Ele consegue invadir e colocar o exército vitorioso na capital, Camulodunum, com auxílio de 11 reinos, os quais aparecem em seu arco do triunfo. É difícil saber quais eram, mas acredita-se que eram aqueles que já possuíam termos com Roma, dentre os quais os Dobunni do norte, os Catuvellauni, os Atrebantes/Regni, os Icenos e os Brigantes (WEBSTER, 1996, p.630). Com a conquista, houve reorganização administrativa e parece que pequenas tribos foram absorvidas a unidades maiores, devido ao tamanho dos territórios divididos entre as tribos que se aliaram a Roma. Estas tribos ficaram conhecidas como "reinos-clientes", os quais Alston define como

*the modern term used to describe states over which the Romans exercised influence. Client states could vary from states which the Romans had treaty relations, but very little influence over, to states which the Romans controlled by appointing the monarch and closely supervising his or her activities. Roman power was exercised over the territory of the client state*⁵ (ALSTON, 1999, p.278).

Mas é no reinado de Nero que ocorre a dita Revolta. Suas causas podem ser atestadas pelas fontes escritas. Tácito relata desta forma a sua causa:

⁴ se a Bretanha não fosse invadida, a costa da Gália readquiriria proteção das forças hostis que controlavam o outro lado do Canal.

⁵ o termo moderno utilizado para descrever estados sobre os quais os romanos exerciam influência. Os reinos-clientes podiam variar, desde estados em que os romanos mantinham relações comerciais, mas pequena influência sobre, até estados controlados pelos romanos através da indicação do monarca e supervisão cerrada de suas atividades. O poder romano era exercido sobre todo o território do reino-cliente

O rei dos Icenos, Prasútago, cuja riqueza era afamada, instituiu herdeiras suas duas filhas conjuntamente com César, esperando assim por fora de perigo sua família; mas o contrário se deu, porque os centuriões, começando por espancar a esposa dele, Boudica, e violentar as filhas, devastaram o reino, e os escravos a casa, como se fossem uma presa de guerra. Os principais Icenos, como se todo o país fizesse parte da herança, foram despojados de seus haveres, e os parentes do rei reduzidos à escravidão (TÁCITO, p.220-221)

Após o que, a tribo se revoltou, conseguindo aliados. Mas por trás das razões pessoais da revolta, podemos perceber o abuso dos centuriões romanos. Quem eram estes? Segundo Petit, os centuriões eram oficiais subalternos, embora "a própria alma do exército romano" (PETIT, 1989, p.93), e na definição de Keppie, "soldiers of many years' experience, normally promoted from the ranks"⁶ (KEPPIE, 1996, p.372). Eles estavam alojados em Camulodunum, atual Colchester, na Inglaterra: quando as tropas foram transferidas para oeste em 49 d.C., uma colônia de veteranos foi fundada, "in order to make it possible for legion based there among the Trinovantes to be moved to South Wales where it might help in subduing the Silures"⁷ (ISAAC, 1993, p.317), e teria como finalidade agir como aviso contra rebeliões e familiarizar os aliados dos seus deveres legais. Segundo Tácito, um forte corpo de veteranos foi instalado em terras expropriadas, resultando na expulsão dos bretões (Trinovantes) locais tratados como escravos e tendo suas terras confiscadas – o exército apoiou os veteranos: "Camulodunum may have been a typical of citizen colonies on captured land; what may have exceptional was the native revolt that destroyed it (...) The army had to protect the colonists"⁸ (ISAAC, 1993, p.317-318). Geralmente os estudiosos dizem que as colônias de veteranos têm função militar defensiva, mas para Isaac (1993), os veteranos não eram uma real força de defesa, mas sim uma reserva estratégica a ser chamada em caso de emergência. Sua função militar, em outras palavras, seria permanecer dormindo em tempos de paz e funcionar como uma reserva militar em tempos de guerra (ISAAC, 1993, p.313).

Camulodunum já existia anteriormente, mas fora logo tomada durante a campanha de Cláudio: três ou quatro legiões somadas a auxiliares (sobretudo cavaleiros) bastaram para a empresa, que teve início com o desembarque das tropas em Rutupiae, marcha para o Tâmis e Londinum e, logo, conquista de Camulodunum; três colunas atingiram as regiões das tribos favoráveis (Icenos,

⁶ soldados com vários anos de experiência, normalmente promovidos de posto.

⁷ visando tornar possível à legião acampada entre os Trinovantes ser transferida para o Sul de Gales, donde poderia auxiliar na subjugação dos Silures.

⁸ Camulodunum pode ter sido uma típica colônia em terra dominada; o que pode ter sido excepcional foi a revolta nativa que a destruiu (...) O exército teve que proteger os colonos.

Catuvellauni, Regni e Belgae), após o que avançaram para os povos menos fáceis, mais apegados às montanhas (Dumnonii na Cornualha, Siluros em Gales e os Brigantes na Cadeia Penina) (PETIT, 1989, p.100).

Vemos ainda em Tácito o abuso dos militares para com os civis. De fato, há abundante evidência atestando hostilidade entre soldados e civis durante este período, e os historiadores são freqüentemente críticos de soldados, especialmente em tempos de guerra civil. Para Alston (1999), a corrupção dos soldados na Bretanha foi uma das maiores causas para a Revolta de Boudica. Para Wachter (1996), as causas foram das mais variadas: a tentativa forçada de redução dos Icenos após a morte do rei-cliente, Prasústago, e a recusa de Roma em reconhecer a rainha e suas filhas como sucessoras; a requisição de terra dos Trinovantes, incluindo seu principal ponto religioso, para servir como *territorium* da nova *colonia* em Colchester; a provável cara manutenção do novo culto imperial introduzido (a Cláudio) e a revolta como uma tentativa de tirar a atenção do governador Suetonius Paullinus (desde 58 d.C. no cargo) e sua campanha contra as principais cabeças do druidismo na Ilha de Mona, atual Anglesey (e, segundo Wachter, se esta foi a causa, falhou) (WACHER, 1996, p.509).

Nossas outras duas fontes são Suetônio e Dio Cássio. Este relata várias causas para a revolta:

*An excuse for the war was found in the confiscation of the sums of money that Claudius had given to the foremost Britons (...) another was found in the fact that Seneca, in the hope of receiving a good rate of interest, had lent to the islanders 40,000,000 sesterces that they did not want, and had afterwards called in this loan all at once and had restored to severs measures in exacting it.*⁹ (DIO CÁSSIO, 1982, p.83).

Portanto, teria sido as taxações abusivas que causaram um levante de algumas tribos bretãs, encabeçadas pela Rainha Boudica, dos Icenos. Isto também pode ser confirmado por Suetônio, quanto este diz que Nero estava cobrando excessivas taxas dos provinciais:

... [Nero] Não somente recebeu, mas chegou a exigir contribuições, indo quase ao ponto de esgotar a capacidade de pagamento das províncias e dos particulares.

⁹ Uma desculpa para a guerra foi encontrada no confisco de somas de dinheiro que Cláudio dera ao líder dos Bretões (...) outra residiu no fato de que Sêneca, na expectativa de receber uma taxa de juros considerável, emprestara aos ilhéus 40,000,000 sestércios que aqueles não desejavam, e posteriormente, reclamara o recebimento do empréstimo de uma só vez, requisitando severas medidas para obter seu intento.

A tantos males e opróbrios proporcionados pelo príncipe juntaram-se outras desgraças fortuitas:... um desastre na Bretanha [Revolta de Boudica], onde duas das nossas principais praças foram assaltadas [Camulodunum e Londinium], com extraordinária perda de cidadãos e aliados...(SUETÔNIO, 1956, p.292).

O primeiro embate ocorreu em Camulodunum, sendo esta cidade e Londinium destruídas (Tácito ainda fala em Verulamium); O governador Suetonius Paulinus reorganiza o exército e vence os revoltosos; Boudica teria se suicidado (RIBEIRO, 1989, p.42). Nos primeiros anos do reinado de Nero, o número de casos de corrupção envolvendo governadores e outros oficiais cresceu consideravelmente, visto que estes fizeram tentativa de elevar taxas e cobranças ilegais: *social unrest seems to have been a prominent feature of the period*¹⁰ (ALSTON, 1999, p.122), o que pode ser percebido pelas revoltas Judaica e de Boudica.

Para Carreras (2002), a garantia de abastecimento regular das tropas romanas provinha de três meios: do território local, da própria província onde estavam e de outras províncias do Império. Quanto ao abastecimento do território local, as unidades militares poderiam sustentar elas mesmas com suas próprias fontes ou através dos civis locais via taxas, requisições ou comércio. Se o exército quisesse manter pacíficas relações com seus vizinhos, requisições ou taxações especiais sobre as populações locais não deveriam ser feitas: "*most native revolts were brought about by soldiers' abuse in confiscating goods or collecting taxes*"¹¹ (CARRERAS, 2002, p.72), tais quais as rebeliões dos Trácios (26 d.C.), dos Frísios (28 d.C.), dos Batavos (69 d.C.) e a dos Icenos aqui estudada, acarretadas pela demanda excessiva do exército sobre as tribos locais, assim como pelos abusos de oficiais e soldados. Abordamos aqui, portanto, outro assunto que deve ser discorrido: o sistema de abastecimento do exército romano.

O abastecimento militar, o exército romano e os efeitos de sua permanência

Segundo Remesal (1986), os generais do final da República Romana perceberam que a melhor arma política para obter apoio do povo romano era encher seu estômago: já Pompeu e Júlio César se responsabilizam pela *cura annonae*, como demonstram as doações de azeite feitas ao povo, havendo a

¹⁰ distúrbios sociais parecem ter sido uma característica proeminente do período.

¹¹ diversas revoltas de nativos foram desencadeadas devido ao abuso de soldados ao confiscarem bens ou coletarem impostos.

annona sendo cada vez mais controlada pelo Estado. Ao mesmo tempo, a luta pelo poder havia colaborado para a formação de exércitos particulares, tendência que se consolidou sob Augusto ao estabelecer, unilateralmente, as condições ao serviço militar e ao dividir o império em províncias armadas e "pacíficas" (sem exército), reservando a ele mesmo o controle sobre as primeiras. Augusto, para manter a fidelidade deste exército pessoal "se verá precisado a pagar regularmente las soldadas, asegurar el alvituellamiento de todo cuanto el ejército en conjunto necesitase, y a garantizar la reinserción de los soldados en la vida civil una vez licenciados"¹² (REMESAL, 1986, p.80). Deste modo, para Remesal, o abastecimento da *plebs urbana* e do exército se converteu, desde o ponto de vista político, em um dos grandes problemas do Imperador, de modo que nas fontes literárias se encontram claramente exposta a idéia de que "buen Emperador es el que se ocupa de asegurar el abastecimiento de Roma y del ejército"¹³ (REMESAL, 1986, p.80): para satisfazer tais necessidades, seriam encaminhadas as maiores partes dos recursos econômicos que o Imperador dispunha em suas mãos, inclusive os de sua fortuna pessoal e do Estado.

Muitas vezes, os estudiosos acabaram por limitar o estudo sobre a *annona*, pois esta tinha sido vista como exclusivamente encarregada de abastecer Roma com o trigo, devido ao estudo das *frumentationes*, repartição de trigo aos cidadãos residentes em Roma. É em Dio Cássio que vamos encontrar uma clara definição das funções do *praefectus annonae*: obrigação de controlar não só o trigo, mas também de outros produtos, mantendo-os a preços acessíveis – em linguajar moderno, ele deveria "disponer de un stock de alimentos que le permitiera intervenir sobre el precio de mercado, mantenimiento así un 'precio político' de los alimentos básicos, y, en caso de carestía, subvenir a las necesidades básicas"¹⁴ (REMESAL, 1986, p.85), ou seja, controlar os preços do mercado em Roma. (Há que se ter em vista, ao estudarmos a palavra *annona*, que, embora vários pesquisadores a considerem como um mecanismo de redistribuição, *annona* significava também o preço de mercado (FUNARI, 2000). Portanto, a *annona* teria como função, em Roma, regular os preços do mercado, independente do abastecimento das *frumentationes*, enquanto que, nas

¹² ver-se-ia obrigado a pagar regularmente os soldos, assegurar o abastecimento de tudo quanto o exército em conjunto necessitasse e a garantir a reinserção dos soldados à vida civil uma vez licenciados.

¹³ o bom Imperador é aquele que se ocupa em assegurar o abastecimento de Roma e do exército.

¹⁴ dispor de um estoque de alimentos que lhe permitiria intervir sobre o preço de mercado, mantendo assim um "preço político" dos alimentos básicos, e, em caso de carestia, subsidiar as necessidades básicas.

províncias, teria função de encaminhar os recursos provinciais aonde a administração imperial mais necessitava, distribuindo alimentos tanto ao povo romano quanto ao exército: e é aqui que nos firmaremos).

Depois do trigo, o azeite era um produto imprescindível à vida romana, necessário não só à alimentação, mas também à iluminação, cosmética, farmacopéia e culto, e um conjunto de fontes, segundo Remesal (1986), nos mostra que o preço do azeite estava sob controle *annonario* em Roma desde a época de César. O consumo de um ingrediente original da dieta do soldado era sempre menos arriscado e reduzia o número de problemas digestivos em curto prazo; mas o azeite agia não só na parte física como também na psicológica: ele agia como signo de identidade cultural, mesmo que a um nível inconsciente (FUNARI & CARRERAS, 1998, p.68); outro aspecto que este produto abordaria seria solidariedade entre os legionários em um ambiente possivelmente hostil, criando uma mentalidade coletiva, e os diferenciando dos auxiliares (neofobia), além de estabelecer vínculos entre as populações centrais do Império e os legionários das fronteiras, já que ambos compartilhavam de uma mesma dieta, enquanto que as populações periféricas tinham dietas diferenciadas (FUNARI; CARRERAS, 1998, p.67).

O azeite de oliva era um produto completamente desconhecido até os primeiros contatos entre as comunidades da Idade do Ferro e o mundo romano, mas ânforas de azeite bético do tipo Dressel 20 estão presentes em sítios britânicos desta idade mesmo antes da conquista romana, representando, de acordo com Peacock e Williams, entre um terço e a metade do total de ânforas encontradas nesses sítios (PEACOCK; WILLIAMS *apud in* FUNARI, 2000). O consumo militar de azeite pode ser confirmado pela presença destas ânforas em diferentes guarnições e fortes, a exemplo de Vindolanda, bastante conhecida atualmente por suas tabuinhas singulares usadas para escrita cotidiana no quartel (FUNARI, 1992/1993, p.157), onde 95% de todos os fragmentos cerâmicos são de Dressel 20 (FUNARI, 2000) – é difícil avaliar com precisão a importação de azeite na Bretanha Romana, todavia devemos ressaltar que são estas as ânforas mais frequentemente encontradas em sítios britânicos. De acordo com Funari, seguindo a contagem dos selos de Dressel 20, na *Britannia* havia 650 selos na época Tibério-Trajano (14-117 d.C.), compondo 45,77%, a maioria, portanto, do total de selos encontrados. Na contagem por assentamentos, em Camulodunum (Colchester) dos 164 selos encontrados, a maior parte (46) é da época Julio-Claudiana, não sendo encontrados número maior em outros assentamentos na mesma época (FUNARI; CARRERAS, 1998, p.250-252). Há que se fazer um parêntesis aqui, para dizer que o azeite como produto não era uma opção livre e neutra do exército; como afirmou Funari,

*the references to sandals, socks and underpants in military records from Vindolanda shows that army units had freedom to buy or procure such items, whilst Dressel 20 amphorae from the same fort indicate that officers used a military supply network to bring in a somewhat imposed product, olive oil*¹⁵ (FUNARI, 2002, p.240).

Parece lógico supor que a administração militar organizava todo o transporte e consignação do azeite aos soldados, sem contar com o parecer destes, e deduzia os custos de seus soldos (FUNARI & CARRERAS, 1998, p.71).

Mas duas perguntas podem ser feitas ainda: de onde vinha o azeite e como é que chegava a Bretanha – e é aqui que entram as ânforas. O azeite de oliva produzido no vale do rio Guadalquivir, na Bética, no sudeste da Espanha, era importado nas ânforas denominadas Dressel 20, que foram produzidas pelo menos do século I ao III d.C., declinando no reinado de Galieno, quando a África se convertia no abastecedor quase exclusivo de Roma, ao ser incluída na prefeitura da Itália, enquanto a *Hispania* se alienava na prefeitura das Gálias (REMESAL, 1986, p.112), o que fez com que o número de ânforas deste tipo declinasse, concomitante ao crescimento do número de ânforas Dressel 23 e Nordafricanas. O azeite bético era obtido pelo Estado Romano através de taxas (*stipendium*), compras públicas e expropriações (*indictiones*), sendo contratados comerciantes privados (*negatiatores, mercatores, navicularii*), os quais recebiam o pagamento pelo transporte (*vecturae*) para carregarem a carga pública para um destino final, normalmente a cidade de Roma ou as fronteiras (CARRERAS, 2003, p.162). Carreras nos dá a seguinte explicação sobre o porquê da proeminência de ânforas béticas na Bretanha:

*the public redistributive system seems to be the most plausible explanation. African olive-oil was also part of the system, but it basically supplied the city of Rome as a part of the annona like Baetican olive-oil. Therefore, Baetican olive-oil contributed to supply of the western legions and Rome, whereas African olive-oil was preferentially consumed in the Urbs*¹⁶. (CARRERAS, 2003, p.164).

¹⁵ as referências à sandálias, meias e roupas de baixo em registros militares encontrados em Vindolanda apontam que unidades do exército possuíam liberdade para comprar ou obter tais itens, ao passo que ânforas Dressel 20 do mesmo forte indicam que os oficiais utilizavam uma rede militar de fornecimento para trazer, de algum maneira, o produto imposto, azeite de oliva.

¹⁶ o sistema de redistribuição pública parece ser a explicação mais plausível. O azeite de oliva africano também fazia parte do sistema, mas basicamente provia a cidade de Roma enquanto uma parte da *annona*, tal qual o azeite de oliva bético. Portanto, o azeite de oliva bético contribuía no provimento das legiões ocidentais e de Roma, ao passo que o azeite de oliva africano era consumido preferencialmente na *Urbs*.

As Dressel 20 carregavam estampas e inscrições (*tria nomina, titulis picti* e os selos) que nos possibilitam saber de onde vieram – não que fossem todas a carregar estas epígrafes, mas são estas as ânforas que mais as contêm. E a presença de ânforas béticas na Bretanha, controladas por um sistema imperial, a *annona*, nos mostra a amplitude do comércio interprovincial.

Podemos distinguir três maiores regiões importadoras na Bretanha: os sítios fronteiriços junto da Muralha de Adriano, os sítios fronteiriços a oeste (País de Gales) e as cidades da planície meridional da Ilha, Colchester (nossa antiga Camulodunum...) e Londres (FUNARI, 2000), o que poderia comprovar a presença de um exército na primeira, afora o relato de Tácito. Mas, as necessidades deste exército eram supridas pela combinação de importações de outras partes do império, exploração do *territorium* próximo ao acampamento (para Remesal, não existia uma especialização nas funções de caráter *annonario* e o exército recebia abastecimento tanto a partir da administração provincial como diretamente da administração local) e, para alguns, auto-abastecimento (REMESAL, 1986, p.91).

Na época da conquista da Bretanha, lá se encontravam quatro legiões: *Ila Augusta, VIIIa Hispania, XIIIa Gemina* e a *XXa Valeria*, além das tropas auxiliares, mas no período neroniano, Ribeiro afirma que parece ter sido a *XIVa*. Legião a responsável pela vitória sobre os revoltosos liderados por Boudica (RIBEIRO, 1989, p.42), enquanto Wachter (1996), a *IXa*. Legião, ambas somadas aos auxiliares. Uma legião era o esqueleto do exército imperial, tendo sido quase sempre sua unidade base: era um corpo de aproximadamente 4 a 5 mil homens divididos em coortes. Cada coorte era composta por seis centúrias, cada uma comandada por um centurião. As legiões de uma província estavam sob controle direto do pro-cônsul ou pro-pretor que era seu governador (KEPPIE, 1996, p.372) – no caso da revolta de Boudica, o governador e comandante das legiões da Bretanha era Suetônio Paulinus. Já os auxiliares eram corpos auxiliares, geralmente formados por não-cidadãos; para Petit (1989), eram compostos por estrangeiros, os quais serviam durante 25 anos, com soldo inferior ao dos legionários, sendo destacamentos que usavam ainda nomes tribais e originaram-se da necessidade de tropas ligeiras e móveis. Esta última necessidade deve ser compreendida tendo-se em vista que para este estudioso, a concentração do exército romano nas fronteiras impedia a adoção de um exército de cobertura que reforçaria um poderoso corpo de manobras estacionando no interior, dado que, mesmo sendo útil quanto à ação sobre povos pouco ativos ou subjugados, eram ruins frente a uma ameaça simultânea e em várias frentes (PETIT, 1989, p.87-88).

Com a historiografia atual há um crescente reconhecimento de que os britânicos, durante o período romano, foram muito mais romanizados do que se supunha até bem recentemente. Tácito, em *Agricola*, lamentou que "os britânicos desmoralizam-se por causa dos prazeres dos pórticos, das termas e dos banquetes", e todas estas atividades dependiam do uso do azeite, seja para unção ou iluminação; ou seja, os hábitos romanos estavam sendo, efetivamente, adotados de maneira generalizada na província (FUNARI, 2000). A isto alguns estudiosos chamam romanização, em oposição a aculturação: os bretões não deixaram de ter uma cultura própria, abandonando-a pela romana, mas sim uniram as duas formando uma espécie de cultura romano-céltica como bem explicitou Burnham (1996). Este entende romanização como "the way in which the natives reacted to the Roman presence, not the way in which Rome wrought cultural change"¹⁷ (BURNHAM, 1996, p.129), mudança esta que teria começado antes da conquista em 43 d.C., quando das relações diplomáticas e econômicas entre a Bretanha e o Império Romano. Não há como negar, porém, que, sendo a ocupação da Bretanha desigual, no sul com mais romanos que no norte e na Irlanda, o foi também o nível de romanização, o que, segundo James, gerou romanizações "diferentes" (JAMES, 2001, p.195). Hingley define romanização como

*the process by which native social groups in Roman Britain became progressively more 'Roman'. The assumption that native wished to become Roman, or more Roman, is argued to be the motivation behind the gradual transformation of material culture in the province from native to Romano-British throughout the three and a half centuries of Roman rule (from AD 43 to AD 410)*¹⁸ (HINGLEY, 1999, p.137),

sendo um processo direcional e progressivo. Exemplos disto podem ser percebidos na constituição das cidades britânicas, tendo Millet dito que eram resultado natural do desejo das elites indígenas de participar do estilo de vida romano (MILLET *apud in* FUNARI, 2000), e no uso da língua latina pelos bretões como língua viva, confirmando que "mesmo a cultura popular da Bretanha foi profundamente afetada pela romanização" (FUNARI, 2000) – deste modo, mesmo

¹⁷ o modo como os nativos reagiram à presença romana, não a maneira pela qual Roma promoveu mudança cultural.

¹⁸ o processo pelo qual grupos sociais nativos na Bretanha romana tornaram-se progressivamente mais "romanos". A hipótese de que os nativos desejavam tornar-se romanos, ou mais romanos, é proposta enquanto motivação por trás da gradual transformação da cultura material na província, passando do nativo para o romano-bretão através dos três séculos e meio de dominação romana (de 43 d.C. à 410 d.C.).

Tácito os chamando bárbaros (TÁCITO, p.221), bárbaros rebeldes, ainda reconhece que absorveram costumes romanos.

De fato, como afirma James, "the soldiers constituted the heart of another mechanism of 'Romanization' in the provinces, distinct from and more plebeian than 'elite negotiation' – based processes, and more important in some permanent frontier zones"¹⁹ (JAMES, 2001, p.197). A presença do exército teve substancial impacto no desenvolvimento econômico das províncias, na medida em que os soldados tinham de ser alimentados e vestidos, e tinham dinheiro para gastar. Mas afora as taxações, o impacto dos soldados em determinada cidade poderia se dar em menor escala: em Roma, por exemplo, a concentração militar deve ter estabelecido relações com os civis, o que, para Coulston (2000), tinha impacto negativo e positivo: positivo no sentido em que haveria benefícios econômicos ao setor da população que provia serviços e bens às tropas (construtores, escultores, cortadores de couro, trabalhadores de metais e têxteis, prostitutas, etc.). Mas negativo, pois era inevitável que as relações entre soldados e civis se tornassem próximas, apesar dos avisos oficiais para mantê-los separados; havia, assim, soldados que abusavam de seu *status* e poder, requisitando propriedades, e violência física aos civis e arrogância militar eram comumente atestadas pela evidência provincial. Entretanto, também não devemos pensar que todos os soldados o faziam, dado que o mau comportamento era registrado, enquanto que o bom passava sem registro:

*a certain level of brutality is to be expected of all soldiers in all historical periods, especially those with the institutional structure of a regular army to support them, with compliant or corrupt officer, and in times of weak central government*²⁰ (COULSTON, 2000, p.90).

Assim era o abastecimento do exército romano nas províncias e o efeito de sua permanência meio às populações locais; a presença de um exército nelas nem sempre estabelecia relações amigáveis com os civis (bárbaros), tal como vemos na Revolta de Boudica, mesmo que estes já estivessem em vias de tomarem-se "romanos".

¹⁹ os soldados constituíram o coração de outro mecanismo de 'romanização' nas províncias, distinto da e mais plebeu que a 'negociação da elite' - base de processos, e mais importante em algumas zonas fronteiriças permanentes.

²⁰ um certo nível de brutalidade deve ser esperado de todos os soldados em todas as épocas históricas, notadamente naqueles em que há uma estrutura institucional de um exército regular para apoiá-los, com oficiais coniventes ou corruptos, e em épocas de existência de um fraco governo central.

Conclusão

Tendo em vista estes pressupostos, podemos estudar a Revolta de Boudica, em 60 d.C., meio a uma população provincial que já vinha sofrendo os efeitos da romanização há mais de um século (tendo em vista que antes da invasão de Cláudio, a Bretanha já mantinha relações com os romanos), do ponto de vista do impacto que o exército causava numa província, juntamente com todo o aparato que trazia do sistema de abastecimento militar, parte da *annona*,

*the redistribute mechanism that supplied corn and other products to the populace of Rome at a reasonable price. The Roman army may have employed a similar mechanism or even the same institution to obtain the required supply from the producing provinces*²¹ (CARRERAS, 2003, p.80),

segundo Carreras. Todavia, algumas perguntas permanecem, e somente mais estudos, e maiores aprofundamentos, nos permitiriam deduzir o porquê da necessidade de taxações sobre as populações locais, próximas aos exércitos alojados nas províncias, dado que isto nos faz pensar se o sistema de abastecimento militar era suficiente para suprir as necessidades do exército, ou se não o era, e daí a necessidade das taxações; podemos pensar também se o custo do transporte somente permitia a chegada aos soldados de certos víveres, outros tendo de ser adquiridos nas próprias províncias, via compra ou taxações. Suetônio vai nos mostrar também que o sistema de abastecimento e as taxações nas províncias estavam muito ligados à riqueza do Imperador, a qual muitas vezes se confundia com a do Estado, quando nos diz que Nero, falindo os cofres públicos, teve de chegar ao ponto de extorquir das províncias mais do que poderiam fornecer – e estas contribuições poderiam ter partido do exército ali localizado.

Não estamos negando outras possíveis causas da revolta de Boudica, como religiosas ou políticas, mas queremos explorar a vertente dos abusos e taxações que o exército romano promoveu às tribos celtas na Bretanha; e se envolveu o exército e taxações, liga-se diretamente à questão do abastecimento militar.

Portanto, o presente ensaio buscou mostrar como as taxações implicadas pelo exército romano à província da *Britannia* podem ter afetado e produzido conseqüências frente à população local, levando à Revolta de Boudica (60 d.C.).

²¹ o mecanismo de redistribuição que provia trigo e outros produtos a população de Roma a preços razoáveis. O exército romano pode ter empregado um mecanismo similar ou até a mesma instituição para obter o suprimento requisitado das províncias produtoras.

Este tema acabou nos remetendo a assuntos mais amplos como o sistema de abastecimento do exército sob Nero, e a política romana frente às populações bárbaras, mesmo as já em processo de romanização, sendo usado para tais fontes escritas e fontes materiais.

- **ABSTRACT:** *The army we can find in the Roman Provinces used to charge taxes to the civil society and the tribes next to the camps. Not always this population agreed peacefully with the presence of this army and the effects it caused: that was the case of the Boudica Revolt.*
- **KEYWORDS:** *Roman Empire; Provinces; Britannia; Boudica Revolt.*

FONTES

TÁCITO. *Anais*. Trad. Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro: Ediouro. s/d.

SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Trad. Sady-Garibaldi. São Paulo: Atena. 1956. 415p.

DIO CÁSSIO. *Roman History*. Trad. Earnest Cary. v. VIII. Cambridge/Londres: Harvard University Press/William Heinemann LTD. 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSTON, R. *Aspects of Roman History, A.D. 14-117*. Londres: Routledge. 1999. 342p.
- CARY, E. Introduction. In: *Dio's Roman History*, v. I. Cambridge/Londres: Harvard University Press. 1990. p. ix-xxvi.
- COULSTON, J. Armed and belted men: the soldiery in imperial Rome. In: COULSTON, J. & DODGE, H. (org.). *Ancient Rome: the Archaeology of the Eternal City*. Oxford: Oxford University, 2000. p. 76-118.
- BLACK, E. W. The first century historians of Roman Britain. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, v. 4, n.20, p. 415-428.
- BURNHAM, B. C. Celts and Romans: Towards a Romano-Celtic society. In: GREEN, M. J. (org.). *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996. p.121-141.

CARRERAS, C. *Britannia and the imports of baetican and lusitanian amphorae*. Disponível em: ceipac.gh.ub.es. Acessado em 20/04/2003.

_____.; FUNARI, P. P. A. *Britannia y el Mediterráneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1998. 406p.

ERDKAMP, P. (org.). *The Roman Army and the Economy*. Amsterdã: J. C. Gieben, 2002. 434p.

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Princípios, 1988. 85p.

_____. O comércio interprovincial e a natureza das trocas no Alto Império: as evidências do azeite bético na Bretanha. *Phoenix*, Rio de Janeiro, n. 6, p.295-311, 2000. Disponível em www.unicamp.br/nee/arqueologia. Acessado em 20/03/2003.

_____. *Dressel 20 Inscriptions from Britain and the Consumption of Spanish Olive oil: with a catalogue of stamps*. Oxford: Tempvs Reparatum, 1996. 137p.

_____. Inscrições béticas inéditas provenientes de Vindolanda. *Classica*, São Paulo, n. 5/6, 1992/1993, p.157-166.

HINGLEY, R. The imperial context of Romano-British studies and proposals for a new understanding of social change. In: FUNARI, P. P. A., HALL, M., JONES, S. (org.). *Historical Archaeology: Back from the Edge*. Londres: Routledge, 1999. p. 137-150.

ISAAC, B. *The Limits of Empire: the Roman Army in the East*. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1993. 510p.

JAMES, S. Romanization and the people of Britain. In: KEAY, S. J., TERRENATO, N. (org.). *Italy and the West: comparative issues in Romanization*. Oxford: Oxbow Books, 2001. p.187-209.

KEPPIE, L. The army and the navy. In: *The Cambridge Ancient History*, Cambridge, v. XII, p.371-396, 1996.

_____. *Understanding Roman inscriptions*. Londres: Routledge, 2001. 158p.

MELLOR, R. *The Roman Historians*. Londres: Nova York: Routledge, 1999. 212p.

_____. *The Historians of Ancient Rome: an Anthology of the Major Writings*. Nova York: Routledge, 1998. 534p.

PETIT, P. *A Paz Romana*. São Paulo: EDUSP, 1989. 350p.

RIBEIRO, D. V. Nero: política externa e defesa do Império. In: *Classica*, São Paulo, v. 2, p.35-47, 1989.

REMESAL, J. *La annona militaris y la exportacion de aceite betico a Germania*. Madrid: Universidad Complutense, 1986. 283p.

_____. El sistema annonario como base de la evolución económica del Imperio romano. *PACT*, n. 27, p.355-367, 1995.

WACHER, J. Britain 43 B.C. to A.D. 69. In: *The Cambridge Ancient History*, v. XII, p..503-516, 1996.

WEBSTER, G. The Celtic Britons under Rome. In: GREEN, M. J. (org.). *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996. p.623-635.

MORTE, RETÓRICA E MEMÓRIA EM LUCIANO DE SAMÓSATA

Edson ARANTES JUNIOR*

- RESUMO: A morte é um dos maiores dilemas da humanidade. E na tentativa de respondê-lo, o homem cria todo o imaginário em torno da morte. Entender as respostas dadas pelos romanos é o objetivo desta comunicação, que analisa as imagens verbais produzidas por Luciano de Samósata, no século II d.C. Este autor foi um dos maiores críticos da futilidade, da ganância e do parasitismo existente em algumas camadas da sociedade romana.
- UNITERMOS: Luciano de Samósata; retórica; morte; memória.

Procuramos neste artigo apresentar os primeiros resultados obtidos na pesquisa intitulada "Morte, Retórica e Memória em Luciano de Samósata", onde temos por objetivo a produção de uma monografia de final de curso, que será apresentada no Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

Inicialmente, buscamos rápidas reflexões sobre algumas referências bibliográficas, referentes ao estudo da morte, principalmente na Antiguidade Clássica e no medievo. Este encaminhamento nos levou a uma reflexão antropológica, que é fornecedora de parte do nosso aporte teórico, sendo que este se complementa com a questão da memória do mundo antigo.

Se a "História é a ciência que estuda o homem no tempo", como afirma Marc Bloch, (2001, p.55) deveríamos estudar a morte, como sendo a condição do não-ser, do não-pensar, na qual o homem não tem condições de se expressar. Na tentativa de resolver este problema, devemos estar de acordo com o pensamento de que "o homem é o único ser a ter verdadeiramente consciência

* Graduando do curso de História da UFG. Sob orientação da Profa Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

da morte, o único, a saber, que sua estada na terra é precária e efêmera" (RODRIGUES, 1983, p.18), o que leva as diferentes culturas a produzir um sistema de imagens, entrelaçando a vida "real" com a existência simbólica ou ideal.

Inserir a morte em um sistema de classificação, para compreender as mortes eventos dialogar com elas e atribuir-lhes sentido, parece ser um trabalho que toda cultura realiza e cujos resultados exhibe, seja em estado prático, seja através de um sistema de teorias, idéias e dogmas conscientemente formulados e ostensivamente oferecidos ao observador. (RODRIGUES, 1983, p.26).

Assim, nos é permitido analisar essas criações culturais como parte do processo histórico, já que, no decorrer do tempo imagens diferentes a respeito do fim da vida foram criadas pelas distintas sociedades. Porém, para tal análise, devemos pensar o homem enquanto um ser simbólico, preso a "teias de significados" (GEERTZ, 1978, p.15), ora são harmoniosos, ora são ambíguos.

Procuramos entender como as imagens produzidas por Luciano Samósata, em sua obra "Diálogo dos Mortos", se articulam as teias de significados que os romanos, no século II d.C., produziram para dar sentido existencial ao dilema humano da finitude. Esta obra surge de escolhas feitas pelo autor dentro do seu quadro cultural, visto que seus escritos integram concepções de um grupo inserido no seio desta sociedade, construindo, assim, sua visão do outro. Como ressaltou François Hartog:

Morte é símbolo de alteridade e intervêm na grande partilha, sempre recomeçada entre o mesmo e o outro; ela é o operador da diferença, ou seja, "diz-me como morres que eu te direi quem és". (HARTOG, 1999, p.161).

Entendendo as imagens da morte como reveladoras de dados preciosos para entender um povo, buscando o texto de um dos autores gregos¹ que mais influenciou o pensamento ocidental, lido desde a Antiguidade e apreciado por grandes nomes como o Imperador Juliano, o Apóstata (331-363), Erasmo de Roterdã (1467-1536) e Voltaire (1694-1778), e de grande influencia em Machado de Assis (1839-1908) (MURACHCO, 1996, p.34) que, em uma de suas obras o narrador, é um narrador-defunto².

Mas quem é Luciano Samósata? E o que ele produziu? Qual o contexto deste? Pouco se sabe sobre a sua vida. Temos apenas algumas referências em suas obras, que relatam sua opção pelo mundo da retórica e sua escolha em

¹ Designamos Luciano de Samósata como autor grego, pois escreve sua obra neste idioma.

² Memórias Póstumas de Brás Cubas.

dedicar-se a uma vida intelectual, após um desagradável encontro com o ofício de escultor (MURACHCO, 1996, p.9).

Nascido, provavelmente, em Samósata, entre 115 e 120 d.C., sua obra está originariamente em grego, uma língua que fascinava a elite do Império romano. Seus escritores mostram uma grande erudição. Ele foi leitor dos grandes poetas da Antiguidade Clássica como Homero (séc. IX a.C.), Hesíodo (séc. VII a.C.) e de historiadores como Heródoto (484-420 a.C.) e Tucídides (465-395 a.C.); conhecia a filosofia de seu tempo, pois lera Platão (427-347 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), os Epicuristas e os Cínicos.

Atuou como professor de retórica, o que marcou profundamente sua obra. Entretanto, seus escritos demonstram requintes e estilo que superam a visão simplista de uma obra puramente "escolar" escrita, unicamente, para treinar seus alunos na defesa de qualquer tese que eles assumissem no decorrer de sua vida. Tratando-se, ao contrário, de uma grande obra, que critica Roma (GASCÓ, 1997, p.230) em seu luxo, em sua vida fútil tão distante da antiga moral do período Republicano.

Mesmo assim, devemos nos questionar se Luciano representaria o sentimento romano da morte, já que ele não era originário da cidade de Roma. Norma Musco Mendes, trabalhando com o conceito de romanização, define-o da seguinte forma:

[...] a própria cultura do imperialismo, cujos mecanismos divulgam o projeto de identidade romana, o ideário agere civiliter, confundindo-se, portanto, com a prática imperialista. Este ideário impunha limites e modelava de várias formas a vida pública e privada através de um conjunto multifacetado de dispositivos capazes de veicular e impor a adoção do ideal de ser romano, tais como: produção intelectual, religião, educação [...]. (MENDES, 2002, p.308).

A romanização é um processo relacional em que se trocam experiências, exercendo influencia sobre os dois lados. A obra de Luciano está no meio deste caldo cultural, no qual costumes romanos se mesclam com o imaginário oriental e grego onde, entretanto, o sentimento helênico de morte reina, e o lugar dado aos mortos revela sempre muitas peculiaridades e alteridades. Luciano, graças à expansão imperial romana, entrou em contato com a diversidade de práticas culturais no tratamento dado aos defuntos, tanto que chega a sintetizar essa pluralidade em uma única frase, na qual afirma: "o grego queima; o persa enterra; o hindu põe sobre o vidro; o cita come e o egípcio salga". (apud HARTOG, 1999, p.161).

Sua preocupação com o tratamento dado ao cadáver surgiu em um contexto que, de acordo com Robert Turcan, é o da transformação das práticas

funerárias romanas, onde a incineração foi paulatinamente abandonada. Turcan afirma que se tratou de: “uma evolução que termina com a prática exclusiva da inumação”. (TURCAN, 1958, p.323).

Philippe Ariès nos previne que, em Roma, definia-se bem o lugar dos mortos, contrapondo-o com a polis, o lugar dedicado aos vivos. Por isso, os mortos sempre eram enterrados fora das muralhas das cidades³ (ARIÉS, 2003, p.36), em espaços próprios erigidos para cada família. Recebiam festas próprias (COULANGES, 1998, p.9), tendo inclusive um dia dedicado aos mortos, numa clara proclamação da memória ancestral.

A última morada sempre foi uma preocupação para os romanos. As famílias pertencentes a *nobilistas* construíam grandes túmulos nas vias de acesso à cidade – já que afirmamos que era proibido enterrar os mortos dentro da *urbs*. Mas como faziam as pessoas que não dispunham de condições para edificar um monumento funerário? Para Pierre Grimal, “as gentes de baixa condição” (GRIMAL, 1995, p.39) compravam nichos em grandes túmulos coletivos com aspecto semelhante de um pombal, daí o nome *Colombario*, para colocar as urnas que continham as cinzas do corpo cremado. No caso de inumação, as famílias mais pobres, sem condição de adquirirem sarcófagos de pedra, colocavam o corpo em espaços comprados nas catacumbas coletivas⁴.

O abrigo eterno do corpo trazia, muitas vezes, inscrições onde a preocupação era de conservação física e de posse. Este patrimônio à sua descendência J. M. C. Toynbee cita algumas inscrições encontradas em tumbas romanas, por exemplo: “Por testamento neste monumento ninguém entre; só é permitido aos livres, aos quais neste testamento estão atribuídos⁵” ou “*Suplico-te viajante ao monumento não fazê-lo mal*”. (TOYNBEE, 1971, p.76). Vemos nestes dois epitáfios, ambos de fundamental importância, onde a epígrafe trata de rápidas mensagens selecionadas por homens de um determinado tempo para transmitir uma idéia aos homens dos tempos vindouros, a preocupação com o lugar onde o corpo permaneceria, vinculando-se a memória coletiva com a morte.

³ O cristianismo terá outra concepção, já que este construirá suas cidades ao redor de túmulos de mártires, pois há a crença de que se espalharia a pureza destes (ARIÉS, 2000, p.42-43).

⁴ Deve-se ressaltar que estas não se restringiam aos cristãos, sendo uma possibilidade cultural presente antes do advento do cristianismo.

⁵ *Ex testamento in hoc monumento neminem inferri neque condi licet niseieos lib (ertos) quibus hoc testamentodedo tribuique.*

⁶ *Rogo te viator, monumento huic nil male feceris.*

Fustel de Coulanges afirma que os antigos “encaravam a morte, não como decomposição do ser, mas como simples mudança” (COULANGES, 1998, p.7). Sobre a vida após a morte, este autor nos diz que:

[...] Acreditou-se mesmo, durante muito tempo, que nesta segunda existência a alma continuava associada ao corpo. Nascida com o corpo, a morte não os separava; alma e corpo encerravam justamente no mesmo túmulo. (COULANGES, 1998, p.8).

Contudo, esta concepção diverge da apresentada por Luciano. Segundo ele, as almas se separavam dos corpos após a morte e se dirigiam para o Hades, tanto que, na obra de Luciano, o mundo dos mortos é o cenário para diálogos travados entre os espectros. Por exemplo, no diálogo II, vemos uma “transação comercial” entre as almas dos mortos recém chegados ao Hades. Diz a fonte:

Caronte⁷ – Vamos, velhaco, paga a passagem.

Menipo⁸ – Vai gritando se isso te dá prazer, Caronte.

Caronte – Paga, já disse, pela travessia.

Menipo – Não poderia tomar de quem não tem...

Caronte – E há alguém que não tenha um óbolo?...

Menipo – Se há não sei. Eu não tenho. (LUCIANO, Diálogo II, p.1-6).

Como poderia a alma do morto permanecer na sepultura junto ao corpo e dialogar com seus pares e com as divindades ao mesmo tempo no Hades? Menipo poderia dialogar com Caronte do túmulo? O óbolo posto na boca do morto, para pagar sua entrada no mundo dos mortos, também ficaria encerrado ao cadáver⁹? A visão proposta por este clássico deve ser reavaliada e Luciano nos fornece os mecanismos necessários para verificar os problemas na tese de Fustel de Coulanges.

O hábito de dizer: *Siti tibi terra levis* (Que a terra lhe seja leve), ao se passar próximo a uma sepultura, é para Coulanges a prova de que, por crença, a sepultura era a morada do morto. Ele não levou em consideração o fato de Roma ter tido uma cultura oral onde a lembrança e a memória se fazia pela palavra. Vemos que a permanência do morto na memória se dá de diversas

⁷ Caronte é o barqueiro encarregado de transportar os mortos pelo Aqueronte, rio que cerca o Hades, cobrando um óbolo por isso.

⁸ Filósofo cínico, discípulo de Diógenes, o cão, exemplo de postura frente à morte proposta por Luciano. É o personagem principal de muitos dos diálogos chamado de *nobilis canis*.

⁹ Cadáver: o corpo ou representação deste.

formas. Escolhemos duas que consideramos reveladoras desta nuance de significação. Por exemplo, temos comemorações antes do sepultamento, havendo inclusive jogos gladiatórios antes dos funerais (CARVALHO, 1993, p.22). Também ressaltamos o desenvolvimento da arte do retrato presente nas tumbas greco-romanas (LE GOFF, 2000, p.20). O morto não vive, porém a recordação de seus feitos é a ponte de ligação entre os vivos e seu passado. Segundo Grimal:

[...] O enterro dos mortos era um dever sagrado. Recusar sepultura era condenar sua alma e errar, sem repouso, e, conseqüentemente, criar aos vivos um perigo real. (GRIMAL, 1995, p.37-38).

As almas poderiam voltar para atormentar os vivos, portanto, o dever de pronunciar essa fórmula se prende, muito mais, à questão de identidade cultural e de memória do que à concepção da alma permanecer junto ao corpo.

Vale lembrar que, no período imperial, um dos únicos mecanismos de poder do Senado Romano contra os desmandos era a *damnatio memoriae*, ordem para, logo depois da morte do homem considerado um mal governante, a saber, todos os funcionários deveriam apagar seu nome "dos documentos de arquivo e das inscrições monumentais" (LE GOFF, 2000, p.26) e destruir suas imagens.

Mesmo com este peso cultural da memória, Jacyntho Lins Brandão afirma que o mundo dos mortos, apresentado por Luciano, seria marcado pela isotimia, ou seja, por uma igualdade utópica. Para este autor, todos os mortos seriam iguais, pois estariam desprovidos de bens materiais. Diz Brandão:

A concepção radicalmente igualitária de Luciano se fundamenta num depauperamento igualmente radical, em que os restos dos mortos se confundem num igualamento absoluto. A visão que tem Menipo de Aquerúsia mostra um espaço em que semideuses, heroínas de todas as nações e tribos misturam sua inconsciência (são todos como afirmou Homero ameno isto é: figuras a que falta a méns, portanto, fracas, impalpáveis vacilantes em seu ser) (BRANDÃO, 1994/1995, p.90).

Um conceito como de igualdade, tal qual Brandão utiliza, parece-nos não caber dentro dos quadros de significações disponíveis em uma obra produzida no interior de uma cultura hierarquizada, como era a romana. O fato de Menipo, um dos personagens centrais de Luciano professar a filosofia dos cínicos-marcada pela descrença no homem e responsável por fazer críticas às veleidades mundanas – e afirmar que todos viram caveiras iguais, não justifica a inferência do autor. Na obra de Luciano, se percebem grandes diferenças entre as almas dos mortos. Por exemplo, resgatando uma passagem que nós já

citamos, há os que têm o óbolo para dar a Caronte e os que não o tem. O Hades luciânico é um espaço onde reina, prioritariamente, a palavra, pois o poder da oratória, a capacidade de convencimento serve para marcar a diferença entre os mortos. As qualidades intelectuais também apontam a diferença. Tanto que na conclusão do diálogo, depois de ter de atravessar Menipo gratuitamente, Caronte afirma: "-Tu serás o único a contar vantagem de ter navegado de graça?" (LUCIANO, Diálogo II, p.15).

Por que esta preocupação com o fato dele poder "contar vantagens" se este é um mundo de igualdade? Isso se intensifica em outros colóquios, nos quais não temos a presença dos cínicos, como por exemplo, o diálogo XXIV travado entre Minos, um grande sábio cretense que exerce a função de juiz, e de Sócrates, um filósofo sofista. O sofista demonstra a Minos que não é culpado de seus crimes, já que foi introduzido a estes pela Moira¹⁰. Argumenta com astúcia o mérito da punição, pois teria sido guiado por esta. Convence assim a Minos, que lhe responde, depois de livrá-lo de qualquer repreensão: "Mas, vê bem, Sostrates¹¹, que não ensines também aos outros formular perguntas semelhante" (LUCIANO, Diálogo XXIV, p.30).

Se o Hades luciânico é um mundo de isonomia, porque existem três homens encarregados de julgar os mortos? O que torna os espectros diferentes é a capacidade de convencer. Apesar de a arte da retórica poder ser ensinada, este é um privilégio dos poucos que dispõem de recursos para custear a seu aprendizado. Porém, somente as capacidades intelectuais não definem a diferença. Esta se intensifica com o conteúdo do discurso, ou seja, o que o morto fez para merecer ser recordado, e a sua importância na vida pública romana.

Muito seriam exemplos a serem identificados, onde a palavra é a hierarquizadora do Hades Luciânico, tão próximo do descrito nos poemas homéricos, onde:

[...] o herói precisa que seu nome e seus feitos sejam conhecidos pelos homens que virão e que subsistiram na sua memória. [...] o herói é memorizado no canto épico que, para celebrar sua glória imortal, coloca-se sob o signo de Memória, faz-se memória, tornando-o memorável. [...] Por outro lado, uma infâmia mais terrível que o esquecimento e o silêncio reservados aos mortos comuns, esta coorte indistinta dos defuntos normalmente enviados para o Hades, onde se

¹⁰ Força que obriga os homens a seguir o destino traçado pelos deuses.

¹¹ Provavelmente um trocadilho feito propositalmente por Luciano, com o nome do filósofo grego Sócrates.

fundem, na massa daqueles que, por oposição aos "Heróis gloriosos", chama-se os "sem nome", chama-se os nonumoi¹² (VERNANT, 1979, p. 54-59).

A idéia de igualdade defendida por Brandão demonstrou um certo anacronismo, pois esta não estava dentro das possibilidades presentes na teia de significados dos romanos. É importante lembrar que, no século II d.C., o conceito de igualdade entre os romanos era distinto do usado atualmente, pois igualdade só existia para grupos específicos, como por exemplo: um senador definia sua igualdade comparando-se a outros senadores.

Ao finalizar este trabalho, onde o objetivo é um causador de tantos espantos, já que o mundo industrializado banuiu a morte do cotidiano, trocamos o tabu do sexo pelo da morte. Tão forte ainda ecoam as palavras de um historiador contemporâneo que diz: "Já não são as crianças que nascem de dentro de repolhos, mas os mortos que desaparecem por entre as flores". (ARIÉS, 2003, p. 260).

Todavia, é difícil pensar a finitude, pois "a morte é o lugar da tomada de consciência do indivíduo". (ARIÉS, 2003, p. 274). Pensar na morte produz um sentimento estranho revelador de nossas fraquezas dentro deste labirinto de incertezas que é a existência humana.

- ABSTRACT: Death is one of the greatest of humanity. And trying to answer it, man creates the imaginary around death. Understanding the answers given by the novels is the point in this communication that analyses verbal images produced by Lucianus of Samósata, on century II A.C. this author was one of the greatest critics of triviality, greed and parasitism that existed in some levels of the roman society.

- KEYWORDS: Lucianus of Samosata; Rhetoric; Death; Memory.

FONTE:

LUCIANO. *Diálogos dos Mortos*. Trad. Henrique G. Murachco. São Paulo: Palas Athena/EDUSP, 1996.

¹² Ver também MAGDALENO, 1997, p.22, na qual a autora estuda a representação da morte nos poemas homéricos. Vide também a belíssima tradução do último canto da *Iliada*, feita por André Malta Campos (2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARIÉS, Philippe. *Historia da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- _____. *O Homem Perante a Morte I*. Lisboa: Europa-América, 2000.
- BLOCH, Marc. *Apologia da Historia ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Perspectiva de Alteridade na Obra de Luciano de Samósata. Clássica*. Belo Horizonte. p.111-128, 1990.
- _____. *No Reino da Isonomia: Diferenças Sociais e Mundo dos Mortos em Luciano. Clássica*. São Paulo, 7/8, p.83-100, 1994/1995.
- CAMPOS, André Malta. *O Resgate do Cadáver: O Último Canto D'a Iliada*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000.
- CARVALHO, Helena Paula Abreu de. *Os Jogos de Gladiadores no Mundo Romano. Revista de História das Idéias*. Lisboa, 15, p.7-30, 1993.
- COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GASCÓ, Fernando. Luciano, de filósofos virtuosos y embaucadores a lo divino: In: ALVAR, Jaime et alli. *Héroes y Antihéroes en la Antigüedad Clássica*. Madrid: Cátedra, 1997. p.227-246.
- GEERTZ, Clifford. *Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura*. In: _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 13-41.
- GRIMAL, Pierre. *A Vida em Roma na Antiguidade*. Lisboa: Europa-América: 1995.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a Representação do Outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *Historia e Memória*. Lisboa: Setenta, 2000.
- MAGDALENO, Adriana Soares. *As Representações Sociais da Morte na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro: *Phoînix*. 1, p.09-15, 1995.
- _____. *Figurações da Morte em Homero e Platão*. Rio de Janeiro: *Phoînix*. 2: 17-32, 1996.
- MURACHCO, Henrique G. Introdução. In: Luciano. *Diálogos dos Mortos*. São Paulo: Palas Athena/ EDSUP, 1996, p.9-40.
- MENDES, Norma Musco. *Reflexões Sobre a Romanização de Balsa*. Rio de Janeiro: *Phoînix*. 8, p.307-327, 2002.
- RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

TOYNBEE, J. M. C. The Layout of Cemeteries and Ownership of Tombs. Malled Cemeteries. *Funerary gardens* In: _____. *Death and Burial in the Roman World*. London: Thames and Hudson, 1971. p.73-100.

TURCAN, Robert. Origines et Sens de L'Inhumation à L'Époque Imperiale. *Revue des Études Anciennes*. Paris, 60. p 323-347, 1958.

VERNANT, Jean-Pierre. *A bela morte e o cadáver ultrajado*. Discurso. São Paulo, 9. p.31-62, 1979.

UNIVERSO MÁGICO EM ROMA: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE FEITIÇARIA

Semíramis Corsi SILVA*

RESUMO: Este artigo fará uma análise de alguns textos literários que versam sobre magia no mundo romano, para compreender como estavam tais práticas representadas na obra de alguns autores como Horácio, Ovídio e Apuleio. Através de dados bibliográficos verificaremos como eram as práticas de magia propriamente, conheceremos os sujeitos praticantes, sua camada social, seu gênero e origem. Além disso, nos propomos fazer uma revisão sobre o marco legislativo romano e o crime de magia.

UNITERMOS: Roma; literatura latina; magia; feitiçaria; leis romanas.

Os romanos não constituíram exceção à crença generalizada em fenômenos mágicos. Práticas mágicas são largamente conhecidas na civilização romana. Os testemunhos literários provam que a magia esteve presente na mentalidade do romano, assim como do grego, em todo período de sua história. Dessa maneira, autores de todos os períodos descreveram, na literatura ou em tratados naturais, rituais, cenários, personagens e objetos usados em tais práticas.

Segundo Graf (1994, p.46), a magia romana teve grande influência do mundo grego, a diferença fundamental entre ambas está no trato mais sério que elas receberam em Roma pelas autoridades civis. Nas fontes literárias de Roma

*Graduanda do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação da Profa. Maria Celeste Fachin.

notamos a forte influência grega até mesmo na reprodução de personagens arquetípos da feitiçaria como Circe¹ e Medéia.²

Os romanos também criaram suas personagens, descreveram rituais em seus pormenores, discutiram sobre as origens da magia e se mostraram muito originais, o que é visto em: Plínio, o antigo, Virgílio, Ovídio, Horácio, Petrónio, Lucano, Filostrato, Sêneca e Apuleio.

Na obra *História Natural*, Plínio, o antigo coloca que Catão afirmava ser a magia uma combinação de medicina, religião e astrologia. Para Plínio, a magia era uma falsa medicina que se apropriava da eficácia da religião. Ele destaca também que a origem da magia de seu tempo era o mundo persa de Zoroastro, onde sua prática reinava absoluta. Ao chegar em território itálico assemelhava alguns traços característicos dos cultos locais. Também nesta mesma obra Plínio se refere a leis que punem crimes de magia. (GRAF, 1994, p. 61, 62, 63, 64).

No livro III das *Bucólicas* de Virgílio (1988), pela primeira vez o termo *magicus* aparece em textos latinos. No poema VII desta mesma obra, é descrito um ritual de magia amorosa com queima de incensos e ervas. Virgílio cita os encantamentos de Circe e o poder das feitiçarias de arrancar a esfera da lua.

Has de quemar y másculos inciensos.

He de poner à pruebla si com ritos

Mágicos logro tranformar el juicios

De mi cónyuge. No outra cosa falta

Aquí fuera del mismo encantamiento.

Trae el agua y cine estos altares

Debes quemar másculos inciensos;

Puede el encantamiento

De la esfera

Arrancar a la luna; transformados

Los socios de Ulises

Com el encantamiento y la serpiente

Frigida en las praderas acosada

Por el encantamieto

Allí revienta (VIRGÍLIO, Bucólicas, Écloga VIII).

¹ Feitiçeira do livro IX da *Odisséia* de Homero. Circe, filha de Hélios, o deus Sol. Circe se apaixona por Ulisses e transforma seus companheiros em animais através de suas poções mágicas (HARVEY, 1998, p. 121, 122).

² Personagem da tragédia homônima de Eurípedes. O mito de Medéia é conhecido em outras versões literárias como as de Ovídio (*As Metamorfoses*, livro VIII) e Sêneca (através da peça *Medéia*). Além disso, é sempre lembrado nos poemas romanos.

Também Ovídio (43 a.C. - 17 d.C.) no verso VIII do livro I da obra *Os Amores* (1995) descreve o perfil de uma bruxa e um ritual mágico em seus mínimos detalhes, como ele acreditava ser. Ovídio refere-se a uma bruxa velha, uma alcoviteira, o poeta cita Medéia, coloca a relação da bruxa com a lua, astro que presencia todo o ritual e mostra o uso de estatuetas de cera pelas feitiçarias. Em Horácio as bruxas também usam estas estatuetas.

Vós, que não conheceis tártea velha,

Vil corretora de venais carícias,

Lede nos seus versos meus o retrato.

- Sorvedouro de vinho – a chama o vulgo

Nunca livre dos báquicos vapores

Viu de Memnos a mãe o róseo carro;

Entende a fundo os mágicos segredos;

Os versos canta a feroz Medéia.

E os rios para trás remete às fontes;

Sabe a virtude à grama, ao rombo em giro,

Ao vírus seminal de égua ciosa;

Quando lhe apraz, no céu se apinham nuvens;

No céu quando lhe apraz, renasce o dia.

Eu vi a sua voz, se fé mereço,

Os astros destilar sangüíneas gotas,

E em cruento rubor tingir-se a lua

Suspeito que nas trevas esvoaça,

Perdida a antiga forma, e revestido

O corpo anosos de encantadas plumas

Suspeito... e é fama. Dúplices pupilas

Vibram dos olhos seus fulmíneo lume.

Avós e bisavós extrai das campas,

E rasga o duro chão c'os longos carmens. (OVÍDIO, *Canção VIII, Terceira de Amores*, 1 ao 23).

A bruxa de Ovídio muda de forma e se reveste de plumas e mata crianças como as de Horácio. Ovídio atesta a crença no poder da bruxa de se transformar em *striga*³ (espécie de pássaro) na obra *Os Fastos* (1952).

Existem de brutal voracidade

Umas infames aves; não já essas,

Que de Fineu a mesa espoliavam,

Mas da mesma relé; cabeça grande,

³ O termo *striga*, do latim *striga/ae*, significa bruxa.

Fito olhar, bico audaz, grisalhas plumas,
Garra adunca; esvoaçavam pela noite;
Onde encontram criança ao desamparo,
Que a ama deixou só, prestes a empolgam,
Arrancam-na do berço, e a dilaceram;
Diz que as lactentes vísceras com os rostros
Lhes picam, lhes devoram; têm as fauces
Sempre repletas de sorvido sangue.
Do estridor, com que as trevas alvorotam,
Lhes vem o nome, estrigas se nomeiam. (OVIDIO, *Os Fastos, Estriges*).

Na obra *Remédios para o amor* (1994), assim como na obra *Arte de Amar* (1992), Ovídio aconselha as pessoas que não façam uso de práticas mágicas. Para ele o caminho do malefício é proibido e em nada vale em assuntos amoroso, cita Circe que mesmo depois de usar da magia não consegue atrair Ulisses, cita também Medéia que com todo seu conhecimento mágico não foi capaz de evitar que Jasão se apaixonasse pela filha de Creonte. Ovídio relata ainda o mito de Medéia na sua obra *As metamorfoses*.

Se alguém pensa que as ervas malélicas da Hemônia⁴ e as artes mágicas podem servir de alguma utilidade, o problema é dele. Esse caminho do malefício é proibido. Apolo oferece-nos, com sua inspiração sagrada, recursos inócuos. Sob minha orientação, as sombras não serão convocadas a erguerem-se de seus túmulos; uma velha não romperá a terra com baixa feitiçaria; as plantações não serão transportadas de um campo para outro⁵. O disco de Febo não empalidecerá subitamente [...] de que serviram, princesa de Cólquida, as plantas do Fásis, quando desejavas permanecer na casa paterna?⁶ De que te valeram, Circe, as ervas de Perseide, quando o vento favorável levou os navios de Nérito? [...] Tu, pois que buscas para ti socorro em nossa arte, deixa de ter fé em sortilégios e magias. (OVIDIO, *Remédios para o amor*).

Para a chama do amor alimentar
Não servirão as ervas
As fórmulas dos Marsos e os seus mágicos cânticos
[...]
E também Circe Ulisses reteria
Se perdurasse o amor pela força da magia

⁴ Nome poético da Tessália, terra consagrada das feiticeiras. (nota de rodapé n.24 da obra citada).

⁵ De acordo com a Lei das XII Tábuas era punido aquele que tinha o poder de transportar colheitas de um campo para o seu, ou seja, jogar "mau olhado" sob a colheita alheia roubando-a.

⁶ Ovídio se refere à Medéia, princesa de Cólquida região banhada pelo rio Fásis, que mesmo com feitiços não conseguiu impedir que Jasão se apaixonasse por outra mulher.

Nada espere dos filtros
Que a cor faria desmaiar face das donzelas.
Espalham os filtros a confusão na mente
E engendram loucura certamente
Longe de nós meios nefastos de empregar
Para ser amado deve o homem ser amável. (OVIDIO, *A arte de amar, Livro II*).

Entre os poetas latinos, o satírico Horácio (65 – 8 a.C.), parece ter sido o que mais fez referências aos temas mágicos. Mesmo escrevendo sobre temas como o elogio à vida calma e tranqüila e o sossego do campo, Horácio colocou a magia a serviço das paixões humanas. Dos seus poemas que fazem referências a tais práticas; *Sátira VIII*, *Épodo III*, *V*, *XVI*, *XVII*; dois são minuciosas descrições de rituais de magia: *Sátira VIII* e *Épodo V*; uma é a súplica do poeta à feiticeira Canídia. *Épodo XVI*; resposta da feiticeira às súplicas do poeta. *Épodo XVII* e o último poema são um conselho de Horácio para que o amigo Mecenas, grande patrocinador das artes no período de Augusto, não se aproxime de tais mulheres, *Épodo III*. Seus textos são ricos em detalhes concretos e precisos, usando traços da vida cotidiana, conforme a própria tradição literária que ele segue. Cada um dos poemas que versam sobre a magia apresenta uma problemática particular que diz respeito ao texto em si ou à sua interpretação. Em todas as peças aparecem as mesmas personagens, como Canídia, Sagana, Folia e Veia, e práticas de características análogas variando o tom de uma para outra. Horácio se remete ao mito de Medéia para demonstrar a maldade que acreditava ser comum nestas mulheres e o perigo que correm os que se aproximam delas. Ele faz referência ao vestido usado por Medéia para matar sua rival Glauce, filha do rei de Corinto por quem Jasão se apaixonou.

Fugindo de Corinto, com tal sumo
Os vestidos molhava
Com que ao leite seu vingava a afronta
Na rival inocente (HORÁCIO, *Épodos*, III, 21 ao 24).

Horácio aconselha seu amigo Mecenas, a manter distância e não se apaixonar por esta espécie de moça se referindo, mais uma vez, a elas como uma espécie de veneno.

E se veneno tal, teu gosto prende,
Verás Mecenas
Como de ti fugindo a terna moça
Teus ósculos rejeita (HORÁCIO, *Épodos*, III, 31 ao 34).

Horácio faz um retrato cruel da feiticeira, sempre representando tais praticantes como mulheres, em seus poemas elas matam crianças e são ridicularizadas, portam os cabelos em desordem e se mostram totalmente atrapalhadas. Horácio cita os padroeiros das feiticeiras: a deusa Diana⁷ e os numes vingadores, escreve sobre cães citando o bairro pobre de Suburra, refere-se ao vestido enfeitado de Medéia e demonstra a feiticeira tentando quebrar um feitiço com outro mais poderoso.

Ó noite, ó tu Diana,
Descei dos céus, ó numes vingadores,
Contra meus inimigos,
Enquanto as feras nas montanhas dormem,
Presas em doce sono;
Os cães no bairro de Suburra uivando
Esse adúltero velho, digno objeto
De mofas e risadas;
De pomada odorífica inundado,
Que nunca tão perfeita
Saiu das minhas mãos industriosas.
Mas estes vingadores,
Pestíferos venenos não produzem
Seu desejado efeito
Nem tanto podem, como pode aquele
Vestido enfeitado
Que a soberba rival
Mandou nas núpcias,
A bárbara Medéia
Mas ah! Que se levanta
Mais poderosa maga o encanto quebra
Com mais potentes versos. (HORÁCIO, *Épodos*, V, 70 ao 89/ 95 e 97).

Horácio representa a feiticeira sempre como uma mulher e uma figura pitoresca, acreditamos isto ocorre por ele pertencer ao círculo de literatos que glorificavam o Imperador Augusto; sendo a literatura usada, neste período, justamente a serviço da afirmação do Principado e às reformas morais empreendidas por este Imperador. Estes poemas de Horácio refletem meios de

⁷ Diana, deusa da caça está associada à deusa Ártemis grega, que por sua vez está associada a Hécate, ver mais sobre esta analogia em: SARIAN, 1997. Esta deusa aparece tanto neste poema como na Sátira VIII.

incentivar a política imperial que condenava as práticas de magia⁸. Ao moldar sua obra Horácio estabelece um diálogo com sua camada social e mostra que não admite ser a magia algo masculino, pois isso contraria o ideal guerreiro romano, em oposição à construção do verdadeiro, austero e resistente romano. Deste modo só pode ser uma prática de mulheres, mas que ainda assim deve ser condenada.

Petrônio (m. 65 d. C) autor da famosa novela satírica *Satiricon* (1981), também mostrou descrições de feiticeiras. No episódio do *Banquete de Trimalquio*, o mais famoso de todo livro, Petrônio descreve o exibicionismo e ostentação de um liberto enriquecido. No curso do banquete são contadas duas histórias, uma de um lobisomem e outra de um ritual de cura praticado por uma velha feiticeira chamada Proselenos.

A essas palavras, a velha retirou do seio uma rede trançada, com fios de diferentes cores, amarrou-a em volta de meu pescoço, e depois, umedecendo a poeira do chão com sua saliva, tomou aquela papa com o dedo médio e me assinalou a fronte, a despeito de minha repugnância.

Se te contam ainda no número dos vivos,
Mortal, conserva a esperança.
E tu, deus dos jardins e dos feitos galantes
Ó Priapo! Ajuda-nos com toda a tua pujança.

Após essa invocação, a bruxa me ordenou que cuspiasse três vezes e que jogasse três vezes em minhas vestes os pequenos calhaus constelados que trazia envoltos em faixas púrpuras. Então, levou a mão à parte doente, para assegurar o retorno de minhas forças. Nunca feitiço algum agiu tão prontamente: o culpado ergueu a cabeça e repeliu a mão da velha, que estava estupefata com a enormidade do prodígio. (PETRÔNIO, *Satiricon* CXXXI).

O autor Lucano (39 - 65 d.C.) descreve Erichtho, no livro VI da *Farsália*, esta feiticeira, talvez a mais assustadora que a antiguidade nos legou, era uma mistura de feiticeira e necromante, habitava a Tessália e conseguia reviver os mortos que utilizava em seus rituais e consultas. (BAROJA, s.d. p. 55, 56).

⁸Os poemas foram escritos em um período, 41 a 30 a.C., concomitante à preocupação dos dirigentes em punir e expulsar os magos e adivinhos do território de Roma, em 33 a.C. Otávio, o futuro Augusto, proíbe a permanência de astrólogos e magos em Roma. Era um período de transformações políticas em que se precisava controlar os romanos, controlar seus atos e as grandezas do Império.

O historiador Filostrato viveu em Roma entre 160-242 e escreveu entre outras obras, a biografia de Apolônio de Tiana, famoso místico pitagórico perambulante que viveu na Capadócia e foi considerado como o principal representante do aspecto místico do neopitagorismo⁹. Sua atividade maior (54-96) ocorreu nos tempos de Nero (37-68) a Domiciano (51-96). A obra de Filostrato foi escrita a pedido de Júlia Domna (170-217), esposa do Imperador Sétimo Severo (146-211), com o objetivo de apresentá-lo como fundador de um novo culto religioso baseado na interioridade e na espiritualidade. (HARVEY, 1998, p. 46, 236).

Sêneca (4 a.C. - 65 d.C.) adaptou para o cenário romano a tragédia Medéia¹⁰ de Eurípides, entre nove tragédias gregas por ele adaptadas (HARVEY, 1998, p. 459).

Apuleio, autor do século II d.C., (125-170 d.C.) descreve, em sua obra *Asno de ouro*, (s.d.) as aventuras de um homem transformado em asno por meio de fórmulas mágicas. Segundo Apuleio, o personagem Lúcio, passa alguns dias na casa de um amigo na Tessália, e por sua grande curiosidade, acaba usando um unguento errado e se transforma em um asno. Sob a pele do asno Lúcio passa por várias aventuras que enriquecem o romance e volta à forma humana após se iniciar nos mistérios da deusa Isis, o que mistifica ainda mais a obra. No trecho abaixo Apuleio descreve uma cena de magia, de uma feiticeira chamada de Panfilia, contada para seu personagem Lúcio pela escrava Fótis na obra *O asno de Ouro*.

É assim que neste momento, ela morre de amor por um jovem beócio, de admirável beleza, e movimentava fervorosamente todos os recursos de sua arte, todas as suas máquinas de guerra. Ouvi-a esta tarde, com os meus ouvidos. Porque o Sol tinha sido lento demais para baixar no céu, e não se tinha retirado logo para dar lugar à noite, para ela se entregar aos seus encantamentos, ameaçou o próprio Sol de o envolver num véu de escuridão e de trevas eternas. Ontem, por acaso, quando ela voltava do banho, reparou num moço sentado num salão de barbeiro. Ordenou-me que levasse, às escondidas, seus cabelos que caía sob as tesouras e juncavam o solo [...] Panfilia, fora de si, subiu, do outro lado da casa, a um terraço coberto de pranchas, livre, acessível a todos os ventos, de onde a

⁹ Corrente filosófica religiosa, seguindo como pensamento, sobretudo a linha platônica e pitagórica. Não há um consenso entre os primeiros neopitagóricos, mas se sabe que grandes nomes além do de Apolônio de Tiana se destacam, tais como: Máximo de Tiro, Ático, Nigídio Figulo, Gaio e Albino. (CLOTA, 1989).

¹⁰ A punição de Medéia na tragédia grega não vem do fato de praticar a feitiçaria em si, mas de matar seu irmão Absirto e seus próprios filhos, cortando a transmissão da geração, sendo a reprodução a função básica da mulher antiga. Porém seu mito entrou para a História e é encontrado até hoje como um arquétipo da feiticeira de todos os tempos.

vista abrange o oriente e se estende de outro lado às suas várias direções. Esse lugar se presta como nenhum às suas operações mágicas, e Panfilia o freqüenta em segredo. Ela dispôs então, para começar, o aparelho ordinário de sua oficina infernal, cheia de substâncias aromáticas de todo gênero, de lâminas cobertas de inscrições desconhecidas, de velas de navios perdidos no mar. Estavam ali expostos inúmeros fragmentos de cadáveres, já chorados ou mesmo já colocados no túmulo: aqui narizes e dedos, ali cavilhas de força, com langanhos de carne, além o sangue recolhido de gargantas cortadas, e crânios mutilados arrancados os dentes das feras. (APULEIO, *O asno de Ouro, Livro III*).

Também as fontes epigráficas e os dados arqueológicos provam a existência de práticas mágicas, em Roma. Os *defixios*¹¹, plaquetas de chumbo com imprecções mágicas, foram amplamente encontrados em espaços como fundo de poços d'água, interior de sepulturas, cemitérios, leitos dos rios, santuários e templos. Segundo Graf (1994, p. 221), as imprecções destes tabletes se voltavam principalmente para situações de rivalidades e conflitos sociais (amorosos, comerciais, processos jurídicos, disputas esportivas) com a intenção de intervir na ordem dos acontecimentos futuros.

Conforme Baroja (1992, p. 38), a palavra *μαγεία* foi empregada em grego em uma época determinada, aludindo às atividades dos magos de um grupo venerado pelos medos, sendo que especialistas em religião grega usariam esta palavra com a mesma generalização que usaram os antropólogos do início do século, assim, no mundo grego ela se refere a uma relação especial com o sobrenatural. Baroja complementa que outros vocábulos eram usados, no mundo grego, para designar o que hoje englobaríamos no termo magia. Platão, em textos das *Leis*, usa vários vocábulos concretos para designar os sortilégios e encantamentos, o termo latino *goetia*, do grego *γοετεια*, é usado com relação a certas forças que se acreditava estarem presentes em determinadas pessoas.

Heródoto, no livro I de sua obra *História*, coloca o termo "mago" como nome de uma tribo meda, especialista em oniromancia (interpretação dos sonhos), astrologia e magia, arte esta que lhes rendia o nome. (RIBEIRO, 1982, p. 16). Através desta referência podemos refletir sobre a origem do nome da mítica Medéia, que apesar de ser uma lenda grega refere-se a uma princesa bárbara versada em magia. O nome de Medéia parece ter semelhança com o nome desta tribo. Eurípides talvez a tenha chamado assim justamente para se referir às origens das práticas mágicas, que seus contemporâneos acreditavam ser originárias deste povo.

¹¹ Do latim: *defixionum tabellae*, tábuas execratórias.

Graf (1994, p. 46) informa-nos que tanto na sociedade grega como na romana os termos *magus* e *magia* apareceram muito tarde, sendo que em Roma este vocabulário derivou do grego. Cícero usará a palavra pela primeira vez ao se referir aos sábios persas. Na poesia, a palavra apareceu pela primeira vez com Catulo, referindo-se à prática de haruspicina. Para Harvey (1998, p. 321), a palavra "magia" significa a ciência dos magos, que seriam os sacerdotes da religião persa de Zoroastro.

Da discussão em torno da origem etimológica da palavra magia, levantamos a própria questão da origem da magia clássica greco-romana, havendo um consenso entre alguns estudiosos: a magia que será praticada em território greco-romano tem suas origens em rituais orientais adaptados às diversas circunstâncias e características locais.

A origem de tais práticas em território romano é geralmente atribuída ao oriente. Anne-Marie Tupet (1976, p. 418), consagrada estudiosa de magia romana, coloca que estas práticas vieram para Roma do oriente, da Assíria, da Grécia e foram fortemente influenciadas pelos judeus e pelas práticas em curso na Época Arcaica, da República e, sobretudo da época de Augusto, sem que seja possível discernir uma evolução, mas o que parece mesmo é que a mentalidade mágica é universal. Doucet (2001, p. 166) sublinha a origem da magia romana na arte dos magos caldeus, considerados perigosos na sociedade do Alto Império Romano.

A magia no mundo romano esteve intimamente relacionada com a religião durante muito tempo, de tal maneira que nem sempre é fácil distinguir as fronteiras entre as práticas religiosas e as mágicas nos tempos antigos. Como seus campos de ação interferem-se freqüentemente, tanto na Grécia, como em Roma deve-se fazer uma distinção entre o uso de práticas mágicas na religião oficial e os usos populares da magia. Segundo Harvey (1998, p. 321), a religião oficial repudiou a magia, de um modo geral, mas os rituais mágicos foram introduzidos nos ritos de deuses específicos.

Baroja (s.d. p. 46) coloca que tanto o sacerdote pode recorrer a práticas mágicas como o mago a orações. Às vezes esconjuro e oração podem combinar-se ou mesmo suceder-se. Esta colocação não nos permite estabelecer uma ordem cronológica para o aparecimento da magia e da religião em uma determinada sociedade, assim como colocou o antropólogo Frazer ao admitir a superioridade da religião em relação à magia, considerada uma forma inferior de pensamento.

Desta mesma maneira, não podemos admitir que a religião é sempre benéfica enquanto a magia é sempre maléfica, mas de uma forma geral, no mundo romano a religião oficial repudiou as práticas mágicas. O que se percebe,

dessa forma, é que há dois tipos de magia, comuns em todos os tempos, as práticas de magia consideradas boas e que têm como objetivo curar doenças, proteger contra perigos, restituir objetos perdidos e uma prática de magia criminal que envolve pactos diabólicos (TUPET, 1976, p. XII). As práticas de magia que visam fazer o mal ao inimigo ganham espaço, infiltram-se no mundo do outro, subvertem a ordem e deixam de fazer parte da religião oficial se configurando-se em práticas ocultas.

Para Tupet (1976, p. XII), a magia negra identificar-se-ia justamente com as práticas de feitiçaria, havendo na Antiguidade uma distinção análoga entre *theurgia*, ciência – magia como filosofia fundamentada, e *goetia*, práticas mágicas vulgares. Russell (1993, p.16) coloca que a forma suprema de magia na Grécia era conhecida como *theurgia*, o que significava trabalhar coisas pertinentes aos deuses. Uma *theurgia* benevolente se aproximava da religião. Um grau considerado inferior destas práticas era conhecido como *mageia* e se aproximava da feitiçaria. Inferior a *mageia* estava a *goetia*, práticas rudimentares, desprezíveis e de cunho mágico. Porém para Barb (1989, p. 117) é difícil traçar uma linha entre o bom e o mau porque muitas vezes as duas práticas se misturam.

De acordo com Gilvan Ventura da Silva (2000, p. 191), Graf, em estudos de papiros mágicos gregos, demonstrou não haver nenhuma distinção formal entre a prece feita por um mago e aquela feita por um sacerdote.

Uma característica da interpenetração destas práticas pode ser evidenciada na evocação (ato de atrair espíritos para auxiliar rituais de magia e adivinhações diferente de invocação, ato de fazer descer o espírito sobre um corpo) de deuses da religião oficial greco-romana nos rituais mágicos.

Maria Regina Candido (2002, p. 29) ao estudar os *katadesmoi*, tabletas gregas similares aos *defixios* romanos, identifica estes deuses como aqueles relacionados ao mundo dos mortos; Hermes, Hécate, Hades, Perséfone e as potências sobrenaturais do mundo subterrâneo.

Para Real (1985, p. 07), a magia aparece em Roma em determinadas ocasiões em que há a necessidade dos homens em buscar soluções e explicações que a religião romana oficial, de caráter tipicamente ritualístico e cultural, não conseguia satisfazer. O fato da religião dos romanos não ligar homem e divindade em vínculos ético-morais foi o ponto essencial, segundo este autor, para o aparecimento de práticas paralelas.

Baroja (s.d. p. 48), em um estudo sobre as representações de feiticeiras romanas na literatura clássica, identifica, segundo a literatura, as protetoras das bruxas: Diana ou Ártemis, Selene, Hécate e Prosérpina ou Perséfone. Sempre deusas femininas, talvez pelo próprio caráter de serem mulheres que praticam

feitizaria na literatura deste período. Baroja (s.d. p. 56) acrescenta que o deus pagão é evocado por estar muito próximo do homem, este por supor conhecer as fraquezas dos deuses faz alusão à estas na tentativa de persuadir o deus a lhe acessar.

Entretanto, no meio de tantos deuses evocados o mundo clássico identificou a deusa soberana protetora da magia: Hécate, do grego *Ἑκάτη*, conhecida com esta denominação tanto pelos gregos, quanto pelos romanos. Segundo Haiganuch Sarian (1997, p.15), o nome de Hécate, de etimologia incerta, parece referir-se a algo como "aquilo que atinge a longa distancia". Hécate está associada à lua, possuindo aspectos muito complexos quanto às suas formas e associações. No século V a.C. esta divindade se ligará às superstições e a magia.

Seu papel na magia torna-se cada vez mais importante, como testemunham inúmeros textos do final do período helenístico e da época romana. Em certos textos mágicos, Hécate é invocada sob todas as suas formas, resumindo os diferentes aspectos de suas personalidade religiosa. (SARIAN, 1997, p. 16).

Considerada uma divindade perigosa e poderosa, acreditava-se na vingança de Hécate junto de seu exército de larvas, lêmures, *daimones*, e almas de mortos insepultos ou por morte violenta e prematura.¹²

A magia antiga também teve ligações com a medicina, Harvey (1998, p. 322) nos remete à várias fontes antigas que fazem referências a ritos nos quais magia e medicina se confundem. Dessa maneira, Píndaro (*Píticas III*) apresenta o médico Quiron em uma cura mágica, Plutarco, em obra não referida, descreve crenças em magia apotropaica (ritos purificatórios ou de proteção) ao escrever sobre um amuleto pendurado no pescoço de Péricles quando este adoeceu de peste em Atenas, encantamento recomendado como remédio por Catão (*De Res Rústica*).

A crença no *fascinium* também era muito difundida em Roma. Este objeto era uma espécie de amuleto para proteger crianças de práticas de feitizaria. (HARVEY, 1998, p. 322) Porém Gilvan Ventura da Silva (2000, p. 189) coloca que o *fascinium* seria a atitude de provocar como o olhar a feitizaria e não o objeto de caráter mágico conforme se refere Harvey. Julian Tondriau (1964, p. 288) também coloca o *fascinium*, termo de onde vem a palavra fascinação, como a arte de

¹² Os romanos acreditavam serem estas as almas que assessoravam nos feitiços, já que por não terem sido sepultados ou fossem mortos de maneira muito brutal, ficavam vagando sem encontrar redenção. (informação verbal fornecida por Gilvan Ventura da Silva no XX Encontro Nacional de Estudantes de História, em Vitória, 2000).

atrair e encantar pelo olhar, o autor acrescenta que os antigos, sem definir o tempo e o espaço para "os antigos", acreditavam e receavam o "mau olhar".

Como podemos verificar, a magia abarca diversos tipos de conhecimentos. A análise das práticas mágicas no mundo antigo mostra que elas eram muitas vezes consideradas como um saber propriamente, uma espécie de *sophia*, tendo em vista a sustentação de postulados fundamentados na lógica como a Lei da Contigüidade, da Similaridade e do Contraste¹³ ou em conhecimentos das propriedades das plantas, assim seria o mago possuidor de um saber específico.

As mulheres eram chamadas de *magas*, que significava bruxa. Sua atividade era a *res mágica*, ou bruxaria. Em latim, o termo tinha a conotação de pessoa que se ocupa com coisas que exigem conhecimentos especiais, *supra naturam humanum*, ou seja, que vão além da natureza humana. (DOUCET, 1998, p. 158).

Ao ser considerada um saber característico de certos indivíduos, a magia passa a ser vista como uma forma de poder, esta teoria foi trabalhada por Marcell Mauss (MONTERO, 1990, p. 18). Quem detêm de conhecimentos mágicos exerce, ou acreditam poder exercer, um poder na sociedade e muitas vezes ocupar cargos de liderança, é o caso do xamã indígena. De acordo com Gilvan Ventura da Silva (2000, p. 193), os magos e adivinhos aparecem na antiguidade como auxiliares diretos do soberano ou até como dirigentes políticos, a exemplo dos astrólogos que assessoravam os soberanos helenísticos e os imperadores romanos. Gilvan acrescenta que era justamente esta crença no poder da magia que levava a perseguição de adivinhos e feiticeiros romanos em períodos determinados.

A magia também se aproxima da filosofia na medida em que o mago busca fundamentar a eficácia das suas práticas sobre o conhecimento do universo. Seus domínios emprestam conhecimentos às doutrinas filosóficas de caráter esotérico, como a Cabala¹⁴, o Neopitagorismo, o Neoplatonismo¹⁵ e as

¹³ A proposta de Leis que regem o pensamento mágico é do antropólogo James Frazer, ver mais sobre as leis em: MONTERO, 1998.

¹⁴ A Cabala é uma tradição esotérica de origens obscuras e dogmáticas, de uma maneira geral se refere à interpretação dos cinco livros sagrados da tradição judaica, reservada aos iniciados. (TONDRIAU, 1964, p. 204).

¹⁵ Corrente filosófica e espiritual sincrética que ressurgiu o platonismo em forma de um movimento místico a partir de meados do século II d.C. Difundiu-se amplamente por todos os centros culturais do mundo antigo greco-romano, Roma, Atenas, Antioquia, Pérgamo, etc. teve como momento culminante a doutrina de Plotino e seus seguidores. (CLOTA, 1989, p.12).

diversas Gnosés¹⁶, todos estes sistemas tiveram grande repercussão no mundo antigo e estão geralmente inspirados em uma construção racional do mundo com uma influência mística da revelação ou da iniciação.

Em relação aos praticantes da magia, há um consenso entre os estudiosos que em Roma todas as camadas sociais praticaram magia ou acreditavam em seus poderes, não sendo uma característica da base indigna da sociedade e das mulheres, como se costuma colocar: das matronas às escravas e mulheres simples, das grandes famílias às famílias suburbanas. De acordo com Tupet (1976, p. 323), pode ser que feiticeiros e feiticeiras, assim como adivinhos e adivinhas, fossem recrutados das camadas sociais mais baixas, mas a crença em poderes mágicos se encontrava disseminada por todos os lados.

O julgamento de *Claudia Pulchra*, filha de Cláudia Marcela e neta de Otaviana (irmã de Augusto), é exemplo de que a magia e a adivinhação não oficial atingiam as camadas altas. No ano de 26 d.C., durante o principado de Tibério, *Claudia Pulchra* foi acusada de adultério e malefício (*devociones*), contra o *princeps* além da tentativa de envenenamento. Também Servília, filha de Borea Sorano, membros da aristocracia, foi acusada de ter feito doações, com a venda de seu enxoval e de um colar, a magos em troca de práticas maléficas contra o Imperador. (MONTERO, 1998, p. 181, 182). Juvenal em suas Sátiras se refere a matronas romanas como praticantes de magia, enquanto Horácio identifica o cenário da prática de suas personagens em um bairro suburbano de Roma. Dessa maneira, concluímos que a prática de magia em Roma é parte do cotidiano coletivo, sem distinção social.

Em relação ao gênero dos praticantes de magia em Roma, o caso mais freqüente encontrado nos papiros e nos dados epigráficos amorosos é o seguinte: um homem ensaia para prender e possuir uma vítima feminina em relações estáveis. Em raras imprecações se mencionam uma vítima homossexual, mas quando isso ocorre são sempre relações entre homens. (GRAF, 1994, p. 211). Outros documentos arqueológicos encontrados se referem a relações de poder, de disputas (jurídicas, comerciais, esportivas), e também na maioria dos casos o praticante é um homem.

¹⁶ Corrente especulativa que abarca um complexo de seitas que acreditavam na salvação do homem através da iniciação mística. (TONDRIAU, 1964, p. 234). Dentre as várias ramificações gnosticas há o hermetismo, grande corrente de pensamento pagã possuidora de uma doutrina uma série de escritos atribuídos a Hermes Trimegisto (ver mais sobre este contraditório personagem em DOUCET, 1998, p. 226, 228). Para os seguidores herméticos Deus só concede a salvação ao homem através da revelação concedida aos eleitos que se ascendiam a nova existência (CLOTA, 1984, p. 39).

Para Graf (1994, p. 212), essa relação de superioridade do homem como praticante de magia em casos de disputas é explicada pelas próprias relações de poder entre os sexos no mundo romano. Se verificarmos que as mulheres não disputavam poder nas sociedades greco-romanas e os casamentos eram uma forma apenas do homem de adquirir bens e status social, já que os bens femininos não estavam em suas mãos, podemos compreender porque seria mais comum o homem praticar magia em detrimento da mulher.

Porém, as fontes literárias colocam a mulher como maior praticante da magia. Para obter uma explicação mais compreensível é preciso analisar o discurso de cada autor, desconstruir seu discurso que é imbuído da ideologia da qual ele faz parte. Graf (1994, p. 213), entretanto, nos fornece uma explicação generalizadora para tal indagação, segundo ele, a magia seria vista nesta sociedade como uma arma indigna do ideal guerreiro dos homens romanos, que sempre a vêem como um desvio.

Dessa forma, estas histórias, sempre escritas por homens, nos revelariam uma verdade sobre a magia: mesmo que praticada em maior expressão por homens ela era vista como um conhecimento essencialmente feminino.

Em relação à legislação romana, uso da magia foi proibido em toda tradição jurídica. Desde a Lei das Doze Tábuas, primeira lei romana escrita, é possível acusar uma pessoa como praticante de magia.

Pela Lei das Doze Tábuas o praticante de magia pode ser acusado por dois tipos de ações distintas: - Usar de sortilégios para transportar a colheita de um vizinho para seu próprio campo. - Usar conjuros mágicos com o objetivo de causar dano a alguém. Em ambos os casos a pena prevista parece ser a morte por fustigação (SILVA, 2000, p. 264). Podemos ter conhecimento desta lei através de Plínio, o Antigo, na obra *História Natural* e também de Virgílio, em sua obra *Bucólicas* (GRAF, 1994, p. 52), além das compilações da Lei das XII Tábuas propriamente. De acordo com a lei, temos então:

3. Aquele que fez encantamentos contra a colheita de outrem; 4. ou a colheu furtivamente à noite antes de amadurecer ou a cortou depois de madura, será sacrificado a Céres. 5. Se o autor do dano é impúbere, que seja fustigado a critério do pretor e indenize o prejuízo em dobro. 17. Se alguém matou um homem livre e empregou feitiçaria e veneno, que seja sacrificado com o último suplício *TÁBUA SÉTIMA – Dos delitos*. (MEIRA, 1961, p. 172).

Segundo Graf (1994, p. 53), dois pontos desta lei devem ser destacados: 1- A lei não pune a magia como tal, ela pune a violação ao direito da propriedade privada, causando dano a outra pessoa ou a fim de enriquecimento particular. Desta maneira, não é a magia que está sendo punida, mas a violação à

propriedade privada, que pode vir a prejudicar o equilíbrio social. 2- Acreditava-se que os ritos mágicos possuíam eficácia podendo ter função tanto positiva como negativa.

Devemos observar também a ligação da magia com um crime contra colheitas, preocupação de grande destaque nesta sociedade de base agrária.

Conforme a Lei das Doze Tábuas, o crime de magia se enquadra como infração do âmbito do direito privado. Ao longo do Império há uma tendência em converter os crimes da esfera privada para crimes da esfera pública, crimes contra o Estado, incluindo a magia e a adivinhação. Ainda durante a República, com a preocupação das ordens dirigentes em proibir as práticas religiosas que pudessem interferir na moralidade e na ordem pública, ritos báquicos e as práticas de magia maléfica passam a ter uma conotação de ordem política. (SILVA, 2000, p. 264).

Não possuímos muitas informações sobre acusações de magia e feitiçaria durante o período republicano, conhecendo apenas um processo, da segunda metade do século II a.C., que recorre a *Lei das XII Tábuas*. Sobre tal processo Plínio, o Antigo, no Livro XVIII, de sua *História Natural*, pode ser usado como fonte histórica. (GRAF, 1994, p. 53).

Em meio a agitações e ameaças da penetração dos cultos estrangeiros, este processo de magia é contra o liberto oriental Fúrio Cresimo, homem que obtém uma colheita bem superior àquela de todos seus vizinhos e muito inferior à capacidade de produção de sua propriedade. Sob suspeitas de práticas de malefícios, o liberto é acusado por seus vizinhos de ter enfeitiçado suas colheitas. A acusação, como vemos, reproduz fielmente o texto da lei das Doze Tábuas.

Graf (1994, p. 76) ressalta que não é a magia propriamente que está em questão, mas o fato da integração do pobre Cresimo, figura marginal que além de ser um liberto é um estrangeiro, à sociedade. De um lado, o antigo escravo que enriqueceu de repente, ameaçando as estruturas sociais, de outro lado seus adversários, membros da aristocracia romana. Cresimo prepara-se para sua defesa, levando ao fórum de Roma seus familiares, animais e utensílios que ele diz serem os únicos responsáveis pela fatura de sua colheita. Cresimo se apresenta como um agricultor muito virtuoso, mostrando possuir as verdadeiras virtudes de um antigo agricultor romano, apesar de ser de origem oriental. A reação dos tribunos é unânime: o antigo escravo é absolvido e ainda aceitam sua integração no estatuto social que almeja.

Em 81 a.C. foi instituída por Sila a *Lex Cornelia de sicariis et veneficiis* que daí em diante pontuou as ações legais contra a magia. Como a Lei das Doze Tábuas esta lei não condena a magia como tal, mas os crimes a mão armada

contra a vida dos cidadãos, emparelhando a magia ao envenenamento, assim esta lei pune os fabricantes de venenos. O problema se deu devido ao fato do termo *veneficium*, que deriva do grego, significar não somente a fabricação de drogas e venenos, mas também enfeitiçamentos de todas maneiras. A Lei Cornélia especifica que existem venenos que possuem propósitos diferentes, como o de curar, para estes também é usado o termo *veneni*, sendo que a lei pune os administradores de *venena mala*. Segundo Marciano, na obra *Institutas*, livro XIV, (GRAF, 1994, p. 54), a Lei Cornélia pune quem produz, vende e administra venenos com a finalidade de matar alguém. A penalidade prevista por esta lei é a deportação para uma ilha ou o confisco de todos os bens do acusado.

1-En el capítulo quinto de esta Ley Cornelia sobre sicarios e envenenadores se castiga al que hiciera, vendiera o retuviera una droga con el fin de matar a alguien. (1) La pena de esta misma ley se aplica al que vendiera al público medicamentos nocivos o los retuviera con el fin de matar a alguien. (2) El que se añade "nocivo" a la palabra "veneno" o <droga> muestra que hay también drogas que nos son nocivas. Es, pues una palabra indiferente, que abarca tanto lo que sirve para curar como lo que sirven para matar, y también lo que se dice "filtro de amor". [...] (5) La pena de la Ley Cornelia sobre sicarios y envenenadores es la deportación a una isla y confiscación de todos los bienes, pero hoy suelen ser castigados con la muerte, a no ser los de alta posición, en cuyo caso se les impone la pena legal: los de baja condición suelen ser echados a las fieras y los de alta son deportados a isla. (JUSTINIANO, 1975, p. 699).

A adivinhação não oficial foi intensamente praticada no âmbito da magia, mesmo estas duas artes constituindo domínios diferentes¹⁷, posteriormente sob os reinados de Augusto e Tibério infrações do âmbito adivinhatório serão incorporadas ao crime de *veneficium*.

Em 11 d.C. Augusto baixa um edito que estabelece proibições de consultas adivinhatórias sobre a vida de uma pessoa, fixando as normas de adivinhação sob todo território romano e a violação da lei implicava nas mesmas penalidades da Lei Cornélia, o Editto de 11, como ficou conhecido, passou a inquirir sobre os crimes de adivinhação durante o Império. Durante o governo de Tibério a situação se agrava sendo que muitos adivinhos e magos são expulsos da Itália. Em 33 a.C., sob o principado de Augusto, Agripa, edil e homem de confiança do Imperador, proíbe a permanência de magos e adivinhos na cidade

¹⁷ A característica principal da magia, desde a Antiguidade, é de obrigar forças sobrenaturais a obedecer ao homem, enquanto a adivinhação implica uma maior obediência do homem à divindades. (MONTERO, 1998, p. 44).

de Roma, o que reiterava a política de Augusto de tomar para si o controle das práticas adivinhatorias oficiais, proibindo todas as demais que se encontravam espalhadas pelo Império. (GRIMAL, 1992, 37). A partir deste momento as leis que punem magos e adivinhos já estão estabelecidas, ocorrendo apenas o agravamento das penalidades (SILVA, 2000, p. 267).

Na obra *Annales*, Tácito (GRAF, 1994, p. 66) remete a dez acusações de crime de magia, sob a dinastia julio-claudiana, sendo que destas dez, três eram de natureza não específica, em duas aparece a adivinhação mágica e em cinco as acusações são de prática de magia maléfica. No ano de 26 d.C., durante o principado de Tibério, se celebrou o julgamento de *Claudia Pulchra*, neta de Otaviana (irmã de Augusto), a acusação era de adultério e malefício contra o *princeps*, e tentativa de envenenamento. Durante o governo de Nero, Servília, filha de *Borea Soranus*, foi acusada de práticas maléficas conta o imperador, esta acusação acabou levando Servília à morte, porém a família da moça já possuía um passado de acusações por crimes de lesa-majestade, o que pode ter acabado implicando na sentença de morte de Servília. (MONTERO, 1998, p. 181, 182).

Acusação mais complexa e de magia propriamente, sofreu o filósofo Apuleio, entre 156/158 e 161 d.C. Este jovem retórico casa-se com uma rica viúva, Emília Pudentila, e é acusado, pelos parentes da viúva, de havê-la conquistado por meio de práticas de magia amorosa. Vários são os fatores que levam seus adversários a desconfiança; entre eles uma passagem de uma carta de Pudentila, em que esta diz que Apuleio é um mago e a enfeitiçou e o próprio fato da viúva se negar contrair novo matrimônio e agora se casar com o jovem. Devido a falta de testemunhos e a ótima retórica de Apuleio, que advoga em causa própria, o escritor é absolvido da acusação.

No III século do Império, com as Sentenças de Paulo, jurisconsulto contemporâneo de Ulpiano¹⁸, as artes mágicas e adivinhatorias recebem uma atenção especial, passando a receber condenações por si mesmas, até mesmo a posse de livros mágicos é proibida. Paulo coloca que todos os culpados de praticarem magia, tanto feiticeiros, adivinhos, astrólogos e seus consulentes, deveriam ser expostos às feras ou à cruz ou, ainda, queimados vivos. Também seriam punidos aqueles que administrassem poções abortivas e filtros amorosos e aqueles que praticassem sacrifícios humanos, sendo que sob estes últimos recaía a pena de morte (SILVA, 2000, p. 268).

¹⁸Importante jurista romano da época do Imperador Caracala (211 – 217 d.C.), a maior parte do *Digesto* de Justiniano é constituída de extratos de seus textos. (HARVEY, 1998, p. 507).

Segundo Gilvan Ventura da Silva (SILVA, 2000, p. 267) durante o Alto Império houve uma relativa tolerância para com a magia e a adivinhação, agravando as penalidades com as Sentenças de Paulo, por vezes decretos e expulsões atingiam magos e adivinhos, mas nunca de maneira permanente, apenas em situações que mostravam certa emergência e ameaçavam a estabilidade política, estando a repressão da magia ligada a própria crença no poder dos feiticeiros que eram temidos pelos dirigentes do Império. Durante o governo do Imperador Constantino II (337 – 361), já sob o cristianismo, houve uma repressão extensiva à tais práticas e aos feiticeiros, magos e adivinhos dentro do Império.

Diante de tais dados podemos comprovar que a magia era punida severamente em Roma, ao contrário do que se acredita a perseguição contra adivinhos e feiticeiros não é um fenômeno apenas característico do período medieval. Em Roma encontramos ainda todo tipo de praticante de magia, desde homens até mulheres, desde patricios romanos até a plebe, porém na Literatura é sempre a mulher que é uma feiticeira, aparecendo de forma trágica e ridícula em rituais de magia que muito se assemelham as práticas vastamente conhecidas nos dias atuais.

Assim podemos concluir que a magia, pretensa arte que busca através de rituais elaborados mudar o curso natural dos eventos, pode ser caracterizada através de práticas de bruxaria, feitiçaria, adivinhação, sortilégios, curandeirismo e até mesmo algumas práticas religiosas com ritos de cunho mágico. Tais crenças e práticas remontam aos primeiros alvares da civilização, caracterizando-se como fenômenos universais, presentes ainda nos dias atuais e praticados em larga escala em todo mundo, desde as civilizações primitivas até civilizações avançadas tecnologicamente.

• **ABSTRACT:** This article does an analysis of some literary's texts about magic in the roman world, trying comprehend how this practices were represented in some actors like Horacio, Ovidio and Apuleio's work. Thought of bibliography informations we will verify how were the magic practices and will know also about the magicians, their social status, their gender and origin. Add to that, we have the purpose to do a revision about the magic laws.

• **KEYWORDS:** Rome; latin literary; sorcery; roman laws.

FONTES:

APULEIO. *O asno de ouro*. Tradução de Ruth Guimarães. São Paulo: Cultrix, s.d.

HORÁCIO. *Obras Completas*. Tradução de Elpino Duriense, José Agostinho de Macedo Antonio Luís de Seabra e Francisco Antonio Picot. São Paulo: Edições Cultura, 1941.

_____. *Sátiras*. Tradução de Antônio Luís Seabra. São Paulo: Jackson Editores – Clássicos Jackson, v. IV. 1952.

JUSTINIANO. *El Digesto de Justiniano*. Tomo III. Libro 48. Título 8. Versión Castellana por A. D' Ors, F. Hernández-Tejero, P. Fuenteseca, M. García-Garrido y J. Burillo. Pamplona: Editorial Aranzadi, 1975.

OVÍDIO. *Remédios para o amor*. Tradução, introdução e notas de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

_____. Os Amores. In: _____. *Obras* 2.ed. Tradução de Antônio Feliciano de Castilho. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

_____. *A arte de amar*. Tradução de Natália Correia e David Mourão Ferreira. Edição Bilingüe. 1992.

_____. *Os Fastos*. Tradução de Antonio Feliciano de Castilho. São Paulo: Jackson Editores, 1952.

PETRÔNIO. *Satiricon*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Abril Cultural, 1981 (Grandes Sucessos).

SÊNECA. Medéia. (Tragédia). Tradução e notas de Giulio Davide Leoni. In: Vários autores. *Antologia de Textos*. São Paulo: Abril Editora, 1985. (Os pensadores).

VIRGÍLIO. Écloga VIII. In: _____. *Bucólicas*. Tradução para o espanhol Joaquín Arcadio Pagaza. México: Editora da UNAM, 1988.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BAROJA, As bruxas e o seu mundo. Madrid: Coleção Janus. s.d.

CÂNDIDO, Maria Regina. Magia do Katádesmos: técnica do saber-fazer. *Hélade* – Revista Eletrônica de História Antiga. 3 (1), 2002. p. 23-34. Disponível em <http://www.heladeweb.com>. > Acesso em: 19/03/2002.

CLOTA, José Albina. *El Neolpatonismo*. Síntesis del espiritualismo antiguo. Barcelona: Antrophos, 1989.

DOUCET, Fredrick W. A decadência da magia e a cisão entre ciência e religião. Feitiçaria, magia popular, bruxaria e o símbolo mágico da cruz – o conceito cristão de alma. In: _____. *O livro de Ouro das Ciências Ocultas*. Tradução de Maria Madalena Wurt Teixeira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

GRAF, Flitz. *La magie dans l' Antiquité greco-romaine*. Ideologie et Pratique. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

GRANT, Michael. *O Mundo de Roma*. Tradução de Jorge Sampaio. Rio de Janeiro: Editora Arcádia, 1987.

GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Lisboa: Edições 70. Lugar da História, 1992.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura Clássica* grega e latina. Tradução de Mario da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

MEIRA, S.A.B. *A Lei das XVI Tábuas*. Fonte do Direito Público e Privado. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1961.

MONTERO, Paula. *Magia e pensamento mágico*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série princípios).

REAL, C. A. et al. *Religião, superstição y magia en el mundo romano*. Cadiz: Encuentros en la Antigüedad. Universidad de Cadiz, 1985.

RIBEIRO, João J. *O que é magia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

RUSSELL, Jeffrey Burton. *História da Feitiçaria*. Feiticeiros, hereges e pagãos. Tradução de Álvaro de Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

SARIAN, Haiganush. *Hécate duplo de Artêmis*. Uma interpretação da cratera Ática de Toronto. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 04, 1997.

SILVA, Gilvan Ventura da. *Reis, Santos e Feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da Basiléia*. (337 – 361). Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

TOUNDRIAU, Julien. *O ocultismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

TUPET, Anne-Marie. *La magie dans la poesie latine*. Des origines à la fin du règne d'Auguste. v. 1. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

ENTRE BAEPENDI E SÃO PAULO: OSWALD, "SEU" ANDRADE E OS IMPACTOS CULTURAIS DA MODERNIDADE EM SÃO PAULO

Giordano Barbieri BERTELLI

RESUMO: Nasceu em 1850, momento em que a cidade de São Paulo vivia em seu primeiro surto de crescimento acelerado, a infância e juventude de Oswald de Andrade descrevem uma injetoria que atravessou os momentos de impasses e impasses. Exposta aos choques da modernidade, que então se manifestava, com as reminiscências do mundo tradicional que aos poucos se diluía, Oswald de Andrade, como tantos outros que se destruíram neste tempo e lugar singulares, teria profundeiramente marcado as marcas de seu tempo.

UNITERMOS: Oswald de Andrade; São Paulo; Modernidade.

ARTIGOS

Não por acaso já se afirmou ser a década de 1870 um marco, "uma segunda fundação" (MORSE, 1970, p.227) para a cidade de São Paulo. Foi se movimentavam, à época, as forças que colocariam a cidade em seu primeiro surto de crescimento acelerado.

O período assistiria à expansão do café ao Oeste Paulista, abrindo vastas zonas de exploração capitalística, empurrando uma fronteira móvel, acompanhada pelos silvos das locomotivas, "ladilhando as cidades" (MORSE, 1970, p.227), ligando-as à capital. Por volta de 1885-86, com a resolução do chamado "problema de mão-de-obra", as vacas apinhariam-se entre as de imigrantes. Muitos deles, não absorvidos pela indústria, tornaram-se

* Graduado em curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. José Álvaro de M. Don.

ENTRE BAEPENDI E SÃO PAULO: OSWALD, "SEU" ANDRADE E OS IMPACTOS CULTURAIS DA MODERNIDADE EM SÃO PAULO

Giordano Barbin BERTELLI*

- RESUMO: Nascido em 1890, momento em que a cidade de São Paulo entrava em seu primeiro surto de crescimento acelerado, a infância e juventude de Oswald de Andrade descrevem uma trajetória que atravessaria esse momento de impactos e impasses. Exposta aos choques da modernidade, que então se esboçava, com as reminiscências do mundo tradicional que aos poucos se diluía, a vida de Oswald, como tantas outras que se desenrolaram neste tempo e lugar singulares, seria profundamente marcada pelas forças de seu tempo.
- UNITERMOS: Oswald de Andrade; "Seu" Andrade; São Paulo; Modernidade.

Não por acaso já se afirmou ser a década de 1870 um marco, "*uma segunda fundação*" (MORSE, 1970, p.227) para a cidade de São Paulo. Pois se movimentavam, à época, as forças que colocariam a cidade em seu primeiro surto de crescimento acelerado.

O período assistiria à expansão do café ao Oeste Paulista, abrindo vastas zonas de exploração capitalística, empurrando uma fronteira móvel, acompanhada pelos silvos das locomotivas, "*ladrilhando as cidades outrora semeadas*" (DOIN, 2001, f.307), ligando-as à capital. Por volta de 1885-86, com a resolução do chamado "problema da mão-de-obra", os vagões apinhariam-se ainda mais de imigrantes. Muitos deles, não absorvidos pela lavoura, tornariam à

* Graduando do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. José Evaldo de M. Doin.

capital, engrossando, com aqueles que aí haviam permanecido, a população paulistana que, de 1872 a 1890, crescera de cerca de trinta e dois para sessenta e cinco mil habitantes (CANO, 1997, p.241).

Ligada ao porto de Santos desde 1867, a cidade tomava-se um ponto estratégico na economia cafeeira, constituindo-se em seu centro financeiro, técnico e comercial, (SEVECENKO, 1992, p.108) exportando o "ouro verde" via Santos e concentrando e redistribuindo o comércio de importação. Somando-se a isso o caráter urbano de que se revestiu a exploração cafeeira quando de seu "salto" para as terras do Oeste (HOLANDA, 1994, p.128), com suas implicações em infra-estrutura material e humana em transportes, comércio e financiamento, com os refluxos de seu capital para estas atividades e para a indústria, que se intensificavam quando das quedas dos preços internacionais do produto, tem-se um conjunto de fatores que dotariam São Paulo de um dinamismo sem precedentes, a ponto de, na última década do século XIX, nos depararmos, "com uma cidade em fluxo que apenas começava a definir-se, uma cidade cujo passado não era mais sentido e cujo presente e futuro revestem-se de especial urgência [...]" (MORSE, 1970, p.273).

É neste contexto de crescimento da cidade e de suas oportunidades de negócio, em meio à leva de gente que a ela começava a afluir, que nela desembarcaria Seu Andrade, pai de Oswald, em 1881 (BOAVENTURA, 1995, p. 25).

Embora de remota origem paulistana "creio que foi o meu avô, Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, quem emigrou de São Paulo, no século XVIII" (ANDRADE, 1990, p.43), o ramo paterno da família de Oswald de Andrade provinha de Baependi, cidadezinha do sul de Minas Gerais.

Findo o bandeirantismo de Tomé Rodrigues por aquelas bandas, "a família prosperou com grande escravaria negra" (ANDRADE, 1990, p.43), condição em que se manteve até a geração do avô de Oswald, Hipólito José de Andrade.

Foi nestas condições de latifúndio, senhor de terras e de escravos, que nascera José Oswald Nogueira de Andrade, em meados do século XIX. Cedo tomaria contato com o cotidiano rural e selvático à sua volta. Oswald, lembrando as façanhas que o pai narrava, anota: "Outros casos, também de mato, vinham da parte de meu pai, que, menino ainda, nas caçadas perigosas, era incumbido de cutucar com um bambu as onças que se acolhiam às árvores sob a canzoada em delírio" (ANDRADE, 1990, p.30).

Não seria em vão o aprendizado adquirido no desempenho de um papel ativo em ações deste tipo, em que se integrava às formas de vida do grupo a que pertencia, familiarizava-se com as práticas e relações que regiam o mundo adulto desenvolvidas em função das especificidades do lugar de sua terra.

Com efeito, o conhecimento das matas e caminhos, de como se guiar entre eles e suas feras, preparavam o menino para ocupar, depois de crescido, um lugar de destaques na formação social a que pertencia:

ainda nos tempos da prosperidade, meu pai fora 'tropeiro'. Este qualificativo que aqui em São Paulo Pouco qualifica era um adjetivo nobre em Minas. Tropeiro era o senhor moço, filho do latifundiário que conduzia as tropas de gado para o negócio, através da Serra do Picu, na direção do Rio. Meu pai tomava a si esses encargos feudais, acompanhado de escravos pretos. (ANDRADE, 1990, p.43-44)

José Oswald encontrava-se assim perfeitamente integrado à lógica social em que nascera e crescera, e teria seu destino circunscrito aos horizontes deste mundo tradicional não fosse o fato de que os "tempos da prosperidade" chegariam ao fim.

As circunstâncias em que se dera a bancarrota são lembradas pelo filho:

arruinara-se, parece que em parte devido a uma tragédia de ciúmes, pois, tendo ele tido uma aventura com uma D. Águeda, minha avó – uma autêntica Nogueira – abandonara toda a assistência que lhe dava nos trabalhos da fazenda e isso o teria descontrolado. Contava-se também que, numa escritura de terras, ele fora roubado pelos próprios irmãos. (ANDRADE, 1990, p.27)

Vê-se, assim, a importância que o núcleo familiar desempenhava neste contexto de vida rural, servindo como apoio para a divisão social do trabalho. Por outro lado, o golpe final que desencadeia a falência também está ligado à família: a traição dos próprios irmãos. Ambos os aspectos testemunham uma vida social estruturada em parte pelas relações de parentesco, típica das sociedades tradicionais (GIDDENS, 1991, p.103-104).

Finda a prosperidade, a família mudou-se: "Com a desgraça da família, meu avô tentara inutilmente ser hoteleiro, auxiliado por toda a família, em Caxambu, que a cinco quilômetros de Baependi se abria como estação de águas" (ANDRADE, 1990, p.44).

Porém o passado "afazendado" contrastava com a nova realidade: "contaram-me que o velho chorava humilhado, vendo as filhas servirem a mesa dos hóspedes" (ANDRADE, 1990, p.44). Perda de prestígio, mas também das condições de plena gratificação das necessidades vitais, fosse pelos viveres extraídos a terra, fosse pelas presas da caça. Seria a despedida de Minas. Parece que José Oswald ainda trabalharia numa cidade próxima, Cachoeira, antes de ir para São Paulo. Oswald, com a singeleza lírica que lhe distingue, anotaria esse desenlace em um poema publicado em 1924.

Poema da Cachoeira

É a mesma estação rente do trem
Toda de pedra furadinha
Meu pai morou alguns anos aqui
Trabalhando
Um dia liquidou
Ativo passivo
Cinco galinhas
E deram-lhe uma passagem de presente
Para que eu nascesse em São Paulo
Como não houvesse estrada de rodagem
Ele foi na de ferro
Comprando frutas pelo caminho (ANDRADE, 1966, p.99)

Embora a visada do poeta, ao centralizar os eventos em torno do eu-lírico, explique o episódio em termos teleológicos ("*Para que eu nascesse em São Paulo*"), o fato é que José Oswald marca a primeira geração de desenraizados dos Andrade.¹ Com efeito, o pai de Oswald delinearia uma trajetória arquetípica do mundo moderno, a daqueles que deixaram para trás, no campo, uma forma de vida e cultura próprias para inserir-se no tumulto das cidades (BERMAN, 1986, p.17), em busca de novas oportunidades de sobrevivência.

Não só a trajetória de Seu Andrade, como viria a ser chamado por amigos e conhecidos em São Paulo, defrontava o campo à cidade. A própria nota algo humorística do poema acima transcrito, ligando galinhas a categorias financeiras, denota o quanto, à época, os modos de vida do Brasil rural e aqueles ligados ao nascente Brasil urbano se interpenetravam. A própria fisionomia da cidade de São Paulo quando da chegada de Seu Andrade, em 1881 (BOAVENTURA, 1995, p.25), e sobretudo com o início do boom da expansão imobiliária após 1890, com seu espaço submetido à sede de especulação com terrenos e imóveis, exibiu uma dispersão urbana desordenada, bairros inteiros separados entre si e o centro por grandes espaços desabilitados que davam a impressão de

¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, p.267-268. O conceito de desenraizamento aparece em Arendt sob noção da "*perda do lugar próprio*", reconhecido e protegido, no mundo. Foi este vínculo de pertencimento a um lugar, casa, propriedade, que constituiu até o limiar da era moderna, a esfera privada. Esta tinha como principal característica o fato de abrigar o *labor*, o conjunto das atividades através das quais os homens garantem sua subsistência biológica.

verdadeiras ressurgências do recente, e intensamente persistente, passado rural (SEVECENKO, 1992, p.109).

Ao que parece, as necessidades impuseram logo a Seu Andrade a inserção ao modo de vida das cidades. Pois, sabendo se aproveitar da intensificação dos negócios gerados pela prosperidade cafeeira: "aproximava-se dos quarenta anos, quando, conseguindo um sócio chamado Sá, abriu um pequeno escritório de corretagem." (ANDRADE, 1990, p.26)

De recém egresso do mundo das tropas e escravos, Seu Andrade empenhava-se em uma empresa tipicamente urbana e moderna, pois se tratava, no quadro de complexão de saberes envolvidos no andamento da vida social moderna, de vender uma especialidade técnica (BAUMANN, 1999, p.232-235) que se aplicava bem à época que estava prestes a presenciar a aparição de uma camada emergente e endinheirada, filha pródiga da especulação cafeeira e de sua concentração de recursos.

O escritório de corretagem viria a decidir o destino de Seu Andrade:

com esse nome [Sá e Andrade, o escritório] foi encontrado por meu avô, o desembargador que, sendo viúvo, se casara rico em Santos e precisava de um homem de negócios, meu pai foi, assim, corretor do desembargador Marcos Antônio Rodrigues de Souza. (ANDRADE, 1990, p.26)

O desembargador era pai de uma última filha solteira, Inês, que dentro em breve se tornaria D. Inês, como era conhecida a mãe de Oswald de Andrade. São muito representativas as circunstâncias que cercaram o seu casamento com Seu Andrade, aproximava-se o ano de 1890:

Sentindo-se doente e velho, meu avô, já com bastante intimidade com seu corretor, chamou-o certa noite à razão. Por que não se casava? Meu pai teria respondido que era o chefe de uma família numerosa e pobre. Mas o velho foi-se abrindo. Tinha formando todos os filhos. Tendo casado uma filha e vendo que a outra adoecera e morrera, preocupava-se com o destino da última, Inês. Quase pedido em casamento, Seu Andrade apareceu à minha mãe, pela primeira vez, através de um buraco de fechadura. [...] E foi assim que, da apresentação à intimidade, ele se tornou o esposo de D. Inês. (ANDRADE, 1990, p.26-27)

O trecho é relativamente longo, mas valioso. Seu Andrade pondera sua posição de chefe de família ao justificar-se ante a proposta do Desembargador. Este, balizando-se no mesmo valor, adota o mesmo mote e expõe a situação desconfortável da filha, a única a que ainda não havia dado um destino. Assim acordados, selam a aliança e, passando diretamente da "apresentação à

intimidade", Seu Andrade tomou-se "o esposo de D. Inês". Tem-se nesta cena aparentemente corriqueira um representativo indício dos quadros de valores e hierarquias de escolha (que logo, como veremos, teriam "concorrentes") em que se pautava a vida paulistana em fins do século XIX. A conveniência familiar se impunha como um valor que precedia eventuais disposições de ordem individual. Daí decorre que as escolhas matrimoniais, no mundo em que se formaram estes homens, o mundo rural de Seu Andrade, e mesmo o mundo do patriarcado urbano do século XIX, no caso do Desembargador, não eram pensadas e sentidas em termos de inclinação recíproca entre individualidades (TRIGO, 1989, p.88-89), sendo o amor, neste sentido estrito, uma modalidade de vínculo sócio-afetivo que surgiria no século XX (BAUMANN, 1999, p.211-219), e sim como imperativo de perpetuação social e econômica de grupos familiares (TRIGO, 1989, p. 88-89).

Assim, num período curto de tempo, menos de nove anos, Seu Andrade passou de locador de escravos (atividade da qual sobrevivera nos seus primeiros tempos de São Paulo) a corretor, casou-se e, em 1890, tornar-se-ia pai (pela segunda vez, já que o casal perdera o primeiro filho) de José Oswald de Souza Andrade. A partir do casamento, teria definitivamente uma *"existência urbana a que ele se votara na transformação em bens do dote de 50 contos que lhe trouxera D. Inês [...]"* (ANDRADE, 1990, p.41).

Dotado de um fino senso para os negócios, Seu Andrade era o homem certo na hora certa. Como já se observou, a cidade de São Paulo entrava num período de crescimento acelerado a partir de 1890. O lugar estratégico que ocupava na economia cafeeira, a concentração de recursos e contingentes humanos a ele ligados, elevava a demanda e os preços de terrenos e aluguéis, dando margem a grandes manobras especulativas (SEVECENKO, 1992, p.108-109). Foi neste mercado emergente que Seu Andrade empenharia os 50 contos do dote de sua esposa.

Neste primeiro momento de negociante de terrenos, Seu Andrade passaria por extremas dificuldades, encontrando, para estas e outras mazelas, o bálsamo reconfortante da religião: *"A presença de Deus era um fato na vida de meus pais."* (ANDRADE, 1990, p.45). A casa da Rua Barão de Itapetininga, onde nascera Oswald, gravitava em torno do oratório familiar:

Minha mãe tinha passado ali horas, conversando com a custódia de prata, [...]. Tinha longamente relatado aos santos as dificuldades de Seu Andrade, o arruamento incipiente dos terrenos da Vila Cerqueira César que ele comprara. (ANDRADE, 1990, p.22)

Proprietário de terrenos na parte nobre da cidade, Cerqueira César, Seu Andrade tinha investimentos também em outras zonas do município. Nestes, com os abalos financeiros do início da República, as dificuldades não parecem ter sido menores: *"a ele, que fora um abridor de bairros, que possuía no encilhamento todo o Brás, todo Cambucí e a Glória."* (ANDRADE, 1990, p.48).

Aproximava-se, contudo, o ano de 1900, e as atribuições dos negócios se aplacariam. Seu Andrade teria sua margem de manobras aumentada consideravelmente durante a gestão de Antônio Prado como prefeito (1899-1910):

Nessa ocasião meu pai estava realizando a sua única experiência política como vereador municipal. [...] A eleição de meu pai coincidiu com o primeiro triênio da administração do Conselheiro Antônio Prado como prefeito. Foi um período decisivo de transformação da cidade. Durante três triênios renova-se a eleição de meu pai, sempre ao lado do Conselheiro do Império que agora prestava serviços a São Paulo republicana. (ANDRADE, 1990, p.33)

Como alude Oswald, São Paulo teve sua fisionomia profundamente alterada no correr deste período. Na arquitetura, a onda de derrubadas de prédios de feição colonial, que se intensificou depois de proclamada a República, com um número maior de famílias ricas estabelecendo residência na capital (BRUNO, 1984, p.918), vinha ao par do carnaval arquitetônico que esta elite ansiosa de distinção social ajudaria a erigir com sua apropriação indiscriminada de padrões sacralizados pela origem européia. Sobre o centro da cidade incidia então a ação "civilizadora" da autoridade pública municipal, alargando ruas, arborizando, ajardinando e remodelando praças (SEVECENKO, 1992, p.120-121), combinando embelezamento espacial e (como se verá na rua Libero Badaró rememorada por Oswald) profilaxia social, criando uma zona europeizada que contrastava com outras, mais distantes, em franco encortijamento.

De um ponto de vista que toca mais de perto a Seu Andrade, o da expansão urbana e imobiliária, a sanha especulativa casada com a convivência do poder público colocariam novos fatores em jogo, atraindo e viabilizando capitais e tecnologias; ajudando a transformar a paisagem e as percepções.

Anunciou-se que São Paulo teria bondes elétricos. Os tímidos veículos puxados a burros, que cortavam a morna da cidade provinciana, iam desaparecer para sempre. Não mais veríamos, na descida da ladeira de Santo Antônio, em frente a nossa casa [para onde se mudou a família após deixar a casa da Barão de Itapetininga], o bonde descer sozinho equilibrado pelo breque do condutor. E o par de burros seguindo depois. (ANDRADE, 1990, p.46)

Os bondes marcavam a chegada da companhia estrangeira Light and Power. O fato é que a implementação dos serviços da empresa elevariam os preços dos terrenos, prédios e aluguéis. Além do que o

monopólio dos serviços de eletricidade, telefone, gás, transportes urbanos e, posteriormente, de água, investiam a Companhia do papel de agente regulador da valorização do solo urbano (SEVECENKO, 1992, p.122).

Na condição de vereador, não obstante o clima de hostilidade popular quando da votação do projeto na Câmara, "*Seu Andrade levantou-se e votou. A favor*" (ANDRADE, 1990, p.48). Com efeito, o pai de Oswald saberia inserir-se no momento de transformações, privilegiando-se de sua posição de camarista, dinamizando seus negócios:

Ele a arruara [à Vila Cerqueira César] transformando-a na Chácara da Água Branca dos Pinheiros e do Sítio Rio Verde num bairro urbano, onde conseguiu fazer penetrar, nos primeiros quarteirões da Rua Teodoro Sampaio, o bonde da Light. (ANDRADE, 1990, p.49)

Com a vida do pai empenhada nos negócios, Oswald crescera em contato com eles. Já mais crescido, vira o pai inaugurar triunfante a linha de bonde que fizera chegar a Cerqueira César, maravilhado com o então nascente consumo de massas:

Foi uma festa fabulosa essa, com sanduíches deliciosos do tempo, de bisnaga e fiambre, e mais cerveja e gasosa.

Uma banda de música estrondou na manhã, quando o veículo vermelho apontou nos trilhos virgens, [...]. Meu pai, de preto e chapéu-coco, tendo ao lado o motorista, era quem conduzia o bonde com os seus próprios braços. (ANDRADE, 1990, p.49)

Mais tarde, durante a Primeira Guerra, pai e filho fizeram uma hipoteca à Companhia Economizadora. A conjuntura de guerra "*produz a baixa, a desvalorização dos terrenos, talvez a ruína*" dificultando o saldo da dívida: "*Nos contatos que tive com os diretores da Companhia, tomo o pulso do capitalismo. Eu e meu pai, humildes devedores, esperávamos horas na ante-sala da Praça da Sé.*" (ANDRADE, 1990, p.90).

Fica evidente que Oswald acompanhava seu pai pelos meandros dos negócios. Salta aos olhos, também, a instabilidade e fragilidade destes últimos. Neste particular, a dimensão global da modernidade se impunha: um fator externo e longínquo, o conflito na Europa, desestabilizava a realidade local.

Diferentemente da Baependi de Seu Andrade, a São Paulo de Oswald não tinha sua realidade social estruturada apenas em termos de referência locais, mas sim em função, cada vez mais, de relações e realidades sociais dispersas no tempo-espaço (GIDDENS, 1991, p.27). O lugar se desenraizava, tornava-se fantasmagórico, deslocalizado. Com o aprofundamento intensificado da inserção no mercado mundial gerada pelo café (CANO, 1997, p.39), as forças que teciam o destino da cidade tornaram-se demasiado amplas em comparação ao raio de ação imediato de seus habitantes.

A implicação de tal fato na relação entre Seu Andrade e Oswald é que o pai, empenhado em uma atividade cuja forma e conteúdo dependia de circunstâncias instáveis, não estava em condições de comunicar uma palavra que fosse portadora de um saber prático e intelectual ao filho, que os alinhavasse a ambos em uma "experiência" comum². Pois o próprio objeto desses saberes, a vida e o mundo paulistanos em que habitavam pai e filho e, mais especificamente, os negócios da família que aí se inscreviam, dependia de variáveis que lhes eram distantes e, em grande parte, alheias às suas ações. Os impactos da modernidade sobre o cotidiano paulistano configuravam, assim, um mundo que, por assim dizer, já não se tinha à mão. Assim apartados, mundo, vida e palavra, suprimia-se as condições, que são justamente o elo entre eles, sem as quais não vive a narrativa (BENJAMIN, 1994, p.10-11).

Com efeito, em tais circunstâncias, os conselhos, sugestões e orientações paternas degeneravam facilmente em repreensões que reforçava o isolamento das "vivências" individuais.

A este respeito, veja-se uma carta enviada pelo pai ao filho, de São Vicente, em 1916:

Oswaldinho. Eu estava procurando papel para te escrever censurando o modo como você se conduziu no negócio do terreno para a praça quando recebi a sua carta. Eu já esperava esse resultado porque você tem se conduzido como verdadeira criança, está completamente dominado pelo cabotinismo doentio, apesar das minhas zangas você não se emenda. Aonde já se viu uma pessoa que pretenda uma desapropriação falar no preço antecipadamente, esta novidade cabe a você. O negócio estava perfeitamente aparelhado para se obter

² Benjamin distingue entre *experiência* e *vivência*. Designa com a primeira a comunhão de palavra, de vida e de mundo sintetizada no círculo composto entre as figuras do Narrador e de seus ouvintes, entre aquele que conta e aqueles que ouvem para, mais tarde recontarem, num processo de constante reelaboração da tradição das coletividades. Com a segunda, designa o caráter de incomunicabilidade das relações entre os homens modernos, decorrentes da fragmentação do saber e da prática pelo impacto das tecnologias modernas. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 197-221.

à lei, mas infelizmente te falta o traquejo de negócios e é teimoso tendo o grande defeito de se descobrir. É preciso que se emende porque eu não posso mais trabalhar e se você continua a pensar que negócio é literatura não poderemos sair desta situação. Deus te abençoe e te dê outra orientação. (Apud BOAVENTURA, 1995, p.36-37)

Apesar do constante contato com os negócios, Oswald não os assimilava completamente. Ou, pelo menos, não os encarava da mesma perspectiva que o pai. Seu Andrade, severo e contido, repreende o cabotinismo do filho, desaprova suas inclinações literárias. O estranhamento se instaura: como alguém poderia pensar em literatura quando há negócios a liquidar e, mais importante, um patrimônio a herdar e preservar?

O estranhamento tão intenso neste contexto de rápido crescimento de São Paulo que dispersava a experiência, fragmentando-a em vivências simultâneas mas estanques (SEVECENKO, 1992, p.27-28), também reponta nas impressões do filho a respeito do pai. Nas memórias, Oswald relembra o pai sempre taciturno e calado, com hábitos que conotam uma relutante inadaptação ao modo de vida urbano que fora obrigado, na condição de pai de família, a encarar. Veja-se, por exemplo, esta passagem em que Oswald relembra as ocasiões que seu pai lhe buscava, ainda criança, ao colégio:

A saída [...], ia encontrar meu pai, sempre vestido de escuro, com seu guarda chuva e chapéu-coco, sentado na venda de um português [...] face ao colégio. Ai, [...], notei que havia um feixe de varas de pescar. Meu pai, uma tarde, comprou uma vara e levou-a para casa, onde a guardou num canto. Mais uma ou duas vezes surpreendi-o comprando as tais varas de pescar.

[...]

Hoje, sinto que eram sinais da sua frustração. (ANDRADE, 1990, p.41)

É como se Seu Andrade tentasse recompor o passado, que persistia em suas aspirações, em meio a um presente que o negava.

Embora tenha sabido aproveitar-se do momento de transformações e otimizá-lo em favor de seus interesses privados a partir de sua condição de membro do poder público, constituindo-se num dos agentes dos primeiros impulsos de modernização de São Paulo, abrindo bairros, loteando e arruando terrenos, votando a favor da vinda da Light, Seu Andrade fora, ao fim ao cabo, um desenraizado. Materialmente, pois tinha a vida a ganhar para si e aos seus. Culturalmente, pois se dividia entre um passado ao qual tentava se religar e um presente que se impunha. Nestas condições, tinha pouco a dizer ao filho, ou este, pouco a lhe escutar, tragados ambos pelo turbilhão de uma cidade que crescia aceleradamente, impondo novos hábitos e expectativas (SEVECENKO,

1992). Suas narrativas de selváticas caçadas mineiras teriam pouca vitalidade prática ou intelectual em um meio onde a selva era de concreto, as feras humanas ou mecânicas e a caça, a própria vida. No dizer de Oswald:

De qualquer lado para onde girasse minha curiosidade de criança, alimentavam-na do mais rico material da imaginação e da realidade brasileira. No dia-a-dia de meus primeiros estudos e do meu primeiro futebol, São Paulo contrastava gelado com aquele fabulário familiar. (ANDRADE, 1990, p.30)

Já não havia, entre pai e filho, "*palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração [...]*" (BENJAMIN, 1994, p.114). Assim, restava a Seu Andrade rogar a Deus boa orientação ao filho, ou, de maneira menos transcendental e mais pragmática, mandá-lo ao colégio. Este seria, por assim dizer, a porta de entrada dos ambientes e formas de sociabilidade que proliferavam fora do círculo familiar e doméstico: "*Com a proximidade dos meus quinze anos eu me sentia cada vez mais afastado dos ambientes caseiros e maternos e mais chegado à rua e ao colégio.*" (ANDRADE, 1990, p.37). Tal tendência que se expressa na vida de Oswald, encontrava seu correlato urbanístico na fisionomia da cidade. Pois a valorização mercadológica do espaço urbano, recortava em lotes as terras das velhas chácaras centrais, e também das mais afastadas (BRUNO, 1984, p.1025), marcando o avanço inexorável da rua sobre a casa, reformulando as trocas e tensões entre o público e o privado.

O crescimento abrupto da cidade, defrontava o passado rural que persistia e o presente moderno e urbano que se esboçava:

O cavalo e a carroça
Estavam atravancados no trilho
E como o motoneiro se impacientasse
Porque levava os advogados para os escritórios
Desentrevancaram o veículo
E o animal disparou
Mas o lesto carroceiro
Trepou na boléia
E castigou o fugitivo atrelado
Com um grandioso chicote (ANDRADE, 1966, p.110)

Intitulados "Pobre Animália", os versos testemunham a emergência da rua como lugar de fluxo, de passagem, pois a tensão é justamente deflagrada pelo incidente que a interrompe (o cavalo e a carroça, ineptos ao ritmo acelerado da

cidade que se modernizava) e, obstruindo o tempo de trabalho (os advogados que devem chegar logo aos escritórios) torna-se, ele mesmo, um contratempo.

Esta animosidade da rua cedo marcou a vivência oswaldiana: "*Em frente à nossa casa havia um açougue que nos acordava pela madrugada, com o barulho da machadinha picando carne.*" (ANDRADE, 1990, p.25).

O trecho estampa como o comércio e os serviços impulsionavam a rua sobre a casa. Este avanço não era meramente acústico, com o barulho da machadinha interrompendo o sono. Ter um açougue de frente a casa significava bem mais que comodidade na provisão dos viveres necessários à subsistência familiar. Significava também que estes não se encontravam disponíveis no âmbito privado, e que tal provisão deveria realizar-se mediante a inserção no mercado de trocas. O lar dos Andrade, assim, apequinara-se em relação ao passado afazendado, não só material como culturalmente. Pois, ao deslocar-se da esfera privada os recursos necessários à manutenção da vida, deslocava-se também o saber ligado à sua consecução e utilização. Transplantava-se, assim, toda uma cultura material para a esfera pública, aqui constituída enquanto "mercado-de-trocas" (ARENDR, 1993, p.172-180). A expansão do mercado capitalista, ao expropriar recursos e saberes, interrompia a transmissão de um saber-fazer no interior da família (SENNETT, 1988, p.81).

Paralelamente a este processo, as solidariedades familiares começavam a declinar. Oswald relembra o caso de um tio que se encontrando em dificuldades: "*Recorreu à rica da família, uma sobrinha [...], que, além de herdar, casara rica com um Junqueira. D. Noêmia negou-lhe secamente o empréstimo*" (ANDRADE, 1990, p.20).

Em outra passagem:

[...] Nos mantivemos, primos e primas, cautelosamente afastados, se não hostis, vagamente nos encontrando nos enterros da família e sabendo, por travessas vias, de doenças, partos e transações (ANDRADE, 1990, p.20).

As relações familiares, no contexto urbano, tendiam, como na geração de Oswald e seus primos, a fragmentarem-se em núcleos discretos, dispersando-se em "*redes mais extensas de relações*" (CORREA, 1982, p.34), as "travessas vias".

Se os laços de parentesco estavam em vias de afrouxamento ou de restrição a um círculo mais restrito, a casa contudo ainda era lugar de elementos tradicionais como a religião (GIDDENS, 1981, p.105-106).

Os pais de Oswald:

principalmente mamãe, rezavam muito a Deus e faziam promessas para os santos de sua devoção [...]. A casa enorme da rua Barão de Itapetininga via pouca gente. Meus pais se consideravam dois velhos, de quem a preocupação máxima eram os deveres religiosos. [...]. Fui criado evidentemente para uma vida terrena que era simples trânsito [...].(ANDRADE, 1990, p.23)

Neste contexto de desarticulação dos vínculos familiares e, como se verá adiante, de degeneração dos extrafamiliares, a religião oferecia um referencial em que se apoiar, temperar as expectativas e pautar a existência: "*Todo esse totemismo [...] presidiu e explicou o mundo ante meus olhos infantis*" (ANDRADE, 1990, p.46).

Já se observou, acerca da obra de João do Rio, que a janela é o símbolo máximo da vivacidade da rua (RIO, 1997, p.11). Na existência de Oswald não foi diferente. Na tensão entre a casa e a rua, esses mesmos "olhos infantis" presenciariam a erigção de novos templos e ídolos:

Da janela lateral de nossa sala de jantar eu avistava as copas das árvores da chácara do Conselheiro Ramalho [...]. depois, vinha um clamor que se elevava de quando em quando [...]. Era o futebol que nascia.(ANDRADE, 1990, p.35)

E, com ele, nascia uma nova cultura, centrada mais no corpo que na razão, mais na ação que na palavra, e por isso mesmo mais de acordo com as demandas por respostas mais imediatas que os ritmos frenéticos e mecânicos da vida moderna requeriam (SEVECENKO, 1992, p.32-35). Esta cultura cedo marcou sua presença frente a Oswald. Ao lembrar-se de uma vizinha da rua Barão de Itapetininga, Sara, anota:

Numa noite de visita em que eu acompanhava minha mãe, tendo os meninos saído, fiquei só com Sara, que tomou curiosas iniciativas ginastas. Punha os pés no espaldar da cadeira de balanço, a saia curta caía, mostrava até a calcinha um par de pernas bem-feitas e morenas e me dizia: - Mamãe não quer que eu faça assim, mas eu faço! (ANDRADE, 1990, p.38)

Estes voluntarismos instilados pela cultura do esporte deixavam os estádios, clubes, academias e ruas e adentravam, desavisadamente, o espaço doméstico, reformulando suas composturas.

Em outra passagem, tem-se mais um exemplo deste intercâmbio, intensificado pela urbanização, entre a casa e a rua e das transformações que ele acarretou. Oswald relembra o caso de duas primas, que tendo ficado órfãs de pai e mãe, mudaram-se para a casa de seu tio:

Agora achavam-se instaladas na Rua de Santo Antônio, em casa do Desembargador Domingos Alves Ribeiro, ou melhor, na janela de sua sala de visitas, olhando a rua. [...] E na rua passou um bonde da Light guiado por um motomeiro português. [...] Namorou-as. E, alegando que deixara a profissão de motomeiro para vender uma pomada para calos que inventara, pediu a menos velha em casamento [...]. Casou-se [...]. (ANDRADE, 1990, p.70)

Vê-se, nesta passagem, a reformulação dos procedimentos pré-matrimoniais, com a abreviação da intervenção familiar. Como vimos, Seu Andrade e D. Inês tiveram o casamento acertado segundo uma lógica em que prevaleciam os imperativos familiares sobre as disposições individuais, em que se passava, como anotou Oswald, "da apresentação à intimidade". No caso das primas, o apelo visual, materializado na janela, punha frente a frente às inclinações individuais, substituía a mediação familiar pelo "flirt".

Além de suscitar novos repertórios de disposições, a rua seria também lugar do espetáculo, Oswald relembra-o, ainda numa fase pré-industrial:

O circo foi um deslumbrado céu aberto na segura de emoções que me cercava. Não só a banda de música, ginastas, cavalos e feras. Mas era o espetáculo em si que subvertia a monotonia do meu cotidiano. As mocinhas de maiô entraram em meus olhos e aí permaneceram. Nas noites de camisolão elas foram meu pasto e minha festa. (ANDRADE, 1990, p.22)

Este templo de exaltação dos sentidos, rivalizava com o oratório familiar, oferecia novos ídolos, como o corpo que então se desnudava e um novo "sacerdócio", a sexualidade:

a minha cama ressuscitava o circo na penumbra vacilante, onde uma lamparina votiva se acendia ante o austero oratório da família. [...] Geralmente uma daquelas moças tinha partido o calção na ginástica e subia os degraus da galeria para que eu os ajustasse. E [...] pelos olhos encantados da invenção vinham até mim, para consertar, róseas, frescas, faiscantes, os seus maiôs rasgados. (ANDRADE, 1990, p.22)

Se o circo era o espetáculo em sua forma não-industrial, o cinematógrafo faria sua aparição no começo do século:

Freqüentava vagamente o cinema, de que tivera conhecimento em criança, indo assistir com meus pais, [...] a um filme natural. Chamavam aquilo de 'fotografia animada' e causava sensação o espirrar da água que parecia vir sobre a plateia (ANDRADE, 1990, p.55).

Entretanto, a existência "porta a fora" de Oswald começou a se firmar a partir de 1903, em sua segunda experiência escolar, no Colégio São Bento. A partir daí Oswald tomaria cada vez mais contato com os aspectos diluidores da modernidade (BERAMAN, 1986) que atravessavam o "contexto de tensão característico da Belle Époque" (CAMARGOS, 2001, p. 33) paulistana.

No colégio, Oswald conheceria o "italianinho Ponzini", seu colega de classe, figura que encamava as transformações em curso. Ao relembrar suas malogradas iniciativas sexuais com uma "beldade do Colégio, Francisco de Paula", a pessoa de "João Ítalo Chile Brazil Ponzini" emerge nas memórias oswaldianas, "... pequeno, ágil, sardento, sob um casquete marrom desmesurado" (ANDRADE, 1990, p.53-54).

Mais bem sucedido nessas aventuras, dizia ser o tipo gozador da classe, [...]. Bem cedo [...] ensinou aos colegas o que era o valor positivo do dinheiro. [...] Na manhã de uma segunda-feira Ponzini gabou-se de ter conduzido até o Ipiranga as gordurinhas invejadas de Francisco de Paula [...] (ANDRADE, 1990, p.53)

A sede de consumo, que se expandia a par do desenvolvimento da indústria e do comércio, era a chave do sucesso de Ponzini:

Com ele a corrupção ganhava minha classe. Moedas tilintavam no seu bolso. Até notas apareciam. Tanto os meninos modestos do Brás ou do Bexiga como os verdes brotos da raça quadricentenária de gigantes voltavam às caras ansiedades. – Paga um sorvete! Um sanduíche de mortadela? (ANDRADE, 1990, p.53)

O caso Ponzini é emblemático de como o triunfo do dinheiro impregnava e degenerava os vínculos sociais. Nesta Belle Époque ciosa de distinções e hierarquias simbólicas (CAMARGOS, 2001), o "mercado-das-trocas" infundia sua lógica niilista ao estabelecer equivalências entre coisas as mais diversas, esvaziando cada uma de seu valor intrínseco e singular, reduzindo-os à proporção quantitativa em que se trocam uns pelos outros (ARENDE, 1993, p.179):

— O ítalo, você me paga uma gasosa?

— Depois da aula. Mas me chama de João!

Detinha tudo em suas mãos – a cola, a cumplicidade e o reto dos colegas bonitos.

[...] os métodos capitalistas de persuasão continuaram a fazer de Ponzini um devastador das virtudes que nos tinham criado.

[...].

Era a mentalidade bancária que irrompia em nossa moral, quebrando valores que supúnhamos eternos (ANDRADE, 1990, p.54)

Este utilitarismo, como se vê, estabelecia um nítido embate entre o mundo novo que se configurava, personificado em Ponzini, e um mundo ainda não de todo superado, que persistia na figura dos pais e no ambiente doméstico, um contexto conflituoso, "pulsando entre a herança colonial e o dinamismo cosmopolita" (CAMARGOS, 2001, p.33).

Depois dessa breve aparição, Ponzini desaparece das memórias, e é provável que tenha sido riscado da vivência oswaldiana pela onda de reformas do centro de São Paulo, durante a gestão do prefeito Paulo Prado. A questão urbana, então, emergia não só enquanto necessidade de embelezamento espacial, mas também de disciplinamento social, de higienização física e moral, que incidiu também sobre a rua Líbero Badaró, onde residia Ponzini:

É sabido que antes do alargamento da rua Líbero Badaró, devido a um projeto de meu pai vereador, era ela uma angusta passagem do centro de São Paulo que levava do fim da rua José Bonifácio ao Largo de São Bento. Nesta viela central, concentrava-se o mulherio da vida, que permanecia, da tarde à noite, seminu e apelativo nas janelas e nas portas abertas a qualquer um. (ANDRADE, 1990, p.54)

Como se vê, o surto especulativo, característico da economia cafeeira (SEVECENKO, 1992, p.86), expandia seus horizontes e chegava a não poupar até mesmo o corpo humano.

Ponzini teve, provavelmente, a venda de seu pai desapropriada pelo projeto de Seu Andrade e empurrada, junto com as prostitutas, para o mais longe possível. Antes do alargamento da rua, porém:

Ao descer a rua Líbero Badaró na direção de casa, após as aulas, eu fazia parada habitual na venda do pai de Ponzini. Era uma ambiente popular e curioso freqüentado pelo femeeiro que habitava a rua estreita, de ambos os lados. (ANDRADE, 1990, p.54)

O crescimento da cidade, o aumento da vivacidade das ruas, criavam circunstâncias e ambientes que facilitavam a livre circulação de Oswald e o exercício de iniciativas de autonomia, "longe das ordens de mamãe".

Contudo, não seria nesta ocasião que Oswald se entregaria aos prostíbulos. Ocasão, aliás, não lhe faltaria, pois o alargamento da rua Líbero não atingiria os fundamentos da prostituição paulistana, ligados ao enlace sinistro entre a sede de enriquecimento, a riqueza dos coronéis do café e do grande contingente populacional que fora atraído e não absolvido quer pela lavoura, quer pela nascente indústria (CAMARGOS, 2001, p.32).

Tal situação gerava o irônico convívio entre os representantes das conspícuas famílias e os "sem família", como aparece estampado neste poema de Oswald, que mimetiza a babel lingüística que São Paulo se tomara, intitulado "Bonde":

O transatlântico mesclado
Dlendlena e esguicha luz
Postretutas e famias sacolejam (ANDRADE, 1966, p.89)

Na própria rua alargada persistiam os prostíbulos: "*cai, afinal, num bordel da rua Líbero*". Oswald, buscando atenuar a miséria da situação "*procurava, porém, dourar sempre de romantismo minhas visitas noturnas e rápidas*", contudo, sem muito sucesso: "*muito me desgostei quando uma mulher que se desnudara no leito exclamou para mim: - Não precisa tirar as botinas*" (ANDRADE, 1990, p.65). O amor rápido, o sentimento descartável, a degeneração do corpo e das paixões em mercadoria, exibia a face profanadora da modernidade, dessacralizando e diluindo vínculos e valores (BERMAN, 1986).

O bordel, assim como o "território" mais amplo em que se inscrevia, a boêmia, ambiguisava os limites da vida burguesa (SEIGEL, 1992). Não era contrário à família e ao casamento, antes, era seu tenso complemento: "*Casadas, as mulheres transbordavam de gorduras em largas matinês, o que fazia os maridos, saudosos de carne muscular e limpa voltar aos bordéis*" (ANDRADE, 1990, p.66).

Oswald cedo circularia pelos ambientes boêmios, neles exercitando os limites da individualidade (SEIGEL, 1992, p.19-21), o que no seu caso se equacionava no atrito entre os valores religiosos recebidos pelos pais e as disposições individuais que a experiência da rua suscitava:

Por outro lado, tendo eu atingido os quinze anos, descobri fora do ginásio os primeiros amigos intelectuais. Foi meu guia espiritual neste momento o estudante boêmio Indalécio de Aguiar [...]. Com alguns, reuníamos à noite num bar amplo e popular do Largo da Sé. Deixamos de lado o "Progredior", vasto e elegante local que se abria à Rua 15 [...].

Indalécio me levou para a primeira crise religiosa que conheci, me deu para ler "A reliquia" de Eça de Queiroz e breve estava comendo com ele bons e sangrentos bifés num restaurante italiano, em plena sexta-feira santa. (ANDRADE, 1990, p.56)

Assim, a rua, lugar da multidão e do anonimato, fremente entre circos, cinemas, bordéis, bares, cafés e restaurantes, abria-se a uma multiplicidade de "vivências", ao mesmo tempo em que punha ao par delas o vazio de valores do nihilismo expresso, por exemplo, na figura do italianinho Ponzini. Um cenário que

contrastava com a casa, onde reinava os severos deveres religiosos, as expectativas de Seu Andrade e D. Inês, pautadas em valores que "supúnhamos eternos".

No íntimo de Oswald essas tendências, próprias da época, se opunham e chocavam, a ponto de, por assim dizer, ter ele assimilado a sintaxe da primeira e o léxico da segunda:

no meu íntimo, não acreditava no pecado. De seus exorcismos, supersticiosamente, guardava apenas o rito. E era muito. Confessava? Sim. Como os outros. Cheguei já homem a comungar para obter notas boas para certos colegas obtusos ou malandros [...]. Simples comércio com o mito [...]. (ANDRADE, 1990, p.23)

- **ABSTRACT:** *Born in 1890, a period when the city of São Paulo had its first outbreak of fast growing, Oswald de Andrade's childhood and youth describe a trajectory that would go through this moment of impacts and impasses. Exposed to the shocks of the modernity that was being sketched, with the reminiscences of the traditional world that was gradually getting diluted, Oswald's life, as so many others unrolled at this time and at singular places, would be deeply marked by the power of his time.*
- **KEYWORDS:** *Oswald de Andrade; "Seu" Andrade; São Paulo; Modernity.*

FONTES

ANDRADE, Oswald de. *Um homem sem profissão – sob as ordens de mamãe*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. *Poesias reunidas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BAUMANN, Zygmund. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das letras, 1986.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. Campinas: UNICAMP, São Paulo: Ex Libres, 1995.

BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. 2.ed., v.3., São Paulo: Hucitec, 1984.

CANO, Wilson. *Base e superestrutura em São Paulo (1886-1929)*. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Paes da. *A década de vinte e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação editora da Unesp, 1997.

CARMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial – crônica da belle époque paulistana*. São Paulo: Senac, 2001.

CORREA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: *Colcha de retalhos – estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DOIN, José Evaldo de Melo. *O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. Franca, 2001. Tese (Livre Docência em História) FHDSS, Unesp. 731 fl.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORSE, Richard. *A formação histórica de São Paulo – de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SEIGEL, Jerrold. *Paris boêmia – cultura, política e os limites da vida burguesa (1830-1930)*. Porto Alegre: L e PM, 1992.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. O casamento e a família no Brasil. In: *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

BRUNO, Emílio. História e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: V. L. S. 1984.

CAND, Wilfried. Bases e subestruturas em São Paulo (1888-1929). In: LORETO, Heliana Cavellin de COSTA. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

CARMARGOS, Maria Vânia Kyril. - crônica da vida econômica paulista. São Paulo: Contexto, 1989.

CORREIA, Moisés. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

FRANCO, José. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

GIGANTE, Moisés. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

HONDA, Sérgio. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

MOISÉS, Moisés. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Emílio. História e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: V. L. S. 1984.

CAND, Wilfried. Bases e subestruturas em São Paulo (1888-1929). In: LORETO, Heliana Cavellin de COSTA. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

CARMARGOS, Maria Vânia Kyril. - crônica da vida econômica paulista. São Paulo: Contexto, 1989.

CORREIA, Moisés. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

FRANCO, José. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

GIGANTE, Moisés. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

HONDA, Sérgio. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

MOISÉS, Moisés. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

O JUDEU: INCOMPATÍVEL COM A CRIAÇÃO DO NOVO-HOMEM NAZISTA

Maria Carolina Scudeler SILVA*

- RESUMO: Esse artigo aponta algumas considerações sobre a ideologia nazista, representada pela criação do *novo Homem*, e de como e porque os judeus foram excluídos dessa nova sociedade. Devido às idéias de Hitler, aprofundaram-se crenças e preconceitos sobre o povo judaico, transformando as mesmas em política de Estado, colocando-lhes como única possibilidade a Solução Final.
- UNITERMOS: judeus; anti-semitismo; ideologia nazista; solução final.

Esse artigo está baseado no estudo referente à pesquisa de iniciação científica, e exprime algumas considerações sobre a ideologia nazista. Nos prenderemos às questões que envolvem a incompatibilidade do judeu aos ideais que formariam a Grande Alemanha desejada por Adolf Hitler, que seria edificada através do III Reich. Através de um exercício de análise-interpretação de uma bibliografia selecionada e de algumas fontes disponíveis, como discursos, impressos da época e documentos oficiais, pudemos visualizar de maneira abrangente o tema. O entendimento dos principais ideais do nacional-socialismo, principalmente as questões de pureza racial e anti-semitismo, nos mostrou o diferencial dessas posturas durante o período nazista: o uso que Hitler soube fazer das mesmas, transformando-as em política de Estado, mediante a utilização do Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães. Não se pode retirar do nazismo uma linha doutrinária unilateral, pois sua ideologia é

*Graduanda do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Moacir Gigante.

marcada pela ambigüidade. Porém, todas as referências contidas no nacional-socialismo podem ser unidas pelo pressuposto da raça, entendida como a "formação natural oriunda da comunidade de sangue" (RIBEIRO, 1998, p.45). O princípio da pureza racial transformou-se numa forma legalizada de planejamento social, econômico, político e cultural, onde a criação do *novo Homem*, ou seja, aquele indivíduo puro, fisicamente perfeito e ideologicamente nazista, não deixava qualquer possibilidade de inserção dos judeus nessa nova sociedade.

Em resumo, a ideologia nazista se fixa na superioridade da raça alemã; no culto da força e da vontade de poder; na subordinação do indivíduo ao Estado; na ditadura do chefe, que encarna a comunidade nacional; na substituição da luta de classes pela união de todas as categorias sociais para trabalhar pela grandeza da pátria. [...]

Contudo, a idéia motriz desse conglomerado de idéias é o *anti-semitismo*. [...]

Ele (Hitler) dirá que o nacional-socialismo tem o mérito de ter sido o primeiro a formular o problema judaico de maneira realista (RIBEIRO, 1998, p.48-51).

Delimitadas essas primeiras evidências, percebemos a especificidade do povo judeu. Em sua obra *Modernidade e Holocausto*, o sociólogo Zygmunt Bauman coloca o seguinte conceito: "Anti-semitismo' representa o ressentimento contra os judeus. Refere-se à concepção dos judeus como um grupo estranho, hostil e indesejável [...]" (BAUMAN, 1998, p.54). É importante mencionar que não foram apenas os judeus que sofreram perseguições; contudo, é em torno desse grupo que reside toda a complexidade das manifestações nazistas. A negação dirigida aos homossexuais, aos negros, aos comunistas, aos doentes mentais e tantos outros "indesejáveis" são explicados através do ideal de fortaleza e beleza da raça ariana; em relação a esses grupos, a historiografia não possui muitas divergências: eles não eram aceitos simplesmente por ferirem os ideais nacional-socialistas de política, beleza e pureza racial.

Porém, quando se remete à questão dos judeus, as implicações se tornam mais profundas e complexas. Esses eram vistos como um grupo inferior, à margem da sociedade; eram visualizados como seres incompatíveis com a realidade do mundo ocidental, onde uma de suas bases estruturais é a noção de cidadania; nesse mundo, um povo sem lar é visualizado como uma aberração. Torna-se, conseqüentemente, comum a visão de que os judeus são aproveitadores do espaço físico dos outros povos e que, para sobreviver, o judeu tem que se "apossar" do que é do outro (o diferente). Ele não estava apto a mudanças, pois seu sangue estava sujo e sua genética o tomava inviável a participar do ideal do *novo Homem*. O perigo de sua "epidemia" o tomava

perigoso por não conseguirem detectá-lo facilmente; ou seja, a dificuldade de perceber sua existência como diferente o torna um mal, e sua facilidade em adaptar-se como compatriota lhe dava o caráter de parasita.

É e será sempre o parasita típico, um bicho, que, tal qual um micróbio nocivo, se propaga cada vez mais, assim que se encontra em condições propícias. A sua ação vital igualmente se assemelha à dos parasitas, onde ele aparece. O povo, que o hospeda, vai se exterminando mais ou menos rapidamente. (HITLER, 2001, p.198)

Essa crença de que o judeu infiltrava-se num determinado grupo e passava a viver nesse como um igual, tornou necessária a criação de um método de diferenciação que estivesse presente em todas as esferas sociais: o racismo. Esse método vem para detectar e lembrar ao elemento indesejável que este não será absorvido positivamente pela sociedade; está marcado pela inferioridade, e não há nada que possa ser feito para alcançar a casta superior, pois não se pode mudar a genética:

O produto da conversão – seja religiosa ou cultural – não é a mudança, mas a perda de qualidade. Do outro lado da conversão espreita um vazio, não outra identidade. O convertido perde sua identidade sem adquirir nada em troca. O homem é antes de agir; nada que ele faça pode mudar o que ele é. Esta, grosso modo, é a essência filosófica do racismo. (BAUMAN, 1998, p. 82)

Em *Mein Kampf*, Hitler descreve como teve início sua percepção de que o judeu significava um malefício à civilização, não só germânica, mas européia e mundial. Acreditava que havia uma conspiração judaica internacional que agia a partir do controle financeiro capitalista, porém utilizando a social-democracia para conquistar os sindicatos e os trabalhadores, colocando-os contra a burguesia. Através desse plano, cujo fim é a destruição das organizações humanas, conseguiam controlar os acontecimentos do mundo em seu favor, como teria ocorrido com a Primeira Guerra Mundial. Todos esses empreendimentos destinados à destruição são alcançados através de uma grande mentira que tem como finalidade mascarar seus verdadeiros propósitos: a mentira de que o povo judeu é uma religião, não uma raça.

Sua vida, no seio de povos estranhos, só pode perdurar, se ele conseguir despertar a crença de ser o representante, não de um povo, mas de uma "comunhão religiosa", muito embora singular. Ai está a primeira grande mentira.

Para poder levar essa vida, à custa de outros povos, precisa ele recorrer à negação de sua individualidade interior. Quanto mais inteligente é cada judeu melhor conseguirá iludir. Pode chegar ao ponto de grande parte o povo que o hospeda acreditar seriamente que o judeu seja francês ou inglês, alemão ou italiano, embora pertencente a uma crença especial. [...] judeus constituem *um povo e não uma seita religiosa*. (HITLER, 2001, p.198)

Portanto, os fundamentos do pensamento de Hitler giravam em torno das seguintes considerações: a especificidade do povo judeu não deve ser posta a partir da religião, e sim a partir do pressuposto de raça; eles eram uma doença, uma raça parasitária, pois não possuíam um território e conseqüentemente tinham que usufruir do espaço de outros povos, atitude que os tornava desprezíveis, pois não era uma luta com delimitações evidentes, lutavam através da destruição da cultura das civilizações. Para destruir e enfraquecer essas culturas, utilizavam-se da doutrina marxista, cujo meio era a perda dos ideais de nacionalismo, unidade territorial e responsabilidade individual e o fim acabaria sendo a destruição de toda organização econômica e cultural.

A doutrina judaica do marxismo repele o princípio aristocrático na natureza. Contra o privilégio eterno do poder e da força do indivíduo levanta o poder das massas e o peso-morto do número. Nega o valor do indivíduo, combate a importância das nacionalidades e das raças, anulando assim da humanidade a razão de sua existência e de sua cultura. Por essa maneira de encarar o universo, conduziria a humanidade a abandonar qualquer noção de ordem. E como nesse grande organismo, só o caos poderia resultar da aplicação desses princípios, a ruína seria o desfecho final para todos os habitantes da Terra.

Se o judeu, com o auxílio de seu credo marxista, conquistar as nações do mundo, a sua coroa de vitórias será a coroa mortuária da raça humana e, então, o planeta vazio de homens, mais uma vez, como há milhões de anos, errará pelo éter.

A natureza sempre se vingará inexoravelmente de todas as usurpações contra o seu domínio.

Por isso, acredito agora que ajo de acordo com as prescrições do Criador Onipotente. Lutando contra o judaísmo, estou realizando a obra de Deus. (HITLER, 2001, p. 52)

É perceptível, portanto, que o nazismo propõe uma transformação social, onde porém uma parcela da população não está apta a essa mudança. Para se ter essa nova sociedade, formada por esse *novo Homem*, deve-se criar uma alternativa para que esses elementos indesejáveis não interrompam o curso desse planejamento. É através desse pensamento que se deve analisar as

considerações sobre o percurso que resultou na Solução Final, e de como o mesmo envolveu, em diferentes graus, toda a sociedade.

Desde o momento que Hitler subiu ao poder até o final da Segunda Guerra Mundial, que significou o fim do III Reich, empregou a perseguição ao povo judeu; porém, esta foi implementada com um caráter de processo: no começo estava mais representada – não somente, mas em sua maioria – por atitudes administrativas contra os estabelecimentos judaicos, no final da década de 30, com violência explícita, e entre 1940 e 1945 com a política de extermínio.

Desde o momento em que Hitler subiu ao poder, no dia 30 de janeiro de 1933, os judeus alemães se viram na linha de fogo. [...] Entre 1933 e 1934 os judeus foram quase completamente removidos da vida alemã. [...] o período de 1935-37 assistiu a uma série de medidas adicionais: os judeus perderam sua cidadania, foram proibidos de ter relações sexuais com arianos e foi-lhes negado o acesso a quase todas as comodidades públicas. Perto do fim de 1937 a intensidade da investida crescera em vários graus. Foi negada aos judeus praticamente qualquer possibilidade de ganhar a vida com independência. O regime aumentou a pressão para que emigrassem. Na *Kristallnacht*, em 9 de novembro de 1938, a brutalidade nazista arrombou portas e janelas de quase todas as casas e estabelecimentos judaicos que restavam no país. Quando a Segunda Guerra Mundial foi deflagrada, a Alemanha já trilhará um trecho espantosamente longo na estrada da perseguição; os judeus que restavam no país eram um remanescente encolhido, aterrado, que vivia de economias e da caridade comunal. (ROSEMAN, 2003, p.15-16)

A *Kristallnacht* foi um marco no que se refere à violência declarada ao judeu, por envolver ao mesmo tempo as tropas de proteção (SS)¹ e a população civil. Foi o único levante social ocorrido contra os judeus durante o período estudado; contudo, devido a sua intensidade – foi uma multidão realizando destruições aos estabelecimentos, causando cerca de cem mortes –, a sua representatividade enquanto capítulo do processo histórico do Holocausto é muito importante. O historiador Mark Roseman e o sociólogo Zygmunt Bauman colocam a Noite dos Cristais como um elemento básico para o entendimento do caminho que leva ao extermínio. Os dois estudiosos possuem visões perceptivelmente discordantes no que se refere à interpretação de como se encarava a violência naquele momento. Roseman defende que, mesmo

¹ *Schutztaffel (tropas de proteção): criadas em 1925, após 1934 suplantam as SA em importância e tomam-se uma gigantesca organização independente, com mais de trezentos mil membros, a controlar todo o aparelho policial do país.* (LENHARO, 2003, p.90).

aceitando que o ideal para o governo nazista era a violência burocratizada, este encorajava a população a atitudes ilícitas contra os judeus:

Mais inquietante até do que as metas declaradas ou ocultas sob medidas antijudaicas, contudo, era a capacidade de brutalidade e violência demonstrada em ações grandes ou pequenas. [...] É verdade que a *Kristalnacht* não representou a "norma" da política nazista para os judeus na década de 1930. Sob alguns aspectos, ela levou a uma rejeição da violência ostensiva nas ruas da Alemanha, em particular pelas instituições que iriam se tornar dominantes na configuração de uma política judaica dali em diante. Mas um regime que era capaz de sancionar a *Kristalnacht*, podia-se sem dúvida argumentar, era capaz de sancionar qualquer coisa. (ROSEMAN, 2003, p.16-17)

Percebemos a concordância do historiador em relação às normas contra a violência desorganizada, porém ele também coloca que esse tipo de situação poderia ocorrer facilmente. Já a opinião de Zygmunt Bauman sobre o assunto está envolta na idéia de que a população não se ligava a esses movimentos primeiramente por considerar mais agradável a aplicação da segregação:

O desgosto com a violência – em particular a violência que podia ser vista e era feita para ser vista – coexistia, no entanto, com uma atitude muito mais simpática em relação às medidas administrativas tomadas contra os judeus. Grande número de alemães apoiava uma ação enérgica e divulgava de modo vociferante para a segregação, separação e perda de poder dos judeus – tradicionalmente expressão e instrumento da heterofobia ou da inimizade competitiva. (BAUMAN, 1998, p.98)

E segundo, por uma própria investida do governo em deter essas manifestações, devido ao caráter pouco eficaz das mesmas:

A noite dos Cristais foi o único progom em larga escala ocorrido nas cidades da Alemanha durante todo o Holocausto. Foi também o único episódio do holocausto que seguiu a tradição secular da violência de turba contra os judeus. Não diferiu muito dos progoms anteriores; praticamente nada a destaca na extensa lista de violência desse tipo que vai da Antiguidade, passando pela Idade Média, até as quase contemporâneas mas ainda em grande parte pré-modernas Rússia, Polônia ou Romênia. Se o que os nazistas fizeram com os judeus tivesse sido apenas Noites do Cristal e coisas do gênero, só teriam acrescentado mais um parágrafo, um capítulo no máximo, à crônica em vários volumes de emoções que degeneraram em violência, grupos de linchamento, soldados que saqueiam e estupram ao invadir cidades. Mas não foi isso que aconteceu.

E não foi o que aconteceu por uma simples razão: por mais *Kristalnächte* que ocorressem, não se poderia conceber nem realizar dessa forma o assassinato em massa na escala do Holocausto. [...]

A raiva e a fúria são deploravelmente primitivas e ineficazes como instrumentos de extermínio em massa. Elas normalmente se exaurem antes que se conclua a tarefa. Não se podem erguer grandes projetos sobre essa base. (BAUMAN, 1998, p.112-113)

O título da obra de Bauman, *Modernidade e Holocausto* é, portanto, muito bem colocada devido à importância que essa organização burocrática teve dentro desse processo histórico estudado. Sem essa construção da época moderna, os nazistas não conseguiriam implantar seus planos de maneira tão profunda; realmente seria apenas mais uma passagem violenta da história. Sua exclusividade pode ser encontrada exatamente nessa manutenção constante da organização. É visível que não foi apenas essa estrutura que tomou possível o nazismo, mas foi ela que viabilizou a transformação de sentimentos e ideologias em uma política de Estado. Hitler apenas teve êxito em muitos de seus planos porque soube compreender as necessidades de uma população manejando-as de acordo com seus projetos, aplicando a teoria à prática.

Vejam os números. O Estado alemão exterminou seis milhões de judeus aproximadamente. À média de 100 por dia, isso levaria quase 200 anos. A violência de turba assenta-se numa base psicológica errada, na emoção violenta. As pessoas podem ser manipuladas até a fúria, mas a fúria não pode ser mantida por 200 anos. As emoções e sua base psicológica têm uma duração natural; a luxúria, mesmo a da sede de sangue, é em algum momento saciada. Além disso, as emoções são notoriamente instáveis, podem mudar. Não se pode confiar em uma multidão de linchadores, por vezes eles podem ser movidos pela simpatia – digamos, pelo sofrimento de uma criança. Para se exterminar uma "raça" é essencial matar as suas crianças.

O assassinato integral, abrangente, exaustivo exigia a substituição da turba por uma burocracia, a substituição da raiva grupal pela obediência à autoridade. A burocracia requerida seria eficiente, quer exercida por anti-semítas extremados, que por moderados, o que ampliava consideravelmente o espectro de possíveis funcionários; as ações deles não seriam dirigidas pela paixão, mas pelas rotinas de organização; ela só faria distinções para as quais estivesse programada, não as que os funcionários fossem tentados a fazer, digamos, entre crianças e adultos, doutor e ladrão, inocente ou culpado; seria sensível a vontade da autoridade última por meio de uma hierarquia de responsabilidades – fosse qual fosse aquela vontade. (SABNI; SILVER, 1980, p.329-330 apud BAUMAN, 1998, p.113)

Como já foi colocado, torna-se claro, portanto, que a intenção de todo o período foi uma Alemanha *judenfrei* (livre de judeus), e que sempre houve um planejamento – diferenciado, porém constante – no decorrer dos anos. O primeiro grande acontecimento desse projeto ocorre no final da década de 30: a ocupação da Polônia e os mais de 2 milhões de judeus que viviam nesse território. As tentativas de deportação para uma área polonesa não se processaram de maneira positiva, principalmente porque nem mesmo as autoridades nazistas responsáveis pela Polônia desejavam que suas zonas de influências se tornassem "refugos judaicos".

Hitler estava sendo pressionado por todos os lados para que se achasse uma solução para o "problema judaico"; ao mesmo tempo, a guerra começava a abrir espaços para algumas possibilidades e soluções:

[...] a guerra produziu uma outra mudança significativa. Hitler sempre considerara o assassinato um meio legítimo de luta política. A ocupação forneceu-lhe estímulo e oportunidade para utilizá-lo muito mais amplamente como instrumento de controle político e engenharia social. (ROSEMAN, 2003, p.31)

Analisando as possibilidades que se fizeram na época, a conclusão que se chega é que sempre houve intimidação para com o povo judeu. Quando os nazistas subiram ao poder, atitudes que limitaram em todas as esferas a vida dessas pessoas foram postas em prática. A violência, principalmente com a guerra, passou a ser fator comum naquele momento.

De 1940 a 1941 a Polônia ferveu com atos de brutalidade. Na cidadezinha de Izbica o novo prefeito alemão-étnico treinou seu cachorro para reconhecer a estrela judaica. Mulheres a caminho do poço para buscar água eram derrubadas pelo querido alsaciano do prefeito e mortas por esporte. Nos campos de trabalho de Odilo Globocnik, judeus que construíam fortificações defensivas ao longo do rio Bug morriam aos magotes. Os guardas se divertiam com a brincadeira de fazê-los saltar de vagão em vagão em trens de carga em movimento. Exemplos como esses se elevam aos milhares às dezenas de milhares, já se sentindo aqui um gosto autêntico de Holocausto. No entanto, no nível de alto planejamento de que estamos nos ocupando, o genocídio ainda não entrara na ordem do dia. A guerra contra a União Soviética é que viria a fazer a diferença decisiva. No dia 22 de junho de 1941 tropas alemãs entraram em território soviético. [...] fuzilamentos em massa por *Einsatzkommandos*² e outras unidades de extermínio tinham levado a morte meio milhão de judeus. Os nazistas haviam ingressado na era do genocídio.

² *Einsatzkommandos*: forças-tarefa especiais comandadas pelas SS.

Aquela não era uma guerra comum, disse Hitler aos seus generais, mas uma luta de morte entre duas ideologias. O Estado soviético tinha de ser destruído por meio da mais brutal violência. Os altos funcionários comunistas eram todos criminosos e deviam ser tratados como tais. [...] A desastrosa diferença no que dizia respeito aos judeus era que Hitler acreditava que eles estavam no cerne do sistema comunista. O objetivo de Hitler era a eliminação da "intelligentsia judaico-bolchevista." (ROSEMAN, 2003, p.35-37)

Portanto, o momento crucial para a implantação do extermínio em massa foi a guerra com a União Soviética. Nesse momento, qualquer questão que envolvesse os judeus já possuía um caráter genocida. As deportações, por exemplo, tinham sempre suas colônias planejadas em territórios hostis onde não houvesse possibilidades de sobrevivência, e o mesmo acontecia com o trabalho forçado:

Algumas ambigüidades da política nazista nessa época refletem o fato de que exatamente quando planos de deportação estavam sendo substituídos por planos de assassinatos, as autoridades estavam se confrontando com escassez de mão-de-obra numa nova e perigosa escala. [...] Mas mesmo os judeus apontados como capazes de trabalhar não eram efetivamente usados; o pagamento, as rações e a disciplina eram horríveis o bastante para impedir uma exploração racional da mão-de-obra. As condições de trabalho nos projetos da SS eram uma forma ampliada de assassinato. [...]

Uma tentativa de resolver o impasse de precisar de judeus e querer se livrar deles pode ser vista na elaboração de um plano de extermínio através do trabalho. Começando na União Soviética, o Einsatzgruppe C desenvolveu a idéia de usar judeus em projetos de construção, de uma maneira que resolveria temporariamente o problema de escassez de mão-de-obra e ao mesmo tempo esgotaria e mataria os trabalhadores. (ROSEMAN, 2003, p. 90-91)

A política de extermínio já está, portanto, totalmente disseminada na época. A única questão que restava envolvia a postura desorganizada das atividades, representada por fuzilamentos, violência generalizada ou a impossibilidade de sobrevivência, através da fome, do frio ou esgotamento físico. O necessário para que a estrutura do genocídio estivesse completa era a edificação de um complexo totalmente destinado à matança dos indesejáveis e que fosse construído de modo altamente tecnológico, para que envolvesse poucos gastos e grandes resultados. A partir dessas bases são criados os campos de concentração:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os campos de concentração nazista de extermínio eram localizados basicamente na Polônia, onde havia a maior concentração de judeus na Europa. Era para lá que seguiam os comboios ferroviários com prisioneiros deportados das regiões ocupadas. Os campos de Sobibor, Belzec, Chelmno e Treblinka funcionaram entre 1941 e 1943. Auschwitz-Birkenau e Majdanek eram imensos, construídos ao redor de complexos industriais que também possuíam câmaras de extermínio mantidas em operação até 1944. Para facilitar o transporte dos prisioneiros, os campos eram construídos nas proximidades das linhas ferroviárias. Os trens chegavam superlotados. Nos vagões de janelas minúsculas não havia comida, água e agasalhos, o que provocava a morte de muitos por frio, fome ou sede durante o transporte. Separados de suas famílias, os que chegavam vivos eram selecionados de acordo com o estado de saúde, para trabalhos forçados ou extermínio. [...]

No complexo de Auschwitz [...] indicam que tenham sido exterminadas entre 1,3 milhão e 1,5 milhão de pessoas em câmaras de gás. Esta foi o maior entre os dois mil campos de concentração e trabalhos forçados construídos pelos nazistas. [...]

Quando as forças soviéticas libertaram o campo, na tarde de 27 de janeiro de 1945, encontraram gigantescas pilhas com cerca de 850 mil vestidos, 350 mil ternos, milhares de pares de sapatos e montanhas de roupas de crianças, além de oito toneladas de cabelos humanos que seriam utilizados como enchimento de travesseiros. [...]

O campo de Auschwitz tornou-se o símbolo da barbárie nazista. Era uma linha de produção de morte desenvolvida de forma a envolver o maior número de pessoas, com a máxima economia de recursos, aproveitando os cadáveres como matéria-prima para a produção industrial de sabão.³

A análise que descreve o caminho que leva até a Solução Final e os campos de concentração deve ser pensada sobre o pressuposto de que houve, em todos os momentos, um claro empreendimento de engenharia social. Os judeus, com seu sangue e cultura contaminados, em nenhum momento foram incluídos nessa nova sociedade, devido à premissa sobre a qual funciona a ideologia nazista: a exclusão, nunca a transformação. Na sociedade perfeita almejada por Hitler durante todo o período, apenas ocorreram mudanças de manutenção devido à própria noção de processo histórico. Entre os anos de 1933 e 1945, que compreendem o III Reich, aconteceram conflitos, derrotas, conquistas que provocaram continuidades ou rupturas. Porém, o Reich de mil anos formado pelo *novo Homem* foi sempre o desejo veemente:

³ Informações retiradas do CD-rom II Guerra Mundial.

Para os planejadores nazistas da sociedade perfeita, o projeto que perseguiram e estavam decididos a realizar através da engenharia social dividia a vida humana em útil e inútil, com ou sem valor, aquela a ser amorosamente cultivada e receber *Lebensraum* (espaço vital), a outra a ser "afastada" ou – se o afastamento se revelasse infactível – exterminada. [...] Não eram (os judeus) uma raça como as outras; eram uma anti-raça, uma raça que minava e envenenava todas as outras; que solapava não apenas a identidade de qualquer raça em particular, mas a própria ordem racial. [...] Assim, o isolamento dos judeus só podia ser um paliativo, um estágio a caminho para a meta final. A questão possivelmente não seria resolvida com a simples extirpação dos judeus da Alemanha. Mesmo vivendo bem longe das fronteiras alemãs, os judeus continuaram a produzir erosão e desintegração da lógica natural do universo. Ao ordenar às suas tropas que lutassem pela supremacia da raça *alemã*, Hitler acreditava que a guerra que ele desencadeava tratava-se em nome de todas as raças, era em suma um serviço que prestava à humanidade racialmente organizada (BAUMAN, 1998, p.90-91).

Esses aspectos tornam-se fatores de conclusão da incompatibilidade que o povo judeu possuía em relação a construção do *novo Homem*. Em meio a crenças e preconceitos da população alemã sobre os judeus, Hitler encontrou campo fértil para realizar seus planos para o Reich de mil anos. Utilizando todas as possibilidades da época, conseguiu direcionar todos os movimentos em direção a doutrina nacional-socialista. Devido ao perigo que representavam (e a incapacidade de participação nessa nova sociedade), os judeus tinham que ser destruídos, exterminados; e isso só se fez possível com o exercício contínuo de organização e burocracia nazistas.

• **ABSTRACT:** *This article shows some considerations about the nazi ideology, represented by the creation of the new Man and the reason why the jews were excluded from this new society. Because of Hitler's ideals, beliefs and prejudice over the jewish people got deeper, making them the State policy, as the only possibility of Final Solution.*

• **KEYWORDS:** *Jews; Antisemitism; Nazi ideology; Final solution.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HITLER, Adolf. *Minha Luta (Mein Kampf)*. São Paulo: Centauro, 2001.

LENHARO, Alcir. *Nazismo: "o triunfo da vontade"*. São Paulo: Ática, 2003.

RIBEIRO, João Jr. *O que é Nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROSEMAN, Mark. *Os Nazistas e a Solução Final: a conspiração de Wannsee do assassinato ao genocídio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Cd-rom

II GUERRA MUNDIAL. In: Ensino on Line. Estado de Minas Gerais, Secretária da Educação, 1997.

Filme

Arquitetura da Destruição. Direção de Peter Cohen. Narração: Bruno Ganz. Suécia: dist. Playarte, 1989, 1 fita de vídeo (121min), VHS, son., leg. Vídeo Company, color.

PIO XII. MENSAGEIRO DA PAZ E DA JUSTIÇA

Elza Silva CARDOSO*

- RESUMO: O presente ensaio apresenta a formação de Eugênio Pacelli, papa Pio XII, e sua trajetória no Vaticano. Trajetória essa, que tem como principais características a diplomacia e o carisma, e que buscou em seus diversos momentos a melhor maneira de se atingir a paz e a justiça entre os homens, principalmente durante o contexto da Segunda Guerra Mundial.
- UNITERMOS: Pio XII; diplomacia católica; guerra; justiça; paz.

"Opus justitiae pax"¹
Livro de Isaías

Eugênio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli nasceu em 02 de março de 1876 no distrito de Ponte, Roma. Descendente de uma família nobre, seu pai, Filipo Pacelli, era advogado da Congregação da Sagrada Rota ou Tribunal Papal, um tribunal eclesiástico envolvido em questões de anulações de casamento, entre outras; seu avô, Marcantônio Pacelli, foi ministro das finanças dos Estados Papais ao tempo de Gregório XVI, bem como atuou como advogado da Sagrada Rota durante o pontificado de Pio IX, tornando-se um de seus principais colaboradores (CORNWELL, 2000, p.22). Sua mãe, Virginia Graziosi, também de família nobre do norte da Itália, fora uma mulher muito religiosa, católica praticante, passando esta religiosidade, dotada de grande espiritualidade, para os filhos. Sua família distinguia-se pelo longo tempo de

*Graduanda do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel.

¹ "A paz é obra da justiça".

serviços prestados à Corte Papal, em um tempo em que ser amigo do papa equivalia a ser inimigo do Rei.

Da família Pacelli, Eugênio fora o que melhor assimilara a cultura religiosa e a cristandade, entrando para o seminário do antigo *Colégio Capranica*, em Roma, em 1893. Essa decisão do jovem Eugênio, de abraçar fervorosamente a vida religiosa, não agradou seu pai Filipo, que desejava ver seu filho seguir a carreira de advogado – tal como seu irmão mais velho, Francesco Pacelli, que serviu a Corte Papal com seus préstimos de advogado, atuando junto ao Vaticano nas cláusulas do Tratado de Latrão, de 1929, entre outras atuações – ou diplomata, entretanto Eugênio preferiu seguir sua vocação sacerdotal.

Desde a infância, destacou-se por ser um notável e disciplinado aluno, sobressaindo-se por sua inteligência e determinação – sempre foi o primeiro aluno de todas as escolas que frequentou – destacava-se também por seu poder de argumentação, seu carisma e diplomacia, na ótica de quase todos seus biógrafos (Cf. MELLO, 1994; LENN; REARDON, 1954). Diplomacia esta que era inerente à sua personalidade, pois, já na qualidade de papa, Eugênio Pacelli se destacaria por sua grande capacidade diplomática e seu poder de negociação. Sua personalidade era forte e incisiva. Disciplinado, dedicava-se a longos períodos de meditação quando, segundo ele, se sentia mais próximo de Deus.

Adepto de esportes como: equitação, natação, regata, preferia as caminhadas. Apreciava caminhar longos trechos, sozinho, hábito que não abandonou durante toda sua vida e durante suas caminhadas fazia orações. A leitura era um de seus maiores prazeres, como aponta Mello (1994)

a história — antiga e moderna — se torna uma de suas paixões e ele percorre as bibliotecas e casas de livros que satisfaçam sua curiosidade, trancando-se muitas vezes em seu quarto para leituras até altas horas da noite. Santo Agostinho é um de seus autores prediletos, mas foi ele também um dos primeiros italianos a ler Marx (MELLO, 1994, p.19).

Sua saúde era fraca e juntamente com os sacrifícios corporais a que se submetia – longos períodos de jejum – essa ficava cada vez mais debilitada, o que lhe permitiu alguns privilégios:

"Seus superiores entendendo que a saúde de Eugênio está abalada por seus esforços excessivos nos estudos e permitem que ele vá passar algum tempo em Orano — casa de férias de sua família — continuando o curso como aluno externo" (MELLO, 1994, p.20).

Iniciou seus estudos em Teologia no *Collegio Romano*, em 1895, e no ano de 1898, já havia feito dois doutorados, em 1902, adquiriu o título de Doutor em Direito Civil e Canônico, com a menção *summa cum laude*. A sua tese tratava da natureza das concordatas² e a função do Direito Canônico quando uma concordata por qualquer motivo fica em suspenso (CORNWELL, 2000, p.45).

No Domingo de Páscoa de 1899, foi ordenado sacerdote em cerimônia especial, devido à sua saúde, sendo reconhecido desde então como Dom Pacelli. Foi sacerdote durante dois anos na igreja em que havia servido como coroinha na infância e apesar de acalantar sempre à vontade de conduzir almas e dedicar-se ao apostolado, o suceder dos fatos, dentro das necessidades da instituição católica, o fez trilhar o caminho da política e da diplomacia, caminho que o conduziria até o Trono de Pedro.

Dom Pacelli teve uma rápida sucessão de cargos dentro do Vaticano, isto aconteceu invariavelmente ao longo de toda sua carreira, o espírito brilhante e a acolhedora personalidade conquistaram a aprovação de seus superiores, fazendo com que suas promoções, no Departamento de Estado, se seguissem uma às outras, dinamicamente, como indicam suas biografias. Foi escolhido como representante diplomático para as negociações e eventos do Vaticano, nomeado professor de Direito Internacional e de Diplomacia Eclesiástica, na Pontificia Accademia dei Nobili Ecclesiastici, até ser nomeado Monsenhor, em 1904, pelo Papa Pio X título este conferido a um clérigo, por mérito ou antiguidade de serviço, ou como categoria correspondente às tarefas confiadas aos seus cuidados. Neste mesmo ano foi elevado a membro do Capítulo dos Canônicos da Basílica de São Pedro, tornando-se Cônego de São Pedro.

Foi encarregado de uma importante tarefa dentro do Vaticano, que cumpria conjuntamente com Monsenhor Gasparri, elaborar e redigir um código de Leis Canônicas – regras que governam a Igreja – e reunir o maior número de leis escritas desde a época de Cristo até sua publicação em 1917. Com a elaboração do Código de Leis Canônicas, Dom Pacelli obteve vasto conhecimento destas leis que regiam a Igreja, o que contribuiu muito para sua atuação diplomática.

No mesmo ano em que se deu a publicação do Código de Leis Canônicas, Pacelli foi sagrado bispo e imediatamente, nomeado arcebispo, em 13 de maio de 1917, era também o terceiro ano da Primeira Guerra Mundial, e a Europa se encontrava em meio a destruição causada pela guerra. Devido a necessidade, Pacelli foi elevado a monsenhor, por causa da importância do

² Tratados especiais entre a Santa Sé e as Nações-Estados, monarquias ou impérios. Buscava melhorar a forma de vida dos católicos nesses locais, segurar-lhes o direito a exercer sua religiosidade, sem serem perseguidos.

cargo que ocupava (fato já mencionado) e nomeado para servir como núncio apostólico na Alemanha. Em 18 de maio de 1917, tomou-se o maior representante do Vaticano naquele Estado.

Ao chegar à Alemanha, foi recebido na Baviera, na cidade de Munique, que fazia parte do III Reich alemão, quando esse fosse constituído. Constituía em Estado dentro do Estado, pois possuía organização administrativa e legislativa própria e um governo junto ao qual um núncio apostólico havia sido sempre acreditado, pois esse representava o único vínculo entre o Estado do Vaticano e toda Alemanha³. Em seu discurso inaugural pregou sobre a justiça cristã como base da sociedade humana e que somente uma justa paz constituiria o alicerce de um mundo futuro. Este tema inserido no discurso – justiça e paz – Pacelli exaltou em todo seu caminho sacerdotal.

A Alemanha, encontrada pelo núncio Eugênio Pacelli, era um país destruído e miserável, pois a guerra estava praticamente perdida. Sua primeira missão diplomática foi encontrar-se com o Kaiser Guilherme II, encontro que se deu no dia 28 de junho de 1917, dez dias após a partida de Pacelli de Roma rumo a Alemanha. Pacelli levava consigo uma carta do pontífice Bento XV, que falava sobre as preocupações pelo prolongamento da guerra, a crescente ruína material e moral, e o suicídio da civilização européia. Após ouvir as deliberações contidas na carta do pontífice, o Kaiser respondeu-lhe que a Alemanha não provou a guerra, tendo sido forçada a se defender, não concordando com as idéias do pontífice. Tendo falhado em sua missão com o Kaiser, Pacelli começou a pregar uma paz justa por todo território alemão. Organizou muitas instituições de caridade para prestar socorro aos prisioneiros e aos sobreviventes da guerra, doando alimentos, roupas, medicamentos e cuidados.

Com o fim da Guerra, a Alemanha estava destruída e sua humilhação se firmou nas cláusulas do Tratado de Versalhes, sua população encontrava-se insegura e necessitada de uma nova forma de governo. Em 11 de agosto de 1919, estabeleceu-se uma nova Constituição em Weimar, uma pequena e antiga cidade na Turíngia, que deu o nome à série de governos da Alemanha até a ascensão de Hitler ao poder. Através desta Constituição, o Estado se separou da Igreja. Por meio de uma análise feita por Pacelli dos artigos nela contidos, considerou que estava aberto o caminho para aceitação, do cânone fundamental conferido ao papa, o poder exclusivo de nomear novos bispos, pois de acordo com "o artigo 137 da nova Constituição parecia eliminar as prerrogativas do Estado nas questões eclesiásticas, ao declarar que as associações religiosas

³ A Baviera era o único Estado do III Reich que possibilitava a entrada de um núncio católico, por ser o país de maior número de católicos na Alemanha e onde esses possuíam credibilidade e respeito por sua crença, estando livre de perseguições.

tratariam de seus assuntos sem o envolvimento do Estado ou da comunidade civil" (CORNWELL, 2000, p.101). Também foram reconhecidas as credenciais da Santa Sé pelo novo governo, possibilitando a transferência da nunciatura de Munique para Berlim, desta forma o núncio se encontrava agora dentro do Reich alemão.

Durante os doze anos em que permaneceu na Alemanha, Dom Pacelli não se amedrontou com os vários atentados que sofreu, como foi a invasão da nunciatura por rebeldes, em abril de 1919.

Há duas semanas, patrulhas de milicianos percorrem a rua da nunciatura, impedindo a saída do automóvel do núncio. Irmã Pascalina levanta barricadas nas janelas do prédio e pede ao padre Bea, confessor do núncio, que use sua autoridade para impedi-lo de sair à rua. A 29 de abril, decepcionados por não poderem atacar o núncio da rua, os rebeldes decidiram invadir a nunciatura. Um deles, de nome Pongratz, acompanhado de sete outros armados, arromba a porta do prédio e se dirige ao escritório de Pacelli. Irmã Pascalina, enquanto isso, ilude a vigilância dos que ficaram do lado de fora e se dirige à embaixada italiana, para pedir socorro ao capitão Luca. O militar encontra Pacelli pálido, de pé, segurando a cruz peitoral e com os olhos fixos em Pongratz, que aponta um revólver em seu peito. Calmamente, o núncio se volta para Luca e afirma: 'Deixe, meu caro. Esses senhores têm fome. Irmã Pascalina vai lhes remeter provisões'. Dissuadido pela calma de sua vítima, Pongratz guarda seu revólver, escancara as janelas da nunciatura e, depois de pronunciar algumas injúrias, corre escada abaixo em direção a rua (MELLO, 1994, p.19).

Enquanto, na qualidade de núncio, Pacelli trabalhava com o propósito de melhorar as relações oficiais entre o Vaticano e a Alemanha, o pontífice Bento XV veio a falecer em 1922. Foi eleito para o pontificado o Cardeal Aquiles Ratti, prefeito da Biblioteca do Vaticano, que adotou o nome de Pio XI. Eugênio Pacelli permaneceu como núncio na Alemanha, pois mesmo tendo um papa novo, a política da Igreja continuou sendo a mesma: "a de conduzir os homens, por meio de recursos espirituais, à relação justa e pacífica" (LENN; REARDON, 1954, p.27). Assim, as orientações de Pacelli na Alemanha continuaram as mesmas até 1929, ano da assinatura da Concordata com a Prússia – após longo período de negociação, por ser um Estado predominantemente não-católico – que buscou a melhoria das condições de vida dos católicos prussianos e, principalmente, a respeito da educação católica nesse país, pois o governo alemão, com a nova Constituição, reservava para si amplos poderes sobre a educação, sendo que

esta – a educação – era considerada a sementeira do catolicismo⁴. Logo após a assinatura desta concordata, o novo papa Pio XI, chamou o seu embaixador na Alemanha para Roma. “A missão do Núncio havia sido cumprida, e o pontífice ordenou-lhe que regressasse a Roma, para entregar-lhe novos cargos” (LENN; REARDON, 1954, p.45).

Pouco tempo antes de retomar a Roma, entrou em vigor na Itália o Tratado de Latrão, assinado em 1º de fevereiro de 1929, entre cardeal Gasparri, Secretário Papal de Estado – representante do Vaticano – e Benito Mussolini, Primeiro Ministro da Itália, liquidando questões que existiam entre o Estado do Vaticano e o governo italiano, problemas que se arrastavam desde a tomada da cidade de Roma em 1870, durante a Reunificação Italiana, quando Pio IX se aprisionou no Vaticano, tendo a mesma sorte seus sucessores, até Pio XI. Com este Tratado,

foi confirmada a absoluta soberania papal sobre os 110 acres que formam a cidade do Vaticano, e o Estado italiano adotou o catolicismo como religião oficial. A soberania papal se estendia também a Castelgandolfo e várias igrejas e edifícios romanos. O novo Estado teria todas as prerrogativas de soberania: poderes legislativo, executivo e judiciário; bandeira, polícia e moedas próprias; faculdade de imprimir selos; telégrafo e até uma pequena ferrovia (MELLO, 1994, p.34).

Retornando a Roma, o arcebispo Pacelli foi elevado a Cardeal e Príncipe da Igreja, em 16 de dezembro de 1929, tomando-se titular da Igreja de São João e Paulo, San Giovanni e Paolo, permanecendo cardeal-sacerdote até ser eleito papa. Em fevereiro de 1930 foi chamado pelo Papa Pio XI para ser Secretário Papal de Estado, cargo relevante, titular máximo no Departamento de Estado do Vaticano, posto antes ocupado pelo Cardeal Gasparri, que após a conclusão do Tratado de Latrão, se aposentou. Também naquele mesmo mês, faleceu o Cardeal Merry Del Val e Pacelli tomou-se Arcipreste de São Pedro, o que significou que ele passou a ser o principal assistente do Papa em todas as funções realizadas na basílica.

Seguiram-se anos de atividades cada vez mais intensas para o Cardeal-Secretário Pacelli na Secretaria de Estado do Vaticano e fora do Vaticano, a situação tanto da Itália com a expansão do fascismo, como da Alemanha com a

⁴ A educação era a melhor forma de preparar as mentes, para que estas assimilassem os costumes, as regras ou o governo novo que pretendia se instaurar, desta forma era a melhor maneira de espalhar – semear – as idéias, sendo uma importante “aliada”.

rápida expansão das idéias nazistas, preocupava o Secretário, pois colocava em perigo a segurança do mundo, como de fato aconteceu.

Como o quadro político na Alemanha se tomava cada vez mais delicado, Pacelli, como era vontade do papa Pio XI, redigiu uma concordata para assegurar os direitos e a proteção aos católicos alemães. Com a ascensão do líder nazista ao poder, em 1933 na Alemanha, as negociações para conclusão da concordata foram ameaçadas, sendo preciso apressá-las. Conhecida como Concordata com a Alemanha, as discussões foram conduzidas pelo próprio Pacelli que se preocupou em apressar sua assinatura, antes que o novo chanceler, nomeado Hitler, estagnasse a negociação. Mesmo sabendo que dificilmente iria ser cumprida esta concordata, pois os alemães já não estavam cumprindo o Tratado de Versalhes, imposto no fim da Primeira Guerra Mundial, Pacelli obteve a assinatura desta, em 19 de julho de 1933, por Von Paper – viça chanceler alemão – e o cardeal Pacelli. O secretário de Estado exigiu que o documento fosse aprovado e reconhecido pelo Gabinete alemão, para ser aceito pelo Vaticano. As experiências obtidas por Pacelli em concordatas lhe ofereceram, na maior parte das vezes, bons resultados: como na Lituânia, em 1917; Letônia, em 1919, na Baviera, em 1922, na Prússia, em 1929; no modus vivendi com a Checoslováquia; nas convenções diplomáticas com Portugal, em 1928, com a Itália, em 1929, Prússia, em 1932, Romênia e País de Bade, em 1933.

Do mesmo modo que Mussolini antes do Tratado de Latrão, Hitler ainda não havia se insurgido contra a Igreja, para não perder o apoio que lhe dava o Partido Centrista Católico. Entretanto, as esperanças de que os tratados – efetuados com governos totalitários – fossem cumpridos, eram poucas, pois apenas três meses após assinatura do Tratado de Latrão, Mussolini já reivindicava para o Estado a educação da juventude italiana, para que as crianças fossem preparadas para vestir a camisa preta do fascismo. Como já mencionado, a educação da juventude sempre foi considerada pela Igreja como um direito divino, em decorrência de sua triplice missão: ensinar, santificar e governar espiritualmente os indivíduos e a sociedade (FERNESOLE, 1963, p.41). Mussolini também mandou fechar as organizações da Ação Católica e as associações católicas sofreram violências e agressões físicas em decorrência destas perseguições. Pio XI redigiu duas encíclicas: *Divini Illius Magistri*, em agosto de 1929, em que condenava a militarização das escolas italianas, e a *Non Abbiamo Bisogno*, em junho de 1930, em defesa da Ação Católica italiana e contra as pretensões totalitárias do fascismo.

Devido a uma manobra diplomática do Cardeal Pacelli junto aos Estados Unidos, que tinham negócios com a Itália, em conjunto com “uma discreta

pressão de vinte milhões de católicos, convenceu o representante do governo de Washington a comunicar os negociadores italianos que a opinião pública do país estava descontente com o conflito entre Mussolini e a Vaticano" (MELLO, 1994, p.38). No terceiro aniversário do Tratado de Latrão, Mussolini, em uma visita ao papa, concordou ser vital a colaboração do Estado com a Igreja, o que fez com que as organizações da Ação Católica voltassem a funcionar e a situação com a Itália se estabilizou.

A situação da Igreja ficava cada vez mais delicada na Alemanha, o cristianismo incomodava aos líderes do III Reich – constituído quando Hitler chega ao poder em 1933 – só que estes não queriam eliminá-lo, mas substituí-lo, pois Hitler afirmou diversas vezes que sua causa era a causa de Deus, usando uma frase que foi dita por Pacelli, quando este apresentou suas credenciais ao Estado alemão como primeiro diplomata a se apresentar ao governo de Weimar, em 30 de junho de 1920: "prometo que devotarei toda minha força a cultivar e fortalecer as relações entre a Santa Sé e a Alemanha" (CORNWELL, 2000, p.98). Entretanto a doutrinação nacional-socialista e o culto à raça tomaram-se mais expressivos e as primeiras ameaças ao clero que combatia o nazismo apresentavam-se cada vez mais intensas e explícitas e, finalmente, quando Hitler se viu consolidado no poder começou abertamente as perseguições à Igreja, muitos padres foram presos, escolas foram laicizadas e religiosos acusados de tráfico de letras de câmbio, imoralidade ou exportação de capitais – acusados de utilizar dinheiro do governo alemão em função da Igreja.

Em janeiro de 1934, esquadrões de assaltos nazistas, com a condescendência do governo da Baviera, atacam a tiros o palácio episcopal de Munique. Em fevereiro, decretos do Santo Ofício condenam os teóricos nazistas Rosenberg e Bergman, como propagandistas do mito da raça e defensores da esterilização humana e da eutanásia. Em março, é difundido em toda Alemanha um catecismo, de 25 "dogmas", de uma nova religião que deveria ser a do novo Estado nacional-socialista, em que o "panteísmo científico" é recheado como ritos inspirados na tendência de Hitler à magia e ocultismo (MELLO, 1994, p.39).

Todavia, a vontade do novo chanceler alemão era formar uma igreja nacional alemã. Hitler propôs isso ao bispo sufragâneo de Augsburg, Fran Xavier Eberle, em uma reunião especial na Chancelaria, em que convidou este para ser o líder de uma igreja nacional, pois eram conhecidas por Hitler as idéias socialistas do bispo, idéias estas também conhecidas pelo Vaticano e por isso não fora nomeado arcebispo de Munique em lugar do cardeal Faulhader.

O bispo advertiu Hitler que no governo de Bismark tentou-se formar uma igreja nacional alemã, que falhou, desta forma Hitler também não obterá

sucesso, e acrescentou: "Se acredita no Todo-poderoso, não pode desafiar a divina revelação. O plano de uma igreja nacional está em contradição direta com a missão, *fürher*" (MELLO, 1994, p.48).

As normas contidas na concordata redigida em 1933 – de assegurar a vida e o direito dos católicos na Alemanha, que já haviam abdicado de alguns de seus direitos em prol desta concordata – fora condição imposta por Hitler que os católicos se afastassem voluntariamente da ação social e política como católicos, perdendo assim grande parte de seu poder para que a concordata fosse assinada –, que não estava sendo respeitada. Diante deste desrespeito, Pio XI declarou ser o comunismo "intrinsecamente perverso", bem como todas as formas de regimes totalitários e de nacionalismo extremado, e ordenou que fosse redigida, no ano de 1937, duas encíclicas, em que condenou as atuações dos governos totalitários – em uma condenou o nazismo e na outra o comunismo. Essa encíclica foi redigida por seus secretário de Estado, cardeal Pacelli, ao qual o papa Pio XI fez a seguinte menção: "Agradeçam a ele – Pacelli. Foi ele que fez tudo. Aliás é ele que faz tudo. É preciso que ele cresça e que nós diminuamos" (MELLO, 1994, p.48).

Na encíclica, intitulada *Mit Brennender Sorge*, Pio XI enumera as violações da concordata pelos regimes nacional-socialista e diz: 'A lição dos fatos mostra claramente onde emana a responsabilidade. Revela a existência de maquinações cujo único alvo, desde o início, era nada menos que uma guerra de extermínio. Nos sulcos do arado onde procuramos semear uma paz honesta, outros, à semelhança do inimicus homo de que falam as Escrituras, semearam as sementes da desconfiança, do desassossego, do assalto, do ódio, da ocultação e declarada inimizade a Cristo e à sua Igreja, inimizade nutrida por mil veias e não importa por quais processos'. Relembra a doutrina da Igreja sobre a fé, o pecado original e a graça, contra as quais se insurgem os pregadores de um neopaganismo nórdico (MELLO, 1994, p.49).

A situação se agravou com o aumento da propaganda anti-judaica feita pelos governos da Itália e da Alemanha. Na Itália, ministros, diplomatas, altos funcionários e militares foram afastados de seus cargos por serem judeus. Os judeus foram banidos também da imprensa, da direção da indústria editorial e dos negócios. Pio XI procurou seu secretário de Estado para se aconselhar, desejou condenar o regime fascista, tal qual fizera com a nazista, por causa de suas atitudes racistas, entretanto Pacelli o advertiu que na Alemanha havia se intensificado a perseguição à Igreja após a publicação da encíclica que condenava o nazismo e suas atitudes anti-semitas, de perseguição a deficientes físicos e mentais, entre outros, e também o alertou, pois

Hitler quase nada tem a temer a Igreja, o que não acontece com o Duce, que governa um país católico. A influência do Vaticano poderá servir de freio para Mussolini e o governo italiano é o veículo mais eficaz da diplomacia da Santa Sé em benefício de outros povos cristãos (...) o cardeal sugere que os judeus perseguidos pelo fascismo sejam abrigados no Vaticano. Serão os judeus do papa (MELLO, 1994, p.54).

No final de 1938, a saúde do papa Pio XI se complicou, vindo este a falecer no ano seguinte, no dia 02 de fevereiro. Logo depois de cumprida a cerimônia de sepultamento, ritual que advinha desde a Idade Média, iniciaram-se os preparativos para eleição do novo papa que ocuparia o trono de Pedro.

Diante dos comentários que surgiram sobre os papabili, os com maior possibilidade de serem eleitos⁵, o nome do cardeal Pacelli era muito forte, considerando-se principalmente a afirmação que Pio XI fez ao cardeal Tardini não escondendo sua preferência em ter Pacelli como seu sucessor, como confirmam as duas passagens que se seguem: *"Ele será um belo papa. Será um papa magnífico. Sua hora virá e é para prepará-lo para minha sucessão que o envio pelo mundo"*, se referindo as várias viagens que Pacelli fizera – como foi sua viagem como representante do Vaticano no Congresso Eucarístico de 1934, na América Latina – como representante do papa; e em seu último consistório para criação de novos cardeais, Pio XI recomendou veladamente Pacelli para sua sucessão ao proferir a frase *"medius vestrum stetit quem vos nescitis"*⁶.

A eleição se iniciou em 2 de março, com uma grande multidão que aguardou na praça de São Pedro, atenciosa ao resultado que sairia pela chaminé, por onde sai a fumaça da queima das cédulas de votação. A fumaça sendo preta, indica que nenhum cardeal havia sido eleito, e a votação se repetia. A fumaça saiu por duas vezes preta, mesmo tendo sido eleito na segunda votação com 48 votos – este número significava a maioria absoluta – Pacelli solicitou um terceiro escrutínio. Finalmente na terceira votação, às dezesseis horas, a fumaça branca aparece no céu da praça de São Pedro, confirmando a eleição de Eugênio Pacelli como novo pontífice e este adotou o nome de Pio, papa XII. No dia 12 de março do ano pontifício de 1939, foi coroado o novo papa

⁵ Um papa não tem necessariamente que ser escolhido entre os cardeais. Um simples padre pode ser eleito, caso em que será logo a seguir sagrado como bispo de Roma. Na história da Igreja, 27 monges beneditinos, cinco frades franciscanos e quatro dominicanos foram eleitos papas, entretanto, a dignidade cardinalícia é atribuída aos prelados que mais se destacam por sua cultura, inteligência, piedade e capacidade de administração, o que lhes dá o maior título para serem eleitos papas (MELLO, 1994, p.56).

⁶ *"Em nosso meio está alguém que não conheceis"* (MELLO, 1994, p.56-57).

(LENN; REARDON, 1954, p.12). Tento assumido o nome de seu antecessor, Eugênio Pacelli, papa Pio XII, deixou claro seu posicionamento em relação à diplomacia do Vaticano, que seguiu na mesma linha de imparcialidade, não necessariamente de neutralidade, do pontificado de Pio XI, pois está já estava sob sua responsabilidade.

O primeiro ano de seu pontificado é também o primeiro ano da Segunda Guerra Mundial, que se iniciou dia 1º de setembro de 1939, quando as tropas de Hitler invadiram a Polônia. Mesmo antes do início da guerra, o papa previu os resultados desastrosos que os regimes totalitários e os crescentes nacionalismos causaram no mundo: *"o perigo é iminente, mas ainda é tempo. Nada poderá ser perdido por meio da paz, mas tudo pode ser perdido por meio da guerra"* (LENN; REARDON, 1954, p.117). No mesmo ano, ao dia 20 de outubro, se tornou conhecida a encíclica *Summi Pontificatus*, em que condenou toda espécie de totalitarismo, afirmou que o terrível desastre da guerra era fruto dos amargos erros e movimentos anticristãos, derivados do agnosticismo religioso e moral, e do afastamento da fé:

Enfraquecida a fé em Deus e em Jesus Cristo, ofuscada nos ânimos a luz dos princípios morais, fica a descoberto o único e insubstituível alicerce daquela estabilidade e tranqüilidade, daquela ordem externa, e interna, privada e pública, única que pode gerar e salvaguardar a prosperidade do Estado (IGREJA CATOLICA, 1998, p.23).

Durante a guerra, o papa se refugiou na residência papal em Castel Gandolfo, pois nem o Vaticano ficou livre dos ataques – sofreu o ataque de duas bombas, as quais nenhum dos lados beligerantes assumiu a autoria. Em todo período em que se desenvolveu a guerra, o papa afirmou-se em uma postura de total imparcialidade mostrando-se sempre preocupado com as vítimas, independente de qual lado elas pertenciam. Formou várias organizações de ajuda, tais como as Patrulhas da Caridade, os Mensageiros do Papa que levavam cuidados médicos e alimentos aos necessitados. A esse propósito, a Comissão Pontifícia de Assistência aos Refugiados foi reconhecida pelo grande trabalho de auxílio aos necessitados da guerra: *"onde quer que fosse, organizações da Igreja entravam em ação"* (LENN; REARDON, 1954, p.120). Além destas organizações, o pontífice também ofereceu asilo dentro das muralhas do Vaticano, como também em Castel Gandolfo, a muitos perseguidos dos regimes totalitários, que em sua maioria eram judeus, liberais, democratas, e muitos outros.

Pio XII, durante toda guerra, manteve uma correspondência ativa com o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, atrás da formulação de uma

paz apoiada na justiça. Foi nomeado pelos Estados Unidos um representante, Sr. Myron Taylor, para atuar junto ao Vaticano, pois este era um território neutro, que buscou durante o conflito, a paz entre as nações beligerantes e os homens que a estas nações pertenciam.

Na Radiomensagem de Natal de 1941, o papa Pio XII explanou sobre os pressupostos de uma paz justa e duradoura, para se atingir uma nova ordem internacional:

Nada de agressão contra a liberdade e vida das nações mais pequenas: no campo de uma nova ordem fundada sobre princípios morais, não há lugar para a lesão da liberdade, da integridade e da segurança das outras Nações, (...) liberdade no campo político, à guarda eficaz, nas contendas dos Estados, daquela neutralidade que lhes compete segundo direito natural e das gentes, à tutela do seu livre desenvolvimento econômico.

Nem opressão das minorias étnicas e das suas peculiaridades culturais: no campo de uma ordem fundada sobre os princípios morais, não há lugar para opressão manifesta ou súbdola das peculiaridades culturais ou lingüísticas das minorias nacionais, para o impedimento ou contração das suas possibilidades econômicas, para a limitação ou abolição da sua natural fecundidade.

Nem açambarcamento injusto das riquezas naturais por parte de algumas nações com prejuízo das outras: no campo de uma nova ordem fundada sobre os princípios morais, não há lugar para acanhados cálculos egoísticos, tendentes a açambarcar as fontes econômicas e as matérias de uso comum, de modo que as Nações menos favorecidas pela natureza fiquem destituídas.

Nem corrida aos armamentos nem violação dos tratados: no campo de uma nova ordem fundada sobre os princípios morais, uma vez eliminados os focos mais perigosos de conflito armado, não há lugar para uma guerra total, nem para uma corrida desenfreada aos armamentos (...) é necessário que com seriedade e lealdade se proceda a uma limitação progressiva e adequada dos armamentos.

Nem perseguição da religião e da Igreja: no campo de uma nova ordem fundada sobre princípios morais, não há lugar para a perseguição da religião e da Igreja (...) a fé não é só uma virtude, mas porta divina por onde entram no templo da alma todas as virtudes e se forma aquele caráter forte e constante que não vacila nas lutas da razão e da justiça (...) a incredulidade, que se revolta contra Deus, ordenador do universo, é a mais perigosa inimiga de uma justa ordem nova (PIO XII, papa, 1951, p.12-14).

Sendo, até então, a Igreja uma instituição que não tinha muita simpatia pela democracia, descobriu que regimes totalitários e nacionalismo exacerbado também não eram bons, e foi o papa Pio XII que primeiro introduziu em seu discurso a palavra democracia, vista como uma forma de governo mais justa,

aceitando-a, pois os regimes totalitários, que eram mais simpáticos aos olhos da Igreja antes da guerra, tinham corrompido e destruído a sociedade européia.

Os povos (...) tomaram diante de Estado e dos governos uma nova atitude, interrogativa, crítica, desconfiada. Ensinados por uma experiência amarga, opõem-se com maior violência aos monopólios de um poder ditatorial, indevassável, e requerem um sistema de governo mais compatível com a dignidade e a liberdade (PIO XII, papa, 1951, p.5).

Na Radiomensagem do Natal de 1944, o papa discursou sobre a democracia como sendo a mais justa forma de governo que poderia haver e que também *"a Igreja não reprovava nenhuma das diversas formas de governo, desde que sejam aptas a proporcionar o bem estar dos cidadãos"*, palavras proferidas por Leão XII na Encíclica Libertas. Sobre a democracia e Igreja, o papa explanou:

Nós dirigimos a Nossa atenção ao problema da democracia, para examinar as normas por que deve ser regulamentada a fim de poder chamar-se uma verdadeira e sã democracia, condizente as circunstâncias da hora atual — isto indica claramente que o cuidado e solicitude da Igreja se volta não tanto para o exterior (as quais dependem das aspirações próprias de cada povo), quanto para os homens com tal que, longe de ser o objeto e um elemento passivo da vida social, é ao contrário, e deve ser e permanecer-lo, o seu sujeito, o fundamento e o fim (PIO XII, papa, 1951, p.6).

Pio XII ainda se referiu às *"qualidades próprias dos cidadãos que vivem em regime democrático"*, com seus direitos iguais, direito de falar e ser ouvido antes de ser julgado e condenado, possuem suas próprias opiniões pessoais e quanto melhor conseguir exprimi-las e respeitá-las, melhor seria para o bem comum. Trata também das *"qualidades próprias dos governantes nas democracias"*, pois estes estariam investidos do poder de mandar, entretanto com uma autoridade verdadeira e efetiva.

A mesma ordem suprema dos seres e dos fins — que mostra o homem como pessoa autônoma, quer dizer como sujeito de deveres e direitos invioláveis, raiz e termo de sua vida social — abraça também o Estado como sociedade necessária, revestida de autoridade, sem a qual não poderia existir nem viver. E se os homens, prevalecendo-se da liberdade pessoal, negassem toda dependência de uma autoridade superior dotada do direito de coação, abalariam com isso o fundamento da própria dignidade e liberdade, ou seja, aquela ordem suprema dos seres e dos fins (PIO XII, papa, 1951, p.9).

Ao fim da guerra, Pio XII temia que as Nações libertadas – como a França após o recuo dos Alemães – viessem a cair na anarquia revolucionária. O general francês, Charles de Gaulle, em uma visita a Pio XII, assegurou-lhe que resistira à revolução, revelando posteriormente sua conversa com o papa:

O santo padre me recebeu. Na benevolência da acolhida e na simplicidade do propósito, fico impressionado com o que seu pensamento tem de sensível e poderoso. Pio XII julga cada coisa de um ângulo que está acima dos homens, de seus empreendimentos e de suas querelas. Mas sabe quanto estas lhes custam e sofre com todos em conjunto. Sente-se que o cargo sobrenatural de que só ele está investido pesa sobre sua alma, mas o suporta, sem que nada o canse, certo de seu objetivo, seguro em seu caminho. Suas reflexões e suas informações sobre o drama que transtorna o universo não o deixam ignorar nada. Seu pensamento lúcido está fixo na conseqüência: o desencadeamento das ideologias confusas do comunismo e do nacionalismo sobre uma grande parte da Terra. Sua inspiração lhe revela que só poderão sobrepujá-lo a fé, a esperança e a caridade cristã, mesmo quando estas fiquem por toda parte e por muito tempo submersas. Para ele, portanto, tudo depende da política da Igreja, de sua ação, de sua linguagem, da maneira com ela é conduzida... Através do respeito que me inspira, esse pontífice e soberano se me afigura piedoso, compadecido e político no sentido mais elevado de que esses termos se possam revestir (MELLO, 1994, p.129).

Com o fim da guerra em agosto de 1945, o papa iniciou uma campanha em prol de uma paz justa e duradoura, baseada no direito e na justiça. A caridade era a maior aliada para a reconstrução das Nações destruídas. Sua atuação sempre foi em busca da paz, do respeito mútuo entre os homens e entre as Nações.

Em fevereiro de 1946, o papa nomeou cardeais para o Sacro Colégio de Cardeais, atividade que havia ficado suspensa devido à guerra e apresentava grande defasagem, pois dos setenta cargos apenas trinta e oito estavam ocupados, convocando eleições para trinta e dois cargos de Príncipe da Igreja de Cristo, a eleição se deu no dia 22 de fevereiro de 1946, e nesta mesma cerimônia foram canonizados quatro santos. "As cerimônias especiais diferem sensivelmente entre si. Cada qual tem seu ritual próprio, a sua liturgia; cada ato e cada palavra eloqüente tem uma significação própria" (LENN; REARDON, 1994, p.129).

No ano pontifício de 1950, ao dia 1º de novembro, Pio XII proclama o dogma da Assunção de Maria na presença de oitocentos bispos que se reuniram na Basílica de São Pedro. A partir de 1953, sua saúde, que era fraca e com as tensões de seu pontificado tornou-se mais debilitada, piora e o papa passa

períodos na cama. Neste mesmo ano, o papa convocou outro consistório para eleição de mais vinte e quatro cardeais, para novamente completar o número de membros do Sacro Colégio. O papa sempre concedeu audiências às pessoas, grupos de jovens, operários, demonstrando muita preocupação com a sociedade e a forma como os homens viviam nela. Com sua saúde muito debilitada e agravada, Pio XII faleceu no dia 9 de outubro de 1958.

• **ABSTRACT:** In this essay in question, I expose the formation of Eugênio Pacelli, Pope Pio XII, and this trajectory to the Vatican. This trajectory has as main properties, the diplomacy and charism, and sought in its diverse moments, the wise manner to conceive the peace and justice among men, principally during the context of the Second World War.

• **KEYWORDS:** Pio XII; catholic diplomacy; war; justice; peace.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORNWELL, John. *O Papa de Hitler – a história secreta de Pio XII*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- FERNESOLE, Pierre. *Pio XII e a educação da juventude*. São Paulo: Paulinas, 1963.
- IGREJA CATÓLICA, *Documentos de Pio XII*. São Paulo: Paulus, 1998.
- KOHEN, M. *Pio XII*. Petrópolis: Vozes, 1940.
- LENN, Lottie H.; REARDON, Mary A. *Pio XII baluarte da paz*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- LOMBARDI, R. *Pio XII por um mundo melhor*. Petrópolis: Vozes, 1956.
- MELO, Carlos Veloso de. *Pio XII*. (1876-1958). Rio de Janeiro: Três, 1974.
- PIO XII, papa. *Radiomensagem do Natal de 1941: bases da ordem nova*. Petrópolis: Vozes, 1951. (Documentos Pontifícios, 66).
- _____. *Radiomensagem do Natal de 1944: sobre a democracia*. Petrópolis: Vozes, 1951. (Documentos Pontifícios, 69).

A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: OS ESTUDANTES E O ESTADO

Halferd Carlos RIBEIRO JÚNIOR*

- RESUMO: Este artigo tenciona analisar a reforma universitária brasileira de 1968, tendo como aspectos fundamentais às mudanças propostas pelos estudantes, a intervenção do Estado e consequentemente a Lei Federal 5.540 de 1968 e dialogar com a interpretação formulada pelo sociólogo Florestan Fernandes.
- UNITERMOS: Reforma Universitária; Estudantes; Lei n.5.540; Florestan Fernandes.

Este artigo tem como principal objetivo questionar a interpretação, recorrente e perene, que as propostas de reforma universitária dos estudantes antes da Lei Federal 5.540 de 1968 eram revolucionárias e que a intervenção estatal serviu, simplesmente, para reformar a instituição universitária brasileira. Para satisfazer tal objetivo, pretende descrever as propostas dos estudantes configurada nas Cartas da Bahia (1961) e do Paraná (1962), compará-las com as modificações decorrentes da reforma universitária de 1968; e por fim, refletir acerca da opinião de Florestan Fernandes sobre o tema, inferindo as propostas dos estudantes e o que efetivamente aconteceu a partir da Lei Federal 5.540.

O estudo da instituição universitária de uma sociedade no tempo e no espaço possibilita analisar as mudanças de paradigma e política em que ocorrem em um determinado meio social, bem como os intelectuais posicionam suas reflexões sobre as circunstâncias vigentes. Portanto, ao pesquisarmos o sistema de ensino superior é possível vislumbrar três aspectos: a relação sociedade e

* Graduando do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação da Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino. Bolsista: Monitoria.

universidade, a ruptura e a continuidade decorridas da política relativas ao ensino superior, e as diferentes interpretações realizadas pelos professores universitários das quais evidenciaram-se as diferentes teorias e metodologias que estão presentes na produção científica e cultural da instituição examinada.

(...) a história das universidades, segmento decisivo da história da cultura ocidental, possibilita também compreendermos melhor uma parte de nossa herança intelectual e do funcionamento de nossas sociedades. Cada época precisou resolver o dilema renovado da preservação do saber passado e da integração da inovação, da avaliação das competências e da mudança dos critérios de apreciação (...) (CHARLE & VERGER, 1996, p.9).

A reforma universitária que ocorreu no Brasil em 1968 foi fruto de um grupo de trabalho criado pelo governo com o intuito de propor mudanças estrutural e funcional ao ensino superior brasileiro. São notórios os debates de estudantes, professores e reitores sobre o sistema de ensino superior do Brasil, em que constataram vários problemas e as possíveis soluções, da qual algumas foram contempladas pela reforma universitária de 1968.

O movimento estudantil do início da década de 1940 foi à origem da preocupação e reflexão da estrutura do ensino superior no Brasil, que posteriormente teve a intervenção de professores e reitores.

A Carta da Bahia (1961) e a Carta do Paraná (1962) foram às conseqüências diretas de dois congressos realizados pela UNE que tinham como objetivo estudar a estrutura universitária brasileira e encontrar novas propostas para melhorar os aspectos negativos encontrados.

Estas cartas possuem duas características básicas: primeiro, os problemas estruturais do ensino superior, e segundo, tomar a universidade menos elitista e de possível acesso a toda população. Assim sendo, os estudantes tencionavam um ensino superior moderno e de qualidade, e a universidade deveria ajudar a quebrar os obstáculos à ascensão social dos cidadãos menos favorecidos. Este é o aspecto considerado revolucionário e progressista¹.

Os estudantes compreendiam a universidade como o centro por excelência de formação de profissionais destinados a ocuparem cargos importantes e fundamentais na sociedade, por este motivo, as modificações estruturais seriam imprescindíveis ao melhor funcionamento do ensino superior e da sociedade.

¹ Interpretação dada por Florestan Fernandes, e por aqueles que compartilham de seus pensamentos; como é possível inferir em vários autores que tratam da reforma universitária.

Até a reforma de 1968 as universidades brasileiras eram organizadas com base nos professores catedráticos as quais, indicavam os professores assistentes, (que na maior parte estavam ligados aos interesses deles). O ensino era ministrado de acordo com a vontade dos professores catedráticos. Os estudantes propunham a extinção das cátedras vitalícias, e em contrapartida a criação dos departamentos para a filiação dos professores (CUNHA, 1989, p.225), conseqüentemente, os professores dos departamentos seriam contratados após exames de concurso, e assim sendo, a sua ligação com a faculdade ocorreria por meio de relações burocráticas e não por apadrinhamento político. Desta forma o poder do professor seria limitado e ele estaria inserido em um programa de curso com objetivos claros, diferentemente do professor catedrático que muitas vezes poderia ser confundido com o próprio curso.

Os estudantes defendiam a autonomia universitária em relação ao Estado, tendo liberdade para definir o currículo de cada curso, excetuando as disciplinas essenciais para a formação dos profissionais.

O incentivo a programas de pós-graduação era outro ponto presente nas considerações feitas nos congressos realizados na Bahia e no Paraná. O desenvolvimento dos cursos de pós-graduação qualificaria mais professores ao ensino superior e também ocorreria concomitantemente nas áreas científica e tecnológica.

A autonomia universitária também deveria existir em função da utilização dos recursos, na maneira de avaliar os alunos, e a forma de ingresso dos calouros, com isto, já é possível perceber o cuidado dos estudantes com a questão do vestibular.

Os alunos defendiam a idéia de que os professores deveriam dedicar-se integralmente ao trabalho universitário. E a faculdade teria que oferecer aos alunos carentes bolsas de estudo, alimentação, moradia e, se possível alguma função remunerada dentro da instituição. Esta medida é fundamentalmente de caráter favorável à democratização do ensino, e à possibilidade de ascensão social do indivíduo socialmente desfavorecido (por meio do ensino superior).

Para a universidade contribuir ativamente no processo de mudança da sociedade, programas de extensão seriam privilegiados na sua concretização, dando aos agentes sociais o cabedal de conhecimento necessário para a sua melhor articulação. Dois exemplos são a orientação de alunos de pedagogia para os programas de alfabetização, e a contribuição do aparato jurídico aos sindicatos.

Entre as duas cartas mencionadas anteriormente, existem algumas diferentes constatações sobre a realidade social e maneira de agir em relação às

sociedades mundial e brasileira; porém, defendem as mesmas idéias (ou quase todas) em relação à universidade.

De acordo com Luis Antonio Cunha, em relação à Carta da Bahia, o trabalho realizado pelos estudantes foi organizado com base nos seguintes tópicos:

(I) O exame vestibular; o programa e o currículo; sistema de aprovação; (II) Administração da universidade; a autonomia da universidade; (III) Condições de funcionamento: instalações, salas de aula, etc...; Pesquisa. (IV) Realidade brasileira; mercado de trabalho; (V) Corpo docente; cátedra vitalícia tempo integral; (VI) Função da universidade (1989, p.217).

O quadro da realidade do sistema educacional brasileiro não era dos melhores na época da realização destes dois congressos estudantis. Havia um grande déficit entre a quantidade de vagas oferecidas pelas escolas públicas em relação ao número de crianças com idade escolar; vários programas de alfabetização de adultos ocorriam em diferentes pontos do país; os estados ofereciam vagas insuficientes a população nos ensinos ginásial e médio. Também é necessário mencionar a dificuldade financeira de várias famílias brasileiras, na qual se tornava fundamental a ajuda do trabalho dos filhos para a complementação do orçamento familiar. Assim sendo, analisando interpretativamente os fatos, não é leviano considerar a origem social dos alunos universitários da década de 1960 como provenientes de famílias abastadas e com condições socialmente favoráveis.

Os dois congressos organizados pelos estudantes contaram com a participação de professores. Em 1962 aconteceu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado pelos reitores.

A Lei federal de n. 5.540 rezava a nova estrutura em que o ensino superior brasileiro foi organizado a partir de sua publicação. O governo federal em vigor, por meio do Decreto n. 62.937 de 02 de julho de 1968 cria o dispositivo legal para a formação de um grupo de trabalho, com o intuito de estudar a universidade brasileira e propor a reforma necessária para a modernização do ensino superior no Brasil.

O artigo 1º do Decreto n. 62.937 de 02 de julho de 1968 define o grupo de trabalho, doravante GT, com o seguinte modelo:

Fica instituído, no Ministério da Educação e Cultura, um grupo de trabalho, com 11 (onze) membros designados pelo Presidente da República, para estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização,

flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País (MEC, 1972, p.117).

Portanto, o GT estaria de acordo com os interesses do Presidente da República na medida em que o próprio Presidente deveria designar e nomear a comissão para realizar a análise do sistema de ensino superior do Brasil. O GT teve representantes de diversas áreas do saber: técnicos, cientistas e educadores de capacidade reconhecida pelos seus pares; não contou com a participação de estudantes, pois estes não aceitaram o convite governamental.

Os objetivos norteadores do GT eram: modernização do ensino superior, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível. Que também foi o lastro precípua das reflexões e das propostas estudantis, notadamente as Cartas da Bahia e Paraná, que se referiam às transformações necessárias que deveria ocorrer no ensino superior brasileiro; viabilizando um melhor aproveitamento pelos alunos e sociedade ao trabalho realizado dentro da instituição universitária. Portanto, em relação ao objetivo da universidade tanto dos estudantes e do Estado foram os mesmos.

O GT tinha por princípio a condução do governo por caminhos realísticos, tomando o sistema escolar de ensino superior moderno e com a propalação científica e tecnológica nos meios acadêmicos, fortalecendo e possibilitando o desenvolvimento real do país. Isto denota a preocupação dos governos militares em superar uma estrutura arcaica universitária (como denota a interpretação estudantil e estatal), impondo um novo modelo de acordo com a situação política, econômica, cultural, e social vigente no país no período desta reforma universitária.

O GT teve um tempo exíguo, 30 dias, para finalizar o estudo e a proposta de mudança ao ensino superior brasileiro, como podemos perceber abaixo

Art. 3º - Os estudos e projetos deverão estar concluídos dentro de 30 dias após a instalação do grupo de trabalho, cujos encargos constituíram matéria de alta prioridade e relevante interesse nacional (MEC, 1972, p.118).

Apesar do pouco tempo disponível o GT, o estudo elaborado por ele sobre a universidade brasileira. Foi fundamental para a configuração geral da Lei nº5.540 de 1968 que reformulou o ensino superior no Brasil.

O ensino superior tem a universidade como modelo preferencial de organização institucional, sendo a pesquisa parte complementar do ensino, da qual deve ser realizada separadamente do segundo termo

Art. 2º - O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidade e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado (MEC, 1972, p.65).

A não participação dos estudantes no trabalho realizado pelo GT, não significou necessariamente, a desconsideração dos quesitos contidos nas Cartas da Bahia e do Paraná. É evidente a influência destas cartas na lei de reforma universitária de 1968.

A questão da autonomia da universidade da gestão financeira, administrativa e didática reclamada pelos estudantes, esteve presente no artigo 4º. No entanto, é claro que a universidade deveria estar sujeita a leis reguladoras desta autonomia, para burocraticamente ter liberdade de agir conforme as regras, e de maneira impessoal.

Art. 4º - As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, financeira e administrativa, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos (MEC, 1972, p.66).

A escolha dos reitores deveria passar pelo crivo do Presidente da República. A instituição de ensino superior encaminhava uma lista de nove pessoas indicadas, e destas o presidente elegia um reitor

1º - Os reitores, vice-reitores, diretores e vice-diretores das instituições de ensino superior mantidas pela União serão indicadas na forma deste artigo e escolhidos com observância das seguintes prescrições:

a) os reitores e vice-reitores, de lista de nove (9) nomes, cabendo a sua nomeação ao Presidente da República (MEC, 1972, p.67).

Assim sendo, o governo procurava modernizar a universidade brasileira, concedendo autonomia regularizada pela lei, mas, por outro lado, tencionava manter os sistemas de eleição dos principais cargos sob a tutela do Presidente da República, com o interesse claro de manter as atividades acadêmicas de acordo com a perspectiva estatal.

O artigo 12 rezava que o estabelecimento de ensino superior deveria contemplar membros de diferentes funções dentro da universidade e da comunidade nos órgãos deliberativos destas instituições de ensino.

A preocupação estudantil com os exames de admissão das faculdades foi contemplada com a seguinte estruturação:

1º No prazo de cinco anos, a contar da vigência desta lei, o concurso vestibular será idêntica, em seu conteúdo, para todos os cursos ou áreas de conhecimento

afins, e unificado em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos (MEC, 1972, p.68).

Os cursos de ensino superior seriam ancorados em dois ciclos, uma parte básica idêntica a todos os cursos e uma outra parte profissionalizante, específica para cada curso. Os cursos de curta duração também foram criados.

Art. 15 - Nas universidades e nos estabelecimentos isolados que mantenham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação serão precedidos de um primeiro ciclo geral, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, que terá as seguintes funções:

- a) recuperação de insuficiências evidenciadas pelo concurso vestibular na formação dos alunos;
- b) orientação para escolha da carreira;
- c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores.

1º - Paralelamente ao primeiro ciclo geral, serão organizados cursos profissionais de curta duração destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior (MEC, 1972, p.68-69).

A Lei n. 5.540 de 1968, (como os estudantes nos congressos de 1961 e 1962), entendeu que os programas de pós-graduação eram indispensáveis para o desenvolvimento tecnológico e científico do país. A lei da reforma universitária não esqueceu de incentivar este ponto.

Art. 16 - O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo a validade nacional dos estudos neles realizados de serem cursos respectivos credenciados para aquele órgão (MEC, 1972, p.69).

O período letivo estipulado para o ensino superior, seria de 180 dias letivos, não contando os dias destinados às provas. O ingresso na carreira do magistério de ensino se faria por meio da comprovação de trabalhos científicos e títulos universitários do candidato.

A principal bandeira defendida pelo movimento estudantil acerca da renovação da estrutura universitária era extinção da cátedra vitalícia, e implementação do regime departamental, o que encontrou grande apoio dentro do GT. E foi transportado para a Lei n. 5.540 de 1968.

1º - Nos departamentos, poderá haver mais de um professor em cada nível da carreira.

2º - A atribuição dos encargos de ensino e pesquisa aos docentes, de acordo com as respectivas especializações, será feita pelos departamentos.

3º - fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior no País. (MEC, 1972, p.71).

Como é notório, o caráter revolucionário das modificações estruturais do ensino superior do Brasil defendidas nas Cartas da Bahia e do Paraná, foram de encontro com a idéia de tornar a universidade brasileira mais eficaz e direcionada para o desenvolvimento do país.

A atuação dos alunos no meio acadêmico não ficou de fora da reforma universitária de 1968, pois poderiam existir organizações estudantis em torno da instituição de ensino e de cada curso deste estabelecimento.

Art. 30 - Em cada universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior poderá ser organizado diretório, para congregar os membros dos respectivos corpos discentes.

1º - Além de diretório de âmbito universitário, poderão formar-se diretórios setoriais, de acordo com a estrutura interna de cada universidade (MEC, 1972, p.73).

A Lei Federal n. 5.540 de 1968 que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior simbolizou a união possível entre a utopia e a realidade, foi a junção da revolução proposta pelo corpo discente e a perspectiva desenvolvimentista do governo militar.

Entretanto, o segundo ponto básico das reivindicações dos estudantes de tornar a universidade à mola propulsora do aniquilamento das diferenças sociais, não esteve presente em nenhum artigo desta lei.

Para uma boa interpretação deste fato é necessário analisar a situação do sistema escolar brasileiro da época; considerar a reflexão dos intelectuais diretamente e indiretamente ligados a esta reforma universitária; refletir os estudos posteriores acerca desta temática; vislumbrar a teoria em que estas opiniões são ancoradas, para, então medir justamente estas opiniões com o intuito de pesquisar profundamente o sentido das palavras: 'revolução', 'reforma', 'desenvolvimentismo', 'conservantista', e 'progressista', fundamentando uma nova análise destas mudanças históricas.

Um dos principais livros sobre a reforma universitária de 1968 é uma coletânea de artigos de Florestan Fernandes publicados no livro *A Universidade Brasileira - Reforma ou Revolução?* O qual é fruto de palestras feitas pelo autor em várias faculdades no momento da reforma universitária na década de 1960.

Uma pequena digressão sobre o modelo teórico e interpretativo marxista torna-se elucidativo. Esta corrente de pensamento crê que a sociedade tem como espinha dorsal às relações econômicas, e as outras instituições sociais são partes do corpo que existe unicamente para que a espinha dorsal, ou melhor, a economia, continue se perpetuando. É um modelo analítico composto pela infra-estrutura (economia) e a superestrutura (outras instituições sociais), que existe simplesmente para manter e harmonizar a infra-estrutura?

A educação escolar, conseqüentemente é compreendida como parte da superestrutura, que tem como função manter as desigualdades sociais, conservando a economia e a hierarquia das classes sociais.

O grande problema em que se depararam os teóricos marxistas para a explicação desta relação da educação escolar e economia, da infra-estrutura e da superestrutura, é que este modelo interpretativo conclui que a função da escola é reproduzir a sociedade e as diferenças sociais, mas não explica como isso ocorre, quais os mecanismos utilizados pelo sistema de ensino para a manutenção das diferenças sociais?

A resposta para esta nova inquietação foi dada pelos marxistas com um novo quesito analítico: a ideologia. A ideologia é um termo bastante discutido por diversas áreas de estudo, foi utilizado primeiramente pelo filósofo francês Destut de Tracy em 1801 no livro "Elementos da Ideologia", e é entendida como "(...) o estudo científico das idéias e as idéias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. É, portanto, um subcapítulo da zoologia (...)" (LÖWY, p.11). Em 1812 Napoleão utiliza a palavra ideologia para atacar Destut de Tracy com o seguinte sentido: "(...) os ideólogos são metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo" (p.11).

Karl Marx retoma o termo ideologia em 1846 no livro *Ideologia Alemã*, com a acepção, "(...) ideologia aparece como equivalente a ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real (...)" (LÖWY, p.12). Longo foi o caminho do termo ideologia, com vários teóricos e modificações em seu sentido, todavia o sentido básico para análise da relação entre infra e super estrutura é o exposto na citação acima.

Assim sendo, a escola tem como função reproduzir a estrutura das diferenças sociais, implantando em seus membros, paralelamente uma concepção falda da realidade com o intuito de perpetuar a economia. Este modelo interpretativo possibilitou aos pesquisadores estudar um determinado

² Para melhor entender o marxismo aconselha-se ler os textos fundadores de Marx e Engels.

período histórico e chegar a mesma conclusão de que os agentes contidos na superestrutura servem para manter a infra-estrutura.

O marxismo que tem o século XIX como cenário de sua elaboração, possui as limitações e avanços das ciências desenvolvidas neste período. Podemos convidar para o debate Émile Durkheim a respeito da educação. Ele afirma que a educação é

A ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio social especial a que se destina a criança (DURKHEIM, 1965, p.41).

Tanto o marxismo como a proposta de Durkheim são frutos do século XIX, entendem a educação como ação exercida pelo meio social aos alunos com o intuito de manter a ordem social estabelecida, todavia a proposta decorrida dos trabalhos de Marx concluem que a escola tem a função de manter as desigualdades sociais.

A instituição de ensino tem como objetivo transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade, e não simplesmente de reproduzir as diferenças sociais. O sucesso pessoal de um indivíduo por meio da unidade escolar depende de vários fatores, como a aptidão para o estudo, a dedicação no aprender, o tempo de que dispõe para a escola, a condição cultural adquirida no seio familiar. Assim sendo, a possibilidade de mobilização social esta diluída em diversos segmentos da sociedade e não exclusivamente na escola.

Portanto, o modelo teórico que estamos discutindo, possui vários problemas que dificulta a explicação de fatos históricos e sobre o sistema de ensino, na medida que chega a conclusões previamente estabelecidas que muitas vezes não reflete a realidade dos fatos estudados.

Para concluir esta digressão utilizo uma citação de Paul Veyne do ensaio "Foucault revoluciona a história":

Toda dificuldade vem da ilusão mediante a qual "reificamos" as objetivações em um objeto natural: tomamos um ponto de chegada por um fim, tomamos o lugar em que um projétil vai, por acaso, se esborrachar por um alvo intencionalmente visado. Em vez de enfrentar o problema em seu verdadeiro cerne, que é a prática, partimos da extremidade, que é o objeto, de tal modo que as práticas sucessivas parecem reações a um mesmo objeto, "material" ou "racional", que seria dado inicialmente. Então começam os falsos problemas dualistas, assim como os racionalismos. A prática, vista como uma resposta a um dado, nos deixa como dois pedaços, de corrente que não mais conseguimos tornar a soldar: a

prática é a resposta a um desafio, sim, mas o mesmo desafio não acarreta, sempre, a mesma resposta; a infra-estrutura determina a superestrutura, sim, mas a superestrutura, por sua vez, reage, etc. Por falta de coisa melhor, acabamos por amarrar as duas pontas da corrente com um pedaço de barbante chamado de ideologia. E há, ainda, algo mais grave. Tomamos os pontos de impacto das práticas sucessivas por um objeto preexistente que elas visavam, por alvo (...) (VEYNE, 1998, p.257-258).

Florestan Fernandes é um intelectual assumidamente marxista, portanto sua análise tem como valor fundamental à implantação de um sistema político de equidade social. Apesar do autor considerar este livro, *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?*, uma obra menor de sua carreira acadêmica, defende a sua publicação por representar uma análise sobre a importante mudança no sistema de ensino superior brasileiro.

É possível averiguar que a *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* foi o marco de uma tradição das pesquisas sobre as reformas educacionais no Brasil que qualificam o movimento estudantil como porta voz de uma ampla revolução social e as atitudes governamentais, bem como a reforma do sistema escolar brasileiro que estamos estudando, como tacanha, tímida, em cujo o governo realiza por meio de seus mecanismos, de maneira a desbaratar a reivindicação estudantil realizando o que é de pouca importância e deixando para depois o principal que é a reforma social.

Em vários trabalhos acadêmicos sobre esta temática facilmente encontramos esta idéia. Florestan Fernandes, no livro citado expressa seu pensamento da seguinte forma:

De fato, a "reforma universitária", ao concretizar-se, caiu nas mãos das forças conservadoras e contra revolucionárias do poder. Elas não só esvaziaram a reforma de seu conteúdo democrático e inovador. Castraram-na por completo, pulverizando ainda mais a universidade conglomerada e retirando dela qualquer utilidade cultural ou política. Na verdade, submeteram a universidade "renovada" a um duplo processo: de consolidação da ordem existente; e de intensificação e institucionalização do tutela externa, implantada mani militari, visando a impedir que a universidade pudesse a vir desempenhar qualquer atividade contestadora, como ocorrera no passado recente. (1979, p.viii).

A negligência da tradição, que tem como marco a obra de Florestan Fernandes, está em considerar a reforma universitária de 1968 simplesmente como uma evolução do movimento estudantil que se desemboca de maneira cerceada na Lei n. 5.540.

É inegável que a reflexão da reorganização da universidade brasileira se encontra com os estudantes, porém com suas limitações de sua origem social (classe média) e de seus objetivos imediatos de conquistar auxílio do governo e privilégios para permanecerem no ensino superior, e que confunde de reforma social com assistência social oferecido como auxílio técnico para entidades de classes.

Florestan Fernandes valoriza o movimento estudantil, pois estes levantavam a bandeira de uma modificação social e é representativo de uma luta de classe, alunos contra professores e o Estado. O problema é que interpretaram esta mudança social, baseada em conquista de auxílio e privilégios, foi encarada como representante da luta pela equidade social de todos indivíduos brasileiros, mas isto não aconteceu.

Podemos considerar o movimento estudantil iniciado na década de 1940 com preocupação de refletir sobre a universidade brasileira a origem da Reforma de 1968, sendo uma micro-estrutura que se expandiu e mobilizou outras esferas sociais.

A criação do GT em 1968 denota a ligação desta micro-estrutura com a macro-estrutura estatal, que a incorporava em sua malha de relação de poder. Assim sendo, o governo militar pretendia organizar e sistematizar o ensino superior a fim de melhor tirar proveito de sua atividade para a sociedade, adequando a perspectiva desenvolvimentista e de culto a pátria militarista.

O grupo de trabalho chegando à mesma conclusão que o movimento estudantil, permitiu a realização dessas mudanças estruturais pelo governo militar. A Lei 5.540 de 1968 modernizou a estrutura de ensino superior brasileiro, tomou medidas para criar um corpo escolar disciplinado e consoante com a prática do governo militar a partir de 1964. Deste modo, a tradição fundamentada em Florestan Fernandes interpreta que as medidas repressivas da segurança nacional do governo militar enquanto atitudes da política educacional para manter e sustentar o capital, não expressa completamente a realidade histórica.

Percebe-se que o conjunto de mudanças do ensino superior defendido pelo alunado e expresso pela Carta da Bahia e a Carta do Paraná, visava a modernização dos trâmites burocráticos e de organização do ensino superior, configurando-se pela realização de uma economia voltada para o melhor funcionamento do trabalho acadêmico, acabando com os privilégios dos docentes catedráticos.

A perspectiva social, contida nas formulações dos estudantes sobre a Reforma Universitária, não expressa tentativas de uma revolução social, não pretende aumentar o público alvo do ensino superior para as camadas sociais menos favorecidas, mas significa sim, a tentativa da camada social média de

adquirir privilégios para a sua manutenção nos centros educacionais, contribuindo para a sua ascensão na estrutura social, galgando cargos em que sua condição dificulta o acesso. Outro ponto para analisar a revolução social (como argumenta Florestan Fernandes) proposta pelos estudantes é o fato de que uma ínfima minoria da população brasileira possuía formação escolar para almejar uma faculdade, uma amplitude maior da reforma social contida na Reforma Universitária de 1968, era defender a ampliação da escolarização básica e de qualidade para a população brasileira.

Assim sendo, a Reforma Universitária de 1968, proposta pelo GT implantado pelo regime militarista, configurado pela reestruturação do sistema universitário, por um lado, foi essencial para por em prática a perspectiva dos alunos de uma nova organização burocrática das instituições de ensino superior, e por outro lado, a reforma social pela educação escolar contida nas reivindicações estudantis não existia condições para a sua materialização. Todavia, o caráter desenvolvimentista do governo militar, como as reformas educacionais posteriores, demarcou uma democratização do ensino oficial, tornando a utopia dos estudantes das Cartas da Bahia e do Paraná plausíveis de serem realizadas.

- **ABSTRACT:** This article intend to analyze the Brazilians university reform of 1968, having like fundamental aspect by student proposals changes, the intervention of State and consequently the federal law 5.540 of 1968 and dialogue witch a interpretation formalated by sociologist Florestan Fernandes.
- **KEYWORDS:** University reform; student; federal law 5.540; Florestan Fernandes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BLOCH, M. *Introdução a historia*. Lisboa: Europa-América, 1982.
- BOURDIEU, C.; PASSERON, J. C. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. *Los estudiantes y la cultura*. Barcelona: Labor, 1969.
- CHAGAS, V. *Educação brasileira: antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1982.
- CUNHA, L. A. *A universidade critica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

_____; GOÊS, M. *Golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DURKHEIM, É. *Sociologia e educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-omega, 1975.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: 1993.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social*. 7.ed. Cortez.

MEC. *Reforma universitária*. Brasília: Departamento de Apoio da Diretoria de Documentação e Divulgação, 1972.

VERGE, P.; CHARLE, C. *Historia das universidades*. São Paulo: UNESP, 1996.

VEYNE, P. *Como se escreve a historia*. Brasília: UnB, 1998.

O AFÃ COOPERATIVO BRASILEIRO-ARGENTINO NA DENOMINADA "DÉCADA PERDIDA"

Ana Claudia Jaquette PEREIRA*
Érica Cristina Alexandre WINAND**

- RESUMO: O presente ensaio tem por fim mostrar o estabelecimento de uma relação de confiança entre Brasil e Argentina que se desenvolveu durante a década de 1980. Neste estudo acerca da superação parcial da relação de rivalidade brasileiro-argentina, será levada em consideração a situação política dos dois países na época abordada, mostrando como um cenário de crise e distensão do autoritarismo propiciou a construção de uma relação estabilizada por meio da assinatura de diversos atos bilaterais.
- UNITERMOS: Política Externa; Década de 80; Confiança Mútua; Cooperação; Brasil-Argentina.

Os anos iniciais da década de 80 foram marcados por uma forte turbulência econômica que abalou países industrializados e nações em desenvolvimento. A instabilidade cambial gerada pelo abandono do padrão-ouro pelo governo dos Estados Unidos, somada à inflação decorrente dos gastos militares daquele país na guerra contra o Vietnã e ao segundo choque do petróleo em 1979, deflagrou uma crise marcada por estagnação econômica e altíssimos níveis de inflação em grande parte das economias do mundo (RICÚPERO, 1992, p.17). Na América Latina, a queda brusca na oferta de capital no mercado financeiro internacional minou a estratégia de crescimento pautada

*Graduada do curso de Relações Internacionais da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

**Graduada do curso em História pela UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

no endividamento externo uma vez que levou a uma diminuição significativa das taxas de investimento na região, que assistiu ao desmantelamento de suas economias (MOISÉS, 1992, p.28-29). Essas mudanças ocorridas no sistema econômico mundial deram origem a crises políticas e econômicas que se iniciaram na década de 70 e ganharam corpo ao longo da década de 80.

A deterioração econômica que tomou conta de toda a América Latina na década de 80 (fruto da crise advinda da década de 70) pode ser exemplificada pelas enormes taxas inflacionárias e pelo avanço do endividamento externo. Foi devido a essa situação em que se encontrava toda a América Latina no referido período que autores como José Álvaro Moisés tratou os anos 80 como "década perdida" (RICÚPERO, 1992, p.27). Segundo o autor:

Quase todos os relatórios recentes de organizações internacionais sobre a situação da América Latina são unânimes: a maior parte dos países latino-americanos está em colapso econômico desde 1982-83. E, depois de quase seis anos seguidos de diminuição do ritmo do seu crescimento, a renda *per capita* da região encontra-se 8% abaixo do nível de 1980 (MOISÉS, 1992, p.30).

No que tange à conjuntura nacional dos países aqui estudados, ao mesmo tempo em que o autoritarismo sofreu um afrouxamento, iniciou-se no Brasil e na Argentina uma fase de abertura econômica. No Brasil, esta fase teve estréia no governo Geisel e desenvolveu-se, de certa maneira, de forma crescente. A crise política brasileira referiu-se ao fracasso da ditadura militar, juntamente com seus projetos de acabar com a corrupção e propiciar um grande progresso econômico ao país. Os próprios militares concluíram que chegara a hora de abandonar o centro do poder e dar novamente lugar à democracia e ao governo civil. Na Argentina, a instabilidade política podia também ser percebida no acionar da guerrilha urbana (ROMERO, 1994, p.308).

A política econômica de Figueiredo, no Brasil, visava à maximização de oportunidades, ao desenvolvimento e ao progresso e passava a reconhecer a importância da cooperação com seus vizinhos do sul. Desde a década de 70, os reflexos da crise petrolífera vieram criando imperativos para uma política externa mais universalista. Ademais, a Comissão Econômica para o Caribe e América Latina (CEPAL), com seus estudos, vinha propiciando desde décadas anteriores um reconhecimento entre os países de terceiro mundo no que tange às suas identidades econômicas e em certos casos políticas, criando um senso de comunhão entre os países latino-americanos.¹

¹ Antecedentes do Mercosul. Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: //http://www.mre.gov.br.

Em reforço do que dissemos acima, tomamos as afirmações do Ministro das Relações Exteriores do governo Figueiredo, Ramiro Saraiva Guerreiro, em palestra proferida por ocasião do Segundo Seminário Internacional de Política Estratégica.² Ele diz:

Seguramente, há mais de uma década e meia a economia internacional exhibe sinais de preocupante evolução. (...) os indícios de desequilíbrio nos impulsos de expansão do sistema, cujos efeitos recentes maiores se fizeram sentir – como sempre acontece – sobre o universo mais frágil dos países em desenvolvimento (...) o surgimento de elevados déficits governamentais norte-americanos em meados dos anos sessenta alimentou um corolário de pressões inflacionárias em escala internacional; o nascimento do mercado de euromonedas provocou expansão exponencial do crédito internacional já nos primeiros anos da década de 1970; a decisão unilateral dos Estados Unidos de suspender a conversibilidade do dólar-ouro e desvalorizar a moeda inaugurou, em 1971, um ciclo de prolongada instabilidade cambial; os dois choques de petróleo de 1973 e 1979 agravaram não só a dependência do Terceiro Mundo em relação às fontes de financiamento internacional, mas também os desequilíbrios nos balanços de pagamentos, dramatizados, no final da década, pela elevação explosiva das taxas de juros; a expansão acelerada do comércio e a maior taxa de abertura da economia norte-americana promoveram a crescente internacionalização do sistema econômico (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1983, p.59).

Segundo Saraiva Guerreiro, essas mudanças modelaram a situação econômica da época, caracterizada pela estagnação e pela inflação e ao mesmo tempo pela elevação exorbitante das taxas de juros. Estes fatores associados levaram o "terceiro mundo" a um crescente endividamento. O ministro diz que esta crise "foi portadora de um despertar de consciências" que traz como corolário a necessidade vital de cooperação. Com efeito, antes disto, o Embaixador Paulo Tarso de Lima -em nome de Saraiva Guerreiro – em um discurso afirmou que "o ser latino-americano traz hoje compromissos firmes com a necessidade de um estreitamento da cooperação internacional com nossos vizinhos".³

² Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em São Paulo, em 21 de outubro de 1983, por ocasião do Segundo Seminário Internacional - Política e Estratégia. Resenha de política exterior do Brasil, n.39. BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, 1983, p.59.

³ Discurso do Embaixador Paulo de Tarso Flecha Lima, em nome do Chanceler Saraiva Guerreiro, por ocasião do Seminário "Brasil - Perspectivas para a década de 1980", realizado no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1979. Resenha de política exterior do Brasil, n.23, BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, 1979, p.75.

Se já no final da década de 70, esta necessidade de construir parcerias levou Brasil e Argentina a resolverem a questão da disputa dos recursos hídricos de Itaipu (uma vez que a necessidade destes países por si só, não bastaria para que as desconfianças de intenções hegemônicas fossem sepultadas tanto pelo Brasil quanto pela Argentina), na década de 80 tornou-se imperioso para a política externa brasileira dar continuidade ao processo de construção da confiança mútua, por ser este imprescindível ao desimpedimento da rota da cooperação. Assim, em 17 de Maio de 1980, foi assinado entre Brasil e Argentina o "Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear"⁴, por meio do qual, ambos os países se comprometem a:

[...] utilizar para fins pacíficos o material e as instalações nucleares [...], proibir e impedir em seus respectivos territórios, bem como se abster de realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, ou de participar de qualquer maneira: no teste, fabricação, produção ou aquisição de arma nuclear; recepção, armazenamento, instalação, colocação ou qualquer forma de arma nuclear (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1980. Portal Militar não oficial. Disponível em //http://www.militar.com.br-).

No mesmo dia, assinou-se também o "Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e da República Argentina"⁵ e o "Convênio de Cooperação entre Empresas Nucleares Brasileiras S/A e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina"⁶. Por meio destes atos, os dois países se comprometeram a cooperar entre si no campo da pesquisa científica e tecnológica, através do intercâmbio de informações de interesses mútuos. Também foi assinado, em 20 de Agosto de 1980, o "Protocolo de Execução n. 02 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina, sobre informação técnica".⁷ Devido a estes compromissos, os dois países se obrigavam a avisar um ao outro sobre o desenvolvimento de suas tecnologias no

⁴ Compromisso Básico do Artigo I do Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear firmado em 17 de Maio de 1980. Disponível em://http://www.militar.com.br-. Site não oficial inaugurado em 07/09/98.

⁵ Acordo de Cooperação Científica-Tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e da República Federativa da Argentina. Resenha de política Exterior do Brasil. BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, 1983, p.100.

⁶ Atos em vigor assinados com a Republica Argentina. Site do Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br.

⁷ Atos em vigor assinados com a Republica Argentina. Site do Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br

que concernia, inclusive, ao âmbito nuclear. Esse acordo entrou em vigor no dia 20 de outubro de 1983 e foi promulgado no dia 07 de novembro de 1983. De acordo com o mesmo documento citado, pode-se acompanhar o primeiro resultado prático da assinatura destes entendimentos quando, em 18 de novembro de 1983, a Argentina comunicara ao Brasil que adquirira a capacidade para enriquecer urânio. Ou seja, isto representou a comprovação do início de uma fase de transparência nas relações entre Brasil e Argentina.

De acordo com Celso Lafer, há quatro eventos fundamentais na história recente do relacionamento brasileiro com a Argentina (1997, p.249-265), sendo que "O primeiro foi o acordo trilateral",

O segundo foi a Guerra das Malvinas de 1982, que assumiu a proporção de uma crise internacional de grandes dimensões e levou o Brasil, num momento difícil, a afirmar publicamente, vis-à-vis a Grã-Bretanha e o mundo, seu apoio à reivindicação Argentina – ainda que não à sua efetivação pelo uso da força.

O terceiro é mais difuso em termos cronológicos e talvez seja mais apropriadamente descrito como uma série de eventos derivados essencialmente da redemocratização de ambos os países em meados dos anos 80: a ênfase no desenvolvimento, na democracia, no controle civil dos militares e na evolução de uma relação transparente e confiável na esfera nuclear.

O quarto foi o estabelecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (LAFER, 1997, p.249-265).

Não se pode deixar de observar o resultado da Guerra das Malvinas em 1982, que foi indiscutivelmente drástico.⁸ A derrota da Argentina deixou-a numa profunda crise econômica e política, além de conduzir suas Forças Armadas ao descrédito e somar-se a outros fatores que resultaram no reestabelecimento da democracia.

Anos mais tarde, no Brasil, após 21 anos de governo militar, um civil assumiu a presidência da República. Com a morte do presidente Tancredo Neves, o vice-presidente José Sarney (ex-líder parlamentar do regime militar) chegou ao poder.

⁸ A Guerra das Malvinas envolveu a Argentina e a Grã-Bretanha. Este ocorreu devido à ocupação das Ilhas Malvinas (ou Falklands) pela Grã Bretanha desde 1833. A Argentina reivindicou as ilhas com o argumento do *uti possidetis* (a Argentina deveria herdar as ilhas por ser ela quem realmente as utilizava). Segundo Leonel Itaussu Almeida Mello, a Guerra das Malvinas foi uma tentativa do autoritarismo argentino de redirecionar para o exterior as pressões internas do país, criando um clima de coesão psicossocial. Com a derrota argentina, esta caiu em grave crise político e econômica que segundo Mello, abriu espaço para a redemocratização do país. Ver: MELLO, 1996, p.107-118.

Lafer diz que, apesar de muitos estudiosos atribuírem esta reviravolta nas relações entre Brasil e Argentina ao retorno do governo civil (posse de Alfonsín na Argentina em 1983 e de Sarney no Brasil em 1985), esta não pode ser a argumentação central para se explicar os esforços de superação da rivalidade, já que os primeiros passos para a distensão foram dados ainda sob os regimes militares. Segundo o autor, o que de fato modificou a situação foi a "chegada da democracia e a preocupação com os direitos humanos". Ele diz:

Se a coincidência de regimes autoritários favorecia uma percepção algo semelhante da ordem internacional e da ordem interna, alimentava também a suspeita mútua no plano bilateral e sub-regional. A simultaneidade agora de regimes democráticos desarmava a tensão, e agregava um elemento de parceria na necessidade que sentiam os dois governos de afirmar e consolidar o controle civil e democrático sobre os militares (LAFER, 1997, p.254).

Lafer (1997) supõe ainda que a mudança ocorre em vias definitivas quando, em 1985, são assinadas a "Ata do Iguazu" e a "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear" (ambos assinados em 30 de novembro de 1985).⁹ O então presidente José Sarney atribuiu a posteriori grande importância a esta declaração quando disse:

A nova visão de como deveriam ser as relações entre Brasil e Argentina foi consolidada na Ata de Iguazu, de novembro de 1985, firmada por mim e por Alfonsín. Nosso objetivo era uma visão histórica sobre o nosso passado de divergências, receios e competição para uma tarefa de crescermos juntos. (SARNEY, 1999).

O ex-presidente disse, ainda, que a aliança *Brasil-Argentina* expressa na Ata de Iguazu representou:

um dos maiores passos história do continente, sepultando a questão do Prata que quase nos leva à corrida nuclear. Nosso relacionamento passou a ser de cooperação e integração. Se a América do Sul a começar pelo Brasil e pela Argentina, não consolidar o seu mercado comum, criando seu próprio espaço, só restará a escravidão de ficar satelizada. O quintal, como se costuma chamar. Resistir a isto não é ser contra ninguém, é dever de Estado. (SARNEY, 1999).

A construção da relação amistosa entre Brasil e Argentina foi reforçada também pela assinatura de outros atos: "Ata para a Integração Brasileiro-

⁹ Atos em vigor assinados com a República Argentina. Link do Departamento de Atos Internacionais. Site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: www.mre.gov.br/dai.

Argentina e seus Protocolos de 1 a 12", assinada em 29 de julho de 1986; "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear", assinada em 10 de dezembro de 1986; "Ata de Amizade Brasileiro-Argentina (Democracia, Paz e Desenvolvimento)", assinada também em 10 de dezembro de 1986.¹⁰ Em 17 de julho de 1987, foi assinada uma nova "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear"¹¹, de acordo com a qual o governo brasileiro e argentino, tendo em vista os compromissos assinados nas Declarações conjuntas sobre política nuclear subscritas em Foz do Iguazu, acordam em:

Destacar o marco fundamental que, dentro do processo de fomento da confiança mútua e no contexto do inarredável compromisso de ambas as Nações de utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, representa a histórica visita do Presidente José Sarney às Instalações da Usina de Enriquecimento de Urânio de Pilcaniyeu, fonte de legítimo orgulho da ciência e tecnologia argentinas. Reiterar sua satisfação pelos significativos avanços alcançados, em suas reuniões periódicas, pelo Grupo de Trabalho Conjunto sobre Política Nuclear, estabelecido pela Declaração de Iguazu. (Cf. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1987, p. 9)

Outro evento importante, que envolve não apenas Brasil e Argentina (já que engloba também Angola, Cabo Verde, Congo, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Uruguai), é o estabelecimento de uma "Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul".¹² Em 27 de outubro de 1986, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Resolução que declarava o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação. Esta zona abarca o Oceano Atlântico, na região situada entre a África e a América do Sul. Este ato teve o objetivo de promover

¹⁰ Atos em vigor assinados com a República Argentina. Link do Departamento de Atos Internacionais. Site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/dai>.

¹¹ Declaração Conjunta sobre política nuclear, assinada em 17 de julho de 1987, em Viedma, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney e pelo Presidente da República Argentina, Raúl Alfonsín. Resenha de Política Exterior do Brasil, n.54. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1987, p.9.

¹² Resolução que declara o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 27 de outubro de 1986 do Brasil, edição suplementar. Resenha de Política Exterior do Brasil. BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, dezembro de 1986, p.3.

[...] uma maior cooperação regional, entre outras coisas, para o desenvolvimento econômico e social, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos e a paz a segurança para toda a região.¹³

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹⁴, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul atende aos interesses do país

[...] no sentido de ampliar o espaço para uma zona econômica e comercial, com a formação de mais uma zona de livre comércio, para a cooperação científica e técnica e para iniciativas de caráter político-diplomático, visando à proteção ambiental, a desnuclearização e à solução de conflitos.

Ainda na década de 80, foram firmados os seguintes documentos: "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear", a "Declaração de Ezeiza de 19 de Novembro de 1988" e "Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral nos Usos do Espaço Exterior", de 23 de agosto de 1989.¹⁵

Percebe-se, portanto, que neste período processou-se uma aceleração constante nas iniciativas tendentes à integração e à construção de parcerias múltiplas. Em contrapartida, para cada um dos países, esse processo fez parte de um plano de desenvolvimento econômico e de saída da crise. Há, por outro lado, um claro reforço da confiança mútua, por exemplo, por meio de atos que afirmam que a tecnologia nuclear só será desenvolvida para fins pacíficos, havendo, ainda assim, um monitoramento e uma transparência entre Brasil e Argentina no que tange a tais atividades. Isto garantiu uma afinidade entre estes países indispensável a esta integração.

Por outro lado, a redemocratização teve grande relevância no processo integrativo, uma vez que com a saída dos militares do poder, como afirma Miyamoto, a política externa e militar deixaram de ser pautadas no binômio segurança e desenvolvimento. Lembra o autor que sob governos militares, "Tudo era pensado sob o prisma da segurança nacional", e agrega que:

[...] em termos de atuação do país nos cenários regional e internacional, pelo menos dois *loci* de decisão eram significativos: O Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas, estas últimas representadas, principalmente, pelo Conselho de Segurança Nacional, através da Secretaria Geral. Em tópicos que diziam respeito às negociações políticas com outros países, nos planos

¹³ Conforme disponível em: //http://www.mre.gov.br.

¹⁴ Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: //http://www.mre.gov.br.

¹⁵ Atos em vigor assinados com a República Argentina. Link do Departamento de Atos Internacionais. Site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.mre.gov.br/dai.

bilateral e multilateral, o Itamaraty detinha maior capacidade de decisão. O mesmo, todavia, não se pode afirmar quando algum item relativo à sobrevivência das instituições e da defesa das fronteiras estava de alguma forma em jogo. Assim quando as duas instâncias tinham perspectivas diferentes, prevalecia rotineiramente a visão militar, arbitrada pelo Conselho de Segurança Nacional, considerando que o regime era de natureza castrense. Destarte, o problema das fronteiras era visto e pensado sob o prisma da segurança nacional, sob a ótica do binômio segurança e desenvolvimento. (MIYAMOTO, 2000, p.443).

Com os civis no poder, estas questões começaram a se reconfigurar, embora não definitivamente já que, nos primeiros anos de governo civil, os militares continuaram exercendo influência política, como veremos a seguir. Mas de qualquer forma, é inegável que as circunstâncias econômicas demandaram uma nova orientação das políticas interna e externa. Essas, por sua vez, fomentaram a construção da confiança mútua que se constituiu, no início da redefinição das prioridades de defesa do país e, em contrapartida, no sustentáculo do modelo integrativo. Isto certamente foi determinante na virada do jogo das relações brasileiro-argentinas. Como observa Mónica Hirst (1996, p.155), as expectativas, existentes ao fim dos anos 80, vislumbram que a cooperação no campo da segurança, junto com a integração econômica e a coordenação política, conduziram a um processo irreversível.

Mesmo depois um longo projeto de distensão do autoritarismo (iniciado em 1974, durante o governo Geisel), ainda após 1985 as Forças Armadas continuaram exercendo, por certo tempo, influência no jogo político nacional. Miyamoto elucida isto mencionando a presença constante do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao lado do presidente José Sarney, "emitindo opiniões não só de sua pasta mas de todos os assuntos que considerava de importância [...]" (2000, p.450).

Como observou Stepan (1987, p.67), os militares foram perdendo significativamente o poder. Devido à crise na instituição castrense, os militares passaram a valorizar as regras do jogo democrático. Por um lado, a centralização do Estado se enfraqueceu na medida em que os empresários ganharam mais espaço nas decisões do governo, por outro lado, devido às políticas exageradamente repressivas, os militares foram perdendo suas alianças com os civis. No decorrer da década de 80, foi se esvaziando o pensamento de ameaça interna e o quadro econômico tornou-se cada vez mais adverso. Os militares admitiram uma grave crise institucional e, como assegurou Stepan (1987, p.68), passaram a expressar "a preferência por um civil" para continuar sustentando seus interesses enquanto instituição.

O governo de Sarney atendeu a esta ambição dos militares. Neste sentido, Eliézer Rizzo de Oliveira (1994, p.106) é da opinião de que o governo Sarney é um governo no qual, "o aparelho militar deixa de ocupar o centro do poder político para assumir uma função de tutela sobre o governo civil". De acordo com este autor, o aparelho militar teve, durante o governo Sarney, seu espaço mantido. Foi-lhe reservada a prerrogativa de influir nas decisões governamentais civis (OLIVEIRA, 1994, p.111). Isto, segundo ele, foi o resultado de um compromisso entre a Aliança Democrática e lideranças militares.

Além disso, o autor mostra que a Constituição de 1988, que foi promulgada no sentido de consolidar a democracia, manteve na legalidade o pleno exercício da função interventora pelas principais lideranças militares. Segundo ele, isso decorreu da imprecisão com a qual se prescreve o "artigo 142".¹⁶ A constituição foi elaborada com o acompanhamento dos militares.

Em suma, houve:

[...] preservação da definição constitucional que garante ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna; - a indústria de armamentos seria igualmente preservada sob a orientação das Forças Armadas;- preservação do programa nuclear paralelo; - preservação da autonomia das Forças Armadas quanto à doutrina militar, à segurança nacional, à concepção estratégica e ao desenvolvimento tecnológico (OLIVEIRA, 1994, p.111).

A partir da citação acima, deduzimos que o governo de Sarney não alcançou a consolidação da democracia graças às prerrogativas mantidas nas mãos dos militares, uma vez que, segundo o autor,

[...] a-) não existe democracia consolidada sem a subordinação das Forças Armadas, às instituições civis de natureza representativa que expressam, organizam e dirigem o poder de Estado; b-) a consolidação não existirá sem a subordinação de todas as demais instituições da sociedade e do Estado às leis fundamentais; c-) a democracia não estará consolidada se não houver criado nas suas instituições políticas a competência indispensável no tratamento do emprego da força militar; d-) tomadas individualmente, estas proposições são necessárias à consolidação democrática, mas serão suficientes apenas se consideradas em seu conjunto (OLIVEIRA, 1994, p.124).

¹⁶ O artigo 142 da Constituição diz que: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Ver: BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988, p.98.

Ao longo do governo Sarney, como já foi dito, foram mantidos projetos nucleares autônomos sob influência dos militares. A despeito de terem sido tomados passos importantíssimos para a construção da confiança mútua e da integração econômica, tão importantes para o cenário que se desenhava, no que tange à cooperação militar e à renúncia da autonomia nesta área, os militares ainda continuaram interferindo de maneira negativa.¹⁷ Esta autonomia pode ser percebida no trecho de pronunciamento de José Sarney, quando diz que,¹⁸

Cientistas brasileiros da Comissão Nacional de Energia Nuclear conseguiram dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio [...]. Este é um fato de maior transcendência na história científica do Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1987, p.31).

O presidente ressalva que o projeto nuclear brasileiro é de uso exclusivamente pacífico. Se no mesmo ano em que foi assinada uma "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear" foi anunciado à nação o domínio de tecnologia de enriquecimento de urânio (que pode ser usado na fabricação de armas nucleares), embora declarado o uso para fins pacíficos, pode-se concluir, seguindo a reflexão de Miyamoto que,

Permanece no relacionamento entre diversos agentes do sistema internacional uma visão realista ou neorealista, onde a cooperação pode efetivamente existir, e muitas vezes, inclusive, tentando caminhar para uma integração mais profunda, mas que não minimiza as políticas nacionais, particulares, na busca dos próprios interesses, concernentes às atuações nos planos diplomático e militar, e que em inúmeros casos colidem com os de outros Estados, vizinhos ou não. Isto é verificável no caso brasileiro (MIYAMOTO, 2000, p.452).

Miyamoto (2000, p.448) observa que os projetos iniciados em Iperó (interior de São Paulo), pela Marinha, e na Serra do Cachimbo (no estado do

¹⁷ Miyamoto elucida esta influência militar quando cita uma passagem de um recado das Forças Armadas transmitido pela imprensa que dizia seria importante: "que ficasse claramente entendido que o conceito de não- militarização da área por países a ela estranhos não pode ser confundido com o de desmilitarização, no sentido de redução da capacidade de atuação militar dos países da região". Isto foi emitido, segundo o autor por ocasião da criação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. Ver: MIYAMOTO, 2000, p.451.

¹⁸ Pronunciamento do Presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, em 4 de setembro de 1987, por ocasião da cerimônia de apresentação das realizações do Programa de Tecnologia Nuclear e seus reflexos. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 54. BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, julho, agosto e setembro de 1987. p.31.

Pará), pelo Exército, tiveram prosseguimento só foram encerrados no governo de Fernando Collor de Mello.

Há de se reconhecer que a Argentina também possuía projetos nucleares. Apesar da transparência existente entre Brasil e Argentina sobre a questão nuclear, o fato é que ambos desenvolviam seus projetos militares de maneira autônoma. Em 15 de julho de 1987, José Sarney visitou Raúl Alfonsín, em Viedma, e, ao mesmo tempo em que esteve nas instalações de enriquecimento de urânio, declarou, junto com a Argentina, a vontade de integração.¹⁹

Entretanto, de acordo com Brigagão e Fonrouge (1998, p.99-120), tanto Brasil quanto Argentina possuíam o interesse de produzir tecnologia nuclear para garantir apoio energético ao processo de desenvolvimento industrial, assegurar um equilíbrio de poder dentro da Bacia do Prata e, por fim, porque ambos desconfiavam um do outro sobre a fabricação da bomba atômica. Segundo este autor, havia a intenção de ambos os países de completar o ciclo do combustível nuclear, ou seja, enriquecer urânio a um ponto em que pudesse se obter plutônio, elemento fundamental para a construção da bomba nuclear.

A despeito de os militares terem continuado interferindo na cena política por meio da tutela exercida sobre o governo de Sarney, o que fazia com que o governo ainda pensasse no desenvolvimento nuclear autônomo, como forma de garantia de seus interesses nacionais, tudo passou a ser realizado sob inspeção de um país ao outro, como aconteceu com a questão do enriquecimento de urânio do Brasil e da Argentina, cujo processo se deu de forma a haver transparência e entre os novos amigos.

A evolução na distensão das relações brasileiro-argentinas está inserida, portanto, num quadro nacional de recessão. Apesar de o governo Sarney ter recebido estímulo da população devido ao Plano Cruzado que previa o congelamento de preços e o controle cambial, ao fim deste plano, o país via explodir a inflação e aprofundar a crise econômica. Neste caso, a política externa deveria auxiliar o país a sair desta condição. A maioria dos países da América Latina encontravam-se vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Como nos mostra Vizentini (2003, p.69), quanto mais as possibilidades de atuação do Brasil no plano global eram minadas, mais a América do Sul era valorizada como alternativa estratégica. O fato de problemas semelhantes ocorrerem na Argentina favoreceu o contorno de um eixo centrado na

¹⁹ Discursos proferidos pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em Viedma, no dia 15 de julho de 1987. Resenha de Política Exterior do Brasil. BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, n.54, julho a agosto de 1987, p.03-09.

cooperação e na integração. Neste sentido, a via diplomática de solução de conflitos deveria atender às necessidades de novas parcerias. Portanto, os entendimentos em matéria de confiança mútua neste governo fazem parte um processo de intensificação de vínculos econômicos entre Brasil e Argentina.

À título de elucidação, a Constituição de 1988 expressou em seus princípios fundamentais ao mesmo tempo a importância da "independência nacional", da "defesa da paz", da "solução pacífica dos conflitos" e da "cooperação entre os povos".²⁰ Isto mostra que para o pensamento daquela época não era necessário renunciar aos interesses nacionais para se estabelecer cooperação com outros Estados.

A década de 80, ou a "década perdida", foi marcada, portanto, pela inclinação por um projeto nacional e ao mesmo tempo pela cooperação com os vizinhos como saída da crise. Este cenário teve grande relevo na reconfiguração das relações entre Brasil-Argentina e no esquecimento de um passado de antagonismos.

- **ABSTRACT:** *The present essay aims to demonstrate the establishment of a cooperation relationship between Brazil and Argentina that was developed during the eighties. In this study about the partial overcome of the Brazilian-Argentine rivalry, one shall consider the political situation in both countries, in order to show how a scenery of crisis and distension of authoritarianism converged to the built of a mutual confidence relationship grounded by the signature of several bilateral acts.*

- **KEYWORDS:** *Foreign Policy; Eighty decade; mutual trust; Brazil-Argentina.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- BRIGAGÃO, Clóvis, FONROUGE, Marcelo F.V. Argentina e Brasil: Modelo Regional de Confiança Mútua para a Segurança Nuclear. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 87, julho de 1998.
- HIRST, Monica. *Democracia, seguridad e integración. América Latina en un mundo en transición*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 1996.

²⁰ Ver: Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988, p.3.

LAFER, Celso. Relações Brasil-Argentina: Alcance e Significado de uma Parceria Estratégica. *Contexto Internacional: Revista do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: A balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *A política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, julho/dezembro de 2000.

MOISÉS, Álvaro José. Democracia e crise econômica: o paradoxo da América Latina. In: _____. *O futuro do Brasil. A América Latina e o fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.25-50.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor*. Forças Armadas, Transição e Democracia. Campinas: Papirus, 1994.

Portal militar (não-oficial). Disponível em://http: www.militar.com.br- Site não oficial inaugurado em 07/09/98.

Resenha de política exterior do Brasil, n. 23. BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, 1979.

Resenha de política exterior do Brasil, n. 39. BRASIL: Ministério Das Relações Exteriores, 1983.

Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 54. BRASIL: Ministério das Relações Exteriores, julho, agosto e setembro de 1987.

RICÚPERO, Rubens. A década de 80 e a crise da América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro. *O futuro do Brasil. A América Latina e o fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROMERO, Luis Alberto. *Historia Contemporânea de Argentina*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1994.

SARNEY, José. Direção Correta. *Folha de São Paulo*, 11 de jun. 1999.

Site da Embaixada argentina no Brasil. Disponível em: //http>:www.embrag.org.br.

Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: </http: www.mre.gov.br>.

STEPAN, Alfred. *Os militares: Da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil. De Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MÍDIÁTICAS DO BRASIL: AS RELAÇÕES ENTRE A TV E A CAMPANHA DO CANDIDATO FERNANDO COLLOR DE MELLO

Ana Paula ANDRADE

RESUMO: A eleição presidencial de 1989 marcou uma nova era da vida política nacional. Depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente da república os brasileiros puderam finalmente eleger um presidente pelo voto direto. O retorno pleno da democracia ao país, não constitui a única novidade trazida por esta histórica eleição. Pela primeira vez, os brasileiros, pouco acostumados com o jogo democrático, assistiram a uma campanha eleitoral mediada pelo vídeo. De forma muito resumida pode-se dizer que a eleição de 1989 é uma eleição midiática.

UNTERMOS: mídia, campanha, eleição, televisão, Collor.

O objetivo deste pequeno ensaio é propor uma reflexão acerca dos aspectos da cobertura televisiva dos eventos políticos de 1989 sobre a condição política brasileira, avaliando em que medida a passagem do espaço público para a imagem-pública foi decisiva para a eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República. Desta forma, buscaremos descrever as linhas gerais de uma disputa política mediada pela televisão, onde pela primeira vez no Brasil assistiu a um processo de construção da imagem de um candidato na e pela TV. Tal reflexão justifica-se pelo fato de que a campanha de 1989 marcou uma nova era da vida política nacional. Depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente da república, na eleição de 1989 os brasileiros puderam finalmente eleger, depois da subida ao poder de vários quadros em 1964, um candidato pelo voto direto, em uma eleição de dois turnos – fato também novo na

Aluna do curso de História da UNESP - Campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Manoel Carvalho França. Bolsista: FIBRAC/UNESP.

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MIDIÁTICAS DO BRASIL: AS RELAÇÕES ENTRE A TV E A CAMPANHA DO CANDIDATO FERNANDO COLLOR DE MELLO

Ana Paula ANDRADE*

- **RESUMO:** A eleição presidencial de 1989 marcou uma nova era da vida política nacional. Depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente da república, os brasileiros puderam finalmente eleger, um presidente pelo voto direto. O retorno pleno da democracia ao país, não constitui a única novidade trazida por esta histórica eleição. Pela primeira vez, os brasileiros, pouco acostumados com o jogo democrático, assistiram a uma campanha eleitoral mediada pelo vídeo. De forma muito resumida pode-se dizer que a eleição de 1989 é uma eleição midiática.
- **UNITERMOS:** mídia; campanha; eleição; televisão; Collor.

O objetivo deste pequeno ensaio é propor uma reflexão acerca dos impactos da cobertura televisiva dos eventos políticos de 1989 sobre a opinião pública brasileira, avaliando em que medida a passagem do espaço público para a imagem pública foi decisiva para a eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República. Desta forma, buscaremos descrever as linhas gerais de uma disputa política mediada pela televisão, onde pela primeira vez no Brasil se assistiu a um processo de construção da imagem de um candidato na e pela mídia. Tal reflexão justifica-se pelo fato de que a campanha de 1989 marcou uma nova era da vida política nacional. Depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente da república, na eleição de 1989 os brasileiros puderam finalmente eleger, depois da subida ao poder de Jânio Quadros em 1961, um candidato pelo voto direto, em uma eleição de dois turnos – fato também novo na

*Graduanda do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França. Bolsista: PIBIC/CNPq.

história das eleições do país –. Pela primeira vez, os brasileiros, ainda pouco acostumados com o jogo democrático, assistiram a uma campanha eleitoral quase toda mediada pelo vídeo.

O país que o novo presidente receberia havia rompido bruscamente uma tendência de crescimento contínuo desde o pós Segunda Guerra Mundial, pois neste período o Brasil demonstrou um grande dinamismo econômico, tendo seu PIB (Produto Interno Bruto) aumentado cerca de 10 vezes entre 1945 e 1980. Os anos 80, no entanto, foram marcados basicamente por um estrangulamento fiscal, pela falta de investimentos e consequentemente pela estagnação econômica. Os brasileiros assistiram, então, a uma deterioração de seus salários, bem como da sua condição de vida. Neste período de crise, o desemprego era alto e apenas uma parcela da população possuía bens de consumo, como carro, telefone e geladeira.

Numa época de hiperinflação e, de acordo com Figueiredo (1990), de cenário político conturbado, embora Collor de Mello não tenha trazido elementos novos para a política nacional – visto que diversas de suas estratégias já haviam sido utilizadas por Jânio Quadros em 1953 –, ele demonstrou rara sensibilidade para a leitura das pesquisas de opinião pública, o que lhe indicou o caminho para conseguir que as massas o distinguissem dos demais candidatos e o aceitassem como um representante popular. Assim, debruçando-se sobre as pesquisas eleitorais realizadas pelos institutos GALLUP, DATAFOLHA e IBOPE alguns meses antes de sua candidatura, Collor tentou identificar os anseios daquele Brasil estagnado economicamente e sem muitas esperanças quanto ao futuro, e montou o seu programa de campanha com um enorme apelo popular. Como recompensa pelos seus estudos, o até então desconhecido ex-governador do estado do Alagoas apareceu para uma parcela da sociedade brasileira como um político novo, que se queria “moderno” e que investia contra os marajás e suas mordomias, enfim, como um político inovador, alguém que poderia mudar o cenário crítico em que o país se encontrava.

Para tanto, podemos dizer que grande parte dos recursos utilizados pelo candidato na construção de sua imagem “moderna” foram propiciados pelo alargamento do espaço público através da “máquina de visão”¹ onde houve para as massas uma maior veiculação da imagem pública dos candidatos, bem como a possibilidade de uma maior participação destas na esfera política. Como

¹ Diante das políticas de crédito empregadas pelo Estado – principalmente nos governos militares – para a aquisição popular de receptores televisivos podemos destacar, de acordo com Boris Fausto (2000), a década de 80 como o período em que se deu a consolidação da mídia televisiva como meio de comunicação de massa.

Elivianete Zuppoline (1995, p. 56), em tese apresentada na faculdade de História da UNESP de Franca, comenta:

Como aparato de produção e difusão de bens simbólicos, a comunicação de massa faz parte do cotidiano dos indivíduos e participa diretamente da criação do imaginário social. Em 1989, na composição desse imaginário, entre outros elementos, figuravam a deterioração da política, a necessidade de modernizar o país inserindo-o na economia global, a redução do tamanho e do alcance do Estado, ampliação do espaço para a iniciativa privada e a solução da crise econômica responsável pelos problemas sociais. Para viabilizar essas mudanças, seriam necessárias intervenções eficientes e inovadoras que, de acordo com o imaginário social, não viriam da política “tradicional”. Pela primeira vez nos últimos 29 anos, a eleição direta garantia ao povo a oportunidade de decidir.

É verdade, que a participação da televisão em processos eleitorais não constituía então uma novidade. Desde 1961, com o pioneiro debate ao vivo dos candidatos à presidência dos Estados Unidos, o mundo assistiu a uma crescente participação da mídia televisiva nos processos eleitorais. Na eleição brasileira de 1989, contudo, tal participação ganhou contornos e dimensões inimagináveis, talvez só comparáveis às eleições italianas, da mesma época, que levaram ao poder o profissional de comunicação Silvio Berlusconi. Pode-se dizer, que em 1989 os brasileiros, aprendizes de democracia, viram-se na situação de cobaias de um processo ainda novo no mundo da política: o apagamento do espaço público e a emergência daquilo que o filósofo francês Paul Virilio denomina a imagem pública, ou seja, a substituição, no âmbito da política, do que convencionamos chamar de real pela imagem do real. Paul Virilio (1994, p. 133) assim explica esse deslocamento:

a era da lógica formal da imagem é aquela da pintura, da gravura, da arquitetura, que conheceu o seu fim no século XVIII. A era da lógica dialética é aquela da fotografia, da cinematografia ou, se se preferir, aquela do fotograma, que terminou no século XIX. A era da lógica paradoxal é aquela que se inicia com a invenção da videografia, da holografia e da infografia... Como se, neste final de século XX, o término da modernidade fosse marcado também pelo fim de uma lógica da representação pública.

Mais adiante, Virilio (1994, p. 134) ainda complementa:

O paradoxo lógico é aquele trazido pela imagem em tempo real que domina a coisa representada, tempo que, desde então, é mais importante do que o espaço real. Essa virtualidade que domina a atualidade transforma a noção mesma de

realidade. Dai a crise das representações públicas tradicionais em proveito de uma apresentação, de uma presença paradoxal, tele-presença à distância do objeto ou do ser que substitui sua existência mesma, aqui e agora. Trata-se da autodefinição, a auto-resolução não mais tanto da imagem, mas da realidade ela mesma.

Assim, de acordo com Virilio (1994), depois do advento do vídeo, colocou-se em dúvida o valor exclusivo da narrativa bem como da testemunha ocular, pois a imagem tomou-se a forma mais sofisticada de informação e em tempo real, passou a ser o veículo mais eficaz na condução da mente e do olho humano. Debruçando-nos sobre o processo eleitoral de 1989, podemos assim dizer que esse novo veículo audiovisual foi o condutor do pleito de 1989, no Brasil, quando através de uma imagem *televisada*, "ao vivo", os candidatos tiveram pela primeira vez na história do país, a oportunidade de mostrarem não apenas "quem eram", mas como "gostariam de ser".

Dessa forma, proveniente de uma família possuidora de um conglomerado de empresas de comunicação, a saber, a TV Gazeta – afiliada a Rede Globo –, o Jornal Gazeta de Alagoas e três rádios AM e FM, Fernando Collor de Mello era um homem experiente diante dos meios de comunicação e, conhecedor do processo televisivo, pôde utilizá-lo a seu favor.

Collor, diferentemente de Luís Inácio da Silva, seu oponente, possuía toda uma postura diante das câmeras e com isso foi o primeiro candidato no país a utilizar uma nova noção da verdade – uma verdade construída na e para a TV – em busca da construção da imagem de um político "que se queria moderno", em face de um país que buscava a sua modernização; pôde dar a sua versão acerca dos fatos, mostrando aos telespectadores, em tempo real, as falhas de seus oponentes, bem como, porque suas propostas eram mais qualificadas que as de seus adversários. Acerca do discurso em televisão podemos dizer, de acordo com Sônia do Carmo (1996, p. 38), que embora ele seja apresentado oralmente, ele é composto por diversas falas que são apoiadas em textos escritos, ou seja, é um discurso *cuidadosamente fabricado* para alcançar um público heterogêneo, como explica:

a mesma mensagem deve atingir um público composto por indivíduos diferentes, não apenas em relação à idade e ao sexo, mas também em termos de conhecimentos e ainda de vivência pessoal, que interpreta a linguagem da televisão segundo a sua própria experiência cultural e sua visão de mundo, muitas vezes de forma diversa daquela imaginada pelos produtores.

Carmo (1996, p. 39) ainda acrescenta, que embora o diálogo em televisão não se materialize, "ele se desenvolve na mente do próprio interlocutor, onde ao *desdobrar-se em diálogos que ele desenvolve com outros telespectadores, lhe permite interpretar ou reinterpretar as mensagens nessa ou naquela direção.*"

Assim, Collor de Mello ao falar olhava fixamente para a câmera, como se estivesse olhando nos olhos do telespectador e dialogando com este, isso permitia que o telespectador pudesse partilhar e "ter parte" nas conclusões a que pretendia chegar. Porém, não havendo nenhum recurso retórico ou argumentativo por si só capaz de garantir a adesão dos eleitores – serve apenas para reforçar aquilo que de antemão se quer ouvir –, o candidato utilizou-se de outros recursos para garantir uma boa construção de sua imagem, como discutiremos adiante.

Ao disputar um país mergulhado em uma grande crise financeira, bem como numa crise das representações públicas, Fernando Collor também procurou no decorrer de sua campanha construir sua imagem como a de um homem honesto, patriota, honrado, crente em Deus – dizia ser congregado Mariano, podemos lembrar aqui de sua formação em escolas religiosas –, digno de confiança e, por fim, intitulou-se o candidato dos mais humildes, dos mais sofridos.

Declarando-se possuidor dos mais nobres valores e desvinculando-se de qualquer compromisso com as elites, aproximou-se dos brasileiros mais humildes e juntamente com a TV e as circunstâncias em que o país se encontrava, ofereceu-lhes com suas promessas vinculadas a imagem que criou de si mesmo, a possibilidade de mudar o país, já que essa era uma eleição diferente das eleições tradicionais. Dessa forma em suas considerações finais sobre a campanha, no 2º debate do 2º turno das eleições presidenciais, Collor de Mello define-se (SILVA, 1995, p. 104):

Eu quero agradecer a todos vocês por essa manifestação de apoio a um jovem, a um jovem que saiu de um estado pequeno e sofrido do nordeste, mas que nunca curvou sua cabeça a esses ditadores de plantão, que tomaram de assalto o Palácio do Planalto e que, se lançando na política nacional, hoje recebe o reconhecimento da imensa maioria. E nós somos a maioria, minha gente, deste querido Brasil. Vamos juntos para a vitória. Já vencemos uma vez, vamos vencer a segunda.

Porém, os valores que Collor chama para si, obviamente não são nem de perto os valores que associa ao então deputado federal Luís Inácio da Silva, seu oponente. Este é definido como um fazedor de greves, defensor da luta armada, intolerante, caloteiro – de acordo com Collor seu adversário em uma de suas

propostas de governo pretende decretar a moratória das dívidas: interna e externa –, alguém que falta com a verdade, antidemocrático e entre outros, alguém não crente em Deus – Collor relembra a proposta do PT de retirar o nome de Deus da Constituição.

Sendo bacharel em Administração de Empresas e Economia, o candidato do PRN, por diversas vezes nos debates, define seu adversário como alguém que lê muito pouco e dessa forma comenta acerca da pergunta que Luís Inácio da Silva faz a respeito do que Collor fará, se for eleito, com os políticos que tomam a coisa pública como se fosse sua (SILVA, 1995, p. 95):

Eu sugiro ao outro candidato que, por favor, se esclareça um pouco mais a si próprio, para não formular perguntas e não formular afirmações tão desconstruídas e tão disparatadas, próprias de quem não sabe ler, de quem não sabe juntar as coisas e de quem está comendo pela mão dos outros. Isso é um perigo, porque o presidente da república que tenha que ouvir todos esses partidos, que tenha que ouvir todas essas... essas pessoas, para saber o que vai fazer, naturalmente não estará representando os interesses da nação.

Irônico, Collor ainda diz que o candidato do PT sem trabalhar desde 78 (11 anos), mora de graça em Brasília, ganha mais de cem salários mínimos e tem uma aparelhagem que nem ele mesmo tem. E não satisfeito ainda associa seu concorrente e conseqüentemente sua futura gestão aos erros e ao presidente do falido governo em exercício, como esclarece (SILVA, 1995, p. 17):

em relação à questão do presidente da república. Eu estou sendo processado pelo sr. José Sarney. E o sr. José Sarney está votando – ele e a família – no candidato do PT. Isso diz muito bem de que lado as coisas hoje se encontram.

Em busca de uma desqualificação total do discurso de seu adversário Collor busca nas teses do PT o argumento final para a sua desqualificação enquanto partido do novo presidente da república. Para isso fala das cerimônias do Partido dos Trabalhadores onde não se canta o Hino Nacional Brasileiro, mas o Internacional Socialista "que é o hino marxista" e dessa forma procura associar seu oponente a algumas correntes européias de pensamento – socialismo, comunismo e nazismo –, associação que poderia ser interpretada de forma confusa e problemática para os pretensos eleitores do PT. Por fim, Collor ataca a forma com que o Partido dos trabalhadores é constituído "com suas 20 correntes ideológicas", para mostrar que seu partido é unido e sólido, ou seja, confiável. Ainda podemos acrescentar que ao escolher uma sigla partidária desconhecida e sem expressão, Collor atuou semelhante a Jânio Quadros em 53 ou mesmo

Brizola na constituição e legalização dos partidos no início do governo de José Sarney, os quais em busca de mais vantagens, escolheram legendas próprias.

Fernando Collor através do ataque ao candidato do Partido dos Trabalhadores, procurou mostrar aos seus eleitores não apenas o que pretendia fazer, mas porque o seu governo seria melhor, assim, por diversas vezes, acusou seu concorrente de ter mudado suas propostas de governo de acordo com as alianças políticas que fez, enquanto o seu programa continuou da mesma forma. Desse modo o candidato do PRN procurava mostrar-se aos seus eleitores como alguém forte e capaz de governar o Brasil, alguém que agindo diferente de seu oponente não poderia comprometer o seu programa de governo com alianças políticas realizadas para a simples obtenção de votos.

Fugindo de qualquer tipo de desaprovação futura de seu governo, Collor de Mello, sempre que possível, e todas as vezes que teve questionada essa credibilidade futura, embasou basicamente suas propostas nas reformas que promoveria, reformas sancionadas com a expressiva quantidade de votos que obteria no pleito – uma espécie de sintonia entre o ele e o povo, uma pré-aprovação popular, através de seus votos, das medidas que tomaria depois de eleito. As duas primeiras reformas seriam: a Reforma Fiscal e a Reforma Administrativa, as quais deveriam cortar os privilégios concedidos às elites², como explica (SILVA, 1995, p. 14):

com a reforma administrativa, que é acabar com as mordomias, extinguir mais da metade desses ministérios que aí estão, acabar com essas casas de ministros, acabar com carro chapa preta, com gasolina sendo paga pelo bolso do contribuinte, e com maior eficiência, e combates diário, de turno à corrupção, são mais de seis bilhões e cem milhões de dólares.

E ainda complementa:

Em relação à política de curto prazo, é fundamental que nós tenhamos bem presente de que a inflação, sem dúvida nenhuma, é aquela que traz o maior transtorno para a vida de todos nós. E iremos combater a inflação, garantindo o salário real do trabalhador, garantindo o seu poder aquisitivo. Começando por aí, depois passando por um combate, sem tréguas, às mordomias, ao tamanho do

² Em *Como ganhar uma eleição: lições de campanha e marketing político* Ney Figueiredo ao utilizar as definições de Gaetano Mosca e Wright Mills respectivamente, diz que esse conceito surgiu num primeiro momento para fazer diferença entre governantes e governados, onde a diferenciação era apenas política e que posteriormente houve um alargamento do conceito, onde esse passou a ser utilizado para dividir as elites em: políticas, militares e econômicas. Figueiredo finaliza acrescentando que o fato de Collor ter concentrado suas críticas nos empresários foi apenas para ter uma repercussão maior de seus ataques.

Estado, à ineficiência, à corrupção, aos marajás e... sobre todas as suas formas e sempre privilegiando uma política social (SILVA, 1995, p. 2).

Collor constantemente nos debates, antes de responder a uma nova pergunta, se reportava ao bloco anterior para esclarecer algo que julgava ter ficado errado ou pelo menos do jeito que ele desejava. Assim, nos debates do segundo turno das eleições presidenciais – que foram promovidos com o apoio de quatro redes de televisão do país: Bandeirantes, Globo, Manchete e SBT –, Fernando Collor procurou contrapor o seu plano de governo ao do candidato do Partido dos Trabalhadores, mostrando ao telespectador do debate que o outro candidato não deixou claras as suas propostas e, na maioria das vezes, ao criticar a proposta do ex-deputado, procurou em seguida mostrar que sua proposta atende melhor às necessidades do cidadão brasileiro bem como à democracia – palavra muito usada pelo candidato, indicando a liberdade de escolha de seus eleitores em contraposição ao seu oponente, tido alguém antidemocrático. E assim, por diversas vezes, o candidato da Frente Brasil Popular³ ao questionar a gestão de Fernando Collor no governo de Alagoas tem seus argumentos refutados pelo mesmo que, na maioria das vezes, em contrapartida, atacava gestões do PT em outros estados – visto que o Luis Inácio da Silva não possuía experiência administrativa para que essa fosse comparada –, principalmente a do estado de São Paulo que, ao ver de Collor de Mello, era a que possuía mais irregularidades.

Por diversas vezes, o ex-deputado acusou Collor de ser apadrinhado por Roberto Marinho – principal acionista da Emissora Rede Globo de Televisão –, numa tentativa de evidenciar a associação do candidato aos grandes empresários do país, porém, em resposta, o candidato do PRN, sem mencionar nenhum nome ou mesmo alguma empresa, disse que o candidato do PT já aparecia na mídia há pelo menos dez anos, enquanto sua "peregrinação" havia começado há apenas dois, portanto, se o candidato do PT não havia conseguido ser compreendido é porque a sociedade talvez não aceitasse suas propostas, enquanto ele (Collor) podia notar naqueles dois anos uma grande identificação da sociedade com suas propostas, e finaliza descartando qualquer tipo de ligação entre sua campanha e o apoio político de Roberto Marinho, já declarado desde agosto de 1989.

De formas variadas, o candidato do Partido da Reconstrução Nacional reagiu às insinuações e ataques de seu oponente, ora exaltado, irônico ou mesmo agressivo, procurou mostrar aos telespectadores dos debates ser o

³ Cabe lembrar-mos aqui que, em 1989, a candidatura de Luis Inácio da Silva foi apoiada por outros partidos de esquerda – PC do B e PSB –, formando assim a Frente Brasil Popular.

cidadão certo para governar o país. Como recurso televisivo para isso, mostrou-se uma pessoa calma nos debates, apenas alterando o tom de voz ou sua expressão facial quando novamente queria concluir, uma conclusão para o telespectador. Acerca desse recurso Sanabria (1994, p. 65) acrescenta:

O critério a que responde a combinação de mensagens obedece a razões variadas, que vão desde a pura rotina até a planificação, passando pela aplicação de regras pragmáticas ou a simples intuição dos programadores. No fundo, trata-se de desatar e manter os mecanismos, que regem a atenção dos destinatários, os métodos mais usuais são a variedade e a alternância de ritmo e de gênero em qualquer conteúdo a ser transmitido.

No que se refere aos debates – em especial ao último – não é de nosso interesse tomar-mos partido quanto a já estigmatizada idéia de quem o venceu, porém, diante do tema que trabalhamos aqui, a saber, as estratégias de campanha, faz-se necessário ressaltar que enquanto seu oponente optou por não fazer nenhum balanço do debate, como última estratégia Collor e sua equipe deram início a aplicação de *marketing* político em campanhas presidenciais, no Brasil, quando não trabalharam com os resultados dos debates – independente de qual tenha sido –, mas com a versão de que foram vencedores.

Embora a edição do debate exibida às vésperas da eleição não tenha sido um recurso utilizado pelo candidato, mas pela Emissora Rede Globo de televisão, convém lembrar desse fato aqui, pois esse também foi um ponto importante na conquista de votos. Assim, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre a importância do próprio Jornal Nacional na sociedade brasileira – numa tentativa de mostrar porque essa edição foi tão criticada –, bem como sobre a própria edição em si.

Assim, beneficiado principalmente pela novidade de sua inserção entre as duas novelas de maior IBOPE da emissora Rede Globo o Jornal Nacional já era em 1989 o principal telejornal da emissora, bem como o possuidor do maior nível de estabilidade e audiência. Dessa forma, a realidade passou a dividir espaço com a ficção e mais do que isso passou a fazer parte do hábito de grande parte da população, como mais um entretenimento. Porém, diferentemente dos outros telejornais o JN levava ao ar uma realidade que deveria motivar o coração do povo. Acerca desse telejornal Maria Rita Kehl (1986, p. 265) *apud* Carvalho (1979):

Cobrando um fantástico volume de assuntos, o JN marcou também pela fragmentação da informação. Um depoimento de 40 segundos no ar, por exemplo, era considerado extremamente longo. Os jornalistas da Globo

padeceram sempre da angústia de ter nas mãos uma entrevista importante, de boa qualidade e difícil de ser editada porque o entrevistado levava muito tempo para fazer uma pontuação onde o corte pudesse ser efetuado. Havia também um padrão estético a respeito: pessoas com defeitos físicos, de ar muito miserável, sem alguns dentes na boca ou mesmo com roupas rasgadas, deveriam a todo custo ser evitadas no vídeo. No JN, o povo era bonito e bem alimentado. O otimismo, a idéia de um Brasil grande e decididamente bem unificado, riscado da lista dos países subdesenvolvidos e agora encabeçando, graças ao 'milagre brasileiro', o bloco dos intermediários, quase roçando o desenvolvimento – esta era a imagem que o principal telejornal do país deveria alimentar.

Bem apresentado esteticamente com a apresentação de locutores de figuras bem alinhadas, que sérias e sóbrias, possuíam voz lenta e tranquilizadora o JN passa a impressão de que não modifica a notícia mas, que apenas a resume, como também coloca-se como o resumo da vida nacional, bem como dos fatos internacionais, assim, o que fica fora desse grande resumo não "interessa" a nação.

De acordo com Kehl (1986), essa fórmula de telejornalismo, dirigida por Armando Nogueira é composta por seis regras básicas: 1- utilização dos recursos tecnológicos acerca da informação; 2- adaptação à imposição do veículo, a saber: frases curtas e ordem verbal direta, entre outros; 3- trabalho sob tensão, sem problemas; 4- prestação de informação balanceada; 5- não formação de opinião, pois a televisão não tem uma opinião própria; 6- cada jornalista torna-se uma espécie de editor polivalente, que faz sozinho o trabalho de som e imagem. Kehl (1986, p. 268) ainda acrescenta uma sétima regra: a "transformação da notícia em espetáculo", como explica:

Nada é feito de maneira que nos choque ou nos angustie quando se trata de um acontecimento político que poderia nos revoltar; as grandes catarses emocionais são promovidas em cima de outro tipo de acontecimento: os "acidentes inevitáveis".

Assim, respaldada pela confiabilidade de seu jornal a Rede Globo, como uma estratégia importante naquele momento, procurou apresentar às vésperas da eleição um "resumo" do debate acontecido na noite anterior, ou como na frase do apresentador Cid Moreira, os seus "os melhores momentos". Acerca do uso criativo e expressivo da imagem Francisco Sanabria (1994, p. 170) acrescenta:

Toda narração audiovisual exige, pelo menos correção e quando possível graça e estilo. A maioria das imagens que se dispõem são expositivas e mostram os temas sem falseamentos, nem recursos emocionais; este último é o que se

espera da narração informativa. Agora bem, a composição cuidadosa do material disponível e uma seleção adequada dos planos pode não só melhorar o discurso audiovisual, constituir um recurso expressivo válido, um exercício de criação, senão também modificar o impacto global sobre a audiência e até dar-lhe significados tácitos inteiramente diferentes dos explícitos. Desta forma, em último caso, trata-se de manipulações persuasivas com várias finalidades, desde as simplesmente publicitárias até as ideológicas: estão absolutamente proscritas na informação.

Desse modo, a matéria sobre o assunto que foi ao ar naquele dia ocupou 7 minutos e 36 segundos dos 30 minutos do telejornal, onde a edição em si durou 6 minutos e 23 segundos, nos quais foram reproduzidos trechos de oito falas do candidato do PRN, contra sete do candidato do PT. As diferenças não residem apenas na quantidade de falas de Fernando Collor e de Luís Inácio da Silva, mas também podem ser vistas no tempo ocupado pelos candidatos, onde Collor ocupou 3 minutos e 93 segundos, contra os 2 minutos e 30 segundos de seu concorrente. Nesse ponto é interessante ressaltar que para introduzir o assunto do debate, o apresentador Cid Moreira fala sobre a punição recebida pela TV Ribamar, de São Luís do Maranhão, por não ter dado ao PT o mesmo tempo dado ao PRN num dos programas da emissora. Dessa forma, o apresentador tentou mostrar a imparcialidade da emissora⁴ frente à apresentação das imagens que seriam apresentadas em seguida.

No que se refere aos pontos explicitados na edição, cabe ainda falarmos que, assim como o candidato do PRN conseguiu captar e aproveitar os ganchos deixados por seu oponente, como que com um corte cirúrgico das imagens, a Rede Globo levou ao ar principalmente as falas em que o Fernando Collor conseguia refutar e se sair melhor que Luís Inácio da Silva. Fato esse que acabou por confirmar a estratégia de Collor de Mello, quanto a sua vitória no debate da noite anterior, visto que sendo construída a imagem do JN como a de um telejornal confiável, ninguém ou poucos viriam a questionar seus conteúdos, acrescenta-se a isso o fato de que a TV como testemunha ocular dos atos imprimia àquelas imagens uma verdade absoluta.

Exibida a edição do debate, a matéria é finalizada pelo apresentador com alguns dados fornecidos pelo instituto de pesquisa de opinião pública Vox Populi, onde Collor é declarado possuidor do melhor desempenho no debate, bem como o portador das idéias mais claras.

Retomando as estratégias utilizadas por Collor, ainda podemos acrescentar que para esse novo formato de campanha que jamais fora utilizado

⁴ Nesse ponto podemos notar a aplicação da regra básica do jornal, n.6, já apresentada.

ou mesmo sonhado no país, Fernando Collor utilizou-se de técnicas inovadoras de comunicação e computação gráfica – importadas dos Estados Unidos – em suas vinhetas para a TV, buscando dessa forma recursos para a construção e solidificação de sua imagem pública. Como exemplo disso, podemos destacar a vinheta do I turno, onde as duas letras L de seu nome – uma verde e uma amarela, cores da bandeira nacional – voam por cima de uma chapa quebrando diversas placas escritas com as palavras: marajás, impunidade, corrupção, inflação e miséria. Ao terminar de quebrar todas as placas, as duas letras L tomam o seu lugar em uma outra placa que ao lado do mapa do Brasil e de um lema – “Vamos construir um Brasil novo” – formam o nome de Collor. O candidato também possuía – através de um terminal de computação – recursos para saber em pouco tempo as principais notícias publicadas sobre ele e seus adversários nos principais jornais do país, podendo com isto rapidamente avaliar e corrigir as estratégias de sua campanha e, assim, surpreender seus adversários e impressionar à opinião pública.

Outra estratégia muito importante para a construção de sua imagem pública foi a grande publicização de sua vida privada, assim, por diversas vezes o candidato aparece na televisão fazendo exercícios, dentro de aviões ou mesmo correndo, realçando dessa forma sua juventude, bem como sua força e garra, que poderiam tirar o país da situação em que se encontrava. Assim, por diversas vezes Fernando Collor deu entrevistas em sua casa, vestindo roupas informais, procurando distanciar-se de formalidades e aproximar-se de seus eleitores.

Ainda como apoio à candidatura de Collor de Mello, durante os meses de campanha, a revista *Brasil Novo* (1989) em uma edição histórica, buscou explicitar todo o fascínio que sua imagem exerceu sobre as massas. Onde relata o fato de 70 pessoas, sob o comando de Antônio Leopoldino e a bordo de 18 Kombis, percorrerem mais de 380.000 quilômetros pelo Brasil (“Movimento Popular Fernando Collor”), disseminando pelo país as idéias desse, essa estratégia toma-se interessante no ponto em que tomou-se uma das estratégias mais eficazes de sua campanha, pois aproximava o candidato do povo, os quais habitando em regiões esquecidas pelo progresso, não possuíam energia elétrica e muito menos televisão. Embora esse documento seja uma fonte impressa nos serve como apoio para mostrar o quanto o candidato utilizou-se de diversos recursos e mídias, em especial a televisiva. Porém, onde essa não alcançou eleitores ele conseguiu aproximar-se da população por outros meios, fossem eles tradicionais – como o uso de repentistas ou mesmo dessas kombis – ou modernos como a televisão.

No cenário conflituoso em que o Brasil se encontrava naquele momento: sem investimentos e com salários que sufocavam as multidões trabalhadoras, a televisão, de acordo com Eugênio Bucci (1997) em *Brasil em tempo de TV*, ao exigir de seus telespectadores apenas raciocínios curtos e rápidos fortaleceu uma série de valores e idéias como: patriotismo, inserção do Brasil na modernidade e democracia entre outros, que explicitados no âmbito da política fortaleceram a imagem de Fernando Collor no pleito de 1989.

Com um discurso direcionado basicamente a crítica ao Estado, que dividia-se entre o governo Sarney e Marajás, Collor de Mello procurou construir seu personagem como o de alguém que poderia mudar o rumo do Brasil, tirando o da crise em que se encontrava e que não se associava àqueles que governavam o país. Porém, retrocedendo alguns anos na história nacional, podemos constatar que muitas dessas qualidades com as quais Collor se revestiu, não eram algo novo para a história nacional, fato que não o distanciava – como tanto buscou - de outros políticos tradicionais. Muitas das bandeiras que levantou no pleito de 1989, já haviam sido levantadas por Jânio Quadros nas eleições para a prefeitura de São Paulo em 53⁵ e depois nas eleições presidenciais de 1960, a saber: defesa da democracia, da liberdade, de reformas no país, bem como estabilidade política e social, Jânio também mostrava-se um homem patriota. Desta forma, podemos dizer que Collor não trouxe tantos elementos novos para essa campanha presidencial, mas teve sensibilidade para compreender o período em que o país se encontrava e procurou aplicar de forma criativa diversas estratégias do passado, como por exemplo o uso de repentistas ou de literatura de cordel.

Como recursos para a construção de sua imagem na mídia televisiva, o candidato do Partido da Reconstrução Nacional recorreu demasiadamente à documentação comprobatória para seus ataques ou mesmo para os contra-ataques recebidos de seu adversário. Desse modo, sensivelmente captou e soube aproveitar muito bem, os ganchos deixados por seu concorrente, como por exemplo, em uma das questões do debate, quando o jornalista Joelmir Betting pergunta ao deputado Luís Inácio da Silva quais serão as suas medidas em curto prazo para salvar a previdência social e este responde que acha que a previdência *deva* (sic) *estar nas mãos da classe trabalhadora*; em ataque, Collor

⁵ De acordo com Boris Fausto em *História do Brasil*, em 53 Quadros realizou uma campanha populista onde através da campanha “do tostão contra o milhão” associada a bandeira de luta contra a corrupção, pode se desvincular da elite udenista ao perceber que isso lhe renderia uma soma maior de votos. Jânio Quadros também utilizou-se de imagens para que logo na primeira olhada do eleitor, ele pudesse ser identificado, o símbolo da vassoura foi é o melhor exemplo desses. p. 414.

utiliza-se de um discurso retórico para qualificar sua proposta em detrimento da de seu adversário, como mostra sua fala (SILVA, 1994, p. 72):

É por isso que, na nossa proposta, eu não acho que a classe trabalhadora deva participar, não, na minha proposta, o trabalhador vai participar, diretamente, da gestão desses recursos; ele será chamado a gerir diretamente, os recursos, não somente da previdência, como, também, os recursos do fundo de garantia. Porque, se são recursos retirados do salário do trabalhador, ele tem que ter a gerência e ele tem que, também, saber determinar para onde vai ser aplicado aquele montante de recursos.

Aproveitando-se do momento conturbado do cenário político e econômico nacional, bem como a proximidade com os eventos da queda do Muro de Berlim (1989), constantemente Fernando Collor define-se como um atleta – por isto controlado, seguro de si –, alguém democrático, um homem cheio de valores nobres, que é o idealizador de um regime democrático para a construção de um Brasil melhor. Diante de tantos problemas nacionais e tantas qualidades do candidato, este procurou apresentar seu oponente – para o seu eleitor e telespectador – como um homem de baixo estudo e cultura, defensor da luta armada, um defensor do socialismo, totalitarismo, marxismo, nazismo e comunismo. Dessa forma, com essa gama de correntes europeias de pensamento – as quais o candidato parece não saber distinguir muito bem ou não o quer fazer, para aumentar assim a confusão na cabeça do eleitor que não tenha essas definições claras –, procura fazer uma alusão entre ele e o candidato do PT com o episódio da queda do Muro de Berlim – divisão dos blocos socialista e capitalista –, onde diz que está do lado de cá (capitalista), onde se respira a liberdade, enquanto seu oponente está do lado de lá, onde não existe a livre escolha de ação e nem mesmo de pensamento.

Trabalhando com as cores nacionais bem como com a bandeira nacional, o símbolo maior da nação, de forma sutil, Collor ainda reforçava nos debates o seu nacionalismo ao colocar bem a mostra sob a tribuna do debate uma série de pastas verdes e amarelas, como também utilizava em seu terno um *button* com a imagem da bandeira nacional. Desse modo o candidato procurou criativamente misturar e assim identificar a si mesmo com a nação também através de imagens.

Sendo uma eleição quase totalmente⁶ mediada pelo vídeo, a partir de nossas análises, podemos então dizer que essa, ao mesmo tempo em que

⁶ Visto que houve uma participação de outras mídias: radiofônica e impressa, porém, em menor escala.

marcou uma nova era da vida política do Brasil, ganhou contornos e dimensões inimagináveis.

• **ABSTRACT:** *The presidents election of 1989 marked a new age of the politics. After a period of 29 years without direct elections for president, the Brazilian people could elect, a president by a direct vote. The full return of the democracy to Brazil, isn't the only news brought by this historical election. For the first time, the Brazilian people, not accustomed to the democratical game, saw a election campaign mediated by the TV. So in short we can say that the 1989 election is a midiatic election.*

• **KEYWORDS:** *media; campaign; election; TV; Collor.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- A BANDEIRA DAS DIRETAS NA VITÓRIA DE COLLOR. São Paulo, Brasil Novo. p. 31, 1989.
- A VIDA ILUSTRADA DE FERNANDO COLLOR. São Paulo, Brasil Novo. p.17 – 18, 1989.
- BARBI, Elivanete Aparecida Zuppolini. *De caçador de marajás a presidente cassado*. Franca: 1995. 174 f. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo, 1997, 182p.
- CARMO, Sônia Irene Silva do. *A construção da pátria: o discurso eleitoral para a TV na campanha de 89*. São Paulo: 1996. 500 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp. 8. ed. 2000. 657p.
- FIGUEIREDO, Ney Lima; JÚNIOR, José R. de L. F. *Como ganhar uma eleição: Lições de Marketing político*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990, 217p.
- O ESTILO DE COLLOR. São Paulo: Brasil Novo. p.21, 1989.
- SANABRIA, Francisco. *Información audiovisual: teoría y técnica de la información radiofónica y televisiva*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1994. 200p.

SILVA, Adélia Maria Mariano da. *Lula e Collor: formações discursivas em duelo*. In: Anexos. São Paulo: 1995. 106 f. Dissertação (Mestrado em semiótica e linguística geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SIMÕES, Inimá F. et. all. *Um país no ar história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 323p.

VIRILIO, Paul. *A Máquina de Visão*. Rio de Janeiro: José Olímpio. Tradução (Paulo Roberto Pires), 1994, 107p.

IRRACIONALISTA SEM “ASPAS”: PAUL VEYNE E A CRISE DA HISTÓRIA

Deise ZANDONÁ*

• RESUMO: Alguns historiadores, diagnosticando um estado de crise na história, decidiram defendê-la denunciando as propostas de seus opositores como perigos à atividade historiográfica. Entre os acusados está o historiador francês Paul Veyne, a quem o rótulo de “irracionalista” parece não incomodar. Este estudo procura avaliar a pertinência destas denúncias em relação às propostas deste autor.

• UNITERMOS: crise; história; verdade.

As querelas entre “racionalistas” e “irracionalistas” parecem referir-se menos à (im) possibilidade da história fornecer algum tipo de conhecimento sobre o passado do que à ampla difusão de uma idéia de crise no campo das ciências sociais. Suscitada pela crítica às grandes teorias explicativas, à idéia de progresso, e pelo próprio sucesso – vendabilidade das obras – (LEGOFF, 1990, p. 2), tal idéia provocou uma reação de historiadores que, reconhecendo os perigos de uma suposta crise, resolveram dar-lhe uma resposta. O cerne de tais discussões desloca-se do caráter científico da empresa historiográfica para a definição do estatuto da disciplina. Embora alguns historiadores ditos “racionalistas” evoquem para si a tarefa de fazer uma história científica, e atribuam aos seus adversários a responsabilidade pelo que concebem como o estágio atual de crise em que a disciplina histórica se encontra, em última análise, esta crise não se auto-evidencia. Como sustentar uma “crise” frente à

* Graduanda do curso de História da UFRGS. Sob orientação do Prof. Dr. Anderson Zaleisky Vargas.

profusão de pesquisas e ao próprio sucesso das obras que tais autores denunciam? A alusão à pobreza teórica geralmente associada a este gênero de denúncias verifica-se face à quantidade e à complexidade de obras que discutem o "fazer história"?

Um dos argumentos comumente utilizados para sustentar a idéia de crise e atacar os historiadores da chamada "Nova História" (entre eles o historiador francês Paul Veyne) diz respeito ao "manifesto" ceticismo com relação à possibilidade de um conhecimento científico das sociedades e dos fenômenos humanos. Veyne, por ter feito críticas às grandes "teorias da história", discordando dos seus "objetos naturais" abstratos é apontado como um dos responsáveis por imergir a disciplina histórica no "atual estágio de crise" em que ela, segundo seus críticos, se encontra. Ao retirar do campo da história as razões que regeriam o curso dos acontecimentos humanos e reconhecer a dimensão retórica da narrativa histórica, Veyne não vê grandes problemas em ser chamado de irracionalista pelos seus críticos. Ao contrário dos cuidados que geralmente manifestamos usando o recurso às "aspas" quando nos referimos a conceitos problemáticos como o de "irracionalismo", no tocante a este autor, tal recurso seria desnecessário.

Um de seus críticos, o historiador Mário Maestri (1990, p. 19), por exemplo, afirma que Veyne, ao desqualificar a razão como instrumento do conhecimento, retiraria a possibilidade de determinar as leis tendências da história, e assim, reduzi-la-ia um gênero literário escrito a partir de documentos. Conseqüentemente, as únicas possibilidades de conhecimento humano restringir-se-iam ao mundo das ciências econômicas e naturais. A proposta do historiador francês é apresentada como um "recurso irracionalista burguês", estritamente conservador, "de separar fenômenos materiais e sociais". Hayden White (1994, p. 38), a propósito deste gênero de argumentação, comenta:

mesmo que não possamos alcançar um conhecimento propriamente científico da natureza humana, somos capazes de chegar a um outro tipo de conhecimento que a literatura e a arte em geral nos fornecem em exemplos facilmente reconhecíveis. Somente uma inteligência voluntariosa e tirânica poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é o representado pelas ciências físicas.

A afirmação de Veyne do caráter subjetivo da análise histórica, segundo Maestri, implicaria considerar a história um simples produto dos interesses e curiosidades dos indivíduos sobre o passado. Maestri (ib. p. 18) alega que o "perigo historiográfico" desta abordagem é considerar que se a história não é

ciência, ela nada ensina. É possível perceber um aspecto curioso na argumentação do autor: a única forma de conhecimento legítimo é fornecida pela ciência. Sua crítica alude ao antigo debate sobre a utilidade do saber histórico: enquanto a história se postular um saber científico e verdadeiro, ela pode servir de base a uma teoria moral e utilitária pautada na idéias de um homem universal e de valores transcendentais.

Outro argumento igualmente recorrente contra os autores da "Nova História" é que ela seria o referente, no campo historiográfico, do "irracionalismo filosófico" que atinge de um modo geral as ciências humanas. Antes de constituir uma nova proposta epistemológica, ela seria uma "operação ideológica" que teria por objetivo proclamar o fim das culturas de esquerda. Através da associação com os meios de comunicação social, estes "historiadores-ideólogos" promoveriam a história como literatura difusora dos conteúdos concordantes com os objetivos capitalistas de consumo de massa: os livros devem ser comprados, mas não necessariamente lidos¹ Além de representar um "perigo historiográfico", esta abordagem produziria um "perigo político": a fragmentação da sociedade em inúmeros pontos de vista incomunicáveis entre si, que serviria tão-somente ao "cinismo individualista burguês". As conseqüências disso seriam o quietismo, isto é, a necessidade de conformar-se à sociedade capitalista como a única possível, e o pessimismo, entendido como a descrença na possibilidade de mudança. De ambos, decorreria o "inativismo social", pois se a sociedade capitalista é inevitável, nada é possível ser feito para alterar o estado das coisas atual. Nesta mesma linha de argumentação, o historiador italiano Carlo Ginzburg, ao longo de vários trabalhos, denuncia os perigos das propostas irracionalistas de autores como Michel Foucault, Hayden White, Roland Barthes e Jacques Derrida. Aponta igualmente que a desvinculação entre verdade e realidade deixaria aberto um flanco para as teses negacionistas do Holocausto (FRIEDLANDER, 1992, p. 82-96). As implicações destas propostas segundo ele seriam sérias: o choque de culturas e a legitimação do direito do mais forte.

Porém, aqui já é possível perceber um certo desvio problemático neste gênero de argumentação. Enquanto gera no leitor a expectativa de que, após o apontamento das alegadas insuficiências de tais teorias céticas, seus críticos proponham-lhes soluções "consistentes", permanecendo na discussão

¹ Maestri fundamenta sua argumentação com base na profusão de obras destinadas a um público mais amplo que o tradicionalmente interessado em história, o que na sua opinião representa uma vulgarização historiográfica de qualidade. A qualidade e o rigor metodológico seriam negligenciados em prol da vendabilidade que determina o sucesso das obras.

epistemológica, estes desclassificam as propostas adversárias com base em argumentos éticos e políticos. Nas entrelinhas no texto, percebemos uma clara oposição entre o que a historiografia é e o que ela deveria ser e não é. Ela nem sempre é manifesta explicitamente ao leitor, mas é sugerida pelo "tom pedagógico" do argumento: "há um caminho correto a seguir, que não está explícito, mas certamente não é o cético". Isso pode ser feito seja pela remissão a uma suposta "idade de ouro" da qual a historiografia estaria progressivamente se afastando, seja através do estabelecimento de longínquas filiações intelectuais, na qual é comum associar determinada concepção epistemológica às suas implicações políticas. Esta "retórica da denúncia" pressupõe uma relação necessária - seguida de conseqüências inevitáveis - entre a história produzida nos círculos acadêmicos e as práticas políticas e sociais dos indivíduos (ou a ausência delas) na sociedade capitalista. Assim a "historiografia da fragmentação" representada pelos céticos, relativistas, desconstrucionistas, pós-estruturalistas e pós-modernos - e até mesmo micro-historiadores como sugeriu Ciro Cardoso (1988) - seria um mecanismo ideológico à serviço da manutenção da ordem das coisas atual. Contudo, poderíamos discordar do caráter necessário desta relação. Se o ceticismo dos historiadores pressupõe a descrença na possibilidade de um conhecimento científico das sociedades humanas, se pressupõe igualmente a inexistência de leis determinantes na história, não haveria razão para pessimismo. Isto porque um ponto de vista cético não pressupõe a idéia de progresso nem decadência, salientando apenas as diferenças e descontinuidades. Não estaríamos caminhando para tempos melhores nem piores, estamos apenas nos defrontando às experiências de nossa condição humana. O pessimismo, ao contrário, fundamenta-se não na descrença, mas na crença de que a sociedade está inevitavelmente em estado de decadência e, no caso específico da historiografia, estaríamos decaindo de uma "época de luzes e razão" para uma de "irracionalismo obscurantista".

As críticas às "fortes tendências irracionais" parecem basear-se na conhecida separação cartesiana entre natureza e cultura. Maestri afirma que o desprezo dos "irracionais" pela razão está alicerçado na confusão entre o devir histórico (natureza) e a capacidade humana de apreendê-lo (cultura). Ao argumentar como um "advogado da razão", ele parece crer na possibilidade de separação entre o pensamento humano e seu objeto e, conseqüentemente, tenta restaurar a soberania da razão como árbitro para as questões de fato: "não podemos responsabilizar e desqualificar a razão humana pelo fortalecimento das tendências declinantes da Humanidade" (ib.). Tais tendências aludem à idéia de declínio, de decadência, como se a chamada "Humanidade" estivesse

próxima de uma desagregação da qual não pudesse escapar se "visão irracionalista" da história tivesse algum sucesso.

Analisando as críticas dirigidas especificamente a Paul Veyne, considerado como um dos responsáveis pela atual "crise" na história, percebo a discutível leitura que seus críticos fizeram de sua obra. Meu objetivo neste trabalho é apresentar algumas considerações sobre a problemática discussão acerca da crise da história aparentemente suscitada mais pelo gênero de argumentação dos críticos do que pela retirada da razão do domínio da história, proposta pelo historiador irracionalista Paul Veyne. O desvio argumentativo que sugeri acima parece residir na própria idéia de ceticismo que tais autores se utilizam, e na leitura que, a partir dela, fizeram da obra de Veyne. Antes de abordar as propostas deste autor, julgo pertinente fazer uma introdução acerca da consolidação da oposição "racionalidade-irracionalidade", através de uma breve apresentação de alguns elementos importantes da filosofia cética.

Racionalidade x Irracionalismo

A consideração do binômio "racionalidade - irracionalidade" baseia-se no postulado cartesiano da possibilidade de definir um campo específico como "irracional" - constituído pelas paixões humanas, pela educação - para posteriormente isolá-lo na busca pelo conhecimento (MOURA, 2002, p. 101). Em última instância, considerariamos a possibilidade de separar o pensamento humano do seu objeto - ou do seu contexto -, o que remeteria à possibilidade de um conhecimento objetivo da chamada "realidade concreta", definida como o domínio onde estariam "as coisas em si" passíveis de serem apreendidas pela razão humana. A experiência forneceria então a base empírica sobre a qual o conhecimento da realidade seria erigido. Tal separação parece decorrer da necessidade de conferir ordem e inteligibilidade à compreensão dos fenômenos humanos, das sociedades, e por fim, da história. A partir da observação dos "fatos", o historiador poderia deduzir as ligações entre eles, e descobrir, por meio do raciocínio lógico, as leis que regem os acontecimentos. Seria possível descobrir a lógica dos objetos porque estes não são individuais, estão inseridos numa totalidade regulada por um lógos universal. Assim, o estudo da parte - da lógica das relações entre os objetos - remeteria inevitavelmente à perspectiva do todo. Dessa forma, seria possível elaborar um conhecimento universal a partir das particularidades.

Sobre a base da "razão universal" estaria alicerçada a teoria moral de cunho estoico e cristão que herdaria a marca da transcendência na própria idéia

de verdade. Portanto, descobrir a verdade ensinaria conhecer aquilo que é bom, o modelo que serviria de guia para a ação humana conseqüente. A razão de Descartes equivale à metáfora do "geometral" de Paul Veyne (1971, p. 52), a visão que compreende todos os lados, todas as perspectivas de um dado fenômeno. A realidade concreta seria composta de relações necessárias entre os fenômenos, passível de conhecimento pela razão perfeita. A realidade estaria inscrita na própria relação de causalidade, visto que o que nos aparece é o fenômeno. Sua emergência pressupõe a anterioridade de uma causa. Os acontecimentos que o historiador investigaria, segundo esta lógica, seriam os efeitos de uma causa, e a partir deles, tentaria descobrir as leis que engendraram os fenômenos, a causa necessária que provocou determinado efeito.

David Hume no Tratado sobre a Natureza Humana desenvolve a sua teoria que está centrada fundamentalmente na experiência humana (MOURA, Op. Cit., p. 95). A razão, ou melhor, seu conteúdo seria constituído a partir das percepções oriundas da experiência (KUNTZ, 2001). Pautado igualmente na separação cartesiana entre essência e aparência, traz à tona a idéia de que nunca chegaremos a conhecer a verdade essencial das coisas. Sua premissa maior é a negação do dogma de que a verdade essencial existe e pode ser apreendida pela razão humana. O questionamento se fundamenta no aceno às possibilidades e limites do espírito humano à apreensão da "realidade". A principal crítica cética moderna refere-se à idéia da existência de uma causalidade inerente à natureza das coisas, inscrita no mundo, à espera de ser desvelada pela razão. Contudo, ao negar a existência de leis na história, não nega que existam regularidades, mas estas não estão dadas na "materialidade concreta", ao contrário, são estabelecidas convencionalmente e "funcionam" nos hábitos e costumes da sociedade. Um exemplo disso pode ser aludido se considerarmos o pressuposto básico da teoria humeana de que a moralidade é o conjunto das qualidades aprovadas pela generalidade das pessoas com base na utilidade ou prazer que proporcionam. Ao fundar no sentimento humano, na experiência sensível, a base da teoria moral, Hume destitui a noção da sua universalidade. Se as experiências humanas são diversas, a própria moral poderia variar de acordo com a época e lugar.

Se a causalidade não é mais suficiente para conferir estatuto de realidade ao fenômeno (MOURA, Op. Cit., p. 94), como seria possível dizer que algo é verdadeiro, ou seja, que diz respeito ao real? Não haveria um critério extra-humano para conferir um "índice de realidade" a um dado acontecimento. A distinção entre o real e o irreal residiria na variação de graus entre a convicção

e a ficção, não podendo ser estabelecida por nenhuma evidência racional: "uma crença apenas difere da ficção na maneira como é concebida" (MOURA, Op. Cit., p. 97). Contudo, essa distinção não é arbitrária ou aleatória, obedece aos limites de uma dada época e lugar. Estes limites compreendem as regras e convenções socialmente estabelecidas que fornecem os elementos para que os indivíduos possam "imaginar", inferir e compreender.

Chegar à compreensão de que o "índice de realidade" de um determinado acontecimento é, em última instância, um critério subjetivo – por fundar-se na experiência –, é proceder a uma diluição das fronteiras canônicas entre o "racional" e o "irracional". Qual é a razão de caráter negativo das críticas ao "irracional"? Provavelmente, o motivo é a consideração deste "irracional", do sentimento, do estritamente humano, como algo negativo se comparado a uma razão transcendente. As origens deste preconceito podem ser remetidas ao mito platônico (LATOURET, 1999) que considera a existência de dois mundos opostos: de um lado, o mundo das idéias perfeitas, de outro, o mundo humano, da imitação imperfeita. Se estas fronteiras fossem atenuadas, quais seriam os critérios para determinar os graus de veracidade de um relato histórico? Se a autoridade não constitui fator suficiente de credibilidade ao conteúdo do que é dito, é necessário um critério que permita distinguir um relato histórico de um ficcional, o que se torna ainda mais complicado se considerarmos que as fronteiras entre eles não constituem "muros intransponíveis". Cabe lembrar que para Descartes deveria haver um critério experimental e demonstrável que permitisse, pelo raciocínio lógico, distinguir o verdadeiro do falso. Este critério estaria baseado na ciência matemática, considerada por ele, a ciência perfeita, por meio da qual seria possível acessar a razão universal. O acesso seria possível porque se o mundo é visto a partir de uma perspectiva holística, como uma totalidade gerida pelo logos universal, todos nós, seres indivíduos, estaríamos inscritos nele e, portanto, seríamos regidos pela mesma lógica. Assim, ao estudar um caso particular seria possível descobrir nele, elementos de acesso ao universal.

Uma fonte importante de conflitos no meio historiográfico – e que também se faz presente neste estudo – parece residir justamente nesta relação entre o particular e o universal. De um lado, alguns historiadores defendem a primazia de uma história que não perca de vista o objetivo de apreender a totalidade, enquanto de outro, os "irracionalistas" estariam, segundo os primeiros, defendendo os particularismos e fragmentando o saber. A idéia de fragmentação é no mínimo curiosa, uma vez que pressupõe algo que já esteja constituído como uma unidade, e considerado legítimo enquanto tal. Ao invés disso, o que percebemos ao estudar a genealogia destas oposições análogas "racional-

irracional”, “história-ficção” é que elas nos aparecem sempre como alvos de controvérsias, e em nenhum momento, a definição e a demarcação destes campos foi objeto de consenso. Talvez esta seja a “chave de acesso” por meio da qual se possa propor uma outra leitura destes debates: o consenso. Para além das divergências entre “os dois lados da querela”², qual seria a margem de consenso manifesta e que resultaria na definição convencionalmente aceita de história hoje? Essa pergunta permanece à espera de uma investigação mais detalhada.

As propostas de Paul Veyne

Paul Veyne na obra *Como se escreve a história* sugere que a história deve abandonar a pretensão de cientificidade porque o tipo de conhecimento que ela fornece não é da mesma natureza que o das chamadas ciências naturais. Seu objeto não é uma “abstração”, não pode ser, portanto, um modelo universalizável. A tentativa dos historiadores de construir uma história científica, a partir destes “universais” teria sido responsável por muitos equívocos, sendo o principal deles, o anacronismo. Tais equívocos devem-se em grande parte à aceitação de “objetos naturais”, e à imposição destes aos vestígios do passado. A história não é uma ciência pela natureza do seu objeto: seu interesse é pelo específico (VEYNE, 1971, p.70). Neste postulado primeiro reside o cerne da argumentação do autor. Veyne não parece estar preocupado, como seus opositores, pelo fato da história não ter estatuto científico, pois não considera a ciência um saber superior: “porque ‘ciência’ não é um vocábulo nobre” (ib., p. 4).

Os fatos históricos são construções elaboradas pelo trabalho intelectual do historiador, a partir do recorte documental. Nesta acepção, não é errôneo considerar que sejam ficções, ficções no sentido de que são “algo modelado” – o sentido original de fictio – não que sejam falsas, não factuais ou apenas experimentos do pensamento (GEERTZ, 1989, p. 25)³ Para Veyne, “a ficção não é

² Opto por questionar a existência de “dois lados na querela” porque se é possível aproximar os críticos pelo tom de seus ataques e pelo recurso a certos argumentos como a fragmentação historiográfica e social, por outro lado, suas propostas são bastante divergentes entre si. Em contrapartida, no tocante aos “irracionalistas” (como Paul Veyne e Hayden White), seus trabalhos são tão diversos que o ponto em que mais “se aproximam” seja na leitura que seus críticos fazem de suas obras.

³ Compreendendo isto, “a linha entre o modo de representação e o conteúdo substantivo é tão intrajável na análise cultural como é na pintura. E este fato, por sua vez, parece ameaçar o status objetivo do conhecimento antropológico [e histórico], sugerindo que sua fonte não é a realidade social, mas um artifício erudito” (ib.).

o erro” (1984, p. 120) como parecem considerar seus críticos. Por não ser tal como o objeto das ciências físicas, passível de ser conhecido a partir da observação direta, o conhecimento histórico é indireto e limitado. Neste momento creio ser importante sugerir que Veyne, diferente de seus “adversários racionalistas”, em nenhum momento fala em reconstrução do passado a partir dos indícios. Isso porque o historiador não representa os “fatos históricos”, mas os constitui numa intriga coerente, e somente nela estes adquirem sentido, ou seja, o historiador diz o que ainda é possível saber sobre o passado (1971, p. 30). A inteligibilidade histórica não seria dada por uma relação de causalidade necessária, mas pela constituição dos significados históricos pelo historiador.

O historiador francês não apenas nega a existência de uma causa essencial para os fenômenos, mas também a própria validade da oposição cartesiana essência – aparência, sobre a qual está fundada a base do materialismo histórico. Isto significa que seria errôneo considerar esta divisão como a base da divisão dos saberes. Visto que a ciência, segundo a tese cartesiana, postula conhecer a essência, e a história não é uma disciplina científica, a ela caberia apenas a aparência. Por isto, não é surpreendente que os “advogados da história” tenham se levantado com fúria contra estes “irracionalistas” na tentativa de salvaguardar o estatuto científico da disciplina histórica. Porém, uma leitura mais atenta teria possibilitado-lhes talvez acalmar o espírito. Veyne não postula a impossibilidade dos historiadores de terem acesso à essência porque esta simplesmente não existe. Não posso afirmar que tenha sido o objetivo do autor, mas a negação da essência traria o benefício de “equiparar” o estatuto dos saberes histórico e científico, considerando-os apenas como distintos, e não o primeiro como inferior ao último. O efeito, todavia, parece não ter sido este. Alguns dos autores passaram a considerar que se a história abre mão da essência, se esta nem ao menos existe, estaríamos diante de um fenômeno conhecido como a “autonomia do texto” (PALLARES-BURKE, 2000, p. 48). Conforme esta leitura, o texto histórico seria quase um ente desvinculado da história vivida pelos homens; perdendo o seu referente extratextual, perderia o critério que o diferenciaria de um texto ficcional.

Quando nosso “maravilhoso decapitador de abstrações” (CERTEAU, 1982, p. 88) proclama a “morte das essências”, sugere não haver uma causalidade única, primordial e inscrita nos acontecimentos sociais. Não estaria negando com isto a existência de um referente material sobre o qual o texto histórico versaria. Afirmam apenas que este traria em si a marca de uma dada interpretação como mais verdadeira do que outra. Há múltiplas causas para os fenômenos e não há uma essência (ou razão) que determine por qual delas o

historiador deve necessariamente optar. Sim, de fato, Veyne afirma a pluralidade de causas para os fenômenos, e a impossibilidade de determinar a principal. Sim, de fato, ele afirma que o referente material não sanciona ou condena uma interpretação. Porém, o fato de cada acontecimento conter um número indeterminável de causas, as quais nunca chegaremos a conhecer em seu conjunto, não significa que estas sejam ilimitadas, como não são, na verdade. Se considerarmos a noção de "imaginação constituinte" que o autor trabalha no livro *Acreditaram os gregos em seus mitos*, essa idéia pode se tornar mais clara.

Cada época tem sua concepção do que pode ou não ser considerado como histórico porque cada época inventa a sua "realidade". Logicamente, os referentes materiais para estas concepções existem, mas não são eles os responsáveis pela definição do que é ou não "real": "somos nós que fabricamos as nossas verdades e não a realidade o que nos faz acreditar" (VEYNE, 1984, p. 129). A "realidade" é uma invenção humana mutável de acordo com a capacidade humana de atualizar as diversas possibilidades (ou alternativas) que lhe surgem no decurso de sua existência. Cada momento histórico é composto de uma pluralidade de causas e propicia um "campo aberto" de possibilidades. A "imaginação constituinte" seria, pois, a faculdade atualizante deste campo, que permite ao homem "criar" a realidade dentro da qual existe (VEYNE, 1984). Ela "não é um dom de invenção que reside nos indivíduos, é uma espécie de espírito objetivo em torno do qual os indivíduos se socializam" (1984, p. 124).

Se a história é esse "campo aberto" no qual não há uma causa trans-histórica, isso corresponderia à afirmação da liberdade humana? Apenas em certa medida. Se o homem está livre de ter sua vida gerida por uma razão transcendental, não o está em relação às convenções estabelecidas pela imaginação constituinte da realidade, ou seja, dos hábitos, costumes e parâmetros de sua própria época. Ele não é livre nem pode libertar-se, como queria Descartes, de sua educação (MOURA, Op. Cit., p. 101), dos sentimentos e das convenções que lhe foram impostas pelo processo de socialização⁴. A consciência individual não instituiu as práticas que constituem a realidade de uma época, ao invés disso, é instituída por elas. Esta "imaginação" se efetiva na atualização destas práticas. Convém retornarmos ao nosso ponto de partida: a "autonomia do texto". O discurso histórico é "sobre a natureza da própria interpretação e sobre o tema que constitui a própria consciência manifesta da elaboração" (WHITE, 1994, p. 17).

⁴ "A história situa-se nesse mundo vivido do qual o aristotelismo permanece a melhor descrição; esse mundo real, concreto, povoado de coisas, animais e homens, onde os homens fazem o que querem mas não fazem tudo o que querem..." (VEYNE, 1970, p.126-7). O grifo é meu.

Se a imaginação se efetiva, se objetiva, através das práticas humanas de atualização, e se o texto histórico não se propõe a considerar um objeto natural trans-histórico, mas o correlato prático deste, o texto não está "assentado sobre si mesmo", mas – como diria Hayden White – sobre um "referente extratextual teoricamente interpretado". Assim, as críticas de que a autonomia do texto desembocaria num relativismo absoluto não seriam procedentes na medida em que isto não se sustentaria no caso de uma "leitura atenta" da obra de Paul Veyne. O que seria a idéia da imaginação constituinte e a crítica do objeto natural se não o "correlato prático" do postulado da importância do historiador historicizar os conceitos que utiliza?

O ceticismo de Paul Veyne

É possível mostrar aproximações importantes entre as propostas de Paul Veyne e o ceticismo filosófico antigo e moderno. Sua aceitação das convenções da prática histórica sem postular que sejam capazes de produzir um conhecimento incontestável é análoga à aceitação pirrônica das práticas cotidianas enquanto relativas às percepções dos sentidos. Um aspecto central nesta aproximação é a destituição do caráter necessário e unívoco da "verdade". Ela é sempre relativa ao sujeito que a postula (o objeto como é percebido), às suas percepções sobre as coisas que lhe aparecem (LONG, 1984, p. 89). O foco de tais filosofias pode ser situado na crítica à idéia de uma razão universal como critério para o estabelecimento de uma verdade atemporal. Para a história, ela teria o efeito de produzir grandes modelos explicativos a-históricos e distantes das práticas efetivas dos homens. O acento sobre a experiência ou práticas humanas denotaria que o objeto da história é mutável, não podendo ser analisado sob o signo de "constantes universais", sob pena de produzir abstrações apartadas da realidade concreta. Tal enfoque permite considerar sem maiores problemas as limitações humanas para apreender a verdade, e a impossibilidade de conhecer todas as causas de um fenômeno.

A consideração de Veyne da existência de uma pluralidade de verdades em detrimento de uma única, pré-estabelecida é análoga ao questionamento cético da verdade universal e à aceitação das convenções na vida ordinária. Além de considerar que a verdade e a realidade são "criações" humanas, variáveis conforme a época e o local, em um mesmo momento histórico, diferentes esferas da vida seriam regidas por "programas heterogêneos de verdade", sem que sejam vistas como contraditórias ou conflitivas. A diferença que podemos apontar entre o universo da história e o da ficção não é natural,

tampouco objetiva, não há uma essência que carregue uma determinada interpretação como verdadeira.

Um mundo não poderia ser fictício por si mesmo, mas somente conforme se acredite nele ou não; entre uma realidade e uma ficção, a diferença não é objetiva, não está na coisa mesma, mas em nós, conforme subjetivamente nela, vejamos ou não uma ficção: o objeto não é jamais inacreditável em si mesmo e seu distanciamento em relação "à" realidade não poderia chocar-nos pois nem mesmo o percebemos, uma vez que todas as verdades são analógicas. (VEYNE, 1971, p.32)

Por isso, o debate acerca das fronteiras entre história e ficção não se refere à tentativa de descobrir a diferença essencial entre elas, mas de estabelecer as regras – ou convenções – próprias à cada gênero, sem prejuízo da sua autonomia. Assim, ao situar no sujeito o critério distintivo entre elas, Veyne parece abalar suas fronteiras e "provocar" os ataques de que foi alvo. Todavia, esta é uma característica cética por excelência, pois se nos remetermos a David Hume, percebemos que este é o mesmo critério apontado para distinguir a verdade da falsidade, a convicção da ficção. Se a verdade é, portanto, aquilo que se diz em acordo com a "realidade" convencionalmente estabelecida, esta premissa não pode ser vista como análoga à aceitação por parte dos céticos das convenções da vida cotidiana?

Uma diferença importante não deve ser esquecida: Veyne não nega a existência da essência por trás da aparência, nega simplesmente a natureza da própria separação canônica essência-aparência, porque seu objetivo é romper com ela. Ele o faz simplesmente "destruindo" um dos lados dessa polaridade: não existe a oposição porque a essência não existe. E faz isso simplesmente eliminando um dos pólos da oposição: a essência. O ceticismo moderno, entretanto, está baseado nesta oposição, não a nega, apenas reconhece nas limitações humanas a impossibilidade de conhecê-la. É fundamental ter em vista que esta comparação se opera entre um filósofo e um historiador profissional que se propõe dar atenção às práticas humanas. Feitas estas aproximações, consideradas a diferença da natureza dos seus trabalhos, não poderíamos pensar que Veyne seja um representante, em certos aspectos, do ceticismo contemporâneo aplicado à historiografia? Se uma característica do ceticismo filosófico é aceitação de convenções estabelecidas para a vida comum, o que impediria o historiador de aceitar as convenções próprias ao exercício de sua profissão?

Um último argumento de caráter formalista pode ser aludido no intuito de demonstrar o ceticismo presente na obra de Veyne. O correspondente de uma concepção cética do conhecimento é expressa no texto histórico através do recurso estilístico à ironia⁵. Considerações feitas sob o modo irônico têm o aspecto peculiar de assinalar a inadequação das caracterizações usuais do objeto que o autor descreve: "a ironia representa assim um estágio de consciência em que se reconhece a natureza problemática da própria linguagem" (WHITE, 1995, p. 51). Seu uso indica uma perspectiva que difere dos demais tipos de textos históricos: apresentam o caráter particular de pôr em dúvida seus próprios pressupostos, expressando assim uma postura auto-consciente e auto-crítica. Segundo Veyne, "se minha verdade atual do homem e das coisas fosse verdadeira, a cultura universal se tomaria tão falsa e restaria explicar este reino de falsidade e meu privilégio exclusivo de veracidade" (1984, p. 145). Na escrita da história, deixa implícita (ou mesmo explícita) uma certa hostilidade com relação às tentativas "ingênuas" de representação da realidade.

A opção irracionalista que o autor se advoga reside, de um ponto de vista histórico, na própria negação da existência de leis, entendidas como "relações causais invariantes e universais" (VEYNE, 1984, p. 31), enquanto de um ponto de vista formal, no desvio do uso convencional da linguagem, no recurso que, diverso do modo "realista-ingênuo", surpreende por se utilizar de contradições ou elementos inesperados pelo leitor.

Pertinência das críticas

Conforme discutido anteriormente, as críticas a Paul Veyne baseiam-se num determinado tipo de leitura feita de suas obras pelos seus críticos. A dificuldade do "diálogo" refere-se à própria imprecisão na definição dos conceitos utilizados. Tanto Veyne, quanto seus críticos utilizam a idéia de verdade como aquele discurso que diz respeito à realidade. No entanto, os dissabores deste último começam quando se trata de definir o que é essa tal "realidade". Para o historiador francês, a "realidade" é a convenção "criada" pelos homens, possível em um dado momento histórico. Para seus críticos, a realidade é o próprio referente material objetivo e, portanto, extratextual, ou seja, o âmbito do vivido. Convém retornarmos a Veyne: ele também considera ser esse vivido, mas um vivido "criado". Isso corresponde a dizer que a realidade é

⁵ Hayden White (1995, p. 47) nos diz que o modo "realista" de cunho cientificista têm em vista a eliminação completa da linguagem figurada, a construção de "esquemas" de palavras perfeitas em que nada de inesperado apareça na designação do objeto de estudo.

uma invenção? Sim, se pensarmos invenção de uma forma mais neutra, sem as conotações ideológicas que geralmente vêm associadas à idéia de invenção como erro ou mentira. A palavra invenção só consiste em um problema se a consideramos a partir da perspectiva cartesiana da essência versus aparência. Nesse caso, como a história se postula um saber verdadeiro, o menor indício de invenção consistiria num "véu" que encobriria a verdade, e deveria ser necessariamente "banido" da história.

Veyne rompe com esse binômio platônico ao optar pela filosofia prática aristotélica. No momento em que define para a história o âmbito do "sublunar", retira dela as grandes constâncias, as abstrações, bem como a própria idéia de fatalidade imbricada na consideração de que o destino dos homens possa ser guiado por leis universais. Sua proposta seria um resgate da liberdade e da vontade humanas, obscurecida pelos grandes "marcos teóricos" da explicação histórica. A invenção deve, ao invés disso, ser entendida no escopo do estabelecimento das convenções sociais, das regras de socialização, ou da própria idéia de cultura. Mas esta cultura não está oposta à natureza, pois esta simplesmente não existe da forma como usualmente nós a consideramos. Seria interessante pensarmos tais convenções, a própria idéia de "imaginação constituinte" a que o autor se refere, não apenas como as possibilidades, mas principalmente como os limites do que é possível pensar e fazer em uma dada época. O argumento recorrente de que a subjetividade do historiador na operação dos "cortes" históricos levaria a múltiplos pontos de vistas incomunicáveis, à fragmentação social, e ao domínio da "lei do mais forte", é uma premissa falha. Considero importante pensar a invenção de tais convenções como limites porque essa idéia pode nos ajudar a esclarecer a confusão alarmista gerada pelos "perigos do relativismo histórico". O erro reside justamente nesta projeção ao infinito das possibilidades humanas de inventar "realidades". Não há tantos pontos de vista quantos indivíduos porque estes estão sujeitos às convenções que "criaram". Por outro lado, "não existe uma política que seja sempre a melhor, a mais verdadeira, a única sensata e que condenaria todo o resto a ser apenas uma palhaçada" (VEYNE, 1989, p. 160). Se considerarmos que há tantas verdades quantas realidades possíveis, isto torna, de fato, mais complexa a escolha de qual (is) critério(s) utilizar para tratar de questões como "conflito entre culturas", no que tange aos aspectos morais das chamadas "questões de fato". Neste caso, a idéia de que haveria uma única verdade ou moral reduziria o conflito a uma questão de "entendimento", isto é, estaríamos novamente recorrendo aos "binômios" para arbitrar inelutavelmente em favor dos "esclarecidos".

A inventividade permanente condena todas as nossas pequenas racionalidades. O que não quer dizer que se deva aceitar tudo. Quer dizer que não existe uma única regra e que devemos nos arranjar para encontrar soluções. Por isso, afirmo que não existe uma verdade das coisas, mas que um historiador pode dizer a verdade. (VEYNE, entrevista).

A propósito destas convenções, o título deste ensaio surgiu-me em tom de brincadeira ao pensar no uso convencional que fazemos das "aspas" para indicar ao leitor qual o sentido ele deve apreender do texto, se literal ou alegórico. Ao observar tais discussões, caberia perguntar: estaríamos diante de uma crise ou "crise"?

- **ABSTRACT:** Some historians, diagnosing crisis in History, decided to defend it reporting their oppositors' purposes as threats to historiographical activity. Among the accuseds is we meet the French historian Paul Veyne, who does not seem to be disturbed by the accusation of "irrational". This paper aims at checking whether these accusations regarding the author purposes are true or not.
- **KEYWORDS:** crisis; history; truth.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dominios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. (1975).
- FRIEDLANDER, Saul. *Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"*. Massachusetts: Harvard University Press, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINZBURG, Carlo. Mitologia germânica e nazismo. In *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (1986).

_____. Provas e possibilidades à margem de "Il retorno de Martin Guerre". In *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. O inquisidor como antropólogo. São Paulo: *Revista Brasileira de História*. v. 1. n.21. set90/fev. 91. p 09-21.

_____. *O queijo e os vermes*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras. 2002.(1976).

_____. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (1986).

KUNTZ, Rudolf. O banquete de David Hume. *Jornal de Resenhas*. Folha de São Paulo. 2001.

LATOUR, Bruno. Nem céu nem inferno. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Domingo, 28 de Março de 1999. Caderno Mais!

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Ed. 34. 2000. (1994).

LE GOFF, Jacques. (org). *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes. 1990.

LONG, Anthony A. *La filosofia helenística: estoicos, epicúreos, escépticos*. Madrid, Alianza Editorial, 1984.

MAESTRI, Mário. *História e irracionalismo na idade senil*. Trinta dias de cultura.. Junho/Julho de 1990.

MOURA, Carlos A. *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo: Discurso Editorial. 2001.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. Entrevista com Carlo Ginzburg. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP. 2000.

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos*. São Paulo: Brasiliense. 1984.

_____. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70. (1971).

_____. *Entrevistas do Le Monde*. Idéias Contemporâneas. São Paulo: Ática, 1989.

WHITE, Hayden. A poética da história. In: *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP. 1995. (1973).

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP. 1994. (1978).

RESENHA

WILSON, H. História da filosofia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 920 pp. R\$ 25,00.

_____. História da filosofia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 920 pp. R\$ 25,00.

_____. O que é o homem? 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002. (1976).

_____. Relações de força: história, política, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Crise: crítica de um paradigma intelectual. Mito, ambiente e crise. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (1986).

_____. O banquete de David Hume. Jornal de Resenhas, Folha de São Paulo, 1981.

_____. Nem céu nem inferno. Folha de São Paulo, São Paulo, Domingo, 19 de março de 1989. Caderno Mais.

_____. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. ZOFF, Jacques. (org.). A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FIRES, Andréa Faccino. *Intelectuais e Política no Pensamento de Antonio Gramsci, Juan José Saer e Norberto Bobbio e o Debate Contemporâneo em Tempo de Crise dos Intelectuais*. Franca: UNESP-FHOSS, 2003.

Márcia Carolina de Oliveira CURY*

Intelectuais e Política no Pensamento de Antonio Gramsci, Juan José Saer e Norberto Bobbio e o Debate Contemporâneo em Tempo de Crise dos Intelectuais. Franca: UNESP - FHOSS, 2003. Trabalho de Andréa Faccino Fires, constitui o primeiro volume de uma série de publicações de TCCs. Em um trabalho iniciado em artigo celebrando teórico, a autora empreende um debate em torno de um tema que provoca inquietação e reflexão no cotidiano da atividade intelectual. Ao longo de três capítulos a discussão é orientada por Andréa Fires partindo de uma análise em torno da relação dos intelectuais com a política. A partir do problema suscitado pelo debate contemporâneo de "crise dos intelectuais" a autora estabelece como principais objetivos desenvolver a importância da função crítica do intelectual para a sociedade e registrar sua figura como "objeto moral" e pesquisador de uma "consciência histórica". Toda a sua discussão está centrada na questão de crítica como função do intelectual que, de acordo com Gramsci, é a função do intelectual diante do fenômeno da mídia.

RESENHA

No primeiro capítulo, a importância do tema para a sociedade e os principais problemas enfrentados pelo intelectual na realização de sua atividade são os temas abordados. A autora se propõe a enfatizar a necessidade do crítico social enquanto principal característica da atividade intelectual. A importância do tema para a modernidade se coloca diante das transformações ocorridas na sociedade contemporânea que apontam para uma "crise do papel intelectual" e reconfiguram a sua vida com relação ao seu papel portador de valores morais e éticos e à sua qualificação acadêmica. A função do intelectual de crítica social passou a ser viabilizada pela figura do homem-meio de comunicação e mídia.

Partindo-se na análise de Eide R. Bentes e Walquíria Leite, são abordadas questões como a "privatização de um espaço público", que outorga ênfase à formação da opinião pública, o constante desvio da atividade do intelectual para esta nova esfera descomprometida com interesses coletivos, a "perda de senso crítico" e a vulnerabilidade aos "monstros de seu tempo".

*Graduada do curso de História da UNESP Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Auro Aguiar. Bolsista FAPESP.

PIRES, Andréa Facciolo. *Intelectuais e Política no Pensamento de Antonio Gramsci, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio e o Debate Contemporâneo em Torno da Crise dos Intelectuais*. Franca: UNESP-FHDSS, 2003.

Márcia Carolina de Oliveira CURY*

Intelectuais e Política no Pensamento de Antonio Gramsci, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio e o Debate Contemporâneo em Torno da Crise dos Intelectuais (FRANCA: UNESP - FHDSS, 2003), trabalho de Andréa Facciolo Pires, constitui o primeiro volume de uma série de publicações de TCCs. Em um trabalho embasado em amplo referencial teórico, a autora empreende um debate em torno de um tema que provoca inquietação e reflexão no cotidiano da atividade intelectual. Ao longo de três capítulos a discussão empreendida por Andréa busca contribuir com uma análise em torno da relação dos intelectuais com a política. A partir da problemática suscitada pelo debate contemporâneo da "crise dos intelectuais" a autora estabelece como principais objetivos evidenciar a importância da função crítica do teórico para a sociedade e resgatar sua figura como "sujeito moral" e possuidor de uma "consciência histórica". Toda a sua discussão está pautada na questão da crítica como fio condutor da função intelectual que, de acordo com suas considerações, se encontra limitada diante do fenômeno da mídia.

No primeiro capítulo, a importância do tema para a sociedade e os principais problemas enfrentados pelo intelectual na realização de sua atividade são os temas abordados. A autora se propõe a enfatizar a necessidade da crítica social enquanto principal característica da atividade intelectual. A importância do tema para a modernidade se coloca diante das transformações ocorridas na sociedade contemporânea que apontam para uma "crise do papel intelectual" e reconfiguram a sua vida com relação ao seu papel portador de valores morais e éticos e à sua qualificação acadêmica. A função do intelectual de crítica social passou a ser viabilizada pela lógica do mercado: meios de comunicação e mídia.

Pautando-se na análise de Elide R. Bastos e Walquiria Leão, são trabalhadas questões como a "privatização de um espaço público", que outrora constituiu a formação da opinião pública; o constante deslocamento da atividade do intelectual para esta nova esfera descomprometida com interesses coletivos; a "perda de senso crítico" e a vulnerabilidade aos "modismos de seu tempo".

* Graduada do curso de História da UNESP Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Alberto Aggio. Bolsa: FAPESP.

Este descompromisso com a esfera pública também é marcado pelo papel exercido pela Universidade, espaço buscado para "promoção individual e não mais pelo valor intrínseco do trabalho". Estas questões são colocadas para demonstrar a importância do tema para a sociedade contemporânea, bem como para evidenciar as razões para a delimitação do papel do intelectual como "sujeito moral". Definição que está relacionada com a sua responsabilidade com o mundo, o que implica na tensão que configura a sua postura: o envolvimento com as questões vividas pela sociedade da qual faz parte ou o distanciamento em relação à mesma.

A autora afirma diante desta problemática que, independente desta tensão, "a crítica deve constituir o elemento fundamental da sua função, assim como sua postura ética" (p.22). Andréa ilustra o conflito inerente à atividade intelectual com o caso Dreyfus, "o Debate Clássico em torno da Relação entre Intelectuais e Política" que reconfigura a atuação dos intelectuais, colocando-os na arena política. Ainda que não tenha delimitado uma missão específica, o processo suscitou o debate que marca a postura dos teóricos, cuja maior expressão está na denúncia de Julien Benda (*Trahison des Clercs* -1927), de que os intelectuais teriam aderido às paixões particulares, bem como na definição do perfil de intelectual: desinteressado e puro.

A autora aponta para a ocorrência de diversas manifestações intelectuais diante de acontecimentos ocorridos desde a 1ª Guerra Mundial até a emergência dos regimes totalitários que teriam inserido no homem uma percepção de inserção na realidade histórica. Neste momento, o intelectual colocou uma atitude prática, fazendo emergir o modelo do intelectual engajado. A fim de elucidar as formas já assumidas por esta questão, a autora analisa as considerações de Antonio Gramsci, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio sobre as diferentes e possíveis posturas assumidas pelos intelectuais, suas funções e sua relação com a política; e nos apresenta os principais eixos e transformações de suas teorias. Transformações que também carregam conflitos de experiências históricas vividas pelos próprios teóricos com relação aos seus posicionamentos políticos. E afirma que, apesar das distinções evidentes entre elas, suas teorias procuram "demonstrar a emergência da figura do intelectual diante dos momentos de crise na sociedade".

Andréa discorre acerca das principais contribuições de Gramsci para o pensamento marxista, como a relevância do tema dos intelectuais e das análises da importância da superestrutura no processo histórico. Descreve ainda parte da sua trajetória de pensador e militante político; aponta alguns conceitos e formulações teóricas, onde se insere a questão do papel do intelectual. Antonio Gramsci considera que o modo de ser do novo intelectual não pode mais

consistir na eloquência e, sim, numa inserção ativa na vida prática. Dessa forma, fornece um sentido à direção intelectual, criando um novo sujeito histórico; um papel que será dimensionado pela sua origem e inserção no espaço social, o que caracterizará sua função. Aos intelectuais, denominados de 'funcionários da superestrutura', Gramsci atribui a função de reprodução ou transformação da ordem social.

A autora nos apresenta a distinção entre duas categorias de intelectuais estabelecida por Gramsci: orgânicos e tradicionais, ou seja, "o que dá uma consciência homogênea à classe que se vincula" e o que "mediatiza relações sociais" (p.49). Andréa considera que Gramsci constrói o modelo do intelectual orgânico para se contrapor à postura passiva dos intelectuais e à concepção idealista que os concebe como um grupo autônomo. Para ressaltar a importância da teoria gramsciana, a autora enfatiza as inovações das suas análises construídas historicamente e a partir de novas perspectivas.

A política do engajamento é a sua abordagem seguinte para analisar a teoria de Jean Paul Sartre acerca da relação entre intelectual e política. Por tratar-se de uma das maiores expressões do intelectual politicamente engajado, Andréa descreve passagens importantes que ilustram sua vida militante marcada pela transição de uma perspectiva puramente abstrata, de seu existencialismo, para uma percepção da necessidade de resistência ao fascismo e de responder aos anseios de uma sociedade dilacerada pela guerra. Suas concepções de *Liberdade*, de onde extrai sua posição política de engajamento e *Escolha*, questão central do existencialismo, permeiam toda a sua teoria acerca do envolvimento dos intelectuais com as questões da sociedade. Sua percepção quanto à postura do intelectual também é visível na medida em que procurava destinar sua produção ao público, afirmando que esta deveria ser a postura do intelectual de esquerda.

Ao expor a trajetória de Sartre relacionada à militância política, a autora ilustra a difícil relação entre o intelectual e o campo da política. Apesar de permearem o seu debate questões como a superação ou não de seu existencialismo, da apreensão ou não da política marxista, Andréa evidencia a contribuição de Sartre no sentido de convocar o intelectual para participar ativamente do mundo concreto, da realidade que o cerca e dos problemas de seu tempo.

Com a postura do "distanciamento crítico", Norberto Bobbio se apresenta com uma tendência diametralmente oposta à política de engajamento empreendida por Gramsci e Sartre. Segundo Bobbio, a postura de Sartre foi fruto de uma determinada circunstância histórica, o fascismo; e o seu posicionamento representou mais uma obrigação do que uma escolha. Bobbio opõe-se ainda à

distinção empregada por Gramsci entre os intelectuais, pois esta diferenciação estaria situada numa linha que decorre de uma ambigüidade característica do discurso político que é a relação entre "o ser e o dever ser" (p.45).

Bobbio defende o engajamento, porém o engajamento intelectual, ou seja, os homens de cultura devem manter sua função crítica e independente dos demais grupos. Assim, a autora expõe a análise empregada por Bobbio sob uma perspectiva "prescritiva e optativa" – qual é o meu tipo de intelectual? Segundo o próprio autor, avaliação distinta dos pontos de vista descritivo e fenomenológico que discutem quem são os intelectuais e quantos são os tipos de intelectuais. Dessa forma, nos apresenta a tipologia estabelecida, na qual distingue os intelectuais em dois tipos: 'ideólogos' e 'expertos'; na qual delimita os campos de ação dos "homens de cultura".

O teórico considera que a relação entre intelectuais e política está separada por esferas distintas: a política e a cultura, isto é, distingue claramente a política de cultura e a política dos políticos, apresentando relativa autonomia da primeira dimensão com relação à segunda. "[...] A cultura não deve e não pode ser reduzida à esfera do político, porque a esfera do político abarca o monopólio da força, cabendo ao Estado as funções de controle desse monopólio [...] A esfera da cultura constitui nestas circunstâncias, uma forma de transcender a política, no sentido de que as idéias possam situar-se, não acima, mas além dos limites estabelecidos no terreno da política ordinária" (p.82). Dessa forma, torna-se evidente o tipo de intelectual de Bobbio: o "intelectual desorganizado" que empreende o debate e que ao sobrepor a razão sobre as paixões, exerce sua função crítica e permanece, sobretudo, distante da esfera política.

Em seu último capítulo, intitulado "O debate contemporâneo em torno da crise dos intelectuais", a autora se remete às questões suscitadas no capítulo I e insere este debate no complexo quadro atual da discussão em torno do "fim das ideologias" – iniciada com a queda dos regimes socialistas – e do impacto do fenômeno da mídia. A discussão estabelecida não incide somente na questão do fim dos intelectuais, mas recai também sobre a necessidade de repensarmos a sua atuação e função na sociedade.

Embasada nas considerações de Norberto Bobbio – que afirma ser improvável a morte dos intelectuais, atualmente, devido ao aumento dos meios de manifestação do poder ideológico –, e de Beatriz Sarlo, com sua concepção de "esfera midiática", Andréa ressalta a "urgência de repensar as formas de representação social e política, no sentido de resgatar a dignidade dos intelectuais..." (p. 98); e as formas de produção do conhecimento com o devido estabelecimento da crítica como condição indispensável da atividade intelectual. A autora finaliza com uma importante reflexão em torno do processo de

"institucionalização e academização da cultura", o que caracteriza a restrição da atividade intelectual às universidades e o abandono das funções sociais do intelectual.

Andréa buscou em seu trabalho alertar-nos para a necessidade de uma postura crítica e de autonomia dos intelectuais, "visando reatar os laços com a vida pública" e reafirmar o exercício intelectual com um ofício moral. Ainda que o trabalho percorra uma abordagem teórica e conceitual muito ampla, a autora alcança seu objetivo de traçar alguns dos principais desafios que se colocam àqueles que vivenciam a atividade intelectual, principalmente no que se refere à esfera pública. Sua contribuição também é bastante positiva na medida em que sua análise não se limita às tendências específicas a que se vincularam os teóricos abordados, mas busca resgatar seus legados enquanto intelectuais e sujeitos históricos.

Um debate atual e muito pertinente, pois nos faz refletir acerca da figura do intelectual e da sua importância nas discussões sobre os caminhos e alternativas para a sociedade num contexto de relativismos que permeiam o discurso acadêmico, de remodelação da atividade intelectual e de formação da opinião pública pelo fenômeno da mídia, bem como, do completo distanciamento das questões de interesse público sob o construto ideológico do fim das utopias.

- *As impressões de uma viagem de um viajante.*
- *Fórmula:* 12
- *Tipo:* Anel Narrow
- *Empacotamento entre linhas:* 15
- *Número de páginas:* Mínimo 10 – Máximo 20.

ESTRUTURA DO TRABALHO

- *Título/Tela*
- *Nome Completo dos Autores (com sobrenome em Maiúscula e-iss.)*
- *Filiação científica do(s) autor(es) (Universidade, Departamento, etc.)*
- *Orientador*
- *Agência Financiadora - (basta dizer qual é a pesquisa - quando houver)*
- *Resumo/Abstract (com máximo de cinco linhas)*
- *Palavras-Chave/Keywords (até cinco)*
- *Texto (notas de rodapé e notas quebra de linha devem ser evitadas)*
- *Referências Bibliográficas (trabalhos citados no texto)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.*

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ORIGINALS

Revista: *Ensaio de História*

INFORMAÇÕES GERAIS

A revista ENSAIOS DE HISTÓRIA publica trabalhos inéditos de alunos de graduação de História, ou de áreas correlatas, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos, e no exterior, nos últimos quatro anos.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou outro idioma, e serem acompanhados de um resumo em português e outro em inglês (cada um com até duzentas palavras), além de palavras-chave que se relacionem com o tema do artigo (até cinco, também em português e inglês).

Os originais serão submetidos à apreciação do Conselho Consultivo. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, serão de inteira responsabilidade dos autores.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINALS

APRESENTAÇÃO:

- 2 vias impressas acompanhadas de um disquete.
- Fonte: 12
- Tipo: Arial Narrow
- Espaçamento entre linhas: 1,5
- Número de páginas: Mínimo 10 – Máximo 20.

ESTRUTURA DO TRABALHO

- Título/Title
- Nome Completo dos Autores com sobrenome em Maiúsculo; e-mail
- Filiação científica do(s) autor(es) (Universidade, Departamento, etc.);
- Orientador
- Agência Financiadora – bolsa e/ou auxílio à pesquisa – quando houver;
- Resumo/Abstract (com máximo de cinco linhas);
- Palavras-Chave/Keywords (até cinco);
- Texto (notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas);
- Referências Bibliográficas (trabalhos citados no texto)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir A NBR 6023 da ABNT.

CITAÇÃO NO TEXTO

- O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por (OLIVEIRA; LEONARDO, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

NOTAS

- Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.
- Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

TABELAS

- Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

FIGURAS

- Devem vir em um Disquete separado e com a sua indicação completa: Autor; Título; ano; etc.

Os originais e disquetes devem ser enviados para:
Unesp / Franca
Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa
Rua Major Claudiano n. 1488. Centro, Franca, SP
CEP: 14400-690

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21cm
Mancha: 27 x 45 paucas
Tipologia: Arial Narrow
Papel: Ofsete 75 g/m² (miolo)
Couchê: 60 g/m² (capa)
Matriz: Eletrostática
Tiragem: 200

Equipe de realização

Diagramação e Revisão

Amanda da Silva Marin, Camila da Silva Condilo,
Juliano Alves Dias, Leonardo Teixeira Gomes,
Maicon Vinicius da Silva Carrijo, Marina Novaes Senne,
Moisés Antiquiera, Paulo Roberto de Oliveira,
Rafael José dos Anjos Silva, Rodrigo Mateus Silva

Assessoria Técnica

Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli

Montagem

Cláudio Rigueti

Produção Gráfica

Alcione Moraes de Oliveira
Luis Carlos Mendonça